

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Larissa Cykman de Paula

TERRA, SAÚDE E EXISTÊNCIA:
uma abordagem etnográfica das lutas, lutos e lideranças Rikbaktsa

Porto Alegre

2023

Larissa Cykman de Paula

TERRA, SAÚDE E EXISTÊNCIA:

uma abordagem etnográfica das lutas, lutos e lideranças Rikbaktsa

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de doutora em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dr^a. Denise Fagundes Jardim.

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Paula, Larissa Cykman de
TERRA, SAÚDE E EXISTÊNCIA: uma abordagem
etnográfica das lutas, lutos e lideranças Rikbaktsa /
Larissa Cykman de Paula. -- 2023.
231 f.
Orientador: Denise Fagundes Jardim.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Antropologia. 2. Rikbaktsa. 3. lideranças
indígenas. 4. saúde indígena. I. Jardim, Denise
Fagundes, orient. II. Título.

Larissa Cykman de Paula

TERRA, SAÚDE E EXISTÊNCIA:

uma abordagem etnográfica das lutas, lutos e lideranças Rikbaktsa

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de doutora em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Fagundes Jardim.

Porto Alegre, 06 de dezembro de 2023.

Resultado: Tese aprovada.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Denise Fagundes Jardim (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Vi Grunvald
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Elsa Lechner
Universidade de Coimbra

Dedico essa tese aos Rikbaktsa.

*Em especial, à memória de Nelson Mutzie
Rikbaktsa.*

AGRADECIMENTOS

A concretização de uma tese demanda o encontro de si com a escrita, o que, por determinados períodos temporais, pode implicar uma tarefa solitária. Contudo, essa escrita só é possível se estiver amalgamada aos demais momentos e relações as quais originam a pesquisa, seja objetiva ou subjetivamente. Muitos encontros, trocas e afetos partilhados estão no cerne dos anos vivenciados até que a tese possa ser concebida.

Agradeço, de modo geral, ao povo Rikbaktsa. As partilhas e os afetos tão genuínos, profundos e alegres foram o maior incentivo para que essa pesquisa se concretizasse.

Em especial, meu agradecimento póstumo a Nelson Mutzie Rikbaktsa. Gratidão por ter tido o grande privilégio de te conhecer, pela nossa amizade e por poder contar um pouco da sua história. Para que essa escrita se concretizasse, um tanto de lágrimas e um tanto de sorrisos foram inevitáveis ao rememorar as nossas trocas.

Ao Jair T. T. Rikbaktsa, meu “primo clânico”, agradeço pelas trocas e pelo zelo afetuosos nas mais variadas situações compartilhadas.

À minha orientadora, Denise Jardim, agradeço a orientação de tantos anos. Desde a iniciação científica na graduação em Ciências Sociais, passando pelo mestrado em Antropologia Social, até a conclusão dessa tese, tive um processo de orientação pautado no respeito e na autonomia, o qual possibilitou meu desenvolvimento enquanto pesquisadora. Foram diversos momentos e temáticas, tanto em pesquisas que proporcionaram campos em colaboração como de pesquisas com campos mais distantes, igualmente fecundos nas trocas e na construção do conhecimento.

Às professoras Vi Grunvald e Laura Cecilia Lopez, agradeço pelas fundamentais contribuições durante a banca qualificação. Agradeço à Vi Grunvald, pelo aceite em dar continuidade aos diálogos como integrante da banca de defesa da tese. Agradeço ao professor João Pacheco de Oliveira e à professora Elsa Lechner, por aceitarem o convite para integrarem a banca da tese.

Agradeço ao Grupo de Estudos da cultura Rikbaktsa e seus/suas integrantes. Esse espaço de diálogos virtuais foi fundamental para pensar o desenvolvimento da pesquisa juntamente a pesquisadores/as das mais diversas áreas e professores/as, Rikbaktsa e não indígenas, que igualmente desenvolvem pesquisas com o povo

Rikbaktsa. Nossas conexões permitem a essa pesquisa seguir as trilhas do conhecimento potencializado quando compartilhado.

Agradeço ao NACI - Núcleo de Antropologia e Cidadania, a partir do qual pude compreender a potência de um grupo de pesquisa. Agradeço aos/às colegas de orientação, fundamentais em tantos momentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e aos professores e às professoras que tem na educação sua profissão, agradeço pela base tão enriquecedora que pude acessar ao longo das distintas etapas de formação. Agradeço também aos/às profissionais das áreas técnicas, que operam nos bastidores dessa instituição. É um privilégio ter sido aluna da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e acessado sua tríade de pesquisa, ensino e extensão, a qual é caracterizada enquanto pública e de qualidade. E que assim permaneça para as novas gerações.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a qual concedeu a bolsa de doutorado entre os anos de 2020 e 2023. O investimento em pesquisa é fundamental para que a ciência possa se desenvolver.

Agradeço aos/às colegas que caminharam ao meu lado ao longo dessa jornada. Sem eles/elas, nada seria possível. São muitos os cruzares que traçam essas relações, dentre as quais não posso deixar de destacar a parceria e a amizade de Josiane Bueno, Elisa Oberst, Julia Cardoni, Gabriela Techio, Renata Foletto, Pedro Affonso.

Agradeço à Thaciely Nunes e à Gabriela Acquolini pela amizade e pelas contribuições fundamentais a essa tese. Com elas, descubro como o profissionalismo e a alegria caminham lado a lado.

Agradeço ao meu amigo Ramon, pelo apoio em momentos fundamentais dessa jornada.

Agradeço às amigadas, que dão sentido à vida, desde aqueles/as que acompanham de perto o desenrolar de fazer pesquisa até aqueles/as que partilham de tantos outros momentos.

Agradeço à minha família. Em especial à minha mãe, Dora, pelo amor e pela admiração incondicional, mesmo sem entender em alguns momentos os meandros acadêmicos. Agradeço aos meus irmãos, Lucas e Christian, e ao meu sobrinho e afilhado Augusto. Com a sua chegada, compreendi as potências do afeto que atravessa gerações.

Por fim, ao Laurence Aquino, agradeço pela vida compartilhada, o que acontece nos detalhes e nos grandes eventos. O apoio, desde suprir os afazeres cotidianos até as trocas intelectuais, são a base inegociável para que a minha trajetória enquanto pesquisadora seja viabilizada.

RESUMO

Essa tese abrange as lutas empreendidas pelo povo Rikbaktsa no cenário brasileiro e origina-se na etnografia iniciada em 2019 e construída com a premissa de pesquisar juntamente aos Rikbaktsa na região sudoeste amazônica. Realizada em meio à pandemia de covid-19, a pesquisa alarga-se para considerar os atravessamentos vivenciados, com destaque para os lutos e o modo como estes articulam-se às lutas. Este trabalho aborda a mobilidade e a territorialidade vinculadas às suas três Terras Indígenas homologadas: Erikpatsa, Japuíra e Escondido. Frente à crise sanitária, a pesquisa expõe as reflexões antropológicas e suas contribuições teóricas e metodológicas, priorizando os debates a partir da antropologia médica e da saúde e dos estudos críticos à saúde global. Um subsequente eixo aponta para a saúde indígena no contexto brasileiro, elencando aspectos históricos do seu delineamento e do protagonismo indígena no enfrentamento ao coronavírus. Nessa direção, narrar aspectos biográficos de Nelson Mutzie Rikbaktsa, liderança indígena com ampla atuação na conjuntura nacional e em especial na região noroeste do Mato Grosso, torna-se elemento central numa proposta de colaborações e elaborações etnográficas. Com o falecimento de Nelson quando na linha de frente do combate à covid-19, em julho de 2020, as homenagens, as resistências e o caráter central da memória são indicados. Nesse enquadramento, evidenciar a biografia de Nelson e o modo como as demais temáticas abordadas se relacionam de modo intrínseco a ela potencializa a ênfase em recontar a própria história dos Rikbaktsa e revelar as intensidades desde a pandemia em sua história recente. A partir desses aportes, o trabalho revela ser possível compreender elementos de três amplas lutas empreendidas pelos Rikbaktsa: a luta pela terra, a luta pela saúde e a luta pela existência. Argumenta-se a respeito de como essas lutas ocorrem entrelaçadas e que, apesar de desenvolverem-se no cenário contemporâneo, há uma linearidade implicada no contexto histórico e igualmente voltada para os devires. Considera-se, ainda, como o discurso de povo guerreiro baseia as ações adotadas cotidianamente em defesa dos seus direitos e dos seus modos de vida.

Palavras-chave: lutas Rikbaktsa; biografia; lideranças indígenas; Covid-19; saúde indígena; território; territorialidade.

ABSTRACT

The present thesis addresses the Rikbaktsa people's struggles in Brazil and originates from the ethnography started in 2019 and made with the aim of conducting research alongside the Rikbaktsa in the southwestern region of the Amazon. Conducted during the Covid-19 pandemic, the research was expanded to include the resulting hardships endured, with special attention to grief and the way it articulates with the struggles. This paper approaches the mobility and territoriality pertaining to the three homologated indigenous lands: Erikpatsa, Japuira and Escondido. In face of the health crisis, the research presents the anthropological considerations and their theoretical and methodological contributions, prioritizing the debates concerning medical and health anthropology and the critical global health. A following subsection points out indigenous health in the context of Brazil, listing the historical aspects of its design and its leading role in facing the coronavirus. As such, the narration of biographical events regarding Nelson Mutzie Rikbaktsa, a prominent indigenous leader with an active role in the Brazilian scenario, particularly in the northwest region of Mato Grosso, takes the center of the stage in a proposal of ethnographic collaboration and elaboration. With the death of Nelson in July of 2020, in the forefront of the battle against Covid-19, the eulogies, resistances and core memories stand out. In this context, highlighting Nelson's biography and the way the other addressed topics are intrinsically connected to it empowers the emphasis of retelling the story of the Rikbaktsa and revealing its intensity since the recent pandemic. Through these contributions, this paper facilitates the comprehension of elements pertaining to three major struggles faced by the Rikbaktsa: the fight for land, the fight for health and the fight for existence. Arguments are presented regarding how these fights are intertwined and, despite being fought in modern times, there is a linearity implicated in the historical context and equally turned to the becomings. Furthermore, it is pondered how the discourse of a warrior people is based on actions taken daily to defend their rights and ways of life.

Keywords: Rikbaktsa struggle; biography; indigenous leaders; Covid-19; indigenous health; territory; territoriality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa histórico “habitat residencial” Rikbaktsa – 1962.....	69
Figura 2 - Mapa de localização das Terras Indígenas Rikbaktsa.....	71
Figura 3 - Mapa de Uso da Cobertura da Terra	73
Figura 4 - Mapa de localização das aldeias Rikbaktsa – TIs contíguas	75
Figura 5 - Mapa de localização das aldeias Rikbaktsa – TIs justapostas.....	76
Figura 6 – 1º Encontro Nacional de Trabalhadores da Saúde Indígena – Setembro de 2014.....	117
Figura 7 – Fala de Nelson (ao centro) no 1º encontro nacional de trabalhadores da saúde indígena – Setembro de 2014	118
Figura 8 – Mobilização em defesa do SASISUS: Subsistema de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde – Atividade integrante da semana de mobilização nacional em defesa da saúde indígena. Março de 2019	119
Figura 9 – Mobilização em defesa do SASISUS: Subsistema de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde – Atividade integrante da semana de mobilização nacional em defesa da saúde indígena. Março de 2019.....	120
Figura 10 – Registro de Nelson durante dia de trabalho na SESAI na cidade de Juína em 14 de abril de 2020.....	128
Figura 11 – Imagem do Projeto “Ações voltadas as práticas alimentares para o bem-estar da saúde do povo Rikbaktsa contra Covid-19 elaborado em abril de 2019	131
Figura 12 – Cartaz de divulgação da campanha de apoio ao povo Rikbaktsa. Elaborado e divulgado em abril de 2020.....	132
Figura 13 – Panos e linhas recebidos para a confecção de máscaras artesanais ..	133
Figura 14 – Confecção de máscaras artesanais – aldeia União – TI Erikpatsa	133
Figura 15 – Confecção de máscaras artesanais – aldeia União – TI Erikpatsa	134
Figura 16 – Confecção e entrega de máscaras artesanais às famílias – TI Erikpatsa	134
Figura 17 – Preparação de Nelson I – Terra Indígena Japuira – Agosto de 2019 ..	156
Figura 18 – Preparação de Nelson II – Terra Indígena Japuira – Agosto de 2019 ..	157
Figura 19 – Preparação de Nelson III – Terra Indígena Japuira – Agosto de 2019 ..	157
Figura 20 - Nelson Mutzie – Terra Indígena Japuira – Agosto de 2019.....	158

Figura 21 – Chegada ao rio Juruena pela Aldeia Barranco Vermelho – Terra Indígena Erikpatsa – Agosto de 2019	163
Figura 22 – Rio Juruena – 2019	163
Figura 23 – Rio Juruena – 2019	164
Figura 24 – Rio Juruena – 2019	164
Figura 25 – Rio Juruena – 2019	165
Figura 26 – Rio Juruena – 2019	165
Figura 27 – Rio Juruena – 2019	166
Figura 28 – Aldeia Pé-de-Mutum – TI Japuíra – 2019.....	166
Figura 29 – Aldeia Pé-de-Mutum – TI Japuíra – 2019.....	167
Figura 30 – Fotografia do porta-retrato: Cacique Matsi – 2019.....	168
Figura 31 – Fotografia do porta-retrato – 2019.....	169
Figura 32 – Artefatos plumários – 2019	169
Figura 33 – Voltas de colares – 2019.....	170
Figura 34 – Voltas de colares – 2019.....	170
Figura 35 – Colar produzido a partir de dentes animais– 2019.....	171
Figura 36 – Colares reunidos – 2019	171
Figura 37 – Colares reunidos – 2019	172
Figura 38 – Imagem divulgada em redes sociais diversas com a marcação do perfil pessoal de Nelson.....	178
Figura 39 – Imagem divulgada em redes sociais diversas com a marcação do perfil pessoal de Nelson.....	179
Figura 40 – Frame capturado de edição do Jornal Nacional e divulgado em redes sociais diversas com a marcação do perfil pessoal de Nelson.	179
Figura 41 – Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa.....	180
Figura 42 – Página inicial do site do projeto 'O Guerreiro Sem Arma: Nelson Rikbaktsa"	181
Figura 43 – Frame de abertura do documentário Nelson Mutzie Rikbaktsa.....	182
Figura 44 – Live O Guerreiro Sem Arma - Nelson Mutzie - Raniel Nogueira.	182
Figura 45 – Imagem divulgada em redes sociais do DSEI Vilhena	189
Figura 46 – Imagem divulgada em redes sociais do Sindicato dos Profissionais e Trabalhadores da Saúde Indígena	190
Figura 47 – Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa.....	196
Figura 48 – Interior da Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa.....	197

Figura 49 – Memorial das lideranças Rikbaktsa no interior da Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa	198
Figura 50 – Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa	199
Figura 51 – Cartaz de divulgação do I Seminário Virtual da Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa	201
Figura 52 – Colares entrelaçados – 2023	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados Terras Indígenas e aldeias Rikbaktsa	63
Tabela 2 - Pessoas indígenas Rikbaktsa no contexto brasileiro	66
Tabela 3 - Pessoas residentes em terras indígenas por sexo e grupos de idade - Brasil	67
Tabela 4 - Pessoas residentes em terras indígenas segundo as terras indígenas - Brasil - 2010 e 2022	68

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

- ABANATSA – Associação Indígena Abanatsa da Terra Indígena Escondido
- ACEBRIK – Associação Cultural e Educativa Biblio-Oca do Povo Rikbaktsa
- AIMURIK – Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa
- AIMURIK – Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa
- APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- ASIRIK – Associação Indígena do Povo Rikbaktsa
- BVO – Posto Barranco Vermelho
- CLSI – Conselhos Locais de Saúde Indígena
- CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista
- CNSI – Conferência Nacional de Saúde Indígena
- CONDISI – Conselho Distrital de Saúde Indígena
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CTL – Coordenação Técnicas Local (FUNAI)
- DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena
- EMSI – Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena
- FEPOIMT – Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso
- Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
- FPCONDISI - Fórum de Presidentes do Conselho Distrital de Saúde Indígena
- FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso -
Campus Juína
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
- MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- OPAN – Operação Amazônia Nativa
- PAI – Posto de Assistência Indígena Missionário
- PARI-C – Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à Covid-19
- PNO – Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19
- SASI – Subsistema de Atenção à Saúde Indígena

SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer do Mato Grosso
SINDICOPSI – Sindicato dos Trabalhadores e Profissionais de Saúde Indígena
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
TI – Terra Indígena
TSIRIK - Associação Indígena Rikbaktsa Tsirik da Terra Indígena Japuira
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UnB – Universidade de Brasília
UNEMAT - Universidade do Estado do Mato Grosso
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UTI - Unidade de terapia intensiva

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
1.1	Os Rikbaktsa em foco: notas gerais introdutórias	20
1.2	Dos encontros, colaborações e elaborações.....	27
1.2.1	Percursos Teóricos Metodológicos: abordagens adotadas antes e depois da pandemia de covid-19.....	29
1.3	Delineamento da tese: adentrando aos capítulos.....	43
2	TERRITÓRIO/ALIDADE RIKBAKTSA	48
2.1	Processos demarcatórios das Terras Indígenas do povo Rikbaktsa	48
2.2	Mobilidade e territorialidade Rikbaktsa contemporaneamente	56
2.3	As aldeias Rikbaktsa: aspectos demográficos e recursos cartográficos.....	62
2.4	Formas de vivenciar a território/alidade.....	77
3	SAÚDE E EXISTÊNCIA: LUTAS NA PANDEMIA DE COVID-19 E ALÉM	85
3.1	O papel da Antropologia no contexto pandêmico da covid-19.....	85
3.1.1	O debate a partir da antropologia médica e da saúde e dos estudos críticos à saúde global.....	90
3.1.2	Adentrando o contexto em meio à pandemia a partir das contribuições da antropologia médica e da saúde.....	97
3.2	Saúde e povos indígenas no contexto brasileiro	103
3.2.1	Aspectos históricos da saúde indígena	104
3.2.1.1	A saúde indígena a partir do contexto Rikbaktsa	112
3.2.2	A pandemia a partir do contexto vivenciado pelos povos indígenas	121
3.2.2.1	A covid-19 chega ao território Rikbaktsa: estratégias de enfrentamento – lutas e lutos	126
4	A TRAJETÓRIA DE NELSON MUTZIE	139
4.1	Percursos de Nelson e sua relação com a Saúde Indígena	141
4.2	Relação de Nelson com o povo Rikbaktsa	147
4.3	Nelson e sua visibilidade enquanto liderança pertencente à etnia Rikbaktsa	154
4.3.1	A construção do retrato fotográfico de Nelson.....	156
4.3.2	Elementos performados no retrato de Nelson a partir de imagens distintas	161
5	LUTOS E LUTAS: RESISTÊNCIAS, EXISTÊNCIAS E AGÊNCIAS	173

5.1	O retrato de Nelson e seus caminhos percorridos.....	173
5.2	O Luto através de homenagens e obituários	185
5.3	A idealização e concretização da Biblio-Óca.....	193
5.4	As resistências a partir dos lutos e das lutas.....	203
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
	REFERÊNCIAS.....	213
	ANEXO – Lista de mapas das Terras Indígenas Rikbaktsa	227
	ANEXO A – Mapa de localização das Terras Indígenas Rikbaktsa	228
	ANEXO B – Mapa de Uso da Cobertura da Terra.....	229
	ANEXO C – Mapa de localização das aldeias Rikbaktsa – TIs contíguas	230
	ANEXO D – Mapa de localização das aldeias Rikbaktsa – TIs justapostas.....	231

1 INTRODUÇÃO

1.1 Os Rikbaktsa em foco: notas gerais introdutórias

Essa tese tem como tema central a indagação a respeito de quais são as lutas empreendidas pelo povo Rikbaktsa no contexto brasileiro, aprofundando as suas especificidades e subjetividades. Essa proposta ocorre a partir de uma pesquisa etnográfica construída desde a premissa de pesquisar juntamente a eles. Tal ênfase alarga-se para analisar quais são as desigualdades vivenciadas e afloradas e quais as possíveis estratégias de enfrentamento. Nessa direção, narrar aspectos biográficos de Nelson Mutzie Rikbaktsa, liderança com ampla atuação no cenário nacional e, em especial, na região noroeste do Mato Grosso, torna-se elemento central.

Isso posto, o impacto e o desafio de construir um campo de pesquisa enquanto a pandemia transcorria impuseram considerar, no âmbito da pesquisa, os lutos vivenciados e as formas próprias de retomar as lutas. Nessa direção, as lutas são analisadas a partir da sua vinculação à biografia de Nelson, a ponto dessa articulação lograr ser a linha mestra para recontar a própria história dos Rikbaktsa e revelar as intensidades desde a pandemia em sua história recente.

Com essa contextualização inicial da pesquisa etnográfica, proponho ao leitor/a percorrer alguns elementos centrais para os Rikbaktsa e o modo como estes serão aprofundados no decorrer da presente escrita. Saliento como esses aspectos não respeitam uma cronologia linear e unidirecional, contudo, abrangem questões pensadas em um contexto posterior à pandemia de covid-19, assim como aspectos históricos vivenciados pelos Rikbaktsa e, também, aspectos a partir do contexto pandêmico. Para isso, inicio por aspectos dos Rikbaktsa enquanto povo originário, em diálogo com pesquisas antropológicas anteriores e questões previamente visibilizadas.

O povo Rikbaktsa habita a região sudoeste da Amazônia, no noroeste do estado do Mato Grosso e às margens dos rios Juruena, Arinos e do Sangue. Possui três Terras Indígenas (TIs) homologadas, são estas as TIs Erikpatsa, Japuíra e Escondido – localizadas, respectivamente, nos municípios de Brasnorte, Juara e Cotriguaçu. A territorialidade – ou territorialidades, no plural – Rikbaktsa vai para além dos limites demarcados pelas TIs, contudo, atualmente, as TIs configuram-se como o

principal espaço habitado. Apesar de ser possível pensar em diversas especificidades, de modo geral, as TIs possuem grande preservação agroflorestal, sendo sua sustentabilidade imprescindível para o desenvolvimento econômico e social do povo Rikbaktsa. Enquanto povo amazônico, o seu modo de viver está intimamente conectado com seu meio envolvente, bem como sua organização social só pode ser compreendida nessa esfera.

A língua Rikbaktsa é pertencente ao tronco Macro-Jê, contudo, compreende-se que os Rikbaktsa habitam uma região tipicamente Tupi, fato que, ao longo do tempo e, em diversos estudos, causou confusões a título de definições. Em um passado, pequenos grupos Rikbaktsa viviam dispersos pelo território. Posteriormente, foram aglutinados – termo usado por Pacini (1999) – na atual TI Erikpatsa por meio da atuação direta dos jesuítas no processo então nomeado como “pacificação”, e, na sequência, expandiram-se para as TIs Japuira e Escondido quando na época da conquista desses territórios.

Organizados em duas metades exogâmicas de parentesco, as festas e os rituais ocorrem respeitando essa divisão, a exemplo das festas da seca e da chuva e também dos casamentos. Cada metade pode ser compreendida como um grande clã: Arara Amarela (Makwaraktsa) e Arara Cabeçuda (Hazobiktsa). Essas metades/clãs são compostos por distintos clãs (ou também nomeados como sub-clãs, a fim de facilitar o entendimento organizacional)¹. O pertencimento clânico segue um sistema patrilinear, em que os filhos sempre serão do mesmo clã que seu pai e da metade oposta à sua mãe. Já a residência é uxorilocal, acompanhando o local de residência dos pais da esposa/mãe. Contudo, cabe ressaltar que essas divisões não são

¹ Há algumas variações em relação ao mapeamento dos sub-clãs, inclusive com distintos usos – ou não uso – desta noção vinculada às noções de metade e clã entre os diferentes etnógrafos que atuaram juntamente aos Rikbaktsa. Ressalto esse ponto enquanto um jogo complexo e bastante contextual em que o que importa é a distinção. Desse modo, apresento os dados mais recentes disponíveis e concretizados juntamente ao povo a partir do PGTA Rikbaktsa (2020). A metade/clã Arara Amarela (Makwaraktsa) é composta pelos seguintes clãs (ou sub-clãs): Arara Amarela “puro” (Makwaraktsa), Arara Vermelhinha (Tsikbaktsa), Imbirici (Bitsitsiwktsa), Macaco Coatá (Mybayknytsa), Onça Preta (Zuruktsa), Arara Amarela “povão” (Wohoziwktsa). A metade/clã Arara Cabeçuda (Hazobiktsa) é composta pelos seguintes clãs (ou sub-clãs): Arara Cabeçuda (Hazobiktsa), Figueira (Umahatsa), Macuco (Tsuázatsa), Inajá (Tsawaratsa), Árvore leiteira (Boroktsa), Jenipapo (Zeho pyrytsa). Ressalto que indico primeiramente o nome em português e em parênteses o nome na língua rikbaktsa para facilitar o entendimento pelo/a leitor/a. Contudo, na sua maioria, os usos são cotidianamente realizados na língua rikbaktsa.

totalizantes no que se refere às relações internas, sendo possíveis diferentes associações e leituras a respeito dos vínculos existentes.

Há um cotidiano de aldeia e um cotidiano de relações entre aldeias igualmente intenso, os quais são permeados por relações diversas, com grande ênfase em atividades de caça, pesca, cultivo de roças e também da confecção de artesanatos, principalmente, pelas mulheres. Ainda, são parte do cotidiano as atividades desempenhadas no contexto escolar. A frequência escolar, em que grande maioria das crianças e dos jovens são alunas nas escolas Rikbaktsa em distintas aldeias, respeita um calendário atento para a educação diferenciada, com a atuação de professores/as Rikbaktsa e disciplinas voltadas para a língua e para as práticas e tecnologias características do povo, além de respeitar o calendário de atividades externas e integrá-las às práticas escolares.

O termo *Rikbaktsa* – dialogando com pesquisadores/as que analisaram essa nomenclatura entre os Rikbaktsa – pode ser compreendido enquanto autodesignação (PACINI, 1999; ARRUDA, 2019) ou, então, enquanto a forma preferencial como se reconhecem (ATHILA, 2006). O termo é composto por *Rik+bak+tsa*, em que *Rik* significa pessoa, ser humano ou gente. *Bak* é um reforço, um reiterativo, qualificando a partícula *Rik* como “verdadeira”. Já o *Tsa* é a forma plural no masculino. Uma tradução apropriada para a compreensão do termo seria “gente mesmo” no modo plural (ATHILA, 2006), “os seres humanos” (ARRUDA, 2019) ou “humanos” (PACINI, 1999). O significado terminológico de Rikbaktsa tem grande relevância. Exemplifico com dados de campo. Ao longo de uma caminhada acompanhada por um grupo de três homens Rikbaktsa por trilhas no interior do território Rikbaktsa, fui interpelada por um deles com a pergunta: “mas você sabe o que quer dizer Rikbaktsa?”, com um sorriso e duvidando que eu soubesse a resposta exata. A resposta dada para a própria pergunta foi: “é que Rikbaktsa é no plural. Eu sou um *rikbak*². Mais de um aí sim se fala Rikbaktsa”³.

O etnônimo aludir à ideia de ser humano, pessoa, gente é um traço comum a outros povos indígenas. No caso Rikbaktsa, o reiterativo no próprio termo demonstra a ênfase dada. Nesse sentido, compreender o significado do termo é categórico para

² Há algumas formas possíveis para a fonética e escrita dos termos. De acordo com Pacini (1999), o termo masculino no singular seria “Rikbakta”.

³ Informações retiradas de diário de campo da autora, datado de 2019.

analisar como ocorrem as relações internamente entre o próprio povo, o que inclui relações com demais seres em uma classificação fluida do que é humano. Nesse sentido, Athila (2006), ao longo de sua tese, explora questões centrais para a análise do significado de Rikbaktsa enquanto “gente mesmo” e sua relação com o que seria humanidade. Em um primeiro momento, é interessante mencionar como a humanidade não é pensada em uma visão dualista oposta ao não humano. Ou seja, a humanidade, como já discutido por distintos autores, a exemplo de Viveiros de Castro (2002) e de Descola (1998), é pensada numa proposta que extrapola a divisão entre sujeito e objeto ou entre natureza e humanidade.

Se pensarmos na questão da humanidade enquanto um sujeito contraposto a um pretense objeto, a noção de ponto de vista torna-se um caminho proposto, dialogando com as contribuições do perspectivismo amazônico (CASTRO, 2002; VILAÇA, 2000). É nesse caminho que Athila constrói seu argumento acerca da concepção de humanidade entre os Rikbaktsa, ou seja, compreendendo alguma coisa ou alguém enquanto sujeito(s) “porque capazes de um ponto de vista sobre o mundo” (2006, p. 70). Essa capacidade de ponto de vista é possível mesmo não sendo necessariamente duradoura, podendo ocorrer somente em outra dimensão ou, ainda, enquanto subjetividade pretendida, não obrigatoriamente objetificando seu termo “oposto”. A partir da relação e reversibilidade de posições pareadas, Athila analisa, como no cotidiano do povo Rikbaktsa, o “‘ponto de vista’ não é algo a se ‘afirmar’ a partir de uma posição ou de um corpo. É, antes disso, algo a se arriscar e a se alterar a partir de posições hesitantes e corpos heterogêneos porque inacabados por princípio e jamais idênticos por experiência” (ATHILA, 2006, p. 69). Desse modo, dando continuidade ao seu argumento, Athila analisa como a existência do ponto de vista, para os Rikbaktsa, se relaciona com a habilidade de conservar a vida, o que se relaciona à evitação da morte e da doença. Para tanto, a autora expõe:

A instabilidade ontológica Rikbaktsa faz com que posições e submissões nos mais variados campos, que vão do contato entre “vivos” e “mortos” à caça e às relações de gênero, tenham sempre sua porção enganosa ou de imprecisão. O “sujeito” parece sempre ser menos do que um “sujeito” deveria ser, enquanto o “objeto” sempre mais do que aquilo que sua passividade semanticamente constitutiva nos faria supor. Uma posição encontra-se sempre no devir de tornar-se a outra. E aqueles que são os maiores interessados neste mecanismo - que pelo menos nos Rikbaktsa se confunde com uma

intrincada política que torna o socius possível - parecem bem saber disso (ATHILA, 2006, p. 70).

Nesse ponto, a mobilidade das posições ocupadas e o risco assumido em cada contexto são questões essenciais, tanto que “caracteriza todos os graus e posições de alteridade entre os Rikbaktsa” (ATHILA, 2006, p. 71). Desse modo, essa visão abrange, também, as relações com demais etnias e com não indígenas. O próprio termo Rikbaktsa é relevante para analisar as relações com demais povos, muitas vezes classificados como inimigos, mas, mesmo assim, pertencentes à classificação de “gente”. Nesse sentido, “some Rikbakca classify many foreign peoples as ‘rikbakca’ or as ‘originally rikbakca’” (HAHN, 1976, p. 11 *apud* ATHILA, 2006, p. 72). Essa compreensão de que outros grupos e povos são ou já foram Rikbaktsa pontua como o povo Rikbaktsa traçava e ainda traça relações, bem como ocorre a categorização dos seres⁴.

No tocante a seus “inimigos”, as relações pautam-se a partir do *ethos* guerreiro (PIRES, 2012) dos Rikbaktsa. Esse *ethos* refere-se a ações belicosas e à imagem de hostilidade. Histórica e também atualmente, a definição de povo guerreiro tem grande significado nas relações travadas internamente entre o próprio povo Rikbaktsa e externamente com outros povos e grupos. No passado histórico, a presença de relações guerreiras travadas com grupos sociais vizinhos é destacada por Pacini (1999), descrevendo como “a conquista do inimigo ou do diferente reflete-se no modo guerreiro de ser Rikbakta” (1999, p. CLVII). Indo adiante, ao salientar o conceito referente à “predação familiarizante”, proposto por Fausto (2001), a partir do qual é apontado o aspecto assimétrico da predação e controle da subjetividade do inimigo, Pacini analisa “a capacidade Rikbakta de controlar a subjetividade alheia e deter o ponto de vista do predador como um ato político e social” (1999, p. CLVII). Desse modo, a importância da reflexão acerca do que significa ter um ponto de vista é reiterada a partir da análise dos apontamentos realizados por Pacini.

⁴ O perspectivismo ameríndio e suas proposições são um instigante caminho para o desenvolvimento de pesquisas juntamente aos Rikbaktsa. Sua relevância ao longo da pesquisa que origina a presente tese é ressaltada principalmente ao elencar as contribuições de Athila (2006). Saliento que o aprofundamento destas discussões não será o cerne do debate proposto, uma vez que o desenvolvimento da pesquisa demonstrará outras direções. Contudo, um relevante exercício científico posterior poderá justamente retomar essa análise

Orelhas de pau e canoeiros eram outras denominações comuns, dadas através de outros povos com os quais os Rikbaktsa tinham relações no primeiro caso e por seringueiros que os avistavam no segundo caso⁵. Por certo período de tempo, essas denominações foram utilizadas, de maneira geral, como referência à etnia. Enquanto Orelhas de pau se referem ao uso de botoques de madeira nos lóbulos, Canoeiros remete à habilidade de construir canoas e do seu uso constante para deslocamento entre rios e suas margens. Enfatizando as relações travadas, os Cinta Larga⁶ são os principais vizinhos contra os quais os Rikbaktsa guerrearam em um passado histórico. Sobre a relação entre as etnias, Arruda pontua que os Cinta Larga chamavam os Rikbaktsa como “Canuire, Dakay e/ou Zabesép, descrevendo-os como os que usavam saia de palha e grandes rodela de madeira no lóbulo distendido das orelhas” (ARRUDA, 2019, p. 109). Além dos Cinta Larga, os Rikbaktsa guerrearam contra os Suruí, Enawenê-Nawê, Nambiquara, Iranxe, Mundurukú, Tapanhuna, Paresi, grupos Tupi-Mondé, Kayabi, Apiacá, entre outros povos e grupos que possam ter sido vizinhos dos Rikbaktsa em distintos períodos históricos (ARRUDA, 1999; ATHILA, 2006).

Essas questões acerca do povo Rikbaktsa são pertinentes para a compreensão de algumas de suas características contemporâneas. Se, no passado, as ações contra seus inimigos mais frequentes, correspondendo às etnias vizinhas, abrangiam conflitos enquanto “guerras” declaradas e com a morte de inimigos, atualmente, os conflitos e combates aparecem em outras esferas, contudo, não menos relevantes. O discurso de povo guerreiro baseia as ações adotadas cotidianamente em defesa dos seus direitos e dos seus modos de vida. Essa afirmação pode, numa primeira mirada, parecer algo geral ou até simplista, mas, se analisarmos com profundidade, remete à necessidade de entender essas questões nos seus próprios termos.

⁵ Essas denominações são rememoradas pelos Rikbaktsa e também são referidas pelas pesquisas que abordam aspectos históricos da etnia, como Pires (2012), Pacini (1999) e Arruda (2019).

⁶ Atualmente, os Cinta Larga ainda são considerados inimigos, mas em outros moldes. Quando há eventos que reúnem distintas etnias, por exemplo do estado do Mato Grosso, ocorrem conflitos e desentendimentos, mesmo que não levados a ações práticas. As falas revelam esse clima de animosidade. Esta é uma forma de demarcar este conflito, mesmo que, atualmente, apenas em falas. Cabe ressaltar que essa animosidade não impede a existência de relações próximas, principalmente no que diz respeito à luta pela garantia de acesso a direitos básicos.

O que temos no presente é uma ideia-chave, amplamente usada para sua auto-identificação como grupo que remete a um *ethos* guerreiro, remete à postura de luta. Uma luta que é vocalizada como constante e imprescindível, apesar de assumir diferentes facetas conforme os contextos vivenciados, as relações e as subjetividades impostas. Uma vez que o *ethos* guerreiro Rikbaktsa permeia a construção de subjetividades, ele só pode ser analisado a partir da perspectiva Rikbaktsa. Nesse ponto, é preciso considerar aspectos da sua sociocosmologia. Nesse sentido, desde o ponto de vista Rikbaktsa, há uma indissociabilidade entre humanos e não humanos, uma vez que animais, aspectos tidos como da “natureza”, e demais seres podem, pelo menos temporariamente, possuir – ou arriscar segundo Athila (2006) – um ponto de vista e humanidade. A agência Rikbaktsa levaria em consideração, constantemente, essa possibilidade. A compreensão sobre tais aspectos aponta para uma percepção de que suas ações são concretizadas, inclusive para pensar nas relações de predação e de evitação. Colocado em outros termos, as ações empenhadas, ou então evitadas, seriam adotadas a partir de um senso de responsabilidade com os seus atos em relação ao meio social como um todo. Ou seja, em relação ao mundo habitado. Cada ação é pensada a partir das relações e das suas possíveis consequências.

Essas ações e relações priorizadas pelos Rikbaktsa, numa transposição para discursos acadêmicos e políticos no contexto pós-pandêmico, se relacionam com a prioridade dada à noção de preservação, e os inúmeros significados e usos que a ela são vinculados. Por exemplo, a crítica ao antropoceno (HARAWAY, 2016; TOLA *et al.*, 2019), sobre uma datação que revela o potencial de destruição imposto pelo ser humano e a necessária preservação ambiental, a partir da tentativa de regular práticas humanas, como a de desmatamento e a mineração, são alguns exemplos desse encontro de compreensões. Todavia, essa ideia também é, em acordo com suas perspectivas, introduzida na fala Rikbaktsa sem estabelecer distinções entre agente e ambiente. A linguagem é um modo de transparecer o *ethos* guerreiro, com uma fala potente e firme⁷, sendo um exemplo a ênfase colocada na importância da manutenção da floresta em pé. Inclusive, esse ponto é destacado incansavelmente nos discursos e nas ações empreendidas, o que remete à noção das Terras Indígenas do povo

⁷ A fala potente é realizada algumas vezes na língua Rikbaktsa e, posteriormente, traduzida ao português. Em outros momentos, a fala pode ocorrer somente em português ou somente na língua materna, a depender do contexto e de seus objetivos.

enquanto ilhas de preservação, a qual é central para uma compreensão da territorialidade Rikbaktsa⁸.

Apesar de esses dados serem os dados gerais num primeiro momento apontados sobre os Rikbaktsa⁹, nessa pesquisa não intento abordá-los de modo geral enquanto uma totalidade. Na direção contrária, priorizo elencar as relações existentes, partindo da compreensão de que o conhecimento sempre é situado e parcial, dialogando com as contribuições de Haraway (1995). Tal argumento é aprofundado no item subsequente.

1.2 Dos encontros, colaborações e elaborações

Após expor algumas notas gerais introdutórias pertinentes quando de uma pesquisa que tem como foco o povo indígena Rikbaktsa, abranjo elementos dos percursos da pesquisa etnográfica desenvolvida. Para tanto, abordo como a partir dos encontros é possível visibilizar questões prioritárias para o povo, inclusive numa proposta de colaborações e de elaborações. Com essas questões em destaque, enfatizo como os encontros, enquanto pesquisadora, juntamente aos Rikbaktsa ocorreram desde 2019, sendo atravessados pela pandemia de covid-19. Nessa direção, a proposta da pesquisa abordada nessa tese tem como base expor as circunstâncias dos encontros, seus limites e seus alcances.

A respeito da importância de assinalar os percursos da própria pesquisa, ressalto o modo como os encontros proporcionam profundas trocas, as quais permitem conhecer aspectos vividos cotidianamente, mas também saber mais sobre experiências anteriores e sua vinculação com aspectos históricos. O principal desafio da pesquisa ora empreendida passa por compreender como questões que há muito tempo são pertinentes para os Rikbaktsa se relacionam com os impactos diante da pandemia de covid-19. Nessa direção, os desdobramentos etnográficos só puderam

⁸ A abordagem das Terras Indígenas do povo Rikbaktsa enquanto ilhas será detalhada no **Capítulo 2. Território/alidade Rikbaktsa** desta tese.

⁹ Esses dados gerais a respeito dos Rikbaktsa são apresentados a partir de dados de campo e também a partir de um diálogo com pesquisas anteriores que privilegiaram em suas temáticas diferentes aspectos do povo, como Schultz (1964), Dornstauder (1975), Arruda (2019 [1992], 2003), Pacini (1999), Athila (2006, 2008, 2019), Pires (2012 [2009]) e Reis e França (2012).

ser construídos no formato proposto quando enfatizadas as relações e os assuntos de um encontro pré-pandêmico. Contudo, o seu seguimento também só foi possível se reconhecidos e analisados os impactos em decorrência da pandemia. Desse modo, assuntos que poderiam inicialmente ser tratados de modo separado são, no contexto da pesquisa, obrigatoriamente justapostos.

Ponto como desde os primeiros vínculos e contatos que estabeleci em campo, a alegria, as risadas e as brincadeiras eram frequentes. Tal característica se vincula a um tom de jocosidade, o qual é constante nas diferentes ações e relações Rikbaktsa, bem como do afeto e da preocupação para com todos¹⁰. Um desses encontros se refere à primeira vez em que pisava em uma aldeia Rikbaktsa, a aldeia Primavera, quando não conhecia ainda muitas pessoas. Estava sentada após o almoço e um homem Rikbaktsa puxou conversa perguntando se eu já havia me banhado no Juruena. Respondi que como não fazia muito tempo que estava na aldeia ainda não tinha tido a oportunidade. E sua resposta foi: “pois então se banhe. Se você se banhar no Juruena, você vai voltar muitas outras vezes” (Diário de campo, 2019). Essa frase e esse momento marcaram a minha memória. E todas as vezes que, futuramente, de fato, entrei no Juruena não podia afastar o pensamento, questionando se eu retornaria outras vezes às aldeias Rikbaktsa. Bom, se por um lado, esse retorno foi postergado em decorrência da pandemia de covid-19, não tenho dúvidas do privilégio que foi todas as vezes em que me banhei no rio, bem como toda a estadia e o convívio nas aldeias. E se esse retorno presencial foi dificultado em meio ao contexto pandêmico, o retorno em memórias, em conversas, em imagens e na escrita não deixa de ser um modo de torná-lo possível.

Enquanto uma etnografia em linhas iniciais, tal contexto remete à própria aproximação com o objeto de estudo. É possível revisitar a clássica visão malinowskiana de exterioridade, onde a noção de imersão corresponde literalmente ao sentido de hospitalidade ao qual fui “imersa”. Então, mesmo que não possamos dizer que o sentido de exterioridade de Malinowski (1978) se dissipava com o tempo de permanência, ele dizia respeito às intensidades dessa hospitalidade. Contudo, ao

¹⁰ Saliento como essa ênfase em relações jocosas é justaposta à postura firme e séria adotada, quando assim entendido necessário, por parte do povo, como quando da defesa de seus direitos. Essa postura, a qual remete ao *ethos* guerreiro Rikbaktsa, será, ao longo desse trabalho, abordada de modo detido.

mesmo tempo, há também no seu desenvolver uma construção de relação de pesquisa que percorreria os caminhos e as relações múltiplas desse povo nas suas interações cotidianas e com entidades, instituições e tantos “outros” com os quais se encontram face a face durante suas lutas.

A descrição desse diálogo em campo registra o modo como o retorno frequente ao território Rikbaktsa se refere também às relações estabelecidas e aos contatos frequentes. Desse modo, a presente pesquisa preza por esses encontros, suas colaborações e suas elaborações. É a partir desse ponto que essa etnografia se propõe a analisar algumas das lutas empreendidas pelos Rikbaktsa, pontuando suas ações em meio aos diferentes contextos vivenciados.

1.2.1 Percursos Teóricos Metodológicos: abordagens adotadas antes e depois da pandemia de covid-19

A proposta de pesquisa etnográfica, desenvolvida desde 2019, não foi construída de modo linear nem com um objeto temático definido inicialmente. Ou seja, a pesquisa se originou e se fortaleceu a partir desses encontros e dessas trocas juntamente aos Rikbaktsa. Isso posto, apresento como o campo foi sendo delineado. O meu primeiro encontro com o povo Rikbaktsa ocorreu no ano de 2019, quando participei, enquanto antropóloga consultora, do processo de licenciamento ambiental do empreendimento de pavimentação da BR-174/MT. A partir da minha atuação profissional, fiz parte da equipe técnica que realizou o Estudo do Componente Indígena (ECI). Nessa ocasião, conheci as três Terras Indígenas do povo – TI Erikpatsa, TI Japuira e TI Escondido – e a grande maioria das aldeias existentes nelas nesse momento. Quando da realização do campo, não possuía a pretensão de realizar alguma pesquisa que abrangesse os Rikbaktsa, somente atuei na consolidação do referido Estudo, o qual já fora publicado e pode ser acessado¹¹. Contudo, essa experiência me possibilitou conhecer e estabelecer vínculos com diversas pessoas pertencentes ao povo Rikbaktsa. Eu diria, inclusive, que foi a partir

¹¹ As informações oriundas dessa experiência profissional, quando abordadas nessa pesquisa, serão sempre especificadas e referenciadas a partir do que consta no estudo publicado (ECOPLAN, 2020) e disponível para consulta pública.

dessas relações e da maneira amigável e afetuosa com que os laços eram formados que a ideia de uma pesquisa foi então inicialmente delineada.

Nessa conjuntura, um interlocutor central desde o início foi Nelson Mutzie, relevante liderança Rikbaktsa e com uma longa trajetória de atuação na saúde indígena. Em longas conversas com Nelson, algumas pessoalmente quando eu estava na cidade de Juína¹² ou em alguma aldeia Rikbaktsa e outras por telefone¹³, conversamos sobre algumas possibilidades de pesquisas e parcerias, tanto com a finalidade de dar origem a pesquisas acadêmicas, como a ora exposta, como também pensando em alguns projetos que Nelson encabeçava, buscando visibilizar aspectos relacionados à garantia de direitos, como acesso à saúde e proteção do território Rikbaktsa, bem como ensejar o andamento de projetos econômicos e sustentáveis, como no caso da comercialização da castanha-do-pará. Assim sendo, desde 2019 nossa relação e nossas trocas foram constantes.

Como sabemos e vivenciamos, em março de 2020, a pandemia causada pelo coronavírus irrompeu no Brasil. Nos primeiros meses de 2020, mantive contato direto com Nelson. Ele me contava sobre a situação nas aldeias e na cidade de Juína, onde residia. Atuando na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Nelson tentava, nesse momento, de todas as formas possíveis e imaginadas, propiciar articulações e conseguir verba para ações de proteção contra a covid-19. Nesse momento, atuei juntamente a Nelson na organização de uma campanha de apoio para arrecadação de fundos. Elaboramos um material informativo para a divulgação de modo virtual da campanha, a qual foi propagada tendo como referência a Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa (AIMURIK) e o contato pessoal de Nelson. Com a verba arrecadada a partir dessa campanha e também a partir de outros apoios pleiteados por Nelson, foi impulsionado o projeto para confecção de máscaras, a partir da

¹² O município de Juína possui grande centralidade para os Rikbaktsa, uma vez que a cidade é referência para o acesso a diferentes serviços e políticas públicas. Sua importância também se relaciona com o fato de que o perímetro urbano foi construído em cima da terra na qual em outros tempos havia uma aldeia do povo Rikbaktsa. Tais elementos serão aprofundados ao longo desse trabalho.

¹³ Além de contatos telefônicos, outras formas de contato entre Nelson e eu se referiam a mensagens via aplicativo *WhatsApp* e via *e-mail*. Em distintos momentos, Nelson me enviou materiais que ele tinha e que considerava que poderiam ser úteis para o desenvolvimento de pesquisas e ações pontuais (antes desvinculadas da pesquisa ora apresentada e, em um segundo momento, principalmente quando formalizada e autorizada a sua execução, a ela vinculadas).

capacitação e atuação das mulheres Rikbaktsa na TI Erikpatsa. Para tanto, foram comprados e também recebidos por doação tecidos, bem como adquiridas máquinas de costura. Ainda, a atuação de Nelson visava a garantia de outros itens necessários nesse momento, como álcool em gel e demais produtos de higiene, como também cestas básicas para a garantia de alimentação¹⁴.

Por se tratar de um momento tão atípico vivenciado, ao longo dessa atuação, ainda não pensava nos desdobramentos da pesquisa em si. Contudo, se a pesquisa que eu gostaria de desenvolver tinha o intuito de ser colaborativa, mais do que eu apresentar uma proposta fechada, era relevante estar atenta às questões que se colocavam como pertinentes. Então, propunha o diálogo e que as minhas ações, enquanto pesquisadora, fossem úteis não somente dentro de uma pesquisa delimitada. Nesse sentido, é relevante abordar uma definição do que corresponde a uma pesquisa colaborativa. Há diversas possibilidades e autores/as debatendo a seu respeito, contudo, escolho partir do exposto por Lechner (2015), para a qual a pesquisa colaborativa tem seu cerne no seu comprometimento. Esse comprometimento anda lado a lado com a importância do diálogo, das trocas, das relações. Contudo, é preciso reconhecer que as relações são assimétricas, o que não inviabiliza a intenção de concretizar uma pesquisa colaborativa, mas estabelece as suas possibilidades e os seus limites. É preciso reconhecer que a colaboração “requer a partilha de poder, de recursos, créditos, resultados, saberes, bem como um apreço recíproco do saber e especificidade de cada parceiro” (LECHNER, 2015, p. 226).

Atrelada à intenção de trilhar uma pesquisa pautada nas contribuições de uma antropologia colaborativa, incluo os aportes desde a antropologia compartilhada. Com inspirações em uma metodologia originada na década de 50 por Jean Rouch – cineasta e antropólogo – a pesquisa compartilhada prioriza a construção do conhecimento realizada em conjunto. Nas palavras de Gama, “o método [da antropologia compartilhada] consiste na produção de um conhecimento etnográfico em campo através de um processo reflexivo compartilhado com as pessoas com as quais desenvolvemos nossas pesquisas” (2016, p. 125). Desse modo, a antropologia compartilhada é pautada pelo diálogo e pelas trocas. Nessa conjuntura, adiciono as

¹⁴ A atuação de Nelson no cenário pandêmico será aprofundada no capítulo 3 da presente tese.

contribuições de Abreu e Grunvald (2016), as quais apontam para o modo como a antropologia pautada na prática cinematográfica de Rouch “além de reconhecer a subjetividade do autor como via de acesso legítimo para a objetividade almejada pelo pesquisador, discutiu a impossível dissociação entre inovações técnicas e propostas éticas, entre preocupação estética e objetivo teórico” (2016, p. 264).

Dialogando com o apresentado, a indagação que Jardim (2017) faz no escopo de sua pesquisa acaba tornando-se uma indagação central para analisar também as possibilidades da presente pesquisa: “como definir um trabalho de campo em que o ofício de antropólogo se desenvolve como um lugar de aprendizado e se submete às demandas de seu interlocutor?” (JARDIM, 2017, p. 38). A resposta colocada pela autora remete à própria prática etnográfica, pontuando que a etnografia não se reduz a uma técnica. Nessa direção, a noção de uma antropologia colaborativa, e não somente participativa, é novamente apontada como um caminho possível. A autora assinala, então, como, ao longo de trabalhos de campo, a interlocução concretizada pode buscar “novas formas de pensar a prática antropológica e o ‘encontro’ etnográfico, assumindo que, diante de alguns desafios, realmente não temos de antemão respostas prontas e é necessário ‘fazer junto’” (JARDIM, 2017, p. 39).

Compreendendo a importância de, em alguns momentos, “fazer junto” e com distintas possibilidades sendo pensadas para o desenvolvimento da pesquisa, fui amadurecendo a ideia de dar seguimento a ela juntamente aos Rikbaktsa com uma ida a campo prevista para 2020 ou 2021. As incertezas em relação à pandemia e a sua duração eram grandes, mas existia a expectativa de que esse planejamento fosse viável. Nelson era, no momento desse plano, o meu principal interlocutor. Então, durante ligação telefônica em 2020, conversei com ele sobre a vontade de trabalhar juntamente ao povo Rikbaktsa na minha pesquisa. Apesar de Nelson saber desse meu desejo, eu ainda não havia colocado como algo de fato a ser concretizado. Ao longo dessa conversa, ele falou que achava uma ótima ideia e me encorajou. Contudo, quando eu quis mostrar um espaço aberto para a escolha dos caminhos a serem percorridos – na melhor intenção de uma etnografia colaborativa – ele fora taxativo: “Acho a ideia ótima e muito importante, mas acho que você tem que pensar e escolher sobre o que falar”. Para entender o peso dessa fala e as suas consequências, apresento os seguintes trechos de diários de campo:

A decisão de mudança de tema de pesquisa após iniciado o doutorado foi ganhando confiança ao longo de um processo gradual. Para que de fato essa mudança se confirmasse, eu sabia ser fundamental dialogar com Nelson. Informalmente, já havia conversado inúmeras vezes com Nelson sobre pesquisar juntamente aos Rikbaktsa, contudo, essa possibilidade caminhava de modo aberto e não vinculada especificamente à minha pesquisa. Precisava, então, saber sua opinião e se ele estava disposto a trabalhar nesse projeto enquanto um constante interlocutor, tanto para que me enviasse e autorizasse o uso de materiais de campo e documentos prévios oriundos de diversas fontes como para a realização de novos campos [...] Ao conversar por telefone [em 20/06/2020] contei minha proposta e, curiosa e apreensiva, perguntei sua opinião. A resposta dada por Nelson não poderia ser mais característica de sua pessoa do que fora. Ao mesmo tempo em que achava super interessante, tanto para mim enquanto pesquisadora como pelo fato de dar visibilidade ao povo Rikbaktsa através de um trabalho acadêmico de maior fôlego, também demonstrava que iria me ajudar, mas não de um modo tão próximo assim. Ou seja, a aprovação e o estímulo para que eu desse seguimento à proposta foram inquestionáveis, contudo, Nelson deixou claro que muitas escolhas, pelo menos num primeiro momento, deveriam ser minhas. Nesse momento, avalio que um dos interesses que possuo ao longo do desenvolvimento da pesquisa, relacionado com a construção de uma pesquisa colaborativa e dialogando com os/as interlocutores/as mais do que falando sobre eles/as, possui densas nuances envolvidas (Trechos de diários de campo, 2020).

O trecho do diário de campo acima se refere ao último contato telefônico que tive com Nelson. Exatos 20 dias depois, em 10 de julho, soubera que Nelson estava internado com covid-19. Enviei uma mensagem via WhatsApp desejando melhoras, contudo, a mensagem nunca foi respondida ou visualizada. Em 22 de julho, Nelson faleceu em decorrência da doença.

Dor, revolta, luto, medo, paralisação seriam algumas palavras para dar sentido aos sentimentos aflorados com o falecimento de Nelson. Como iria eu ousar pensar na impossibilidade de dar seguimento à minha proposta de pesquisa em meio à devastação vivenciada por todos/as? Em um primeiro momento, me parecia impossível dar seguimento. Contudo, passados os primeiros dias, nos quais nem ousava pensar sobre essa questão, comecei a refletir sobre a importância de tudo o que estava ocorrendo e que a história de Nelson precisava ser contada e visibilizada, assim como o contexto que estava sendo vivenciado pelos povos indígenas em meio à pandemia.

Retornei ao último diário de campo escrito, ao último diálogo que tive com Nelson. Ao relê-lo, compreendi que a relação que havia estabelecido com Nelson me

permitiria sim dar seguimento à pesquisa, ressaltando nela a importância de falar justamente sobre meu querido e saudoso amigo Nelson Mutzie e também sobre questões as quais havíamos debatido em tantas oportunidades e que precisam ser visibilizadas. Afinal, essa liberdade de escolha havia sido, inclusive, uma condição imposta por ele em nosso último diálogo.

Saliento que essa escolha não significa, nesse momento da pesquisa e nos seus desdobramentos, restringir os objetivos a contar a história de Nelson, mas sim perceber a sua história como um potente fio condutor¹⁵. Essa percepção ocorre por meio dos delineamentos da pesquisa biográfica, a qual integra metodologicamente os esforços concretizados. O intento, desse modo, passa por evidenciar a importância da sua história e o modo como outros temas se relacionam de modo intrínseco a ela.

Nessa direção, a narrativa de Nelson é delineada tendo como base elementos da pesquisa biográfica. Ressalto a inspiração das pesquisas biográficas realizadas por Lechner juntamente a imigrantes. Para essa compreensão, elenco o seguinte excerto de sua obra acerca da importância dos relatos biográficos:

Os relatos ou testemunhos biográficos neste terreno traduzem experiências concretas vividas objetivamente por imigrantes em espaços e tempos particulares que desenham mapas geográficos, históricos, geopolíticos, económicos, sociais, emocionais e cognitivos das migrações, úteis ao conhecimento científico e eventual reequacionamento de políticas públicas. Veiculam ainda as formas e conteúdos específicos dessas vivências nos idiomas culturais, linguísticos e subjetivos dos nossos interlocutores; e representam um suporte de conhecimento não registrado em parte alguma que requer dedicada atenção e análise se quisermos mais realisticamente produzir saber válido sobre a imigração. Na prática, tais relatos socializados dão voz, rosto, corpo e nome, a uma história mais vasta que merece ser conhecida à luz destas vidas frequentemente pouco visíveis ou inaudíveis na esfera coletiva. (LECHNER, p. 27).

O cenário descrito por Lechner visando a produção de saberes válidos acerca da imigração a partir dos testemunhos biográficos pode ser transposto para as intenções da presente pesquisa biográfica. Narrar a história de Nelson é, então, uma

¹⁵ Saliento que ao narrar a história de Nelson ao longo da pesquisa, isso ocorrerá respeitando as trocas e também o entendimento de quais seriam os movimentos desse interlocutor, privilegiando aspectos de sua trajetória enquanto liderança no espaço público a elementos de um mundo familiar e privado.

estratégia que dialoga com um conhecimento mais amplo acerca do povo Rikbaktsa em uma esfera que também é coletiva.

Um caminho possível para a compreensão das relações envolvidas a partir da história de Nelson remete ao reconhecimento de que sua história é indissociável da história de seu povo. As vivências de Nelson são permeadas pelo contexto histórico vivenciado pelo povo Rikbaktsa – e da relação com quais seriam as outridades (OLIVEIRA 2022; FABIAN, 2006) atribuídas ao povo em diferentes momentos e contextos. Essa afirmação será compreendida no decorrer dos capítulos engendrados nessa tese e se refere tanto aos elementos usualmente visibilizados quando se menciona a história do povo, a exemplo da época do contato, da missão jesuítica, da “pacificação” e da demarcação das suas Terras Indígenas, mas também se refere a vivências outras, tais como a participação em ações políticas e construção de políticas públicas, a exemplo das articulações de lideranças em defesa de seus direitos ou mesmo, no caso de Nelson, a construção de uma política de saúde desde o seu interior.

Nessa direção, contar a história de Nelson significa visibilizar o modo como os povos originários atuaram em diferentes contextos, os quais são muitas vezes desconhecidos e distantes da “história oficial” (OLIVEIRA, 2010). É um formato atrelado à proposição de evidenciar “o protagonismo dos indígenas na formação nacional” (OLIVEIRA; SANTOS; BARBOSA, 2022, p. 17) a partir de “memórias insurgentes”.

Contexto semelhante e aqui destacado como inspiração é aquele suscitado por Bruce Albert a respeito de Davi Kopenawa:

Para além de suas reflexões e lembranças pessoais, suas palavras se referem constantemente aos valores e à história de seu povo, e nos são transmitidas enquanto tais. Nesse caso, o ‘eu’ narrador é indissociável de um ‘nós’ da tradição e da memória do grupo ao qual ele quer dar voz. Portanto, o que ouvimos é um ‘eu’ coletivo tornado autoetnógrafo, movido pelo desejo ao mesmo tempo intelectual, estético e político de revelar o saber cosmológico e a história trágica dos seus aos brancos dispostos a escutá-lo (ALBERT, 2015, p. 539).

Ainda, é possível colocar como alguns dos assuntos exaustivamente pensados e discutidos por Nelson ao longo da sua trajetória são também discutidos por demais

integrantes do povo Rikbaktsa e, igualmente, também ocorre pelos povos indígenas no contexto brasileiro.

Outro passo determinante para o seguimento da pesquisa se refere ao apoio oferecido por Jair T. Tse Rikbaktsa, amigo e interlocutor chave nesse momento da pesquisa. Desde 2019, convivi em diferentes oportunidades com Jair. A nossa relação e convivência é permeada por alguns momentos marcantes. Um deles remete a um episódio em campo quando estávamos em uma aldeia e um grupo do animal “porcão” atravessou o rio bem na entrada da aldeia. Fato extremamente raro e uma grande oportunidade para uma caçada bem sucedida, o evento mobilizou toda a comunidade. De fato, a caçada foi exitosa e propiciou a captura de um número significativo de animais. Ter participado desse momento foi algo muito significativo. Jair, feliz com a caçada, me falou: “Isso é muito raro de acontecer. Pegar tanto porcão passando assim bem perto da gente, sem nem precisar sair pra caçar. Isso é motivo de festa. Agora você pôde participar disso, que é o que nós Rikbaktsa faz” (Diário de campo, 2019). Outro momento que pontua remete à escolha a respeito de qual seria meu clã, quando fui pintada com os traços típicos pelo ancião Dukta, o que também ocorrera em 2019. O clã escolhido pelo ancião foi o clã Arara Cabeçada, sendo o subclã Figueira. Esse é o clã e o subclã de Jair, então, desde esse momento, Jair passou a me chamar em algumas ocasiões de prima, demonstrando como nossa relação também era permeada por esse acontecimento¹⁶.

Contudo enfatizo como, nesse momento em especial, as nossas trocas foram muito importantes. Nesse sentido, destaco os seguintes trechos de diários de campo:

Transcorrida uma semana desde a notícia do falecimento de Nelson em decorrência da covid-19, entrei em contato com Jair. Conversamos via chamada de áudio pelo WhatsApp. [...] [Durante a conversa] Jair falou que estava muito triste: “Perdemos o nosso amigo”. Falou que na última semana não tinha nem conseguido pensar direito, que estava muito difícil. “Parece que eu vou ver o Nelson por aí. Não consigo nem falar como se ele não estivesse mais aqui com a gente. Continuo falando nele como estando presente entre nós”. Jair falou que ficava pensando por que foi ele. E que ele tinha um conhecimento de viver muito tempo fora da aldeia que era muito importante. Não teria

¹⁶ Em momento posterior ao da escolha do meu clã, Jair me contou que havia um motivo específico para essa escolha pelo ancião Dukta. Jair contou que a escolha foi em razão do acolhimento que a anciã Mariana deu a mim quando visitei sua aldeia, me abraçando e dizendo que eu era sua parente. Assim, meu clã e subclã são os mesmos dela.

outra pessoa com esse mesmo conhecimento das coisas dos cadiri (não indígenas). “Ele era muito rápido. Eu não tenho essa mesma compreensão dele sobre as coisas. Ele já tinha tudo pensado. Como seria a fábrica para produzir castanha e a organização para venda”. E também em relação à sua atuação na SESAI: “Ele que fez tudo na SESAI”. [...] No fim de nossa conversa, Jair falou: “Larissa, eu fico muito feliz mesmo em falar com você. Muito obrigado por me ligar. Vou precisar muito do teu apoio. Fico feliz que tu fale isso [que estou disponível para ajudar o povo no que for preciso e estiver no meu alcance]. Vou até falar para o pessoal, pros caciques isso” (Trechos de diários de campo, 2020).

Nas semanas seguintes, em contato com Jair, acompanhei alguns planos da comunidade, bem como conversei sobre o meu interesse em fazer pesquisa com os Rikbaktsa. Jair me apoiou, dizendo que informaria a comunidade, mas que achava que ninguém se oporia. Jair enfatizou que se fosse necessário também poderia conversar com a comunidade. Na sequência, também falamos sobre algumas ideias que surgiram de diferentes pessoas (familiares, amigos/as, colegas de trabalho), mas que dialogavam com o intuito de realizar uma homenagem a Nelson, uma vez que o luto estava sendo vivenciado de um modo diferente do habitual em decorrência das restrições frente à covid-19. Nesse cenário, Jair conversou com a família de Nelson e me deu um retorno, em setembro de 2020, de que eu poderia utilizar dados diversos, como entrevistas e fotografias. Essa utilização abrange tanto a pesquisa que origina a presente tese como também esses outros formatos de homenagens que estavam sendo pensados, ou ainda, a partir de desdobramentos futuros vinculados a iniciativas da comunidade, os quais se relacionam ao reconhecimento de minha posicionalidade em campo a partir das interlocuções estabelecidas e do devido cumprimento de encargos condizentes à expertise antropológica.

A escolha por apresentar esses percursos até então descritos tem duas explicações. A primeira delas remete ao intuito de que o/a leitor/a possa compreender como essa pesquisa foi sendo delineada, com atenção aos encontros, aos interlocutores e aos desafios conforme esses se entrecruzavam. Metodologicamente, essa escolha se justifica pela intenção de visibilizar como a etnografia proposta foi sendo construída, retornando ao que seria a sugestão de uma pesquisa colaborativa e reconhecendo os limites da pesquisa sem cair em uma falsa pretensão de abranger algum tema ou contexto num tom de totalidade. A intensão, ao contrário, busca valorizar o diálogo, a importância das relações, do respeito ao que os interlocutores

falam e como falam. É essencial, assim como colocado por Jimeno, Varela e Castillo (2011), atentar para o fato de que o fazer etnográfico – e mesmo a colaboração - ocorre cruzando as relações de poder existentes, sendo mesmo uma luta política, bem como os modos como a política perpassa a produção de conhecimentos. Ou seja, a realização de uma pesquisa em colaboração vai para além dos limites impostos pela própria pesquisa acadêmica, afinal, ela precisa abranger os interesses e as ações dos interlocutores.

Ainda no escopo de uma proposta colaborativa, essa apresentação do delineamento da pesquisa também privilegia outras pesquisas realizadas em colaborações com lideranças e/ou pesquisadores/as indígenas. Nessa direção, reitero a colaboração de Davi Kopenawa e Bruce Albert ao longo das últimas décadas e a publicação do livro “A queda do céu” (2015) em coautoria, uma vez que consiste em um relevante marco para o fazer antropológico como um todo e uma inspiração para pensar nos caminhos possíveis para a presente pesquisa. Conforme apontado por Albert, em referência ao momento em que juntamente a Kopenawa divulgaram os primeiros escritos, “o impacto da divulgação desses primeiros ensaios político-xamânicos a quatro mãos fez com que ambos nos déssemos conta do potencial dessa colaboração discursiva em prol da causa yanomami” (ALBERT, 2015, p. 532). Quer dizer, a partir do alcance da escrita etnográfica é possível pensar nas suas contribuições e nas suas relações com demais ações desempenhadas pelo/a pesquisador/a¹⁷.

A segunda explicação se relaciona com a importância de revelar como a pesquisa foi afetada pela pandemia. O ano de 2020 não foi um ano que permitiu seguir

¹⁷ Nesse mesmo sentido, podemos analisar como a colaboração a partir da produção de textos em co-autoria amplia-se no que concerne à etnografia e à etnologia. Um exemplo se refere à parceria entre Gilton Mendes dos Santos e João Paulo Lima Barreto (2015). O primeiro professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas e o segundo indígena Tukano mestre em Antropologia pela mesma universidade abordaram, em parceria, discussões acerca de uma antropologia simétrica e suas possibilidades. Outro exemplo de colaboração se refere à produção do indígena e pesquisador Joel Cuxi em coautoria com o professor Alexandre Herbetta (2016) para uma análise a respeito da estética da imagem Mehi. Outros muitos exemplos poderiam ser aprofundados, contudo, proponho, a partir dos ora citados, uma imersão nessa temática. Somada a isso, acentua-se a importância de fomentar a inclusão e participação de pesquisadores/as indígenas pertencentes a diversas etnias, o que passa a ser viável em proporções maiores desde a criação de políticas afirmativas para o ingresso específico de indígenas na graduação e pós-graduação brasileira.

planos e vontades prévias. É uma forma, então, de evidenciar como cheguei a esse campo de pesquisa e definições para a escrita da tese. Apesar de não ser um assunto proposto inicialmente nesses termos, no contexto pandêmico sua urgência foi pontuada. Portanto, revelar as situações impostas – principalmente em relação ao modo como a pandemia afetou os povos indígenas no contexto brasileiro e em específico os Rikbaktsa bem como a atuação e falecimento de Nelson – é fundamental para refletir acerca das questões metodológicas envolvidas.

Com os desdobramentos desse contexto exposto e com o vislumbre da impossibilidade de precisar a data em que seria possível realizar um campo presencial devido ao prolongamento da pandemia, a continuidade da pesquisa se desenvolveu a partir de algumas frentes. Uma característica primordial remete à adaptação ao uso de dispositivos tecnológicos como a principal forma de comunicação. Dessa forma, ligações via celular, reuniões via aplicativos como *Zoom* e *Meet*, redes sociais como *Facebook* e *Instagram* e aplicativos de conversa como o *WhatsApp* se tornaram facilitadores para o estabelecimento de diálogos e trocas. Desse modo, entendo que dei continuidade à etnografia – não a classificando enquanto uma etnografia virtual e muito menos como netnografia, uma vez que os debates a respeito de uma etnografia virtual acabam, por vezes, diminuindo a amplitude da etnografia para uma concepção meramente técnica e instrumental (RIFIOTIS *et al.*, 2012).

À vista disso, no meu campo de pesquisa, a presença de dispositivos tecnológicos se fez presente de modo a facilitar sua própria viabilidade. A etnografia ora descrita só foi possível enquanto continuidade de algo previamente iniciado com o campo presencial e com o estabelecimento de vínculos. Ou seja, virtual e real, online e off-line se misturam em uma proposta que não ocorreria do mesmo modo se a pesquisa tivesse sido iniciada já em ambientes virtuais. Ao mesmo tempo, a compreensão de que uma etnografia não é mero instrumento, mas constitui-se teórica e metodologicamente, aponta para o que Rifiotis *et al* (2012, p. 310) nomeiam como o resgate da “centralidade da dimensão vivencial da etnografia” pela Antropologia. Nas suas palavras, “é apenas do interior da experiência etnográfica que se pode alcançar e compreender a especificidade dos campos de pesquisa, sejam eles online, offline ou resultantes de um entrelaçamento desses dois domínios” (RIFIOTIS *et al.*, 2012, p. 310). Com isso, percorri as relações entre o online e o off-line, não os colocando enquanto separados ou antagônicos.

Com essas questões em prioridade, pontuo como desde 2020, a partir dos dispositivos tecnológicos descritos, realizei algumas das ações para a construção desse trabalho. Primeiramente, mantive diálogo constante com Jair. Pude acompanhar alguns desdobramentos da pandemia juntamente aos Rikbaktsa, bem como algumas iniciativas em relação às homenagens e ações sendo organizadas em memória de Nelson. De forma geral, nosso contato ocorria por troca de mensagens, áudios e por chamadas telefônicas. É interessante como esse contato constante permite acompanhar algumas alterações e especificidades vivenciadas em momentos distintos da pandemia, como no que diz respeito aos momentos anteriores e posteriores à vacinação. Com grande aderência dos Rikbaktsa, os momentos após a vacinação permitiram a diminuição da ocorrência de casos graves. Com isso, foi possível uma retomada de atividades antes paralisadas, contudo, essa retomada ocorreu de modo gradual¹⁸.

Uma segunda ação, enquanto possibilidade de trocas via ferramentas virtuais, se refere à participação no “Grupo de Estudos da cultura Rikbaktsa”, organizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Juína. Ao longo de encontros virtuais iniciados no segundo semestre de 2021, foram realizadas discussões de extrema pertinência com a presença de diversos/as pesquisadores/as das mais variadas áreas que desenvolvem ou já desenvolveram pesquisas juntamente aos Rikbaktsa¹⁹, bem como com a presença de participantes Rikbaktsa. Assinalo a importância dessas trocas constantes com outro/as pesquisadores/as, principalmente no contexto da pandemia, em que encontros presenciais não eram possíveis. Cabe ressaltar que esse grupo só foi viável nesses termos pela sua característica de ser virtual, uma vez que reuniu pesquisadores/as com residência em distintas cidades e estados brasileiros. Nesse caso, a expansão da ocorrência de encontros virtuais ao longo da pandemia ensejou essa possibilidade, com discussões originadas no IF Campus Juína e seus pesquisadores/as próximos/as ao território Rikbaktsa, mas também com a participação dos Rikbaktsa e de

¹⁸ Tal cenário pandêmico entre os Rikbaktsa será aprofundado ao longo do capítulo 3.

¹⁹ Dentre os participantes do Grupo de Estudos da cultura Rikbaktsa, destaco a presença dos antropólogos Aloir Pacini e Rinaldo Arruda. Suas pesquisas e também as trocas nesse espaço de discussão são fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

pesquisadores/as distantes, situados/as em cidades como Cuiabá, Brasília, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Outras ações possibilitadas pelo uso desses dispositivos se relacionam à pesquisa de informações divulgadas em meios digitais. Acessei diversos materiais compartilhados tanto pelos Rikbaktsa como por outras pessoas e instituições. Dentre os meios digitais acessados, destaco as redes sociais, principalmente a de Nelson, mas também as de lideranças indígenas e de associações e movimentos sociais, como da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A partir da atuação e da divulgação de informações por esses meios, foi possível acompanhar como a pandemia se desenrolou dentre os povos indígenas no contexto brasileiro e descrever algumas ações adotadas. Outro modo de acessar informações ocorreu por meio da busca por reportagens em mídias e jornais digitais.

Por meio dessas pesquisas constantes, mapeei algumas atividades que foram realizadas desde 2020. Uma delas se refere à inauguração da Biblio-Óca²⁰, a Biblioteca indígena Rikbaktsa localizada em Juína. Outra atividade remete ao projeto “O Guerreiro Sem Arma: Nelson Rikbaktsa”, o qual foi organizado pelo músico Raniel Nogueira Carvalho através da lei de Incentivo à Cultura Aldir Blanc e executou ações como o gerenciamento de um site com o nome de Nelson e a realização do “documentário Nelson Mutzie Rikbaktsa”²¹. Todas essas ações serão abordadas nos desdobramentos dessa pesquisa, contudo, aqui são mencionadas para a compreensão de como esse recurso metodológico baseado no mapeamento a partir de informações disponíveis em ambientes virtuais elencou materiais de grande pertinência.

A partir do exposto e dando continuidade à pesquisa, foi pertinente ponderar acerca de caminhos e relações possíveis. Revisitei materiais que tinha em meu domínio, como entrevistas e diários de campo. Retornei às memórias de encontros anteriores. Nesse ponto, a análise do material com base nas relações e nas perguntas propostas pela pesquisa é essencial. Assim como proposto por Strathern (2014), acerca do momento etnográfico envolvendo, ao mesmo tempo, o trabalho de campo

²⁰ O contexto de implementação da Biblio-Óca será abordado no capítulo 5.

²¹ Informações disponíveis em: <https://www.nelsonmutzie.com.br/>. Acesso em: 08 set. 2021.

e a escrita etnográfica, busco ponderar como, apesar de relacionados, no momento do trabalho de campo não poderia saber com exatidão quais seriam seus desdobramentos. Justamente por isso a importância de revisitar o material de campo e da importância do comprometimento enquanto pesquisadora com as relações, dialogando com o conceito proposto por Strathern de imersão.

Em suma, cabe atentar justamente para os percursos metodológicos e também para o modo como diferentes ações se articulam com o decorrer da pesquisa. Em outras palavras, a entrada em campo se deu a partir de uma antropologia tida como “aplicada”, “instrumental” ou “prática” por meio da minha trajetória enquanto antropóloga. Desse modo, está vinculada ao contexto que vivencio e com a atuação para além da academia. Contudo, se muito pode ser pensado a respeito da antropologia prática e suas perspectivas²². Nessa pesquisa, essa atuação foi o ponto de partida que propiciou seu desenvolvimento por outros caminhos.

A definição e continuidade da pesquisa tiveram como base os vínculos e as trocas estabelecidas. Desse modo, fui desenvolvendo a partir dos recursos disponíveis e dos encontros – os reais rememorados e os virtuais – o recorte de pesquisa ora apresentado. Nesse sentido, a interpelação de quais são as lutas e resistências dos povos indígenas, e dos Rikbaktsa especificamente, torna-se central.

Dialogando com as contribuições de Oliveira, Santos e Barbosa (2022), saliento os “complexos processos de exibição e ocultamento de fatos que compõem a construção de narrativas e sentidos” (2022, p. 15). Essa interpelação se justifica a partir da compreensão de que esses processos de exibição e ocultamento são “responsáveis pelo encobrimento dos interesses e dos protagonismos dos indígenas” (2022, p. 15). Ao privilegiar a noção de encobrimento à de “invisibilidade”, a complexidade de tais processos é ressaltada. Em contrapartida, se em termos políticos a luta indígena não tem a devida veiculação no contexto midiático e na vida corriqueira das informações que circulam sobre o Brasil, de outra parte a imersão nas redes da comunidade em questão aponta para uma vivência que amplia a luta pelo território e alcança parceiros em diferentes locais e organizações políticas. Com a

²² Para uma análise aprofundada acerca da antropologia enquanto atuação profissional e das diferenças em relação aos termos adotados, como antropologia “aplicada”, “da ação” ou “prática”, ver Cardoso de Oliveira (2004).

pandemia, essa questão alarga-se para analisar quais são as desigualdades vivenciadas e afloradas e quais as possíveis estratégias de enfrentamento.

A respeito da experiência etnográfica em universo virtual/digital, primeiramente em meio à pandemia e, posteriormente, para a conclusão da pesquisa etnográfica que origina a presente tese, saliento a permanência das conexões virtuais. Essa questão se torna fundamental ao expor o interesse de que essa pesquisa e seus encaminhamentos sejam construídos de modo a possibilitar a colaboração e, também, a sua devolução. Obviamente, essa devolução não necessariamente se materializa somente com o envio de uma cópia do trabalho ao povo Rikbaktsa, mas sim que, para além dessa devolução estritamente textual, a pesquisa possa contribuir com as ações empreendidas pelos Rikbaktsa. Ela deve ser acessível para o uso pela comunidade. Para isso, as noções de uma antropologia compartilhada e das possibilidades e limites entorno da devolução ou restituição²³ retornam ao centro do debate.

1.3 Delineamento da tese: adentrando aos capítulos

A partir do cenário exposto e interagindo de diferentes formas com as demandas dos Rikbaktsa, a presente pesquisa aborda algumas das grandes e amplas lutas empreendidas pelos Rikbaktsa. Desse modo, elenco alguns contornos dessas lutas a partir de falas, ações e eventos específicos e dos seus atravessamentos. São a luta pela terra, a luta pela saúde e a luta pela existência. Cada uma dessas lutas será abordada em suas especificidades, contudo, cabe salientar que as lutas não são estanques ou isoladas. Desse modo, é possível ponderar acerca das suas relações e mediações, não havendo um sentido unidirecional para compreendê-las. Dito de outro modo, a proposta de sequência das lutas, conforme apresentadas na tese, não remete a um único caminho, sendo possível ir e vir de uma luta para outra luta, permeando distintas ações em meio ao contexto vivenciado.

Essas três amplas lutas são apresentadas de modo articulado à biografia de Nelson. Tal proposta justifica-se na medida em que aspectos vivenciados por Nelson são o ponto de partida e o fio condutor das observações e análises concretizadas.

²³ O conceito de restituição bem como os desafios, possibilidades e limites que envolvem essa prática são abrangidos por Rial (2014).

Vincula-se, igualmente, à noção de liderança, a qual se constrói entre os Rikbaktsa ao longo das décadas e dos contatos com não indígenas, uma vez que em momentos pré-contato não havia, por exemplo, a figura do cacique de aldeia (PACINI, 1999). Contudo, aprofundarei com a atuação de lideranças se relaciona ao fortalecimento do protagonismo indígena, entre os Rikbaktsa e no cenário nacional.

No que concerne à primeira proposição, a luta pela terra, essa pesquisa discute aspectos referentes à territorialidade Rikbaktsa, pontuando como ela é plural a partir de aspectos históricos de sua territorialização bem como da relação com o território enquanto Terras Indígenas demarcadas. A luta para a manutenção de seus espaços é uma luta antiga, abrangendo a luta pela demarcação das TIs e também às dinâmicas históricas e contemporâneas para sua mobilidade e manutenção do território. Enfocar a relação Rikbaktsa com seu território é um caminho instigante para visibilizar a importância da garantia de seus direitos e território e também evidenciar como é possível dialogar com outros modos de relações, indo além da visão dissociada e oposta entre natureza e humanidade.

A segunda proposição abrange a luta pela saúde, a qual é uma luta igualmente complexa e abrangente. Aspectos históricos acerca do contexto da saúde, no caso brasileiro abrangendo a saúde indígena bem como a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), são fundamentais para pensar os desafios impostos aos povos indígenas como um todo. Essa questão ampla dialoga com uma medicina Rikbaktsa que vai muito além dos limites impostos pela medicina ocidental, além do imperativo, conforme já exposto, acerca de sua habilidade em conservar a vida a partir da evitação da morte e da doença, aspecto central da perspectiva Rikbaktsa. Contudo, os enfrentamentos para a luta pela saúde são ainda mais desafiadores se analisarmos o contexto epidemiológico e como doenças e epidemias afetaram drasticamente os povos originários. Nesse ponto, atentar para os desdobramentos frente à pandemia de covid-19 é fundamental, contudo, não a desvinculando de experiências prévias. Para tanto, acompanhar como os Rikbaktsa confrontam a pandemia é dar visibilidade para o emaranhado de lutas já empreendidas ou então que possam vir a ser concretizadas e relatadas.

A terceira e última proposição compreende a luta pela existência, e também pode ser nomeada como a luta pela vida. Tal proposta tem o intuito de analisar como diferentes movimentos são necessários para que, de fato, a premissa básica da

existência enquanto povo originário seja respeitada e garantida. Aos Rikbaktsa, assim como para os demais povos indígenas no contexto histórico e contemporâneo brasileiro, para existir é preciso resistir. Um dos movimentos propostos para analisar esse contexto, de modo articulado às proposições anteriores, remete ao intuito de privilegiar a trajetória de Nelson Mutzie. Contar a sua história, as suas conquistas bem como a sua incalculável perda em meio à luta contra a covid-19 é um compromisso fundamental. Inclusive, proponho analisar como a vida, no caso Rikbaktsa, vai para além da vida e morte de cada ser na esfera individual. Acompanhar o processo de lutos transpassados por lutas é um movimento para compreender as agências e resistências Rikbaktsa. Nesse sentido, expor a biografia de Nelson e o reconhecimento de sua atuação, pelo seu povo e para além dele, é também um modo de pensar em questões que a extrapolam. Nessa perspectiva, analiso diversas formas de resistências com base na visibilidade imagética.

Considerando a importância de dialogar com a perspectiva Rikbaktsa acerca do exposto, cabe pontuar como as lutas empreendidas – o *ethos* guerreiro – possuem a prerrogativa de defesa dos seus interesses. Apesar das especificidades de cada luta, são orientadas por essa mesma intenção. Por isso, considero que os elementos vivenciados em campo, quando tomados em seus aspectos processuais, apresentam-se como um jogo de justaposições de experiências presentes e pretéritas. Não é por acaso que aspectos históricos referentes aos processos de territorialização – a partir das contribuições de Pacheco (1998), aos contatos com outras etnias e com não indígenas bem como aspectos em relação a questões sanitárias serão, ao longo de toda a pesquisa, enfatizados. Contudo, essa ênfase é equiparada ao destaque dado aos discursos e às ações empreendidas pelos Rikbaktsa contemporaneamente. No exemplo referente à pandemia de covid-19, é preciso constatar como lutas anteriores se vinculam com a pandemia. As lutas não se restringem a ela, mas são afetadas por ela, assim como visibilizam outras questões que já eram vivenciadas, como no sentido do aumento de desigualdades já existentes.

Em vista disso, analisando qual seria um papel da antropologia nesse contexto pandêmico, busco analisar minha contribuição enquanto pesquisadora. Ao pesquisar concomitantemente ao desenrolar da pandemia quando seus desfechos ainda eram incertos, parto do princípio de que visibilizar as lutas Rikbaktsa em uma pesquisa etnográfica é um esforço por si significativo. Assim sendo, contar as histórias e

dialogar juntamente aos Rikbaktsa é uma proposta em direção a pensar também nas suas lutas vindouras. Sabemos que a pandemia e seus desdobramentos não tiveram um fim neutro ou ameno, mesmo quando revisitada após a declaração do seu fim oficial. Por isso, além de dar visibilidade às lutas atuais e históricas, é preciso criar espaços para analisar os devires (BIEHL, 2011), para que as futuras lutas também sejam contadas, ou mesmo viabilizadas.

No **Capítulo 2. Território/alidade Rikbaktsa**, apresento aspectos referentes ao território e à territorialidade que, quando justapostos, descrevem como a luta pela terra se estrutura entre os Rikbaktsa. Para tanto, início por uma contextualização dos processos demarcatórios das três Terras Indígenas da etnia: Erikpatsa, Japuira e Escondido. Ênfase as lutas perpetuadas nesses processos e, de modo articulado, analiso aspectos dos seus deslocamentos contemporâneos e da relação com as três Terras Indígenas. Ainda no escopo do capítulo 2, abordo elementos das aldeias do povo a partir de aspectos demográficos, de dados censitários e de recursos cartográficos, revelando como a noção das TIs enquanto ilhas e da sua preservação se tornam visualmente perceptíveis. Ainda, descrevo algumas das formas de vivenciar a territorialidade e o território, ressaltando como elas são plurais. Reflito a respeito de como a concretização de eventos se relaciona com o próprio modo de mobilidade e vínculo com a terra.

No **Capítulo 3. Saúde e Existência: lutas na pandemia de Covid-19 e além**, pondero acerca da importância das reflexões antropológicas e suas contribuições teóricas e metodológicas frente à pandemia de covid-19. Para isso, priorizo os debates a partir da antropologia médica e da saúde e dos estudos críticos à saúde global. Um segundo eixo central desse capítulo remete à saúde indígena no cenário brasileiro. Nessa esfera, elenco aspectos históricos do delineamento da saúde indígena e aspectos do enfrentamento à pandemia desde os contextos vivenciados pelos povos indígenas, com especial ênfase ao cenário entre os Rikbaktsa.

No **Capítulo 4. A Trajetória de Nelson Mutzie**, descrevo elementos biográficos dessa importante liderança Rikbaktsa, partindo da nossa relação e das nossas trocas. Em um primeiro momento, descrevo elementos da sua história a partir

de sua atuação na saúde indígena. Dou continuidade adentrando aspectos da sua relação com o povo Rikbaktsa. As relações travadas por Nelson bem como os caminhos escolhidos enquanto se tornava reconhecida liderança perpassam esses dois itens. Na sequência, aponto para a visibilidade que Nelson alcança nessa posição. Pata tanto, abordo distintos elementos a partir de um significativo retrato fotográfico de Nelson. Inicialmente descrevo o momento de captura do retrato, percorrendo, então, elementos performados por ele.

No **Capítulo 5. Lutos e Lutas: resistências, existências e agências**, aprofundo algumas das ações de luto em decorrência do falecimento de Nelson. Analiso como os diversos caminhos percorridos seu retrato fotográfico se articulam às ações de luto e como esse luto se mescla às lutas. Na sequência, abordo como o luto se manifesta por meio de homenagens e obituários. Adentro, então, o modo como os lutos e as lutas podem ser articulados a partir da idealização e da concretização de um projeto voltado para todo o povo Rikbaktsa: a Biblioteca Biblio-Óca. Por fim, abranjo as resistências a partir dos lutos e das lutas e do modo como estas permeiam o cotidiano Rikbaktsa.

A organização dos capítulos pretende apresentar distintas nuances das lutas empreendidas pelos Rikbaktsa. Contudo, essa apresentação não é linear ou unidirecional. Conforme o/a leitor/a avança pelos capítulos, aspectos descritos em um tópico se conectarão a aspectos delineados em tópicos outros. Esse movimento ampliará as possibilidades de compreensão dos diversos contornos das lutas engendradas.

2 TERRITORIO/ALIDADE RIKBAK TSA

O presente capítulo discute os elementos acerca da territorialidade Rikbaktsa. Proponho analisar o caso do povo Rikbaktsa, no qual as três Terras Indígenas correspondem ao atual território demarcado, contudo, ponderando que o território imemorial, histórico e tradicional corresponde a uma extensão infinitamente mais ampla, a qual abrangia a bacia do rio Juruena na sua totalidade. A territorialidade Rikbaktsa torna-se, então, uma chave de leitura para analisar os deslocamentos contemporâneos realizados pelos Rikbaktsa e sua relação com as três TIs. Nessa direção, apresento os processos demarcatórios, aspectos demográficos e cartográficos das Terras indígenas e suas respectivas aldeias. Por fim, proponho adentrarmos formas de vivenciar esse território e essa territorialidade Rikbaktsa. Ressalto como a noção de luta perpetrada pela terra permeia as discussões ao longo de todo o capítulo.

2.1 Processos demarcatórios das Terras Indígenas do povo Rikbaktsa

Ao abordar os processos demarcatórios das três Terras Indígenas do povo, destaco como cada processo de demarcação revela questões históricas e políticas específicas, mas também correlacionadas. Iniciemos pela contextualização da primeira TI a ser demarcada, a Erikpatsa. Por meio de decretos específicos, a Terra Indígena Erikpatsa foi reservada em 1968 – nomeada como “Erikbatsa (‘Canoeiros’)” pelo Decreto n. 63.368. Já em 1991, foi homologada pelo Decreto n. 398 enquanto “Área Indígena Erikpatsa”.

Enquanto primeira Reserva, a delimitação da TI Erikpatsa se relaciona aos contatos de grupos Rikbaktsa com seringueiros e com missionários. Apesar das incertezas e da falta de informações documentadas em relação às datas dos primeiros contatos com os Rikbaktsa, desde 1850, há registros do contato com seringueiros. É válido lembrar que essa data coincide com o primeiro momento da exploração da borracha, que ocorre desde 1850 e tem seu auge até início da década de 1910. Contudo, é quando ocorre a denominada “marcha para o oeste”, a partir da década de 1940 que a exploração da borracha toma grandes proporções no território tradicionalmente Rikbaktsa, a partir do fomento oriundo do próprio governo brasileiro

(PACINI, 1999; ATHILA, 2006). Nesse contexto, há uma intensificação de conflitos entre seringueiros e os Rikbaktsa. Esse fator colaborou para o início do processo de “pacificação” por parte do padre Dornstauder em 1954 (PACINI, 1999) vinculado à Missão Anchieta e aos jesuítas.

Para uma compreensão do processo de pacificação, realizado juntamente aos Rikbaktsa, em um primeiro momento, retomo essa categorização no contexto brasileiro, o que remete aos seus resquícios coloniais. Pacheco de Oliveira (2010) aborda como promover a pacificação: “implica apenas que, no âmbito de uma circunscrição territorial, um determinado grupo de indígenas não se contraponha mais, por meio de enfrentamentos armados, às autoridades administrativas constituídas” (OLIVEIRA, 2010, p. 29).

Nesse âmbito, a pacificação prioriza apenas “o ponto de vista dos colonizadores” (OLIVEIRA, 2010, p. 30). Configura-se, portanto, enquanto uma prática tutelar, a qual impõe uma lógica de dependência ao “pacificados”.

O momento histórico da “pacificação” Rikbaktsa se vincula a um contexto nacional marcado pela lógica do sertanismo e pela ampla atuação de Rondon²⁴, notadamente na região amazônica e com fortes impactos no estado do Mato Grosso. A própria atuação federal do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) operava por meio dessa lógica. Nesse cenário, em moldes marcadamente tutelares, caberia essa proteção aos indígenas.

No caso dos Rikbaktsa, há uma vinculação com um objetivo de “amansar” “índios bravos” e de acabar com os conflitos com os seringueiros, que, cada vez mais, se acercavam. Pacini observa como o processo de pacificação se desenvolveu:

A pacificação dos Rikbaktsa seguiu três fases comuns e básicas: a primeira foi a da atração dos “selvagens” com o fim de “amansá-los”;

²⁴ Para uma compreensão do sertanismo, ressalto as considerações de Pacheco de Oliveira, que o define como um “conjunto de técnicas e saberes que, desde o século XVII, tem orientado as expedições de entrada pelo interior do Brasil (chamados ‘sertões’, desabitados pelo homem branco). Aqueles que as dirigem são chamados ‘sertanistas’ ou ‘bandeirantes’” (OLIVEIRA, 2018, p. 149). Na sequência, a respeito do rondonismo, acrescenta que corresponde a uma “doutrina relativa à proteção do índio desenvolvida pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, engenheiro militar de formação positivista, e suas equipes de colaboradores. Foi o fundador da agência indigenista oficial (SPI), dirigindo-a durante várias décadas. Seu ideário associa as técnicas do sertanismo à disciplina militar, apoiando-se em pensadores nacionais (principalmente do romantismo) e no evolucionismo de Auguste Comte” (OLIVEIRA, 2018, p. 149).

o passo seguinte foi a transformação e educação dos Rikbakta já pensados como “semi-selvagens” nos Postos; finalmente o ensinamento dos trabalhos agrícolas e industriais, especialmente em Utiariti e no BVO [Posto Barranco Vermelho] (PACINI, 1999, p. 17).

A pacificação entre os Rikbaktsa foi um trabalho missionário realizado pelos jesuítas, contudo, nos mesmos moldes perpetrados pelo SPI no tocante à proteção tutelar. O amansamento e proteção dos “índios bravos”, “selvagens”, ocorria por meio do ato de civilizar correlacionado ao de catequizar por meio de uma postura paternalista (PACINI, 1999, p. 17).

Os primeiros contatos visando a essa “atração” pelos jesuítas ocorriam através de idas ao encontro com diferentes grupos Rikbaktsa espacialmente dispersos. A estratégia de entrega de brindes, como machados, facas e tesouras, foi amplamente utilizada (DORNSTAUDER, 1975; PACINI, 1999). Enquanto alguns grupos aceitavam os contatos e a proposta de relação pacífica com os jesuítas, outros grupos Rikbaktsa tiveram como estratégia ir mais para dentro da mata, se afastando gradativamente dos possíveis pontos de contato. Inclusive, Pacini coloca como “os Rikbaktsa ‘pacificados’ visitavam os ‘bravos’ para os ‘amansar’ falando das vantagens de uma relação amigável com os brancos” (PACINI, 1999, p. 159).

Com a ampliação do projeto de pacificação e seu relativo êxito com a conquista da confiança pelos jesuítas, a expansão da atuação missionária ocorreu por meio da atuação dos Postos de Assistência Indígena missionários (PAIs), um dos principais mecanismos referentes ao processo de atração, coordenados por membros da Missão Anchieta²⁵. O papel desempenhado pelos PAIs é descrito por Pacini no seguinte excerto:

Como forma de neutralizar a dispersão dos Rikbaktsa num território imenso, o Pe. Dornstauder, acostumado com expedições freqüentes na “missão volante”, percebeu a necessidade de um trabalho mais constante e passou a montar alguns Postos de Assistência Indígena que tiveram o papel importante de ser uma referência visível da

²⁵ Dentre os jesuítas que atuaram diretamente nos Postos de Assistência Indígena, além da centralidade do Padre Dornstauder, destaca-se Tolksdorf. “De origem alemã, foi personagem importante que, enquanto responsável intermitente por postos e outras instituições dedicadas ao acolhimento, tratamento e, de certa maneira, ‘civilização’ de índios, transitou entre jesuítas, SPI e protestantes. Atuava como um misto de voluntário da ‘pacificação’ e funcionário - a maior parte do tempo em caráter ‘oficioso’ - do SPI” (ATHILA, 2006, p. 122).

proposta de pacificação dos missionários caracterizada pelo binômio: catequese e civilização (PACINI, 1999, p. 70).

Além dos PAIs²⁶, a pacificação entre os Rikbaktsa foi realizada por meio do Posto Missionário de Utiariti, o qual fora iniciado em 1948 e operou enquanto internato “para a assistência e educação das crianças índias” (PACINI, 1999, p. 36), abrangendo ao longo de sua existência crianças das etnias Nambikwara, Irantxe, Paresi, Apiaká, Kayabi e Rikbaktsa. Segundo relatado por Pacini,

como internato, Utiariti facilitou a retirada da parcela jovem da população do seu meio ‘selvagem’ para civilizá-la. Desenraizava as ‘crianças índias’ para ficar mais fácil de regradar sua vida e impor um ritmo de estudo e aprendizado (PACINI, 1999, p. 36).

Desde o início do processo de “pacificação” juntamente aos Rikbaktsa, as crianças começaram a ser enviadas a Utiariti. Essa prática foi facilitada pela entrega realizada aos jesuítas pelos próprios Rikbaktsa, o que não ocorrera no mesmo formato em outras etnias (ARRUDA, 1992). Há algumas explicações para essa facilidade, uma delas se relaciona com a visão dos Rikbaktsa reconhecendo Padre Dornstauder enquanto um parente, visto que haveria “uma certa crença de que os mortos podem voltar à existência terrena como Rikbaktsa ou não” (ATHILA, 2006, p. 134). Outras visões apontam para “um costume entre os Rikbaktsa de criar crianças raptadas e também de dar meninas em adoção aos homens.” (PACINI, 1999, p. 33). Outro ponto ressalta os dados de orfandade dessas crianças, seja pelas mortes causadas por epidemias ou então por conflitos. Esse cenário é sintetizado por Athila nos seguintes termos:

Se “tomadas” ou “entregues” por terem Dornstauder como “parente”, “guerreiro” ou “grande curador”- com o quê tudo isso possa significar em sua socialidade -, ou apenas em razão do verdadeiro colapso populacional, organizacional e produtivo que viveram alguns grupos Rikbaktsa, o fato é que crianças eram levadas para lá. Utiariti integrou o imaginário salvacionista dos jesuítas. A ida de crianças para o internato é uma das etapas do mito da pacificação e preservação, ao menos física, dos Rikbaktsa (ATHILA, 2006, p. 148).

²⁶ Ao todo, foram criados três Postos de Assistência Indígena pelo próprio padre Dornstauder localizados nos rios Arinos, Sangue e Juruena. Havia também o Posto de Atração Japuira e o Posto Escondido, este último concebido pela Missão Luterana no rio Juruena, em sua margem esquerda. Para mais informações, ver Pacini (1999).

Utiariti funcionou até 1969, quando foi fechado pelos próprios missionários. Segundo Pacini, essa decisão foi tomada ainda em 1968, após avaliarem que o internato “violentava as crianças retirando-as dos seus grupos maternos” (PACINI, 1999, p. 38). Com o seu fechamento, um dos PAIs em específico foi ganhando relevância, sendo esse o Posto Barranco Vermelho. A atuação jesuítica se concentrou nesse local, bem como um significativo número de Rikbaktsa passou a residir nele ou no seu entorno. Sua importância e centralidade será apresentada na sequência detalhada. Contudo, primeiramente, retomemos o processo de demarcação da primeira Terra Indígena Rikbaktsa, ainda enquanto Reserva.

A demarcação da Reserva Erikpatsa em 1968 ocorreu – não por acaso – concomitantemente a esse processo de “pacificação”, que perdurou até 1973. Ao longo do processo de “pacificação”, as malocas deixaram de ser a principal forma de moradia. Localizadas, principalmente, nas cabeceiras de córregos e interligadas por trilhas, as malocas foram concebidas em um contexto de invasão seringueira, no qual “os Rikbaktsa atravessavam os rios correndo risco de vida e tinham se adentrado na mata para ali construir suas malocas” (PACINI, 1999, p. 155). Das malocas, muitos Rikbaktsa passaram a morar nos Postos de Assistência Indígena missionários. A localização dos PAIs levava em consideração as áreas pelas quais os Rikbaktsa já circulavam, em locais que poderiam ter sido de antigas moradias como também “paradoxalmente, de barracões de seringueiros que eram desativados ou até doados à frente de pacificação pelos empresários seringalistas” (ATHILA, 2006, p. 119). Além da substituição das malocas por PAIs, ocorreu também a substituição por novos locais de moradia, denominados então por aldeias²⁷.

É interessante ressaltar que “estrategicamente os PAIs significaram uma retomada das margens dos rios como locais de ocupação dos Rikbaktsa” (PACINI, 1999, p. 155). Essa retomada possibilitou que os Rikbaktsa passassem a, regularmente, utilizar canoas e voadeiras nos grandes rios ao mesmo tempo em que se deslocavam de modo menos assíduo em trilhas pela mata. Essas alterações são

²⁷ A distinção de nomenclatura entre maloca e aldeia pode ser aprofundada em Pacini (1999). De modo geral, compreende-se que a maloca estava atrelada aos modos de moradia tradicional prévios à intervenção dos Postos de “pacificação” e assim fora denominada por na época ser o termo utilizado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Já a nomenclatura aldeia se refere a diferenças presentes com o processo de pacificação, bem como ao seu uso político por parte dos Rikbaktsa.

fundamentais para pensar nos modos de vida adotados e também em como “os Rikbaktsa redefiniram seu território num jogo político de forças e passaram a viver em Reservas” (PACINI, 1999, p. 185). Essa citação de Pacini remete a um elemento chave para a reflexão proposta, pois são essas alterações e interações que marcam histórica e atualmente a relação dos Rikbaktsa com seu território e também com sua territorialidade. Essa questão será pormenorizada mais adiante.

A partir da centralidade do PAI Barranco Vermelho, novas aldeias foram sucessivamente criadas a partir da década de 1960, com sua localização na margem direita do rio Juruena. Segundo Pacini, “o progressivo deslocamento dos Rikbaktsa que restaram para o BVO e adjacências permitiu superar as divergências entre as regiões da direita e da esquerda do Juruena” (PACINI, 1999, p. 157). Esse foi o contexto que propiciou a aglutinação²⁸ dos Rikbaktsa na então Reserva Erikpatsa. Inclusive, com o passar do tempo e também com a saída dos jesuítas, o BVO passou a ser chamado de Aldeia Barranco Vermelho²⁹.

Atrelado aos esforços dos missionários, somam-se outros fatores para que, de fato, ocorresse a aglutinação ao redor do PAI Barranco Vermelho, tais como os conflitos com seringueiros e, em um segundo momento, também com garimpeiros e com madeireiros. Outro relevante motivo se refere às doenças e epidemias que vinham desses contatos, como o caso da gripe³⁰.

Para compreender como a “pacificação” foi determinante para que de fato o modo de vida Rikbaktsa tivesse como uma de suas características a moradia nas Reservas, é preciso atentar para o fato de que a movimentação inicial para aquisição de terras foi realizada pelos padres jesuítas. O Pe. Dornstauder e, principalmente, o Pe. Edgar, que era superior da Missão Anchieta, atuaram com este propósito. Pacini encontrou 12 propostas para a Reserva que contavam com mapas realizados pelo Pe.

²⁸ O termo aglutinação é utilizado por Pacini no sentido da existência de “uma integração, mais ou menos tensa, dos diversos grupos Rikbaktsa das micro-regiões” (PACINI, 1999, p. 130) em torno do Posto Barranco Vermelho e na então Reserva Rikbaktsa.

²⁹ A Aldeia Barranco Vermelho possui grande importância contemporaneamente. Durante campo realizado em 2019, passei algumas noites nela. O cacique Darci é importante liderança, além da constante atuação de professores e agentes de saúde e saneamento. Distintas reuniões são realizadas na aldeia, que conta com estrutura para tanto e, ainda em 2019, estava sendo construído um novo espaço para acomodar um maior número de pessoas, o qual é atualmente utilizado.

³⁰ Aspectos referentes a questões de saúde e epidemias vivenciadas pelos Rikbaktsa serão aprofundados no capítulo 3 dessa tese.

Edgar, sendo algumas do lado direito e outras do lado esquerdo do rio Juruena. Sobre a principal proposta, Pacini (1999) destaca:

Outra proposta foi a terra do BVO, que resultou na Reserva Rikbáktsa: "Trata-se de um donativo ao R. P. Edgar de dez mil hectares de terra [...] Mas parece que o terreno vai pela região do córrego Rico [...] Mas existe o desejo de se adquirir a terra do Barranco Vermelho tendo por limites: os dois rios, o Juruena e o Sangue." (Schmidt, Pasta 4, fascículo 8). Essa Reserva foi pensada desde 1960 a partir do BVO e do PAI Régis, sem participação dos Rikbaktsa (PACINI, 1999, p. 71).

O trecho torna evidente os esforços realizados pelo Pe. Edgar para a concretização de uma Reserva Rikbaktsa. Pacini discute como a ideia central era a de que este espaço territorial seria suficiente para que todos Rikbaktsa viessem morar conjuntamente. É uma ideia que remete à lógica do pequeno agricultor. A partir dessa visão, os esforços dos jesuítas ocorrem para a atração de grupos e indivíduos Rikbaktsa que estavam em outras aldeias e em outros PAIs para o PAI Barranco Vermelho. Essa lógica também possibilitava a entrega das terras para terceiros. Nesse ponto, retomo o contexto nacional de criação de reservas indígenas. A partir das considerações de Pacheco de Oliveira, ressalto como a criação de reservas, "frequentemente descrita tão somente como um procedimento humanitário e idealista – contribuiu para a normalização do mercado de terras na região, inclusive acarretando a elevação do valor da terra como mercadoria" (OLIVEIRA, 2016, p. 272).

Podemos analisar algumas consequências dessa aglutinação em torno da Reserva, e atual TI, Erikpatsa. A primeira se refere ao paradoxo frente aos conflitos com seringueiros e, posteriormente, também com garimpeiros e madeireiros. Se, por um lado, a ida para a Reserva os afastava da região mais intensa dos conflitos, por outro lado, as terras ficavam totalmente desprotegidas e passavam a ser, cada vez mais, invadidas. Sobre esse quesito, Pacini descreve:

Essa transferência [para a Reserva] significou uma derrota da resistência Rikbaktsa e facilitou a continuidade na invasão de grande parte do Escondido por garimpeiros, madeireiros, especialmente pela Cotriguaçu. Os municípios de Aripuanã, Juruena e Cotriguaçu foram se formando, em parte, dentro dessas terras tradicionalmente ocupadas pelos Rikbaktsa (PACINI, 1999, p. 130).

Outra consequência se refere aos impactos nas relações entre os diferentes grupos Rikbaktsa, residindo no mesmo espaço somente a partir da aglutinação. Conflitos oriundos de antigas relações entre os grupos Rikbaktsa e também a partir das distintas visões diante do processo de pacificação se potencializaram em uma convivência que era novidade nos seus processos sociabilidade. Rivalidades, disputas internas e antagonismos permaneciam (PIRES, 2012, p. 88; ATHILA, 2006, p. 123), contudo, com uma possibilidade maior de articulação devido à proximidade.

A esse último ponto, soma-se o fato de a Reserva corresponder a um pequeno e insuficiente espaço territorial. Cabe lembrar como essa aglutinação se dá em contrapartida ao modo de vida Rikbaktsa até então predominante, o qual pressupunha maiores e mais constantes deslocamentos territoriais perpetrados pelos distintos grupos Rikbaktsa.

Com o êxito do processo de aglutinação, tornou-se, com o passar do tempo, evidente que o território correspondente à TI Erikpatsa era muito pequeno para a garantia da reprodução física e social Rikbaktsa. Desse modo, aos poucos, iniciativas que visavam a expandir o território foram adotadas. Contudo, com o abandono de outros territórios, como dos PAIs Japuira e Escondido, foi preciso lidar com o uso destes por terceiros, tanto no caso do surgimento de cidades em cima das áreas tradicionalmente Rikbaktsa como também com o desmatamento e extração de madeiras nobres.

Nesse contexto, iniciaram-se ações para a retomada de terras. O primeiro esforço exitoso se refere à atual TI Japuira, localizada entre o rio Arinos e o Rio Juruena e contígua à TI Erikpatsa. De acordo com Athila, sua retomada “demandou um conflituoso processo de luta, contado hoje como uma ‘saga’ pelos Rikbaktsa” (ATHILA, 2006, p. 68). Esse processo contou com o auxílio de alguns jesuítas, o que mostra as contradições envolvidas nos processos de deslocamentos e interesses atrelados. Nessa conjuntura, a TI Japuira foi a segunda a ser demarcada, sendo declarada em 1985 (Decreto nº 92.011) e homologada em 1991 (Decreto 386).

A TI Escondido estava em processo de identificação desde 1985, sendo declarada em 1996 (Portaria nº 668) e homologada em 1998 (Decreto s/ número de 08/09/1998). Os decretos evidenciam a morosidade do processo. Muita luta ocorreu até o momento da sua posse legal, o que ocorreu somente em 1998 com a criação de uma aldeia também nomeada Escondido. Segundo Reis e França (2012), até a data

de sua posse, ocorreu uma significativa extração de madeiras nobres da futura TI, pois a população do entorno sabia da iminência da homologação e que isto significaria sua “perda” enquanto área sem fiscalização e com exploração facilitada.

A contextualização do processo de demarcação das três TIs do povo Rikbaktsa é um ponto de partida fundamental para a compreensão de que, historicamente, o território Rikbaktsa ocupava toda a bacia do rio Juruena. Contudo, hoje não mais. De acordo com Reis e França (2012), a soma dos territórios das três TIs equivale a 401.381 hectares, o que é muito menor do que os aproximadamente 50,000Km² e 5 milhões de hectares referentes ao território tradicional:

O povo Rikbaktsa imemorialmente vive na bacia do rio Juruena e seu território tradicional situava-se entre os paralelos 9° e 12° graus de latitude sul e os meridianos 57° e 59° graus de longitude oeste, espalhando-se pela bacia do rio Juruena, desde a barra do rio Papagaio, ao sul, até quase o Salto Augusto no alto Tapajós, ao norte, hoje conhecido como Parque Estadual Igarapés do Juruena; a oeste expandia-se em direção ao rio Aripuanã e a leste até o rio Arinos, na altura do rio dos Peixes, configurando uma região de cerca de 50 mil km² (REIS; FRANÇA, 2012, p. 234).

Essa contextualização acerca dos processos demarcatórios das TIs Rikbaktsa demonstra as especificidades vivenciadas bem como uma relação com um contexto ampliado no cenário brasileiro. Como vimos, as lutas nesse contexto histórico foram engendradas nessa vinculação com a demarcação territorial. Dando sequência a essas proposições, adentremos no seguinte item acerca de elementos contemporâneos da mobilidade e da territorialidade Rikbaktsa.

2.2 Mobilidade e territorialidade Rikbaktsa contemporaneamente

Após abordar questões referentes ao processo de demarcação das TIs do povo Rikbaktsa, analiso algumas questões atuais da relação do povo Rikbaktsa com seu território e também na relação com sua territorialidade. Um primeiro ponto se refere a compreender que a época do contato e da intensa relação com seringueiros e com os jesuítas gerou impactos e modificações tanto nos modos de vida como na cosmologia Rikbaktsa (PIRES, 2012, p. 42). As principais alterações se referem à fixação em determinadas regiões, a qual é ampliada a partir da demarcação das Terras Indígenas

e do cultivo de roças nas aldeias. Essas alterações não significam uma estagnação, mas sim analisar como as transformações ocorreram ao longo dos anos. Apesar da prática missionária tutelar deixar marcas e ter causado uma dependência vinculada a uma prática assistencialista, é possível observar como a retomada da autonomia foi sendo paulatinamente reforçada. Sobre esse aspecto, Athila descreve:

Ao recuperarem gradativamente sua autonomia, fica cada vez mais evidente que as micro-relações de troca e hostilidade, que sedimentavam os múltiplos grupos Rikbaktsa em um território imenso, não desapareceram hoje. Têm expressão cada vez maior nos padrões de aldeamento, desde sua composição e tamanho, até sua dispersão pelo território (ATHILA, 2006, p. 175).

Nesse sentido, a permanência de microrrelações, tanto de trocas como de hostilidade, ressignificadas nos aldeamentos e na dispersão territorial apontada no excerto acima, demonstra como analisar a mobilidade e a territorialidade é um caminho instigante. Nessa proposta, adentrarei alguns elementos contemporâneos juntamente aos Rikbaktsa.

Para tanto, inicio pelo diálogo com conceitos fundamentais da geografia, como o de territorialidade. Segundo Sack, a “territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo” (SACK, 2011, p. 63). É a partir dessa noção que Little (2004) analisará a relação de territórios sociais e os povos tradicionais no Brasil, propondo uma antropologia da territorialidade:

O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (LITTLE, 2004, p. 253-254).

Ao destacar a necessidade de uma abordagem histórica, Little vai além ao pontuar a importância das etnografias para a investigação antropológica da territorialidade. A partir de pesquisas etnográficas, é possível compreender modos específicos característicos da diversidade de territórios. Nesse contexto, Little utiliza

o conceito de cosmografia para analisar a relação específica de um grupo social com seu território:

A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2004, p. 254).

A esses dois autores, adiciono as contribuições de Pacheco de Oliveira (1998) acerca da noção de territorialização e seus processos:

A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

A partir dessa noção, Oliveira aborda como os processos de territorialização são os processos por meio dos quais determinado “objeto político-administrativo”, como é o caso das comunidades indígenas no Brasil, “vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais” (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Desde esses conceitos e questões teóricas, proponho analisar o caso do povo Rikbaktsa. Como já vimos, atualmente, as três Terras Indígenas correspondem ao atual território demarcado. Contudo, o território imemorial, histórico e tradicional corresponde a uma extensão infinitamente mais ampla que abrangia a bacia do rio Juruena na sua totalidade. A esse espaço territorial mais amplo, nomeio como territorialidade Rikbaktsa. Com isso, não pressuponho que ela seja fixa ou idêntica ao território de um tempo passado, mas sim que vai além dos limites do território Rikbaktsa. Essa territorialidade – ou territorialidades no plural devido à sua abrangência e à sua diversidade espaço-temporal – torna-se então, uma chave de leitura para analisar os deslocamentos contemporâneos realizados pelos Rikbaktsa e sua relação com as três TIs.

No que concerne à relação dos Rikbaktsa com suas Terras Indígenas, a partir das falas de lideranças do povo Rikbaktsa e também da análise cartográfica³¹, pontua-se a grande preservação agroflorestal do território, sendo sua sustentabilidade primordial para o desenvolvimento econômico e social do povo em questão.

A preservação das TIs do povo Rikbaktsa contrasta com o seu entorno, repleto de monoculturas, veneno e desmatamento. Enquanto povo guerreiro, os Rikbaktsa enfatizam a atual preservação ambiental do seu território e as lutas que empreendem para sua manutenção. Para tanto, atuam a partir de uma prática que visa a, em consenso³², sustentar essa preservação e modo de relação com o território. A sustentação converge com as contribuições de Kopenawa e Albert (2015) sobre a necessária evitação da queda do céu, principalmente no sentido de uma atuação contra o desenfreado avanço de práticas de devastação às florestas, o que, por sua vez, acaba sendo um dos desdobramentos das lutas pela terra empreendidas cotidianamente, seja em ações pontuais seja na organização de ações mais amplas. A preservação agroflorestal do território ou, em outras palavras, a floresta em pé, é uma forma de objetificar e visibilizar algo muito mais amplo. A saber, o direito do povo Rikbaktsa enquanto povo originário à terra.

O contexto evidenciado se relaciona com a garantia do território, que já é limitado quando retomamos os dados sobre mobilidade Rikbaktsa em épocas anteriores com deslocamentos por regiões mais amplas (PACINI, 1999; ARRUDA, 2019; ATHILA, 2006; PIRES, 2012). A defesa do território ocorre por meio da sua proteção legal e, também, através de ações ordinárias, como a implementação de planos de gestão territorial³³.

Apesar de as três TIs estarem homologadas, o cenário atual demonstra a necessidade de atenção e lutas para que não ocorram retrocessos, bem como a garantia da efetivação, consolidação e ampliação de direitos. As principais ameaças

³¹ Tal questão será detalhada no próximo item desta tese, a partir de recursos cartográficos.

³² A busca pelo consenso é característica central para a compreensão da organização político, econômica e social do povo Rikbaktsa. Desse modo, ela permeará as ações e relações descritas ao longo desse trabalho.

³³ Há dois Planos de Gestão Ambiental e Territorial do povo Rikbaktsa. O primeiro deles corresponde ao Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena do Escondido (2016). O segundo e mais recente concerne ao Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Povo Rikbaktsa (2020). Ambos os documentos são instigantes para uma compreensão de aspectos vivenciados pelo povo em seus próprios termos.

contemporâneas ao território se relacionam com as possíveis invasões por madeireiros, garimpeiros e grileiros, bem como pelas práticas e pelos discursos perpetrados por parte de alguns governantes³⁴.

Ao retomarmos a relação do território com a territorialidade – territorialidades – Rikbaktsa, proponho um modo de análise específico para o caso das três Terras Indígenas do povo Rikbaktsa. É possível pensar nas TIs enquanto ilhas. Ao utilizar essa nomenclatura, relaciono-me com a ideia de isolamento ou de único local da escala englobada com determinadas características. No caso das TIs, a ideia de ilha remete à ideia inicial dos jesuítas em relação à aglutinação em uma única Reserva (PACINI, 1999). Contudo, contemporaneamente, colocar as TIs como ilhas pode se referir a distintos sentidos. Alguns desses sentidos se dão como ilhas de preservação, com floresta em pé, com determinadas características físicas, bióticas e sociais, bem como em relação a deslocamentos realizados. Ilhas ainda no modo como as relações internas e externas ocorrem em cada TI, nas relações entre TIs e com outros locais.

No tocante às relações entre TIs, um dado significativo se refere à necessidade de deslocamentos de uma TI em relação a outra. A mobilidade para o convívio social ocorre de modo individual ou coletivo, sendo alguns exemplos para reuniões que envolvem todo o povo, festas compartilhadas entre todos ou algumas aldeias, reuniões das mulheres no âmbito da associação das mulheres, etc. Outro exemplo de mobilidade se refere à busca pela ponta de flecha, a qual só tem atualmente na TI Escondido, evidenciando dinâmicas para a garantia de recursos essenciais, nesse caso, para a prática da caça.

A noção de ilhas enquanto território que pertence a uma territorialidade que é muito mais ampla é uma questão central para pensar nas relações internas e externas. A territorialidade, apesar de mais ampla e plural, também já sofreu alterações devido a distintas pressões externas no que concerne à sua mobilidade. Nesse caso, entra o exemplo da cidade de Juína enquanto uma aldeia. Juína como uma aldeia por ser uma cidade construída em cima da terra na qual, em outros tempos, havia uma aldeia

³⁴ Tais enfoques não serão descritos nesse trabalho. Contudo, para o/a leitor/a que se interesse nesse tema, sugiro analisar os desdobramentos do governo Bolsonaro e também acerca das tramitações de leis que envolvem os povos originários, com destaque para o “marco temporal”. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) realiza um acompanhamento detalhado, o qual encontra-se disponível em: <https://apiboficial.org/marco-temporal/>. Acesso em: 23 set. 2023.

do povo Rikbaktsa, mas também pelo que isso implica nos dias atuais. A partir da cidade de Juína, muitos direitos são atualmente acessados. Nesse sentido, a ideia de relações construídas e reconstruídas pode ser um caminho interessante. Juína continua sendo uma referência importante, tanto pela fala constante de que era uma aldeia como pelas constantes idas e vindas – escalonadas ou então mais frequentes linearmente –.

O fato de os Rikbaktsa viverem majoritariamente nas TIs traz problemáticas relevantes, tanto com o intuito da proteção de seu território como das necessárias relações com o entorno. Em alguns casos, essas relações são realizadas pelas lideranças do povo Rikbaktsa, na esfera local e também federal. As proteções legais – como a Constituição Federal de 1988 no âmbito brasileiro e da Convenção 169 no âmbito internacional – são um caminho utilizado para a defesa da preservação do território Rikbaktsa, atuando em conjunto com uma articulação a nível nacional dos povos indígenas. Cabe compreender, nesse momento da discussão, a indissociabilidade entre o território e a floresta do cotidiano Rikbaktsa.

A fala Rikbaktsa orgulhosa da preservação praticada revela aspectos fundamentais tanto na relação interna entre o próprio povo como também na relação externa, seja com outras etnias, vizinhos, entidades e órgãos estatais e privados, aliados ou inimigos. Para analisar essas relações, é preciso compreender como os pontos de vista – dialogando com o perspectivismo ameríndio (CASTRO, 2002; VILAÇA, 2000) – do povo Rikbaktsa são distintos do proposto em uma visão ocidental. O que na visão ocidental é tido, quando analisado positivamente, enquanto preservação ambiental, para os Rikbaktsa, é condição básica de vida. Os modos de viver Rikbaktsa não podem ser analisados dissociados da natureza, dos animais e demais seres (ATHILA, 2006). Nesse sentido, a cosmologia Rikbaktsa e suas ações podem contribuir com o debate referente ao antropoceno (HARAWAY, 2016; TOLA *et al.*, 2019), contrapondo, dessa forma, lógicas distintas e visibilizando a insustentabilidade devastadora das práticas extrativistas desenfreadas e sua relação com o fim do mundo como o conhecemos³⁵.

³⁵ Para uma compreensão aprofundada acerca dos debates referentes ao antropoceno, ver Haraway (2016) e Tola *et al.* (2019).

Enfocar a mobilidade e territorialidade Rikbaktsa em tempos contemporâneos, principalmente por meio da compressão da ideia das TIs enquanto ilhas, potencializa a compreensão a respeito das lutas pela terra perpetradas. Ou seja, é uma forma de reconhecer os limites de uma territorialidade recortada, mas também das possibilidades a partir das vivências no interior das três Terras Indígenas. No próximo item, as Terras Indígenas e suas respectivas aldeias são o palco central para aprofundarmos essas concepções.

2.3 As aldeias Rikbaktsa: aspectos demográficos e recursos cartográficos

As concepções de território e da territorialidade Rikbaktsa também podem ser pensadas a partir de aspectos demográficos e da visualização cartográfica das relações contemporâneas entre aldeias. Desse modo, esse item descreverá elementos referentes às aldeias e aos deslocamentos realizados no cotidiano a partir da exposição de dados de campo, censitários e também a partir de recursos cartográficos.

Nos primeiros meses da pandemia de covid-19, principalmente no mês de abril de 2020, a preocupação com os deslocamentos necessários para acessar a recursos nas cidades próximas em meio ao planejamento para a permanência nas aldeias em quarentena ensejou a organização por parte de Nelson dos dados de cada aldeia e também a respeito dos trajetos usualmente percorridos. Essa organização, naquele momento, teve o objetivo de explicar para possíveis parceiros a necessidade de apoio na aquisição de combustível, alimentos e de utensílios para a prevenção contra a contaminação pela coronavírus. Esse objetivo será retomado no capítulo subsequente dessa tese, contudo, alguns desses dados compilados nessa oportunidade por Nelson são ora ressaltados devido a sua pertinência para um enquadramento das estruturas e relações entre Terras Indígenas e suas respectivas aldeias.

Na tabela apresentada a seguir, estão compiladas as informações organizadas por Nelson a respeito das aldeias Rikbaktsa:

Tabela 1 - Dados Terras Indígenas e aldeias Rikbaktsa

TERRA INDÍGENA	MUNICÍPIO	ALDEIA	Nº DE FAMÍLIAS
Erikpatsa	Brasnorte	Escolinha	18
Erikpatsa	Brasnorte	Divisa	7
Erikpatsa	Brasnorte	Cabeceirinha	8
Erikpatsa	Brasnorte	Barranco Vermelho	11
Erikpatsa	Brasnorte	Palmeira do Norte	3
Erikpatsa	Brasnorte	Novo Paraíso	8
Erikpatsa	Brasnorte	Boa esperança	13
Erikpatsa	Brasnorte	Cajueiro	6
Erikpatsa	Brasnorte	Primavera do Oeste	4
Erikpatsa	Brasnorte	Laranjal	11
Erikpatsa	Brasnorte	Pedregal	6
Erikpatsa	Brasnorte	Vale do Sol	4
Erikpatsa	Brasnorte	União	3
Erikpatsa	Brasnorte	Primavera	28
Erikpatsa	Brasnorte	Curva	18
Erikpatsa	Brasnorte	Curvinha	5
Erikpatsa	Brasnorte	Segunda	20
Erikpatsa	Brasnorte	Beira Rio	22
Erikpatsa	Brasnorte	Areia Branca	5
Erikpatsa	Brasnorte	Bacaval	2
Erikpatsa	Brasnorte	Nova	24
Erikpatsa	Brasnorte	Velha	9
Erikpatsa	Brasnorte	Pedra Bonita	18
Erikpatsa	Brasnorte	Seringal I	5
Erikpatsa	Brasnorte	Seringal II	13
Erikpatsa	Brasnorte	Santa Rita	13
Japuíra	Juara	Divisa Marcolino	8
Japuíra	Juara	Jatobá	20
Japuíra	Juara	Pé de Mutum	24
Japuíra	Juara	Cerejeiras	22
Japuíra	Juara	Japuíra	9
Japuíra	Juara	São Vicente	5
Japuíra	Juara	Castanhal	7

TERRA INDÍGENA	MUNICÍPIO	ALDEIA	Nº DE FAMÍLIAS
Escondido	Cotriguaçu	Babaçuzal	13
Escondido	Cotriguaçu	Parajuba	7
Escondido	Cotriguaçu	Pedra da Capivara	6
TOTAL			405

Fonte: elaboração própria a partir de dados de campo (2020).

A partir da análise dos dados, no ano de 2019, temos 26³⁶ aldeias na TI Erikpatsa, 7 aldeias na TI Japuira e 3³⁷ aldeias na TI Escondido. Enquanto número de famílias, 284 habitavam a TI Erikpatsa, 95 a TI Japuira e 26 a TI Escondido. Tais números, ao retomarmos as informações já enfocadas nesse capítulo no item 2.1, se relacionam tanto com a centralidade da TI Erikpatsa como primeira TI demarcada em um processo de aglutinação como com a paulatina retomada do território e da demarcação das TIs Japuira e Escondido.

No que concerne às cidades de referência, cada Terra Indígena pertence a um município distinto. Erikpatsa pertence à Brasnorte, Japuira pertence à Juara e Escondido pertence à Cotriguaçu. Demandas com jurisdição municipal precisam ser tratadas no respectivo município de referência. Há a presença de Coordenações Técnicas Locais (CTLs) da FUNAI em Cotriguaçu, Brasnorte e Juara. Além destes três municípios, a centralidade de Juína enquanto maior cidade da região é novamente ressaltada, sendo a sede da Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso da FUNAI e também através da CTL Juína III, a qual é sede responsável pelo atendimento ao povo Rikbaktsa. Ênfase como na estrutura da FUNAI, as CTLs estão sob a jurisdição da Coordenação Regional. O deslocamento aos municípios é

³⁶ Além das aldeias apresentadas nessa compilação, tenho dados de campo a respeito de outras duas aldeias na TI Erikpatsa no ano de 2019: a aldeia Posto Novo e a aldeia Vale da Cachoeira. À época, eram aldeias com poucas famílias e indivíduos. Elas não estão integradas nos dados de modo a respeitar as informações originais organizadas por Nelson, contudo, pontuo esses dados para o/a leitor/a ter a compreensão dessas possíveis variações no número total de aldeias. Os dados apresentados se configuram no interior da pesquisa, não sendo números absolutos, principalmente ao respeitar a flexibilidade e a mobilidade Rikbaktsa.

³⁷ As aldeias Babaçuzal e Parajuba são as aldeias estabelecidas há um maior tempo na TI Escondido. Além da referência à aldeia Pedra da Capivara nestes dados apresentados, são mencionadas outras três aldeias no PGTA Rikbaktsa (2020): Paraíso, Tucunaré e Três Marcos, contudo, não há menção à aldeia Pedra da Capivara.

fundamental para o acesso a direitos sociais, por meio de órgãos como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os serviços de saúde, a própria FUNAI e SESAI, entre outros. Desse modo, ressalto aspectos práticos desses deslocamentos a partir das distâncias e características dos trajetos.

No caso da TI Erikpatsa, a menor distância percorrida desde Juína abrange 80 km de asfalto de condições medianas, há muitos buracos no trajeto, e mais 40 km em estrada de terra em boas condições até as primeiras aldeias. No interior da TI, só há uma estrada que liga todas as aldeias e sua condição varia de lugar para lugar. Por exemplo, da aldeia Beira Rio seguindo rio Juruena abaixo³⁸, a estrada tem uma difícil trafegabilidade. A aldeia também pode ser acessada via porto desde o distrito de Fontanillas (pertencente ao município de Juína), a partir do qual se segue para as aldeias por via fluvial.

O acesso desde Juína até a TI Japuira percorre 40 km de estrada de asfalto em péssimas condições até o município de Castanheira. A partir desse ponto, segue-se por mais 34 km de estrada de terra, a qual pode ter alagamentos em alguns trechos em épocas de chuva. Ainda, é necessário passar pelo interior de uma fazenda, pela qual são 8 km atravessando 12 porteiros até a chegada ao porto fluvial. Desse ponto em diante, as aldeias são acessadas somente por via fluvial. Para acessar as duas aldeias que ficam às margens do rio Arinos, pode-se ir por estrada até a balsa do município de Juruena e de lá subir os rios Juruena e então Arinos.

Já o caminho desde Juína até a TI Escondido percorre 212 km até a chegada ao município de Cotriguaçu. A estrada conta com pequenos trechos de asfalto, mas a maior parte é de terra e em péssimas condições, principalmente em época de chuva. De Cotriguaçu até a aldeia Babaçuzal são percorridos 60 Km em estrada de terra igualmente precária, tendo riscos de alagamento em parte dela. Já o acesso para as aldeias Parajuba e Pedra da Capivara é única e exclusivamente fluvial, demorando cerca de 2 horas de voadeira rio Juruena abaixo a partir da balsa de Cotriguaçu.

A respeito dessas informações, compiladas por Nelson em 2020, salienta-se que foram calculados os menores trajetos possíveis. Contudo, devido a diversos fatores, principalmente às chuvas e à falta de manutenção de algumas estradas,

³⁸ A expressão “rio abaixo” se refere ao deslocamento na mesma direção dos cursos da água.

muitas vezes, é necessário percorrer caminhos alternativos e mais longos. No contexto pandêmico, essas informações foram divulgadas para justificar a necessidade de apoio para a chegada de suprimentos até as Terras Indígenas. Entretanto, tais informações também são relevantes para uma compreensão ampliada acerca da territorialidade Rikbaktsa a partir dos desafios cotidianos de deslocamento.

Apesar de a população Rikbaktsa viver majoritariamente nas Terras Indígenas, esses dados são apresentados para observarmos como os deslocamentos são complexos, e necessários, seja para o acesso a direitos sociais nos municípios seja para o deslocamento entre aldeias e terras indígenas. Ou seja, é uma forma de ilustrar as concepções discorridas no item anterior a respeito da mobilidade contemporânea.

Isso posto, proponho observarmos alguns aspectos demográficos a respeito dos Rikbaktsa. Ao longo de diferentes momentos em campo, falas reforçavam o orgulho de o povo viver no interior das suas Terras demarcadas, atrelado ao modo como isso ocorre a partir da sua preservação agroflorestal. Ressalto como esse ponto pode ser analisado a partir de dados censitários³⁹ de 2010 e 2022⁴⁰. Iniciemos observando a seguinte tabela com informações do IBGE (2010) a respeito da população Rikbaktsa no contexto brasileiro:

Tabela 2 - Pessoas indígenas Rikbaktsa no contexto brasileiro

Brasil e Grande Região	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	1411	726	685
Norte	4	2	2

³⁹ Os dados censitários de 2010 e 2022 são apresentados nesse capítulo com o intuito de analisar quantitativamente aspectos do povo Rikbaktsa no contexto brasileiro. Contudo, saliento como essa abordagem é realizada levando em consideração as potencialidades e os limites do formato atual de coleta de dados. Ressaltando as contribuições de Campos e Estanislau, “o Censo brasileiro precisa incorporar ainda mais a pluralidade étnica da população brasileira, com sua diversidade de culturas e modos de viver. É necessário aprimorar o levantamento censitário, incluindo a perspectiva dos investigados nas discussões sobre o desenho da operação” (2016, p. 447). Desse modo, os dados ora apresentados partem de uma conexão com dados de campo, não sendo pensados de modo isolado.

⁴⁰ Ao abordar dados censitários, ressaltando as contribuições de João Pacheco de Oliveira (2016), observemos como “dados quantitativos se constituem em instrumentos cognitivos distintos, com metodologias diferentes e que respondem a interesses e ideologias também distintas, articuladas com redes sociais que podem ter finalidades divergentes” (p. 257). Nessa direção, uma abordagem a respeito dos dados quantitativos da população indígena nos censos, e da sua ausência em determinados períodos históricos, pode ser aprofundada na referida obra.

Brasil e Grande Região	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Nordeste	3	2	1
Sudeste	2	-	2
Sul	-	-	-
Centro-Oeste	1402	722	680

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

A partir da tabela acima, evidencia-se como uma porcentagem superior a 99% da população Rikbaktsa reside na região centro-oeste brasileira. A esses dados, sobreponho os dados a respeito das três Terras Indígenas Rikbaktsa:

Tabela 3 - Pessoas residentes em terras indígenas por sexo e grupos de idade - Brasil

Terras indígenas		Sexo		Grupos de idade					
		Total	Homens	Mulheres	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 49 anos
Erikpatsa	908	471	437	165	151	140	161	213	78
Escondido	30	16	14	5	3	5	5	7	5
Japuira	357	179	178	68	64	55	63	77	30
Total TIs Rikbaktsa	1 295	666	629	238	218	200	229	297	113

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Analisando as duas tabelas conjuntamente, observamos como da população total de 1411⁴¹ indivíduos pertencentes a etnia Rikbaktsa em 2010, apenas 116 residiam fora das três Terras Indígena do povo. Esse dado representa 8,2% da população. Assim sendo, colabora com a percepção de que a população Rikbaktsa concentra-se majoritariamente nas TIs. Ainda, ao analisar a última tabela em

⁴¹ De acordo com o levantamento de dados realizado por Nelson, em março de 2020 a população Rikbaktsa constituía um total de 1800 pessoas, somada a população das três TIs e de quem residia em cidades.

particular, notamos uma proporcionalidade entre o número de homens e mulheres, bem como um número expressivo de crianças nas faixas etárias de zero a quatro anos e de cinco a nove anos, o que remete a uma taxa de natalidade com números positivos.

O censo 2022, no momento desta escrita, havia divulgado somente seus primeiros resultados do universo. A partir deles, apresento a seguinte tabela:

Tabela 4 - Pessoas residentes em terras indígenas segundo as terras indígenas - Brasil - 2010 e 2022

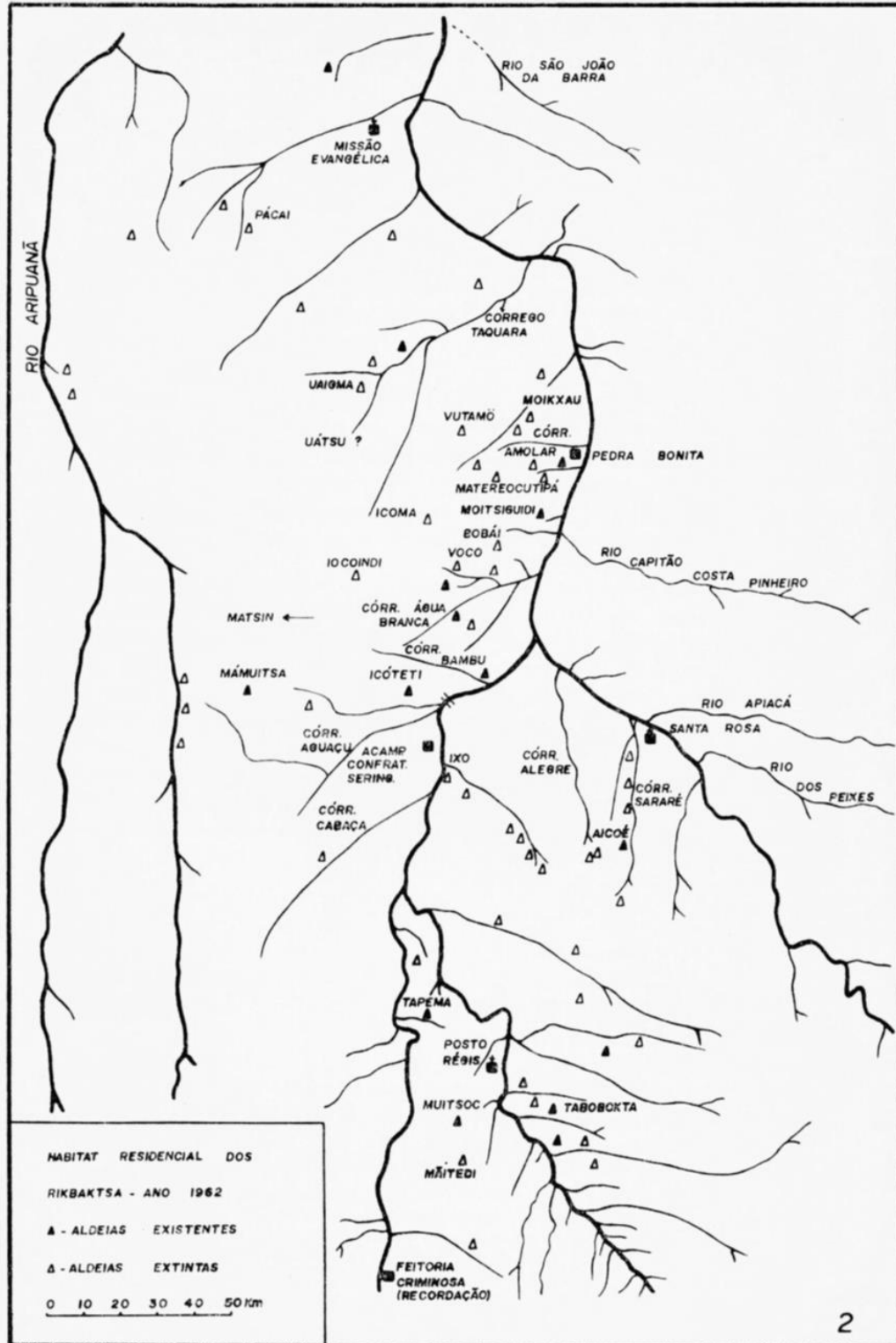
Terra Indígena	2010		2022	
	População residente	Pessoas indígenas	População residente	Pessoas indígenas
Erikpatsa	908	908	1.094	1.094
Escondido	30	30	80	80
Japuira	357	357	461	461
Total TIs Rikbaktsa	1.295	1.295	1.635	1.635

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022.

Apesar de os dados ainda serem parciais a respeito do censo 2022, algumas informações relevantes podem ser aferidas. Enquanto no censo de 2010 a população das três Terras Indígenas do povo somava 1295 indivíduos, em 2022, esse número passou para 1635. Esse dado representa um crescimento populacional de 26% no âmbito das TIs. Outro dado significativo se refere a como os dois últimos censos em questão demonstram que a população residente nas TIs compreende 100% de pessoas indígenas. Essa informação é relevante para a compreensão, baseada em dados estatísticos, a respeito dos modos de ocupação do território.

Os dados elencados, até esse momento, dialogam com a ideia anteriormente explanada a respeito de as três TIs serem analisadas enquanto ilhas. Se no item anterior apresentei essa ideia conceitualmente, nesse momento, apresento essa noção a partir de recursos cartográficos. Nessa direção, em um primeiro momento, retomo um mapa histórico, de autoria de Dornstauder (1975), apresentando o “habitat residencial” dos Rikbaktsa no ano de 1962:

Figura 1 - Mapa histórico “habitat residencial” Rikbaktsa – 1962

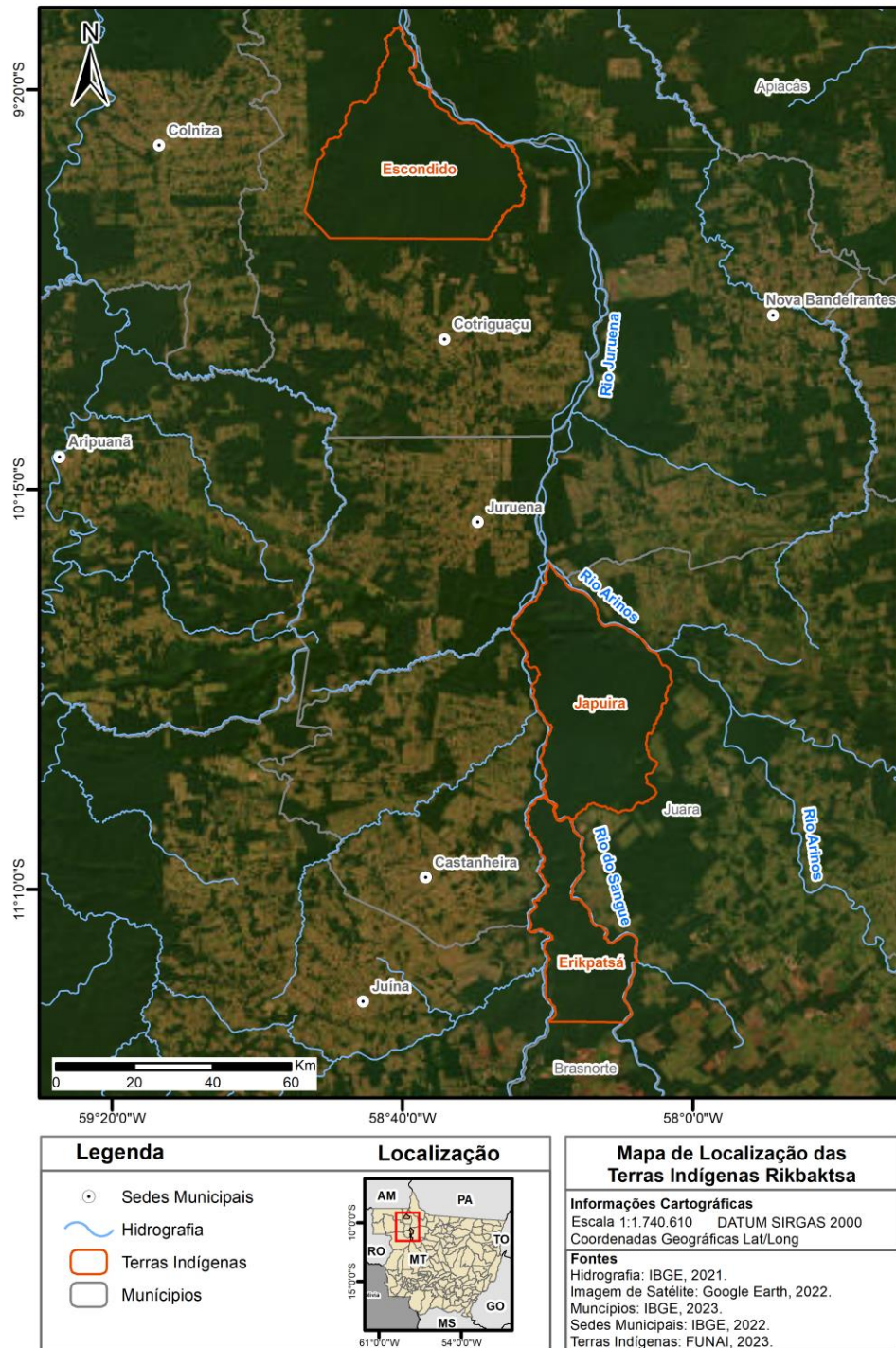


Fonte: Dornstaeder (1975, p. 29).

Ao analisarmos o mapa, ressaltando o contexto no qual fora produzido, ou seja, pelo padre Dornstauder ao longo da sua atuação a partir de 1947 na “pacificação” dos Rikbaktsa, podemos observar o que seria a área de maior circulação e moradia no ano de 1962. Por se tratar de um momento de primeiras décadas de contato, principalmente com seringueiros e outros povos indígenas, não havia uma definição de fronteiras. A indicação do Rio Aripuanã no lado esquerdo e a localização das aldeias – existentes e extintas – acompanhando os cursos d’água destacados a sua direita demonstra como, de fato, a bacia do rio Juruena correspondia ao eixo orientador da ocupação territorial.

Essa abordagem de um mapa histórico é instigante para, na sequência, nos debruçarmos sobre alguns mapas contemporâneos. Proponho iniciarmos pelo mapa abaixo, o qual apresenta a localização das Terras Indígenas Rikbaktsa:

Figura 2 - Mapa de localização das Terras Indígenas Rikbaktsa



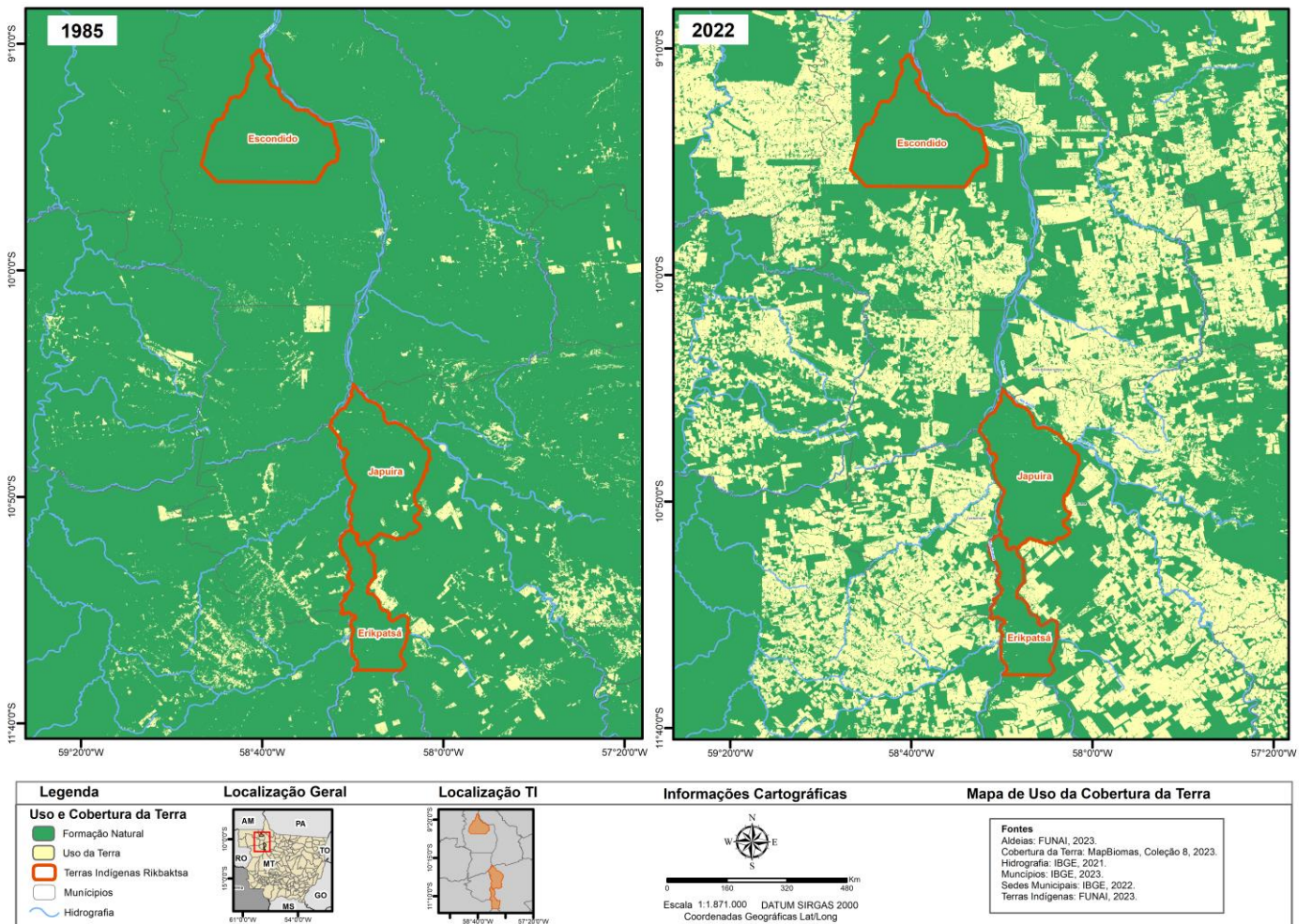
Fonte: Acquolini e Paula (2023)⁴².

⁴² Este mapa e os demais mapas que serão apresentados na sequência foram elaborados em coautoria juntamente à gestora ambiental e doutoranda em geografia Gabriela Tirello Acquolini. Desse modo, os mapas foram organizados a partir dos dados de campo da pesquisa que origina esta tese e concebidos por meio de nossa parceria enquanto

O mapa acima revela a grande preservação agroflorestal das três TIs Rikbaktsa, principalmente em contraponto as demais áreas da região. A noção de ilhas retoma ao centro do debate, sendo visível a distinção entre vegetações, o que revela os altos índices de desmatamento nas áreas exteriores às TIs. Esse dado aponta para o modo como o deslocamento contemporâneo Rikbaktsa desafia essa territorialidade adversa quando necessário percorrer caminhos para além das TIs. Em adição, para analisarmos o contexto de desmatamento cada vez mais intensificado, olhemos o seguinte mapa acerca do uso da cobertura da terra:

pesquisadoras. Objetivando propiciar os seus usos pelos Rikbaktsa, os mapas serão apresentados anexos a esse trabalho em formato com alta definição. Ainda, salienta-se que tais mapas poderão ser compreendidos como uma base inicial para o desenvolvimento de novas cartografias em um contexto posterior juntamente aos Rikbaktsa.

Figura 3 - Mapa de Uso da Cobertura da Terra

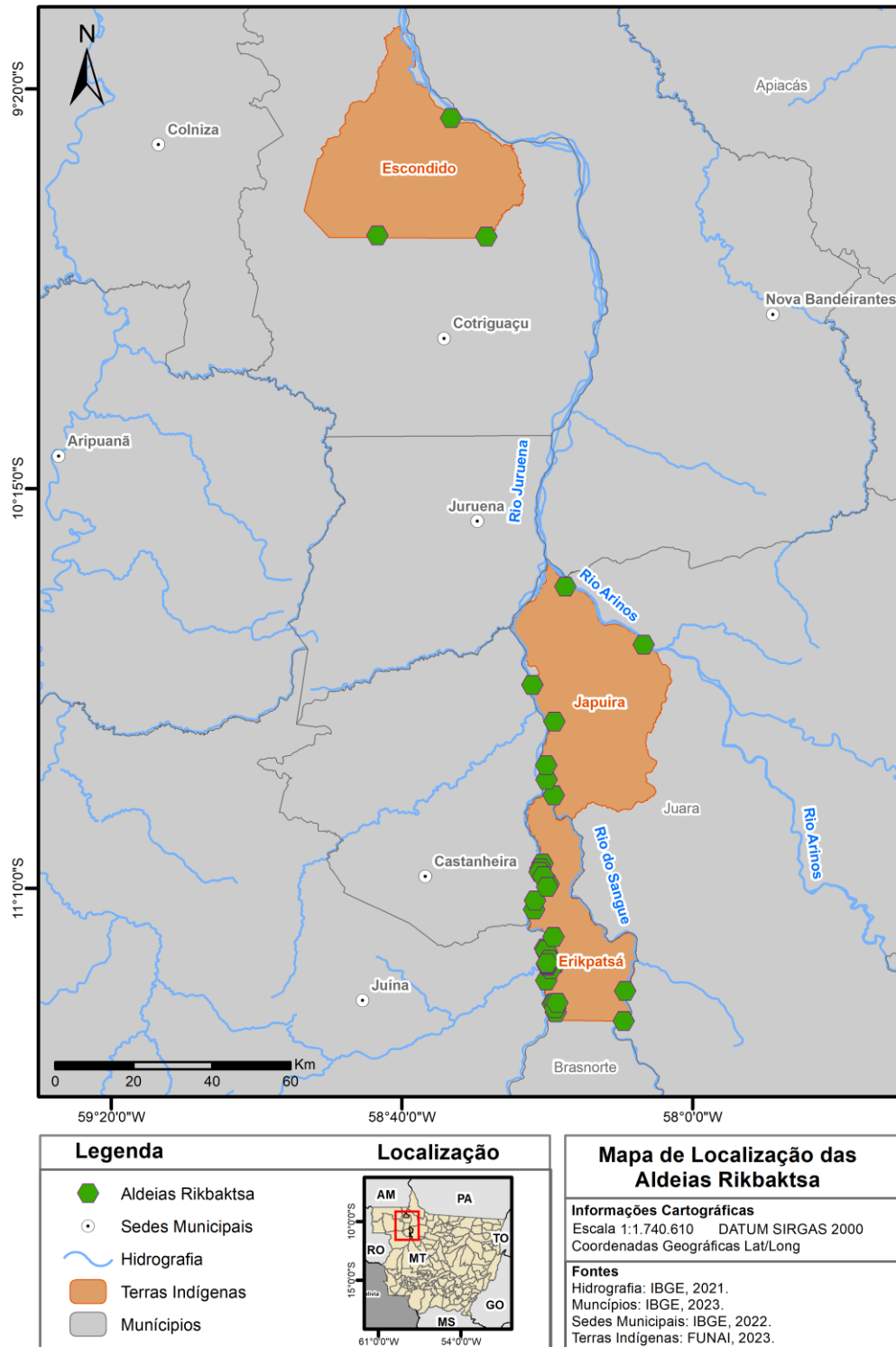


Fonte: Acquolini e Paula (2023).

Nesse mapa, o uso e a ocupação da terra, a partir da comparação dos anos de 1985 e 2022, nos permitem observar a representação do que foi retirado de cobertura vegetal desde 1985. A classificação binária distinguindo as áreas de formação natural das áreas de uso da terra – sendo que dentro deste uso estão classificações como pastagem (que é o maior uso nessa região), agricultura, silvicultura, etc. – revelam as drásticas alterações causadas pela ação do homem no espaço. Essa comparação evidencia o desmatamento acumulado e, a partir desse prisma, como que, com o passar dos anos, a situação se torna mais crítica, sendo ainda mais evidente a delimitação entre áreas internas e externas à TI. O modo de ocupação do território perpetrado pelos Rikbaktsa com a floresta em pé ganha contornos inquestionáveis. Nesse cenário, a importância dessa preservação é visualmente perceptível ao observamos tais imagens.

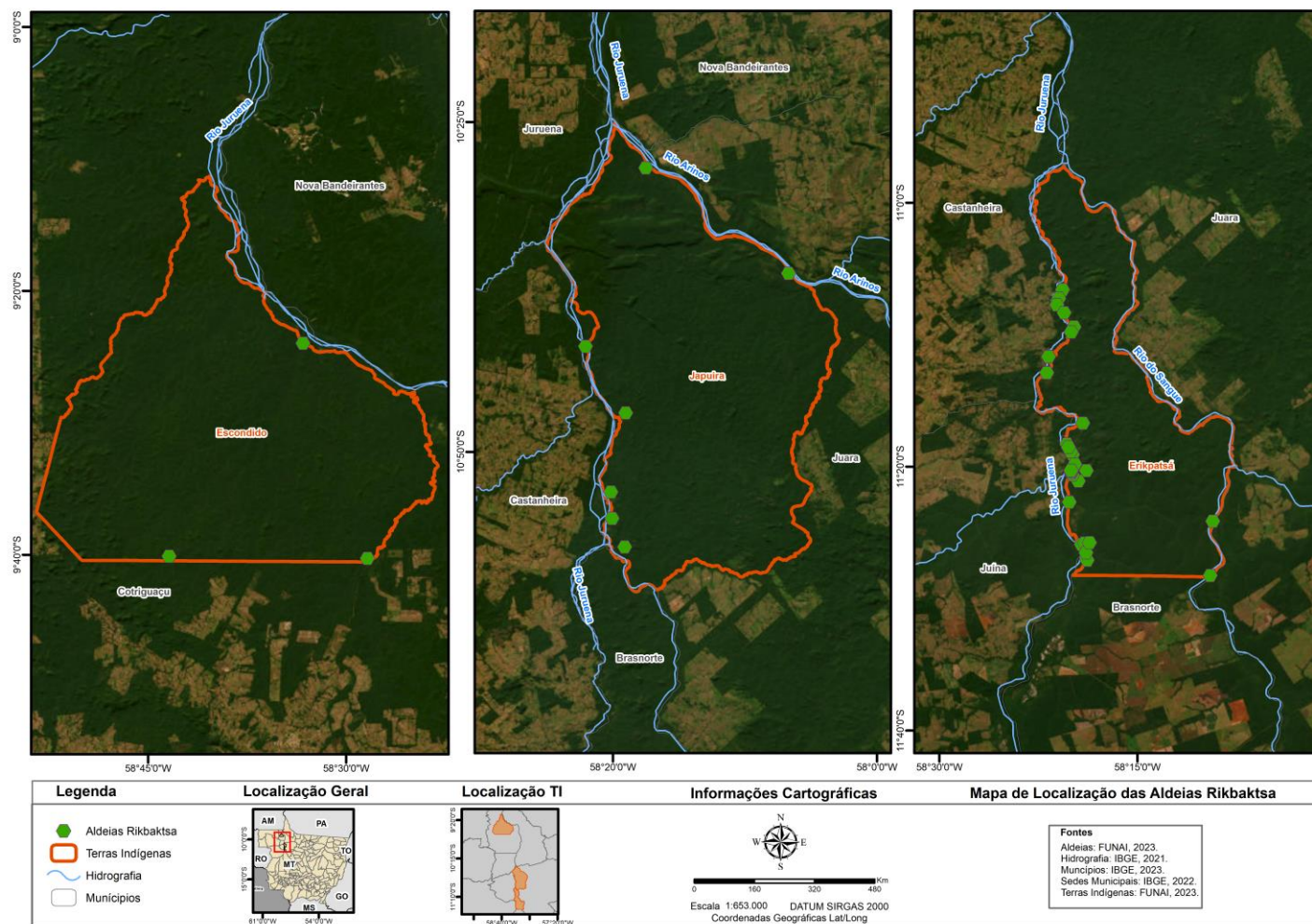
Após essa contextualização macro da região habitada pelos Rikbaktsa, proponho adentrarmos as especificidades de cada Terra Indígena, em um esforço de localizá-las espacialmente justapostas, conforme apresentado na sequência:

Figura 4 - Mapa de localização das aldeias Rikbaktsa – TIs contíguas



Fonte: Acqolini e Paula (2023).

Figura 5 - Mapa de localização das aldeias Rikbaktsa – TIs justapostas



Fonte: Acqolini e Paula (2023).

Esse esforço de mapear as três TIs da etnia, por sua vez, permite ilustrar as proximidades e distâncias entre aldeias e também de cidades próximas. Proponho pensar na existência (ou ausência) de alianças a partir dessa espacialidade, o que indica relações mais frequentes entre aldeias próximas, perceptível por meio dos agrupamentos de aldeias e da proximidade a diferentes trechos de cursos d'água e municípios. A respeito de alianças, festas e mesmo reuniões, ressalto como essas ocorrem em diferentes escalas. Algumas juntarão apenas aldeias localizadas a uma distância próxima, já outros eventos contarão com a participação de integrantes de todas (ou a grande maioria) das aldeias existentes. Conforme dados de campo, os deslocamentos também são organizados a partir de distintos objetivos particulares às aldeias ou famílias, tais como a necessidade de coletar a madeira para o feitiço de pontas de flecha na TI Escondido ou, ainda, para acessar castanhais com uma maior abundância de castanha em pontos mais afastados das suas próprias aldeias em determinadas épocas do ano. A centralidade dos cursos d'água, principalmente dos rios Juruena, Arinos e do Sangue, é inquestionável, seja para o deslocamento, seja para a constituição base das relações em cada aldeia. A água é vida, a partir do alimento e da água cristalina para consumo e a um nível macro sociocosmológico, sendo indissociável das atividades ordinárias e extraordinárias.

Ressalto como as TIs são compreendidas e vivenciadas na sua integralidade, a despeito das especificidades de cada aldeia e de cada Terra Indígena. Para uma compreensão aprofundada dessas vivências Rikbaktsa, as quais são múltiplas e dinâmicas, adentremos alguns de seus aspectos vinculados ao território e à territorialidade no próximo item.

2.4 Formas de vivenciar a território/alidade

Esse item discute como as formas de vivenciar a territorialidade e o território são plurais. Por essa razão, algumas dessas formas são aqui abordadas a partir daquilo que, ao longo do campo, e também em diálogo com outras pesquisas (ATHILA 2006; PACINI, 1999; ARRUDA, 2019) foi observado. São caminhos possíveis nessa ampla proposta de leitura. Desse modo, pondero como a participação e a concretização de eventos se relacionam com o próprio modo de mobilidade e vínculo com a terra.

Início por uma abordagem das tradições, festas e rituais Rikbaktsa, sendo um dos caminhos propostos no tocante a modos de vivenciar o território. No tocante à sazonalidade temporal, é preciso ressaltar como a organização social, política e econômica Rikbaktsa está atrelada aos ciclos da natureza e suas especificidades, sendo as grandes festas Rikbaktsa as festas da chuva e da seca, as quais são marcadas por distintos momentos e atividades. Ao longo da época das chuvas, as festas iniciam-se em janeiro e perduram até os meses de abril ou maio. Essas festas costumam ser mais amplas, com a possível participação de todo o povo. Já as festas da seca – com destaque para a festa da derrubada – ocorrem, principalmente, nos meses de maio e junho. Na seca, as festas costumam ser mais pontuais, com a junção e participação de algumas aldeias.

As grandes festas marcam a socialidade Rikbaktsa, sendo um momento de convívio e também no qual são celebrados os rituais de passagem e de nomeação. Em relação à nomeação, desde a festa da derrubada na seca ocorrem momentos oportunos em que possíveis nomes são pensados⁴³. Contudo, a “nomeação efetiva da criança e, notadamente, de um adulto, só poderá ocorrer no fechamento das festas da estação chuvosa” (ATHILA, 2006, p. 314). No que concerne a um novo nome, ele só será designado “após a mudança de status, expressa nos rituais de passagem” (ARRUDA, 2019, p. 214). Quanto aos rituais de passagem, há a furação da orelha na parte superior dos meninos recém-nascidos. Já as meninas, por sua vez, somente recebem o nome de acordo com o pertencimento clânico. Quando meninos e meninas têm ao redor de doze anos, é realizada a furação do septo nasal. Nas meninas, o marco é a menstruação, já nos meninos o marco se refere à habilidade para a caça, conseguindo flechar os animais. Quando essa prática é dominada com êxito, ao redor dos 15 anos, incluindo a caçada de animais maiores, é realizado o ritual de furação do lóbulo das orelhas, no qual será, ao final do processo, ritual colocado os botoques de madeira. Esse ritual costuma ser finalizado na grande festa da estação chuvosa. Ao longo dessa mesma festa, é possível ser realizado o processo de arranhar/riscar o rosto das meninas – principalmente ao redor da boca – e o peito dos meninos, o

⁴³ O nome Rikbaktsa, muitas vezes, não é conhecido pela maioria das pessoas. Somente os mais próximos o conhecem. De modo geral, o chamamento ocorre pelo nome cristão da pessoa ou também através do sistema pehe. Para maiores detalhes, acessar Hahn (1976), Arruda (2019), Pacini (1999).

qual pode incluir a tatuagem com o tingimento a partir de tinta preparada com a seringa ou com a castanha queimada.

Alguns destes rituais seguem ocorrendo atualmente, outros são apenas lembrados. A furação da orelha para o uso de botoques e a tatuagem feminina são ritos de passagem praticamente não mais realizados. Desse modo, somente os anciãos e as anciãs possuem visivelmente essas características de modo mais significativo. O furo do septo nasal ocorre com maior frequência, principalmente pelos homens.

Apesar de modificadas ou apenas lembradas, as práticas rituais continuam sendo valorizadas, principalmente em determinadas situações. De modo geral, acentua-se como o uso de artefatos plumários, com sementes e dentes de diversos animais, a perfuração do lóbulo e do septo nasal e a realização de tatuagens e de pinturas são características significativas para os Rikbaktsa. Se algumas práticas que eram num passado realizadas não mais ocorrem, outras práticas ainda são realizadas, algumas delas adaptadas ou transformadas. Essa relevância é abordada por Arruda ao ponderar como, mesmo no caso de um ritual específico não ser mais concretizado, sua “transmissão e a atribuição de status passaram a ocorrer por novos canais, ainda não cristalizados institucionalmente nessas novas funções, mas que procuram preencher a lacuna com relações até certo ponto experimentais” (ARRUDA, 2019, p. 217).

As memórias e falas de diversos Rikbaktsa bem como pesquisas (ARRUDA, 2019; ATHILA, 2006) anteriores apontam para certos hábitos que eram adotados em épocas passadas, incluindo as décadas de um contato inicial com a sociedade envolvente ao longo do final do século XIX e início do século XX. Nesse âmbito, Arruda descreve:

Vestiam-se com muitas voltas de colares de sementes diversas, de dentes de macaco ou de ossos de aves ou peixes. [...] Usavam também colares de dentes de porco do mato, selecionados aos pares e superpostos simetricamente num mesmo fio. As mulheres usavam apenas um par, suspenso bem próximo ao pescoço. Os homens usavam muitos pares pendendo no mesmo fio em longa carreira no peito. O último par era de dentes de capivara. Usados por homens e mulheres eram também os colares de dentes de quati, ariranha e outros animais. Os primeiros que descreveram estes trajes observaram que, por vezes, junto aos dentes de animais, podia-se reconhecer dentes humanos (de seringueiros) e uma série de

penduricalhos vindos do "branco", como cartuchos de bala, pedaços de louça etc. As meninas e mulheres usavam um grande número de braceletes de rabo de tatu canastra e de ouriço de castanha. Homens e mulheres costumavam amarrar abaixo dos joelhos e no tornozelo várias voltas de fio. Os homens também assim enrolavam o pulso, usando ainda uma fita de tecido de algodão, de uns 2cm de largura na parte superior do braço. Um encarregado da MIA contou que na década de 60 pesaram o conjunto de colares e pulseiras usados por uma mulher: a balança indicou 18 kg! (ARRUDA, 2019, p. 156).

Ao longo das experiências em campo, por inúmeras vezes, escutei histórias acerca das vestimentas utilizadas nessa época passada rememorada. Na prática, as vestimentas não se referiam a roupas de tecidos, mas aos colares usados cotidianamente. “A gente não usava roupa não”. Essa fala entrecruzada por risadas revelava que a roupa na verdade era o modo pelo qual se referiam ao uso de colares:

A gente não usava essas roupas antes. Usava só os colares. As mulheres usavam eles até aqui embaixo [em gestos demonstrava que o colar passava pelo colo do peito e tinha seu comprimento até abaixo do ventre]. E os homens usavam mais curto. Só até o peito. Essa era a nossa roupa (Trecho de fala de mulher Rikbaktsa registrada em diário de campo, 2019).

Os colares das mulheres também possuíam outra finalidade. Usados cruzados em um ombro, serviam como base para carregar bebês e crianças pequenas com maior agilidade a tiracolo. Atualmente, são confeccionados os *mushpi*: espécie de tipoia em algodão e que são utilizados do mesmo modo que, anteriormente, eram utilizados os colares, permitindo que a criança seja carregada de lado junto ao corpo. O deslocamento na própria aldeia ou entre aldeias é facilitado a partir do uso desses artefatos⁴⁴.

Contemporaneamente, o uso de roupas é generalizado. Já o uso de colares (e demais artefatos) ocorre em menores proporções, tanto na quantidade de colares usados por vez e por pessoa como também na periodicidade. Contudo, seu uso segue sendo extremamente pertinente e visível, marcando momentos e posicionamentos.

⁴⁴ Utilizo o termo artefato em consonância às contribuições de Lagrou (2010). Não há distinção entre arte e artefato tal qual na visão ocidental. O que não significa que a “fruição estética” não ocorra, mas sim em um formato que se vincula às atividades cotidianas.

Alguns dos momentos nos quais os colares são utilizados em grande quantidade se referem às festas, rituais, reuniões e também para registros fotográficos⁴⁵.

Proponho pensar nos artefatos produzidos e utilizados pelos Rikbaktsa a partir dos colares pela sua relevância e possibilidade de análise das alterações ocorridas ao longo do tempo. A partir dessas reflexões, destaco os demais artefatos. Há uma distinção entre artefatos produzidos por homens e artefatos produzidos por mulheres. Aos homens, cabe a produção da arte plumária, bem como do arco e flecha, de colares com dentes de animais e das flautas de madeira. Essa produção é realizada por meio de um processo ritual, o qual é elaborado por meio da passagem de conhecimentos dos anciãos aos mais novos, além do fato de eles serem majoritariamente produzidos no interior do “rodeio”, também nomeado como a “casa dos homens” ou “*mykyry*”. Já às mulheres cabe a confecção dos colares e de algumas peças em algodão, com ênfase nas redes. A partir da fibra da palmeira tucum, é feito o fio base para a produção dos colares, feitos com diversas sementes. A produção dos colares é feita cotidianamente, sendo comum avistar as mulheres reunidas em grupos e confeccionando as peças enquanto conversam ou participam de alguma outra reunião ou atividade. Cabe às mães e avós passarem para suas filhas os conhecimentos e técnicas utilizadas.

No tocante à vasta arte plumária, os braceletes e os cocares são feitos respeitando as cores das metades, amarelo para a metade Arara Amarela e vermelho para a metade Arara Cabeçuda. Apesar de cada peça poder ter mais de uma cor, há o predomínio da cor de cada metade no centro do artefato⁴⁶. Atualmente, são produzidos artefatos respeitando essa distinção, contudo, não há uma rigidez absoluta quanto ao uso. É possível, principalmente em momentos que não correspondem a rituais específicos, ver o uso de peças que não respeitam essa divisão⁴⁷.

⁴⁵ Ao longo do campo realizado em 2019, a cada nova aldeia que visitava, eu ganhava uma nova volta de colar. Sempre que as utilizava, havia uma preocupação, principalmente por parte das mulheres, para que elas estivessem organizadas. Assim, em diferentes momentos, uma ou mais mulheres pegavam as minhas voltas dos colares para reorganizar, garantindo que elas ficassem juntas e do mesmo padrão de comprimento.

⁴⁶ Informação obtida em campo em 2019, com detalhes mostrados a partir da análise dos artefatos que estavam sendo olhados durante a conversa.

⁴⁷ Destaco um momento em campo, em 2019, quando um grupo reunido estava rindo e me contaram que o motivo era porque, na dança que estava ocorrendo, algumas pessoas

A produção de certos artefatos por mulheres e outros por homens continua ocorrendo contemporaneamente, contudo, com algumas alterações. Uma vez que as peças produzidas são, além de utilizadas, também comercializadas⁴⁸, há uma adaptação. Esse é um dos motivos para a produção de artes plumárias com as penas disponíveis, sem necessariamente respeitar as cores das metades clânicas. Essa adaptação também incide na produção pelas mulheres de artefatos com penas, como no caso de brincos e presilhas para o cabelo. Essas produções não eram realizadas em períodos anteriores, contudo, a sua grande comercialidade acaba se tornando um ponto central. Essas alterações, observadas em campo, já são descritas desde Arruda na sua tese defendida em 1992.

Além da própria confecção dos artefatos serem em si momentos rituais, a sua relevância se dá pelo seu uso em momentos rituais maiores. Se os colares eram as vestimentas utilizadas por todos, homens e mulheres, os demais artefatos marcam os pertencimentos clânicos e às metades. Esse pertencimento, atualmente, é enfatizado principalmente nas grandes festas realizadas e já mencionadas. A organização das festas pressupõe diferentes tarefas e papéis a partir da divisão das metades Arara Amarela e Arara Cabeçuda. Além do uso dos artefatos, de acordo com as cores de sua metade, há também o uso de pinturas corporais distintas. De modo geral, os traços referentes à pintura facial da metade Arara Cabeçuda são traços grossos se comparados aos traços da pintura facial da metade Arara Amarela, cujos traços são mais finos. Há diferenças entre a pintura característica de cada clã, mas sempre respeitando o pertencimento a sua metade.

Nesse ponto, ressalto como as metades e os clãs implicam a concretização das festas e rituais em si. Dito de outro modo, algumas características da divisão em metades exogâmicas perpassam a própria possibilidade de concretização das festas e rituais. Ser pertencente à metade Arara Amarela ou à metade Arara Cabeçuda, bem como aos clãs a elas vinculados, é a primeira característica que difere as atuações e

estavam usando as peças com as cores do clã erradas. Para uma simples dança, isso era possível, mas se fosse em outro momento isso não ocorreria. E, mesmo assim, o fato era motivo de risadas.

⁴⁸ Pontuo a relevância da economia gerada a partir do artesanato, sendo este inclusive um dos propulsores da criação – no ano de 2010 – e atuação da Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa (Aimurik), a qual abrange a representação de todas as mulheres Rikbaktsa.

papéis de cada um, tanto em festas menores como em festas maiores. A mobilidade e as alianças também se referem a essas relações. No tocante aos casamentos, as festas entre aldeias são momentos de socialidade que permitem a formação de novos casais⁴⁹. Já a respeito da cerimônia de casamento em si, sua realização (ou não) nos moldes culturais tradicionais se relaciona a um debate entre os Rikbaktsa no que concerne a cumprir com o casamento exogâmico, ou seja, respeitando que o casal seja de distintas metades e clãs. Em alguns casos, essa prerrogativa não é cumprida e as consequências disso afetam a possibilidade de concretizar a cerimônia de casamento nos seus moldes tradicionais. Essa consequência abrange, inclusive, as demais festas, uma vez que é considerado “feio”⁵⁰ esposa e esposo desempenharem funções de uma mesma metade ou possuírem a mesma pintura clânica. Essa oposição é, então, fundamento para a organização e beleza das festas, o que impacta também nas dinâmicas relacionadas às relações, aos deslocamentos e à residência em distintas casas e aldeias.

Outra condição básica para a realização das festas, e também para a alimentação de modo geral, é a prática da caça, pesca e coleta. Essas atividades podem ser consideradas tecnologias cujo conhecimento foi desenvolvido pelos Rikbaktsa. Atualmente, são apreendidas no contexto escolar e além dele, sendo atividades fundamentais. No caso da caça, além do conhecimento da região e dos animais, ela implica também no empenho de toda a comunidade bem como nas regras para a partilha quando de uma caçada bem-sucedida. As regras da partilha também demonstram alianças. Quem receberá, qual a quantidade, qual o pedaço destinado e pessoas de quais aldeias foram contempladas são alguns dos elementos levados em consideração. Ainda, essa partilha muito diz a respeito da ajuda comunitária, em que, além de relações de proximidade, a carne pode ser distribuída para quem não a tem no momento.

Iniciei esse item elencando como as vivências Rikbaktsa são plurais e dinâmicas, bem como elas nos permitem compreender a vinculação cotidiana ao território e à territorialidade. Desse modo, a partir do exposto, observo como a

⁴⁹ Essa importância das festas enquanto momentos de alianças e da formação de casamentos ocorre desde a época pré-contato nas relações entre sub-grupos Rikbaktsa (PACINI, 1999).

⁵⁰ Feio ou bonito são os adjetivos empregados pelos Rikbaktsa ao analisar festas, atividades e demais ações concretizadas.

mobilidade pelo território é o próprio modo organizacional e social Rikbaktsa. É nessa mobilidade que ocorrem trocas e encontros, seja por meio da concretização de casamentos, na abertura de novas aldeias em pontos estratégicos, na prática da caça, ou na coleta de frutos e também tucum e sementes para a confecção dos artefatos. Dito de outro modo, é por meio da mobilidade e do conhecimento contemporâneo e histórico da terra, que é possível defendê-la e experienciá-la.

3 SAÚDE E EXISTÊNCIA: LUTAS NA PANDEMIA DE COVID-19 E ALÉM

Nesse capítulo, abordo distintos elementos da luta pela saúde e pela existência, principalmente ao contextualizar a presente pesquisa em meio ao acontecimento da pandemia de covid-19. Se no capítulo anterior priorizei elementos de um território e de uma territorialidade Rikbaktsa ampliada, no presente capítulo, abordo como a luta pela terra se vincula à luta pela saúde.

Para tanto, inicio pela reflexão acerca do papel antropológico no contexto pandêmico, incluso, nesse cenário, os seus desdobramentos no cenário global e no cenário brasileiro. Na sequência, considero elementos da saúde indígena brasileira para então adentrar no contexto pandêmico vivenciado pelos povos indígenas, ressaltando aspectos da pandemia em meio aos Rikbaktsa, uma vez que não é a primeira vez que um contexto de epidemias devastadoras é experienciado.

3.1 O papel da Antropologia no contexto pandêmico da covid-19

Nesse capítulo, o fazer antropológico é analisado em meio ao contexto pandêmico, pontuando os desafios, mas, também as possibilidades e contribuições a partir da antropologia médica e da saúde e dos estudos críticos à saúde global. Um primeiro desafio de analisar em relação à pandemia, causada pelo novo coronavírus, refere-se justamente ao fato de iniciar a pesquisa enquanto ela estava em curso e, ainda, sem seus caminhos finais nitidamente traçados. Desse modo, é relevante evidenciar que as questões a serem detalhadas, no decorrer dos acontecimentos, passam por alterações e, também, por reelaborações. Isso posto, proponho iniciar por reflexões que abranjam esse contexto a partir das contribuições desde a antropologia. Primeiramente, cabe destacar como a pandemia é analisada em pesquisas contemporâneas como um fato social total (GROSSI, TONIOL, LOZANO, 2020; RIBEIRO, 2020; NUNES, 2020; SANTOS, PONTES, COIMBRA JÚNIOR, 2020). Desse modo, retornamos às contribuições de Mauss (2003), pontuando como distintos fatos são abrangidos por um fato social total, congregando a totalidade de uma organização social. Nas palavras do antropólogo, os fatos sociais totais “põem em ação, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições” (MAUSS,

2003, p. 309). E esse seria, justamente, o caso vivenciado com a pandemia, uma vez que ela congrega e implica em outros fatos de uma maneira complexa.

Como um ponto de partida possível, analisando qual é o papel e as possíveis contribuições da antropologia nesse contexto pandêmico, ressalto como, enquanto antropólogas e antropólogos em meio a pesquisas, nossos campos foram drasticamente afetados e alterados, tanto pesquisas previamente iniciadas como pesquisas iniciadas pós-covid-19. Desse modo, é relevante analisar as possíveis abordagens teóricas e metodológicas que consigam dialogar com esse cenário. Como afirma Biehl, “somos impelidos a repensar o nosso legado disciplinar, os nossos focos de investigação e o nosso papel público enquanto acadêmicos” (BIEHL, 2021, p. 340). Dialogando com Veena Das, destaca-se a indagação que ela faz enquanto antropóloga em meio a um desastre: “há qualquer ação ou conhecimento útil que eu possa produzir?” (DAS, 2020, p. 3). Nesse sentido, ao vivenciar uma pandemia de dimensões catastróficas, é preciso analisar aspectos de uma ordem global e também aspectos locais. Segundo Das, enquanto professora, seus esforços são para que seja feita uma leitura crítica da literatura com enfoque na pandemia e também para que se produza “mais conhecimento sobre as variações sob certas condições sociais” (DAS, 2020, p. 5). Para tanto, Das argumenta que é preciso reorientar nossas pesquisas, dialogando com outras áreas do conhecimento e tornando nossos trabalhos acessíveis. Desse modo, a relevância da produção de conhecimentos localizados em relação à pandemia e seus desdobramentos é central.

Outro ponto de partida é mapear o que está sendo produzido a respeito da pandemia, privilegiando a troca de saberes. A respeito desse aspecto, destaco algumas ações, sendo o texto de Rui *et al.* intitulado “Antropologia e pandemia: escalas e conceitos” (2021) instigante para iniciar o debate, mostrando a profusão de pesquisas elaboradas e as principais direções adotadas. O artigo aborda as primeiras pesquisas nas ciências humanas e sociais concretizadas ao longo do primeiro semestre de 2020. Ou seja, muitas outras pesquisas já foram realizadas e divulgadas posteriormente, contudo, a sua relevância se dá ao mapear esses primeiros esforços e direções possíveis.

De acordo com as/os autoras/es, nesse espaço de tempo, as pesquisas divulgadas seguiam essencialmente dois eixos temáticos. O primeiro eixo se relaciona com a questão das escalas, ponderando como algumas pesquisas se orientaram a

partir de uma “suposta experiência global do fenômeno – tendo como parâmetro uma ‘humanidade’ universal –, enquanto outras se empenharam em destacar as diferenças e esmiuçar os enfrentamentos locais” (RUI *et al.*, 2021, p. 36). Enquanto os textos mais abrangentes abordam o capitalismo e o neoliberalismo em seus aspectos globais, os textos voltados às vivências locais analisam a relação desses fenômenos globais com as distintas e desiguais formas experienciadas localmente.

O segundo eixo temático das pesquisas visibilizadas no primeiro semestre de 2020 vincula-se às noções de biopolítica, biopoder e também necropolítica. Dessa forma, “ao articular poder, vida e morte, corpo e biologia, essa chave teórica parece ter se tornado incontornável nas análises sobre a vida social da covid-19” (RUI *et al.*, 2021, p. 38). Desse modo, as políticas de vida e de morte, a partir do conceito de necropolítica de Mbembe (2016), refletindo sobre quais corpos são matáveis em um contexto de exacerbada desigualdade, são enfoque central para analisar as distintas atuações dos governos.

Compreender a necropolítica, conceito cunhado por Mbembe (2018), é central nesse contexto. Afinal, a escolha de quem deve morrer ou viver não é aleatória. Em seu texto intitulado “o direito universal à respiração” (2020), o autor pondera que a asfixia já ameaçava a humanidade previamente ao novo coronavírus. Mbembe (2020) destaca que “é preciso ainda compreender a respiração, para lá de aspectos biológicos, como aquilo que nos é comum e que, por definição, escapa a qualquer cálculo”. Esse direito não é relativo somente à humanidade, mas à totalidade do vivo.

No caso brasileiro, esse panorama é visto principalmente ao abranger a falsa antinomia entre economia e vida, a qual leva erroneamente à noção de que estas esferas estão em lados opostos, quando, de fato, deveriam ser vistas enquanto complementares no tocante ao enfrentamento à pandemia de covid-19. A conjuntura brasileira se agrava ainda mais ao contextualizar a omissão e, inclusive, as práticas negacionistas perpetradas pelo governo federal, principalmente pelo presidente que esteve em exercício até o final de 2022. Dialogando com Granada (2021, p. 2), essas práticas

podem ser entendidas como parte de uma política perversa mais ampla de deixar morrer os mais vulneráveis, os pobres, os mais idosos, aqueles que não são considerados úteis ou produtivos, que face às circunstâncias já se encontram relegados à condição de ‘mortos vivos’.

A partir desses dois eixos ora expostos, Rui *et al.* consideram a pertinência de pensá-los de modo articulado. A partir dessa reflexão, e constatada a diversidade de estudos e pesquisas que surgem enquanto a pandemia transcorre – e após –, é possível analisar os caminhos percorridos desde as ciências humanas e sociais, os quais não são estáticos ou previsíveis, nem mesmo homogêneos ou totalizantes.

Uma vez que há diversas pesquisas e publicações sendo concretizadas em relação ao contexto de pandemia devido à SARS-COV-2, a proposta ora apresentada não pretende dar conta dessa totalidade de informações, o que seria uma tarefa ineficaz e inexequível. Contudo, apresento algumas pesquisas e ações consideradas pertinentes para o contexto brasileiro e, principalmente, para a pesquisa em questão. A primeira ação se refere à Rede COVID-19 Humanidades MCTI, a qual é coordenada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS e conta com a parceria da Unicamp, da UnB, do Instituto Brasil Plural da UFSC, da Fiocruz, da UNIDAVI e da UFRN, bem como integra as ações da Rede Vírus MCTI, as quais são financiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações objetivando o enfrentamento da pandemia. A partir da atuação de pesquisadoras/es, do Brasil e do exterior, das ciências humanas e sociais e também da saúde, são realizadas pesquisas qualitativas acerca da covid-19 e suas implicações tanto entre os profissionais de saúde como entre grupos vulneráveis durante o isolamento social. Dessa forma, “seu objetivo é subsidiar ações na resposta à pandemia no Brasil, que considerem de modo múltiplo e situado as suas implicações científicas, tecnológicas, sociais, políticas, históricas e culturais”⁵¹. Inúmeras pesquisas e publicações já se originaram no âmbito da rede, tais como artigos, livros, produções técnicas e também audiovisuais.

Outro projeto de extrema pertinência para a pesquisa em questão é a Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à covid-19 – PARI-c. A Plataforma é o meio de comunicação para a pesquisa intitulada “Respostas Indígenas à covid-19 no Brasil: arranjos sociais e saúde global”, a qual se concretizou, em 2021, na modalidade remota com a participação de pesquisadoras/es indígenas e não

⁵¹ Informações podem ser consultadas em: REDE COVID-19 HUMANIDADES MCTI. Sobre a Rede Covid-19 Humanidades MCTI. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/redecovid19humanidades/index.php/br/sobre-a-rede-covid-19-humanidades-mcti>. Acesso em: 13 ago. 2021.

indígenas, com o objetivo de compreender como os povos indígenas vivenciam a pandemia⁵². Inclusive, esse é um projeto parceiro da Rede COVID-19 Humanidades MCTI.

Há, ainda, outros projetos relevantes, alguns mais atuantes nos primeiros meses da pandemia e outros com certa continuidade. Um espaço relevante, principalmente nos primeiros meses de muita informação no que é caracterizado inclusive enquanto uma infodemia⁵³, corresponde ao site antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS. O site tem o intuito de ser um espaço para compartilhar informações sobre a pandemia, privilegiando as contribuições desde as ciências sociais e da (auto)etnografia, além de se propor enquanto caminho para uma análise qualificada no cenário de inúmeras informações disponíveis⁵⁴. Outro projeto se refere ao Antropo-Covid, o qual configura-se enquanto uma rede de pesquisadoras/es de distintas instituições com a preocupação de analisar a pandemia para além de ações farmacológicas. Com atuação prévia sobre antropologia da saúde, enfatizam “a importância da pesquisa qualitativa e etnográfica para a compreensão dos processos de saúde e adoecimento e seus desdobramentos locais e específicos em diferentes comunidades e grupos sociais”⁵⁵. Pontua como as questões abordadas nesses projetos⁵⁶ são inspirações para a presente pesquisa e serão, ao menos parcialmente, abordadas no seu decorrer.

Diante desse cenário, proponho como questão aglutinadora, a partir de Biehl (2021), a indagação acerca de como conceber caminhos outros ao tempo em que buscamos recompor tanto a saúde pública como os campos político, científico e

⁵² Mais informações sobre a PARI-c podem ser consultadas em: PLATAFORMA DE ANTROPOLOGIA E RESPOSTAS INDÍGENAS À COVID-19 – PARI-C. Disponível em: <http://www.pari-c.org/>. Acesso em: 26 set. 2021.

⁵³ Infodemia corresponde “a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual.” (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020, p. 2).

⁵⁴ Mais informações sobre antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS podem ser consultadas no site da iniciativa. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2021.

⁵⁵ Informações podem ser consultadas em Antropo-Covid – Quem somos. Disponível em: <https://sites.google.com/academico.ufpb.br/antropo-covid/quem-somos>. Acesso em: 20 jul. 2021.

⁵⁶ Além desses projetos destacados, analisarei ao longo da tese publicações que reúnem pesquisas acerca da pandemia de Covid-19 (SCOPEL *et al.*, 2021; SEGATA *et al.*, 2021; GROSSI; TONIOL, 2020).

médico. Nesse sentido, para Biehl, o “horizontar” pode ser um caminho possível, uma vez que “pode nos ajudar a subjetividades de cada grupo humanas e institucionais que transcendam a repetição da história oficial” (2021, p. 348). Assim sendo, Biehl propõe que “é hora de escutar, contar e criar outras histórias” (2021, p. 348). Aderindo a essa proposta de Biehl, e com as questões apresentadas em prioridade, proponho um diálogo com as contribuições desde a antropologia da saúde e dos estudos críticos em saúde global, os quais, contemporaneamente, expressam caminhos para o debate acerca da pandemia. Esse debate preza, desde a antropologia e em diálogo com distintas áreas do saber, apesar de possíveis diferenças teóricas e metodológicas, a primazia das ciências no enfrentamento à pandemia. Essa primazia perpassa o reconhecimento de contribuições desde as distintas áreas do saber e também a proposição de que dados e pesquisas qualitativas são tão importantes quanto os dados e pesquisas quantitativas. À vista disso, adentremos às reflexões abaixo apresentadas.

3.1.1 O debate a partir da antropologia médica e da saúde e dos estudos críticos à saúde global

Para analisar como a antropologia médica e da saúde pode contribuir para pensarmos no atual contexto em meio à pandemia, retomo, de modo sucinto, algumas de suas concepções centrais. Uma primeira questão se refere a como distintas pesquisas antropológicas podem ser caracterizadas enquanto pertencentes a uma antropologia médica ou da saúde, com uma vasta produção antropológica e contribuições em distintos cenários que refletem sobre os processos de saúde e doença. Compreender conceitos como saúde e doença a partir da antropologia é, inclusive, uma questão central, uma vez que estes conceitos compõem “fenômenos complexos que conjugam fatores biológicos, sociológicos, econômicos, ambientais e culturais” (UCHÔA; VIDAL, 1994, p. 497).

Uma proposta de antropologia médica, para Uchôa e Vidal (1994), dialoga tanto com a epidemiologia como com a sociologia da saúde, numa visão de complementaridade. Para Minayo (2003, p. 104), a articulação entre as ciências sociais e a epidemiologia corresponde a um “avanço inegável para a compreensão dos problemas de saúde”, uma vez que a partir desse diálogo respeitoso há elementos

para pensar nos fenômenos como um todo e também nas relações e lógicas próprias dos processos e de cada grupo focado. Ainda, a partir das ciências sociais, é possível pensar nos conceitos e nas distinções de usos por cada área, uma vez que um mesmo termo pode ter distintos significados e aplicabilidades. O diálogo entre essas áreas, a partir de Minayo e Gómez (2003), também representa o diálogo entre os métodos qualitativos – vinculados às ciências sociais – e os métodos quantitativos – vinculados à epidemiologia, diálogo que se mostrará profícuo e necessário, conforme será desdobrado na sequência. No tocante à antropologia médica, cabe atentar para a saúde e o que ela abrange levando em consideração os contextos socioculturais envolvidos. Apesar de essa afirmação parecer simples quando pensamos em uma pesquisa antropológica, sua relevância acaba sendo explicitada quando confrontada com uma realidade na qual ações na área da saúde, muitas vezes, são implementadas sem levar esses contextos em conta. Desse modo, os aportes desde uma antropologia médica e da saúde são pertinentes para ações efetivas de saúde pública.

A consolidação desse campo, nomeado como antropologia médica ou ainda antropologia do corpo e da saúde⁵⁷, ocorreu a partir das relações da antropologia com outras áreas biológicas e médicas. Num primeiro momento, a saúde era pensada desde uma visão biomédica, característica do modelo médico preponderante num viés estritamente biológico (GARNELO; LANGDON, 2005). Enquanto modelo de atenção, fora descrito por Menéndez como modelo médico hegemônico, sendo analisado pelo antropólogo em seu “biologismo, individualismo, ahistoricidad, a-sociabilidad, mercantilismo y eficacia pragmática” (MENÉNDEZ, 2005, p. 12), características essas

⁵⁷ Acerca das denominações desse campo da saúde desde a antropologia, Carrara explicita: “uma das áreas mais antigas e tradicionais das Ciências Sociais é a que se volta à reflexão dos processos de saúde e doença e das relações entre o biológico e o social. É tão significativa essa preocupação no campo da Antropologia Social que, em vários países, especialmente nos Estados Unidos, institucionalizou-se uma subdisciplina inteiramente dedicada a ela: a Antropologia Médica. No Brasil, esse subcampo do saber antropológico tem sido geralmente designado como Antropologia do Corpo e da Saúde” (CARRARA, 2020, p. 66). Para uma análise inicial das especificidades engendradas nessas denominações e seus desdobramentos desde a antropologia anglo-saxã, com destaque para os Estados Unidos, no que se refere à antropologia médica e desde a antropologia francesa no que se refere a uma proposta de antropologia da saúde e da doença, ver Minayo (1998) e Victora (2011).

aprofundadas com o passar do tempo até fixarem-se enquanto as características dominantes da biomedicina⁵⁸.

Contudo, essa hegemonia foi sendo questionada ao passo em que as pesquisas antropológicas se desenvolviam a partir de uma proposta crítica acerca dos processos de saúde e doença e abrangendo concepções e ações das distintas populações investigadas. Desse modo,

As pesquisas voltadas para uma epidemiologia sensível ao olhar antropológico contrapõem-se ao paradigma biológico, considerando o processo saúde-doença como um resultado de forças, não apenas biológicas, mas também econômicas, sociais e políticas. Tais investigações também fornecem dados específicos sobre os povos estudados, contribuindo para a melhoria da resolubilidade da atenção básica (GARNELO; LANGDON, 2005, p. 147).

Confluindo com esse argumento, Keijzer (2005, p. 454), por sua vez, propõe que a antropologia, principalmente a antropologia médica, pontua diversas visões de mundo e diversas práticas relacionadas à medicina tradicional, assinalando os "múltiplos desencuentros entre la llamada medicina oficial y las concepciones y prácticas populares". A partir dessas considerações, é possível destacar como o papel da antropologia no campo da saúde se vincula fortemente com o compromisso etnográfico juntamente aos povos e grupos pesquisados.

Nesse cenário, as contribuições da antropologia médica dialogam com a problematização sobre o que concerne à saúde global. Desde uma perspectiva crítica, há um questionamento acerca do quão "global" seria essa visão de saúde. Anteriormente a essa classificação, a saúde pública em moldes semelhantes era

⁵⁸ As contribuições de Menéndez têm grande importância para a antropologia médica na América Latina. O antropólogo parte do enfoque relacional e da articulação entre estrutura e atores sociais, principalmente das relações de hegemonia e subalternidade, as quais irão pautar o modelo médico hegemônico e também o modelo de autoatenção. Esses modelos de atenção são conceitos trabalhados pelo antropólogo ao longo da sua trajetória em suas obras. Sua contribuição é de grande relevância também para pensar na relação da antropologia com a saúde coletiva e a medicina social. Como sugestão para inserção em sua valorosa obra, ver mais em Menéndez (2005, 2012).

pensada enquanto saúde internacional⁵⁹. Essa passagem da era da saúde internacional para a era da saúde global foi discutida por Biehl nos seguintes termos:

Se no passado o campo da saúde pública internacional foi dominado por organizações multilaterais e bilaterais, surgiu agora uma complexa matriz de parcerias (não governamentais, filantrópicas, industriais e governamentais) que está modelando intervenções de saúde no mundo inteiro sob a forma de segurança e humanitarismo (BIEHL, 2011, p. 264).

As intervenções de saúde sob a forma de segurança apontadas por Biehl no excerto acima se vinculam com o que pode ser denominado como uma securitização das doenças. Esse viés, predominante em estudos que analisam a saúde global como homogênea, centra-se em combater as doenças concebidas como ameaças. Ou seja, enquanto potencial risco a demais localidades, e não necessariamente por uma preocupação em relação à saúde das pessoas afetadas por determinada doença. Nesse viés, quem dita ações e preocupações em saúde global são justamente as elites e os demais atores com poder suficiente para impor o tom de ameaça (VENTURA; NUNES, 2016). Nesse cenário, as ações adotadas acabam, muitas vezes, estigmatizando certas populações e localidades e, ainda, “contribui para a reprodução de doenças, determinantes e grupos negligenciados” (VENTURA; NUNES, 2016, p. 9), uma vez que operam exclusivamente com a gestão de crises.

⁵⁹ A chamada era da saúde internacional pode ser, de modo geral, delineada desde o contexto pós Segunda Guerra Mundial e em meio aos conflitos oriundos da Guerra Fria. Suas características giravam em torno do poder estatal no tocante a políticas de saúde em um plano internacional a partir de uma dinâmica multilateral que privilegiava a Organização Mundial de Saúde (OMS) enquanto agente soberano. A saúde pública internacional, na sua concepção inicial, era pautada em um modelo vertical com enfoque na doença e a partir da preocupação com questões referentes à segurança internacional. Na lógica da saúde internacional, as cooperações eram possibilidades quando de um contexto no qual determinantes de saúde iam para além das fronteiras, como no caso de epidemias. Essa lógica pautava-se na defesa econômica no âmbito internacional. O desenvolvimento da saúde internacional, abrangendo as questões ora discutidas, tem força até meados da década de 1980, quando questionamentos acerca da autonomia dos Estados no âmbito da saúde pública internacional começam a ganhar força. A Conferência de Nairóbi – ocorrida em 1986 - é crucial nesse contexto, contribuindo para a participação nessa arena de múltiplos atores. Essa alteração é fundamental para a compreensão da passagem da era da saúde internacional para a era então nomeada como saúde global. Nesse contexto, esses novos atores também contestam a autoridade da OMS em uma conjuntura de globalização cada vez mais evidente. Para uma análise aprofundada, ver Miranda (2018).

Esse viés securitário atua em alguns momentos lado a lado com as intervenções sob a forma de humanitarismo, também descritas por Biehl no último excerto. Apesar de certa tensão entre ambas, muitas vezes, as ações caracterizadas como humanitárias, apesar de extrapolarem os limites de uma postura securitária, seguem sendo ditadas por aqueles que detêm determinado poder hegemônico para delinear as ações em saúde global⁶⁰.

Isso posto, recuo um passo na discussão sobre as posturas adotadas perante a saúde global para uma compreensão do que seria, de fato, abrangido por uma saúde global. Saliento as contribuições de Ventura e Nunes (2016), que caracterizam enquanto questões de saúde global as questões que, primeiramente, se relacionam com estruturas, dinâmicas e relações políticas na esfera internacional. Como segundo ponto, referem-se aquelas questões cujo impacto internacional extrapola o caso da transmissão entre fronteiras. Ainda, destacam as questões que implicam a elaboração de legislações e demais ações em governanças internacionais. A partir desses aspectos, pontuam como seria possível compreender somente no âmbito global as circunstâncias estruturais que ocasionam doenças, além de ser a esfera na qual são delineadas possíveis respostas adequadas, as quais podem ser elaboradas enquanto “ideias, instrumentos legislativos e políticos, e também na distribuição de recursos materiais” (VENTURA; NUNES, 2016, p. 8).

Retornando ao debate acerca das posturas perante a saúde global, a partir da constatação da relevância de uma concepção de saúde global, contudo com um olhar crítico a esse contexto simplista e que busca uma única resposta desde um viés securitário, ressalto como Ventura e Nunes colocam a pertinência do desenvolvimento de abordagens críticas em saúde global em evidência. Ou seja, é preciso que perspectivas outras “se debrucem não só sobre o controle e gestão de crises, mas também sobre os determinantes e condicionalidades que dão origem às crises” (VENTURA; NUNES, 2016, p. 9).

Ademais, a vinculação com a globalização é elemento-chave para a nomenclatura como saúde global. Compreender isso é fundamental, inclusive para

⁶⁰ As formas de enfrentamento ao HIV/AIDS se configuram enquanto exemplo instigante para pensar nas ações securitárias e humanitárias adotadas ao longo do tempo pela saúde global, com diversos/as autores/as abrangendo seus desdobramentos. Como sugestão, ver Biehl, (2005), para pensar a partir do contexto brasileiro e Fassin (2007), para o caso da África do Sul.

pensá-la criticamente. Nesse ponto, se, por um lado, têm-se múltiplos atores envolvidos no debate sobre saúde global, por outro lado, esse debate segue sendo pautado a partir das relações desiguais de poder. Dito de outro modo, a saúde global, apesar de incluir múltiplos atores na sua discussão, continua a ser pensada por meio de uma pretensa ação global que, no fundo, é pautada por uma visão hegemônica ocidental. Visibilizar esses contornos da saúde global ao mesmo tempo em que se propõe outros modos de analisar a saúde global é o escopo desse olhar crítico.

Essa premissa é central nos estudos críticos à saúde global, uma vez que preconiza a importância de analisar as especificidades e subjetividades de cada grupo, povo ou país envolvidas nos processos de saúde e doença. Nesse cenário, a saúde pública deve ser debatida a partir de uma lógica que leve em consideração tanto aspectos globais e intercambiáveis como aspectos locais. Como afirma Biehl, trazer esses aspectos a partir da antropologia não remete a uma lógica na qual os aspectos locais são meros fragmentos de uma ordem global, mas sim compreender que

No horizonte dos dramas locais, no desenrolar de cada evento, nos altos, baixos e entornos de cada vida individual, podemos ver o reflexo de sistemas maiores em construção (ou desconstrução). E ao tornar públicos esses campos singulares – sempre à beira de desaparecer – o antropólogo ainda permite que processos estruturais e idiosincrasias institucionais mais amplos se tornem visíveis e seu verdadeiro impacto conhecido (BIEHL, 2011, p. 276).

Nesse ponto, regresso à relação dos estudos críticos acerca da saúde global com a antropologia médica e da saúde. Por esse ângulo, é possível pensar em uma contribuição da antropologia para os estudos críticos em Saúde Global, colocando-os de fato lado a lado. Nesse sentido, Biehl aponta, em alguns escritos, caminhos e ponderações elucidativas. Ao fazer essa justaposição, a importância da etnografia é enfocada, propondo que a produção do conhecimento deve ser centrada nas pessoas (BIEHL; PETRYNA, 2013). Desse modo, a pesquisa etnográfica, e sua característica atenta a microanálises (2011) narrando como as pessoas interpretam distintas conjunturas vivenciadas, é fundamental para ir além dos limites de um cenário homogêneo na saúde global. Ou seja, há uma coexistência entre os arranjos de sistemas globais de saúde e os modelos “alternativos” elaborados pelas próprias pessoas. Isso posto, as contribuições de Biehl (2016, p. 78) ensejam um fazer

antropológico que habita a tensão entre a crítica da, mas também na saúde global, ou seja, a crítica não é desconexa da ação, assim como o compreender não é desconexo do fazer.

Outra questão que merece destaque se refere a como ambas as áreas, antropologia médica e da saúde e os estudos críticos de saúde global, têm solo fértil ao privilegiarmos as análises desde a América Latina. A partir de questionamentos oriundos do sul global, indagações referentes ao desenvolvimento econômico priorizando a eliminação da pobreza foram paulatinamente entrando em discussão, o que ocorrera concomitantemente às discussões acerca da saúde, num primeiro momento em sua concepção internacional e, posteriormente, enquanto ordem global. Nesse cenário,

Estes movimentos [terceiro-mundistas] buscaram estabelecer redes de cooperação em vários temas, incluindo a saúde, e determinaram a emergência, na década de 1970, de um discurso crítico em saúde que deve ser entendido dentro desse contexto histórico, já que o tema da saúde se revelou central como portador de demandas políticas de diversos países terceiro-mundistas, inclusive nações recém-independentes, para dentro do sistema da ONU (MIRANDA, 2018, p. 25).

Indo além, embora deva ser analisado como distintas concepções sobre saúde são contestadas ao longo do tempo, nesse momento, ela é, então, pensada enquanto um direito humano fundamental, conforme exposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Desse modo, os determinantes econômicos e também sociais em saúde começam, paulatinamente, a ser considerados. No tocante à antropologia como um todo, há grandes discussões críticas desde a América Latina. Em relação à saúde, pontua-se como os primeiros estudos na antropologia eram voltados à etnomedicina e concentravam-se em grupos específicos com vinculação, principalmente, ao funcionalismo cultural. Já a partir da década de 1970, a então antropologia médica e da saúde – conforme já discorrido anteriormente – ganha espaço, sendo a contribuição latino-americana, segundo sintetizado por Nunes (2005), singular e de grande relevância.

Isso posto, compreende-se como as ciências humanas e sociais passaram, paulatinamente, a atuar na elaboração de políticas e práticas de saúde na América Latina, destacando, evidentemente, as especificidades de cada local e país. A partir

dessa constatação, passemos às relações mais objetivas com a pandemia de covid-19.

3.1.2 Adentrando o contexto em meio à pandemia a partir das contribuições da antropologia médica e da saúde

As questões, até o momento apresentadas, são uma proposição inicial para adentrar no passado contexto pandêmico. Um ponto de partida é, justamente, analisar como as ciências sociais e humanas, de modo geral, e a antropologia, de modo específico, se relacionam em maior ou menor grau com questões tidas como de saúde ao longo do tempo e seus desdobramentos no contexto de pandemia. Isso posto, retorno a alguns dos argumentos apresentados anteriormente para situá-los no presente momento.

Uma primeira questão, nesse contexto, se refere ao modo como a pandemia de covid-19 deve ser pensada, a partir de um viés que não a restrinja a ações biomédicas. Nesse sentido, o caminho trilhado tanto pela antropologia médica e da saúde como pelos estudos críticos em saúde global é inspirador para sublinhar possíveis ações. Como propõe Biehl (2021), a partir de instrumentos analíticos dessas áreas, é possível concretizar uma leitura do momento pandêmico bem como de intervenção nele. Desse modo, retomamos à premissa básica de que os processos de saúde e doença são processos complexos, sendo os trabalhos qualitativos e antropológicos de extrema pertinência, principalmente em um contexto de pandemia, as relações complementares entre distintas áreas do saber ganham novo fôlego, assim como discutido por Das (2020).

Uma vez que todas/os vivenciamos a pandemia enquanto ela transcorria, é preciso analisar como diversas ações são elaboradas e concretizadas. No que concerne à saúde pública, mais uma vez, a contribuição da antropologia pode ser evidenciada. Apesar de a pandemia, como já remete seu próprio significado terminológico, ocorrer a nível global, isso não remete ao sentido de que ela seja homogênea, ou que possa ser pensada ou “controlada” por poucas pessoas, entidades ou estados. Com essa constatação, é evidente, se pensarmos nos percursos desde a antropologia médica e da saúde, as pesquisas desde a antropologia e em diálogo com demais áreas são fundamentais. Retornando às

contribuições de Biehl e Petryna (2013), centrar a produção do conhecimento nas pessoas, a partir de suas vivências, é primordial para analisar como ocorre a coexistência de sistemas globais de saúde e dos modelos alternativos engendrados pelas pessoas.

Nesse sentido, a antropologia e o compromisso etnográfico existente com os povos, grupos e interlocutores/as é reiterado, possibilitando analisar como a pandemia, apesar de global, é vivenciada de modos distintos. É preciso, então, analisar os desdobramentos locais frente à pandemia, contudo, compreendendo suas dimensões globais e as relações existentes ou não. Entretanto, se pensar a pandemia desde uma concepção de saúde global permite captar os múltiplos atores envolvidos, isso não é garantia de que todos esses atores tenham o mesmo reconhecimento ou que as ações em saúde global adotadas em meio à pandemia serão formuladas e implementadas para todos/as e não para certas pessoas e estados em detrimento de outros.

Nesse ponto, a questão acerca da securitização das doenças pensando-as somente enquanto ameaças reaparece com grande relevância. O questionamento sobre até que ponto as ações são adotadas em um tom contra riscos ou, então, para a garantia de saúde volta à tona. Um exemplo disso diz respeito justamente ao mecanismo cientificamente comprovado como o eficaz para o controle da covid-19: a vacinação. Contudo, em um primeiro momento, o acesso a ela ocorreu somente pelos países ricos do norte global. Novas discussões em âmbito global ganharam força quando, aos poucos, foi-se compreendendo de modo mais amplo que se a vacina não abrangesse todos, mesmo quem já estivesse vacinado seguiria em risco. Ou seja, a pandemia não será controlada se não for controlada para todos. Esse contexto expõe os limites de uma visão securitária ao mesmo tempo em que demonstra que, ao tornar-se a vacinação em massa uma característica necessária para barrar as ameaças pandêmicas, os esforços desde o norte global para sua expansão são fortalecidos⁶¹.

Nessa conjuntura, Nunes (2020) analisa a pandemia de covid-19 desde a securitização da saúde global. É instigante como o autor não considera a doença em si a partir de um viés securitário, uma vez que ela pode ser assintomática ou com

⁶¹ Distintos estudos abrangem a vacinação contra a Covid-19 e seus percursos, discutindo acerca das questões científicas, dos distintos acessos ou não, do negacionismo, entre outras questões. Para uma introdução a essas discussões, ver Castro (2021).

sintomas leves. Em contrapartida, alega ser “uma securitização da circulação de pessoas e do contato social, ou seja, dos fatores que poderiam levar a um crescimento exponencial do número de casos graves e, em consequência, ao colapso dos serviços de assistência” (NUNES, 2020, p. 1). Essa característica securitária no tocante à saúde global é concebida nesse formato pela primeira vez. Colocado de outro modo, é algo singular a securitização não estar protegendo de modo imediato a economia, a qual é baseada na circulação ininterrupta de bens, pessoas e serviços. Para o autor, esse fato demonstra as adversidades enfrentadas e o despreparo a partir do neoliberalismo contemporâneo⁶². Nunes também abrange como ocorre uma vulnerabilização global, a qual “mostrou como a saúde de cada um está dependente das ações e omissões de outros, e como a busca da invulnerabilidade total é uma ilusão” (NUNES, 2020, p. 3). Contudo, cabe destacar que essa vulnerabilidade não é uniforme e que é uma ilusão pensarmos que existe uma união “pelo contágio”: “Essa não é uma única pandemia, mas antes várias experiências de pandemia. Não estamos ‘todos juntos nisto’” (2020, p. 3). Com isso, identifica-se como essa vulnerabilização também é politicamente desigual.

Diversos/as autores/as abordam particularidades vivenciadas ao longo da pandemia em distintos contextos, refletindo sobre como múltiplas desigualdades a perpassam. Nesse sentido, Das pondera acerca das variadas atuações dos governos nas mais diversas regiões do mundo, destacando como “as mesmas políticas, como os lockdowns, se desenrolam de modo distinto para as classes médias e para os pobres.” (DAS, 2020, p. 2). Essas diferenças também podem ser analisadas em um mesmo local, referindo-se tanto a um país como a uma cidade, bairro ou região. Nesse

⁶² Ênfase como essa abordagem de Nunes (2020) motiva uma reflexão sobre o caráter securitário em saúde global e seus novos desdobramentos, contudo, indago se essa caracterização da saúde global enquanto ameaça, uma vez que a covid-19 em si pode ser assintomática, não é somente uma forma de ampliar a securitização por determinado período de tempo, uma vez que novas ações mais exatas continuaram sendo gestadas também para barrar a doença em si, e não necessariamente a circulação das pessoas como um todo. Ainda, ações como a realização de testes rápidos em locais estratégicos, como aeroportos e fronteiras, e quarentena obrigatória quando dos casos da doença confirmados foram ações implementadas, apesar de ser possível analisar os graus de efetividade e quais países aplicaram ou não. Em um contexto “pós-pandêmico”, esse pensamento, de fato, se restringe a um momento datado, mas que serve como premissa para os pensamentos a respeito das diferentes e desiguais formas de vivenciar a pandemia e seus efeitos. Desse modo, é válido problematizar quais os limites, em espaço e tempo, dessa securitização da saúde global, esforço esse que vai para além das reflexões ora propostas.

ponto, distintas abordagens científicas, incluindo ponderações na antropologia, convergem com o argumento de que desigualdades que já existiam previamente são acentuadas neste contexto pandêmico causado pelo novo coronavírus.

De acordo com Biehl, “a covid-19 ilumina vulnerabilidades arraigadas em nossas sociedades” (2021, p. 343). Inspirando-se em Farmer (2012), o antropólogo visualiza a pandemia enquanto um evento crônico agudizado, sendo a vulnerabilidade estrutural uma “lente crítica que oferece explicação à propagação tão desigual de um vírus respiratório, que atinge mais gravemente grupos sub-representados, como que no encaço da estratificação social” (BIEHL, 2021, p. 343). Juntamente à evidenciação das vulnerabilidades, Biehl aponta para a importância do conceito de racialização, o qual contribui para “expor regimes de invisibilização e descaso” (BIEHL, 2021, p. 343), além de ser essencial para a compreensão das disparidades presentes nas taxas de mortalidade por covid-19. Nesse contexto, a partir do compromisso etnográfico, é fundamental analisar a relação indissociável com a história e também “examinar criticamente as formas de conhecimento que reproduzem e invisibilizam os mecanismos de exclusão, assim como os modos micro, meso e macro de resistência” (BIEHL, 2021, p. 341).

A constatação de que as desigualdades não surgem com a pandemia é, então, premissa inicial para as pesquisas em andamento em concomitância ao desenrolar da própria pandemia. Contudo, se por um lado o coronavírus suscitou visibilidade às desigualdades sociais, por outro lado, essas desigualdades não são observadas de maneira homogênea. Aqui retornamos ao ponto referente à relevância das contribuições antropológicas, uma vez que as pesquisas de cunho etnográfico acerca dos desdobramentos da pandemia permitem salientar as distintas relações e ações envolvidas nas experiências vivenciadas, além de focar as visibilidades e invisibilidades, ou melhor, dos encobrimentos (OLIVEIRA; SANTOS; BARBOSA, 2022) de cada grupo e contexto. As pesquisas, a atuação de antropólogas e antropólogos e os materiais produzidos, ao privilegiar as histórias contadas, dialogam com as grandes e pequenas lutas empreendidas pelas interlocutoras e interlocutores. Isso pode ocorrer tanto ao observar em grupos já pesquisados anteriormente os atuais desdobramentos em meio à pandemia como também no desenvolvimento de novas pesquisas. Os desafios para tanto se referem, primeiramente, à necessária observação acerca das relações atuais e históricas com múltiplos elementos

vivenciados por distintos grupos e, também, ao esforço de pesquisar enquanto a pandemia transcorria, com alterações constantes e incertezas por toda parte.

Se, de modo geral, ao longo do percurso referente à antropologia médica e da saúde e também aos estudos críticos de saúde global, os estudos e as ações desde a América Latina são expressivos, essa premissa permanece válida para o contexto de pandemia. Portanto, pontuo a importância de dialogar com as estratégias, ações e especificidades enfrentadas desde a América Latina, abrangendo os determinantes sociais em saúde e distintas políticas e práticas de saúde. Para tanto, saliento a reflexão proposta a partir de Scopel *et al.*, quando analisam como catástrofes ambientais e sanitárias tidas enquanto problema global são, conseqüentemente, pensadas a partir de respostas igualmente globais. Contudo, afirmam que:

Esta tendência costuma obliterar as relações históricas de poder e desigualdades, como é o caso das transformações produzidas nesta porção do planeta que chamamos de América Latina. Por isso, a urgência de um debate localizado sobre processos de saúde/doença/atenção-prevenção que ultrapasse os modelos globais da pandemia (SCOPEL *et al.*, 2021, p. 4).

Essa afirmação de Scopel *et al.* reifica o que já fora apresentado até então. Em conexão com Silva (2020), a perspectiva crítica latino-americana a partir da antropologia em diálogo com a epidemiologia possibilita problematizar as desigualdades sociais evidenciadas – o que abrange as desigualdades em saúde – enquanto característica do capitalismo e seus moldes de dominação, bem como possibilita analisar formas de eliminar essas desigualdades. No caso brasileiro, a partir de um diálogo com Fernandes, “o vírus infundiu visibilidade à desigualdade social e ao racismo em escala nunca antes vivenciada no país. A biopolítica se afirma assim produzindo populações sacrificáveis/matáveis” (FERNANDES, 2020, p. 12). Nesse caso, a relação entre vida e morte é objeto para o desdobramento de questões centrais.

Analisando o caso brasileiro a partir dos desafios impostos pela pandemia e da relação com as pesquisas em saúde global, Ventura *et al.* (2020) refletem sobre como há um incentivo à produção e ampla divulgação científica. Contudo, ponderam como é preciso investir nas pesquisas de modo contínuo, e não somente quando a pandemia – ou outra emergência sanitária – está no auge, fomentando o viés

interdisciplinar quando se trata de saúde pública. Desde o Brasil, problematizam as grandes alterações quanto à participação na esfera internacional, uma vez que há uma diminuição da participação brasileira no que tange à saúde e também ao meio ambiente. Brasil que outrora fora “líder de uma visão crítica da governança global da saúde” (VENTURA *et al.*, 2020, p. 3). Atrelado a isso, suscitam a pertinência de refletir a respeito da sustentabilidade, a qual, apesar de estar em voga, pode ter diversos significados. Desse modo, desde uma análise crítica, ponderam sobre a necessidade de os pesquisadores brasileiros dominarem os instrumentos que são utilizados no âmbito da saúde global, com o intuito de ampliar o diálogo. Ainda, refletem sobre a importância das iniciativas desde o sul global, enfatizando “caminhos metodológicos promissores como os estudos sobre a circulação, difusão e transferência global de políticas públicas” (VENTURA *et al.*, 2020, p. 3). Nesse cenário, mais uma vez, pontua-se a pertinência das ciências sociais e humanas nessa esfera.

Levando em consideração as questões problematizadas até então, há distintos caminhos possíveis quando se trata de pensar sobre a pandemia e seus desdobramentos, inclusive em uma conjuntura “pós” pandêmica, uma vez que, desde maio de 2023, a covid-19 não é mais considerada uma emergência global pela Organização Mundial da Saúde (OMS)⁶³. De modo geral, a proposta desde os estudos em antropologia médica e da saúde e também dos estudos críticos em saúde global visibiliza questões já pesquisadas e apontadas num espaço de tempo “pré-pandemia”. Além disso, reitero como os modos como esses campos avaliam a pandemia, ou mesmo, agem sobre ela, são inspiradores e pertinentes. Afinal, se analisarmos a pandemia enquanto uma questão sanitária, nada mais coerente do que apontar para as pesquisas já voltadas para questões de saúde e doença, contudo, evidenciando o modo como essas questões também abrangem elementos políticos, econômicos e sociais. Ou seja, se, por um lado, analisar os processos de saúde e doença e como distintos determinantes sociais e econômicos em saúde operam é fundamental, por outro lado, essa análise deve estar atrelada às especificidades de cada contexto abordado.

⁶³ A conjuntura “pós-pandêmica” nos permite observar a grande devastação causada pela doença. No que se refere ao número oficial de mortes em decorrência da covid-19 no cenário brasileiro, temos o total de 706.276 óbitos confirmados. Informação disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 23 out. 2023.

As questões discorridas nesse item são pertinentes para uma análise do papel da antropologia no contexto pandêmico, mas também para situar a importância da pesquisa juntamente aos Rikbaktsa nesse cenário. Isso posto, no próximo item adentro aspectos da saúde indígena no contexto nacional, cuja temática é igualmente relevante para abarcar o desenvolvimento dessa pesquisa.

3.2 Saúde e povos indígenas no contexto brasileiro

As questões elencadas nesse subcapítulo no âmbito da saúde indígena dialogam com o contexto descrito até este momento. Assim como enfatizada a pertinência das pesquisas que contrapõem um modelo hegemônico ocidental e pretensamente global, privilegiando estudos e olhares desde a América Latina ou mesmo do sul global, proponho adentrar essas questões a partir de ponderações específicas à saúde indígena e do diálogo entre saberes que a configura. Primeiramente, proponho analisarmos o que seria, de fato, uma definição de saúde indígena. Em vez de uma definição dura, intento analisá-la em um contexto mais amplo, vinculando-a a contextos históricos vivenciados pelos povos indígenas no âmbito nacional e também problematizando o contexto contemporâneo a partir de conquistas e desafios. Nessa direção, olhemos a contribuição de Langdon:

A questão da saúde indígena vai além da definição de saúde no seu 'senso estrito' (UNI, 1988) e envolve o acesso pleno aos serviços de saúde, à educação e ao direito de manutenção da vida. É preciso garantir que, apesar de todas as mudanças socioeconômicas, os índios possam contar com alternativas de vida que lhes permitam sair da posição marginal em que se encontram na sociedade brasileira. Como cada povo indígena, além de sua especificidade cultural, tem também especificidades políticas, históricas e econômicas, é indispensável procurar soluções que reflitam tal diversidade (LANGDON, 2013, p. 37).

A essas questões, Langdon relaciona a importância de “ir além da tradição cultural e reconhecer a violência que os povos indígenas vivenciaram e continuam vivenciando. A situação atual é resultado do passado colonial, o que dificulta colocar em prática seu modo de vida e ter uma vida saudável” (LANGDON, 2013, p. 37). A partir dessas questões, analiso como o contexto da saúde indígena deve ser pensado a partir de duas considerações. A **primeira** se refere à diversidade de contextos

vivenciados pelos povos indígenas, o que demanda uma saúde indígena que, na sua prática, esteja atenta a isso e seja flexível. A **segunda** consideração remete à noção de que o contexto histórico vivenciado pelos povos indígenas impacta em desdobramentos contemporâneos, principalmente ao enfatizarmos as violências e as práticas tutelares sofridas. Com isso em prioridade, proponho abordar elementos históricos referentes à saúde indígena no contexto brasileiro.

3.2.1 Aspectos históricos da saúde indígena

Como enunciado acima, a saúde indígena não se constitui como uma totalidade, sendo necessário contextualizá-la, seja histórica seja contemporaneamente. Para tanto, inicio por aspectos históricos em relação à compreensão de como a saúde indígena foi inicialmente pautada, para, a partir disso, analisar como seu espaço foi se alterando na esfera pública.

As primeiras práticas sanitárias externas juntamente aos povos indígenas se vincularam à prática sertanista tutelar e, muitas vezes, missionária dos primeiros contatos com não indígenas. A atuação sanitária sertanista não se configurou exatamente enquanto uma prática oficial de saúde, mas se caracterizou enquanto ações (ou sua ausência) ao longo das aproximações “pacificadoras”. Esse contexto foi ampliado com a atuação do SPI.

A saúde indígena, enquanto tema das políticas nacionais de saúde, era algo inexistente até a década de 1950. De acordo com Brito e Lima (2013), a justificativa para essa ausência correspondia a um “projeto de construção nacional que tinha como um de seus pilares a ideia do sertanejo ou caboclo como personagem chave (BRITO; LIMA, 2013, 109), o que dialogava com o projeto de miscigenação. Mesmo na atuação do SPI, essa temática da saúde era incipiente nesse momento. Apesar de “parte integrante do regulamento e dos objetivos primeiros do SPI, a questão da assistência sanitária ao índio não foi, ao longo de sua atuação, estruturada de forma regular e eficiente” (BRITO; LIMA, 2013, p. 100).

Apesar dessa falta de estruturação, havia documentações do SPI a respeito de epidemias entre diferentes etnias e também relatos da falta de assistência sanitária pelo Serviço. Somente nas décadas de 1940 e 1950, principalmente a partir da criação de uma Seção de Estudos no interior do SPI no ano de 1942, essa temática começou

a ser objetivamente analisada. A partir desse momento, o enfoque, “além de preconizar a realização de estudos de cunho etnológico, postulava a necessidade de enfrentar as questões sanitárias relativas ao contato entre ‘civilizados’ e indígenas” (BRITO; LIMA, 2013, p. 102). Apesar de pautar essa análise inicial a respeito da saúde indígena, isso não significa uma grande efetividade no que concerne a políticas públicas de modo imediato. Contudo, foi um passo decisivo para os desdobramentos nas próximas décadas, principalmente a partir da noção de que era preciso pensar na saúde indígena a partir da articulação de conhecimentos entre ciências sociais e medicina.

Nesse cenário, a atuação de Darcy Ribeiro na década de 1950 no SPI contribuiu para uma compreensão da saúde indígena a partir dessa articulação entre aspectos sanitários e seus impactos na organização político e social de diversas etnias. Em artigo cuja sua publicação inicial fora em 1956, Ribeiro estuda “as doenças que foram levadas aos índios através do contato com a civilização bem como os efeitos dissociativos da depopulação e do debilitamento por elas provocados” (RIBEIRO, 1985, p. 246). Nessa reflexão, Ribeiro aprofunda como essa depopulação teve grandes proporções e se relacionou, em um primeiro momento, aos vírus com os quais os povos tinham contato pela primeira vez.

São responsáveis por maior número de baixas as doenças das vias respiratórias, a começar pela gripe, tão corriqueira entre nós, mas de efeitos fatais sobre os índios que a experimentam pela primeira vez (RIBEIRO, 1985, p. 246-247).

Além da gripe simples, a gripe espanhola teve graves impactos entre as populações indígenas, dizimando aldeias inteiras. Outras doenças com grande contágio corresponderam à tuberculose, ao sarampo, à varíola e à febre amarela.

Alguns dados apresentados pelo autor demonstram esse impacto em diferentes etnias. Ribeiro expõe que no caso dos “Kaingang paulistas”, dos “urubus” e dos “índios Karajá do rio Araguaia” a redução populacional em decorrência de gripe chegou a números como 50%. Se somados aos efeitos de outras doenças, como no caso do sarampo entre os Kaingang e os urubus, tais números se ampliavam para uma dizimação de 70 a 80% da população. Essas grandes dizimações pelas doenças ocorriam, principalmente, nos primeiros anos de contato. Esse primeiro contato letal

com novos vírus tem uma explicação inicial na falta de imunidade ou mesmo por uma “vulnerabilidade biológica”. Segundo Ribeiro (1985, p. 251),

a explicação se baseia no fato, confirmado por vasta documentação, de que em populações virgens de contágio certas doenças alcançam um alto grau de letalidade, no primeiro ataque, caindo depois progressivamente.

Entretanto, Ribeiro analisa um segundo aspecto dessa letalidade oriunda de epidemias, para além da causa direta pelo contágio por novos vírus. Esse segundo aspecto se relaciona aos impactos na organização social de diferentes povos que se sucederam aos vírus. Questão essa que ainda não havia sido previamente analisada. De acordo com Ribeiro, em alguns casos, a grande letalidade se vinculou com o contexto de aldeias inteiras serem acometidas ao mesmo tempo por uma doença em estado grave, o que impossibilitava a produção de alimento nas roças ou mesmo a caça, pesca e coleta. Nesses casos, tampouco havia pessoas em condições para concretizar tarefas de cuidado. A fome debilitava ainda mais os já enfermos, o que chegou a ser, inclusive, o motivo de mortes.

Outro desdobramento correlato aos impactos na organização social foi observado por Ribeiro no tocante às alterações que se iniciam com as doenças e sua letalidade, mas que continuam produzindo efeitos por longos períodos. A esse respeito, analisa:

A depopulação tem consequências específicas sobre o funcionamento da vida social [...]. É que um sistema social, qualquer, mesmo o mais simples, só pode operar à base de um número mínimo de membros, o qual, uma vez diminuído, impossibilita a vida social, dentro dos moldes tradicionais (RIBEIRO, 1985, p. 280).

Se tal impacto fora percebido por Ribeiro, inclusive, em estruturas “simples”, o seu impacto era ainda maior em grupos de estrutura “complexa”, tais como os Jê, podendo levar, inclusive, a um “colapso”. O autor exemplifica, a partir dos Kaingang paulistas, cuja organização social dual baseava-se em “metades patrilineares, exógamas e não localizadas; [...] completada por um sistema de subdivisões clânicas que regulavam a atribuição dos nomes pessoais, tinham certas incumbências cerimoniais e regulamentavam o casamento”. Com um número insuficiente de

peças em cada metade, o casamento e a geração de filhos tornavam-se problemas de difícil resolução e base para conflitos e alterações no próprio sistema de parentesco.

Temos, então, um contexto, desde o início dos contatos com não indígenas, marcado pela grande ocorrência de epidemias e com taxas elevadas de redução demográfica. Nessa temática, portanto, é necessário, ao analisar os aspectos da saúde indígena, atentar para os contextos epidemiológicos vivenciados pelos povos indígenas, os quais, apesar das singularidades das histórias de cada povo, são permeados por graves consequências com o contato com não indígenas. Nesse sentido, a violência não ocorreu somente pela força e pelos conflitos contra seringueiros, madeireiros, garimpeiros; mas, também, em grande proporção pelas doenças propagadas. No tocante ao viés de “pacificação” característico aos primeiros contatos perpetrados por sertanistas, Ribeiro faz ainda outra contundente contribuição ao contextualizar que os indígenas percebiam as consequências catastróficas a partir desse convívio:

Os índios submetidos a esse processo de extinção e desorganização tomam perfeita consciência dele. Nos relatórios do SPI surpreendemos diversas passagens em que eles incriminam seus pacificadores pelo logro que representou o convívio pacífico para o qual foram tão manhosamente atraídos e que lhes custou um preço tão alto (RIBEIRO, 1985, p. 285).

A indicação da percepção desses impactos pelos povos indígenas é um elemento central para analisarmos futuros desdobramentos do contexto da saúde indígena. Demonstra, mesmo que inicialmente e não em termos aprofundados, a agência e autonomia dos povos indígenas, a qual será cada vez mais pautada e ampliada a partir de uma verdadeira luta dos povos por espaços e por garantia de direitos. Inclusive, na direção oposta à própria política tutelar e da ideia de integração a uma pretensa sociedade brasileira genérica e homogênea.

Elenquei as contribuições de Ribeiro nesse cenário com um outro intuito: ressaltar a importância das suas análises ao longo dos anos e décadas subsequentes ao possibilitar a compreensão de que aspectos sanitários precisam ser contextualizados juntamente às demais especificidades de cada grupo e etnia. Essa pontuação é fundamental para que, gradualmente, a implementação de políticas

públicas, especificamente as voltadas à saúde, sejam concebidas a partir dessa conexão de contextos e saberes.

Enquanto uma vinculação governamental oficial, a saúde indígena permaneceu sendo escopo do SPI até o seu último ano de atuação em 1967. Nesse mesmo ano, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁶⁴ e uma continuidade era perceptível. De acordo com Lima (2014, p. 28),

se esta não manteve continuidades estritas com o SPI, tampouco modificou radicalmente as ações de governo sobre os povos indígenas. E [...] em nada alterou os padrões de relacionamento entre coletividades indígenas e o centro de poder do Estado nacional brasileiro.

Nesse cenário, a saúde indígena era apenas uma das vastas atribuições indigenistas do órgão. A saúde indígena ficou vinculada à FUNAI até 1991, ano no qual passou a ser escopo da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Contudo, em um contexto de tensões e diferentes abordagens, a saúde indígena retornou ao escopo da FUNAI em 1994, permanecendo até o ano de 1999. Com uma nova alteração, a saúde indígena, novamente, vincula-se à FUNASA em 1999, contudo, dessa vez, o cenário é de maior estabilidade, pois essa vinculação à FUNASA ocorre por meio da criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI), integrante do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para uma compreensão dessas alterações ao longo da década de 1990, ressaltado como o período foi marcado pela constituição de organizações sociais indígenas, as quais lutaram “pelo reconhecimento de suas identidades e de seus direitos constitucionais e, assim, influenciaram a organização da política de demarcação de terras, educação e saúde” (SCALCO; NUNES; LOUVISON, 2020, p. 3). Tal mobilização indígena e articulação organizada foi a base para que, de fato, o SASI fosse aprovado levando em consideração pautas pertinentes aos povos indígenas. Os objetivos do Subsistema são descritos no seguinte excerto:

⁶⁴ A FUNAI corresponde ao órgão indigenista oficial do estado brasileiro desde 1967 até os dias atuais. Em 01 de janeiro de 2023, dia da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o nome da Fundação foi alterado para Fundação Nacional dos Povos Indígenas, contudo, a sigla permanece a mesma. A partir dessa data, a FUNAI é presidida por Joenia Wapichana – primeira vez em que uma mulher indígena assume tal posto - e passou a vincular-se ao Ministério dos Povos Indígenas, criado na mesma ocasião e comandado por Sônia Guajajara. Anteriormente, a FUNAI era vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O Sasi, sob gestão centralizada no governo federal, tem como principal objetivo garantir a atenção básica nas aldeias indígenas, considerando e articulando a integralidade da atenção e respeitando as necessidades culturais, sociais e epidemiológicas de cada povo (SCALCO; NUNES; LOUVISON, 2020, p. 3).

Os primeiros anos do SASI ocorreram ainda sob vinculação à FUNASA. O SASI foi implementado por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), nesse primeiro momento vinculados à FUNASA. Sua organização privilegiando a distritalização é descrita da seguinte forma:

Na organização dos Dsei há estruturas e profissionais para assistir aos povos indígenas – Polo Base, Casa de Apoio à Saúde Indígena e Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) – e instâncias de participação social para atuar junto à gestão na proposição de ações, planejamento, monitoramento e avaliação – Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI) e Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi). Em 2006 foi criado o Fórum de Presidentes de Condisi (FPCondisi) no nível nacional (SCALCO; NUNES; LOUVISON, 2020, p. 3).

Contudo, esses primeiros anos do Subsistema foram marcados por dificuldades operacionais para a efetivação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. A autonomia dos DSEIs ainda não era algo consolidado. O cenário foi marcado por manifestações – indígenas, da sociedade civil e de órgãos de justiça e controle – exigindo alterações no Subsistema (FERREIRA; PORTILLO; NASCIMENTO, 2013). Nesse contexto, o governo federal anunciou, durante uma reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), ocorrida no ano de 2008, que a saúde indígena seria transferida da FUNASA para o Ministério da Saúde. Entretanto, essa alteração estava sendo planejada sem a participação dos povos indígenas, e pressupunha a criação de um departamento juntamente à Secretaria de Atenção Primária e Promoção da Saúde no Ministério da Saúde que também estava em fase de estabelecimento.

Esse cenário foi amplamente questionado desde o momento do seu anúncio, uma vez que a proposta do governo deveria ser delineada juntamente a lideranças indígenas e também pela visão de que somente um departamento não teria a magnitude necessária para uma atuação atenta às especificidades inerentes à saúde indígena. Tais manifestações foram fundamentais para que essas alterações no

âmbito da saúde indígena fossem continuadas com ampla participação de lideranças indígenas, principalmente daquelas inseridas nas diferentes esferas de atuação da saúde.

É neste contexto que, em 2010, é criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), como resultado de um processo marcado por “ampla participação de representantes da população indígena, pela interação entre os diversos atores envolvidos e por várias rodadas de negociação no governo” (FERREIRA; PORTILLO; NASCIMENTO, 2013, p. 93).

A criação e atuação da SESAI é um ponto de grande destaque pela participação indígena ser cada vez uma realidade mais perceptível. Contudo, isso não significa um cenário ideal ou que conquistas e retrocessos não ocorram intercalados. Um dos pontos que exigem mobilização constante é em oposição à proposta de municipalização da saúde indígena. Tal proposta ganhou força ao longo do ano de 2019, sendo considerada a ideia de a saúde indígena sair do escopo federal e passar a ser executada em âmbito estadual e municipal. A proposta foi introduzida pelo ministro da saúde da época, Luiz Henrique Mandetta, e significaria o desmonte completo da SESAI, sendo a saúde indígena fundida a outra secretaria mais ampla.

Concomitantemente ao projeto de municipalização, representantes indígenas apontavam para impasses envolvendo o atraso de repasses financeiros governamentais e do impacto em ações básicas como o pagamento de salários, aquisição de remédios, transporte de doentes e realização de reuniões, cenário o qual promovia o enfraquecimento da SESAI. Nessa circunstância, foi organizada uma grande mobilização a nível nacional dos povos indígenas contrariamente à proposta de municipalização e em defesa ao fortalecimento da SESAI. Nesse contexto, manifestações em diversas capitais e também através de meios digitais ganharam força. Como resultado, conseguiram uma reunião com o ministro e sua palavra de que a SESAI seria mantida. A vitória foi reconhecida como possível apenas enquanto resultado da articulação empreendida. Contudo, com uma atenção à necessidade de

manter uma vigilância constante, pois novos ataques como esses podem surgir de diferentes espaços⁶⁵.

Nesse enquadramento, a atuação de organizações sociais indígenas – as quais se articulam desde a década de 1990 – conquistam um maior alcance a nível nacional a partir da utilização de tecnologias digitais e mídias sociais. Ocorre, então, uma conexão entre trocas virtuais e trocas presenciais. Um grande exemplo se refere à atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A apresentação institucional em seu site descreve:

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB foi criada pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre de 2005. O ATL é a nossa mobilização nacional, realizada todo ano, a partir de 2004, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações. A Apib é uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil, criada de baixo pra cima. Ela aglutina nossas organizações regionais indígenas e nasceu com o propósito de fortalecer a união de nossos povos, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país, além de mobilizar os povos e organizações indígenas contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas. (APIB)⁶⁶.

Analisar a atuação da APIB corresponde a observar a potência do movimento indígena organizado. De acordo com Rosa, a APIB possui uma organização centralizada, contudo, associada à

descentralização do poder decisório, buscando, assim, conjugar pautas comuns sem perder de vista a diversidade sociocultural e geográfica que compõe a realidade dos povos indígenas no Brasil, expressa, inclusive, em distintas formas de atuação política (ROSA, 2021, p. 62).

No caso da saúde indígena, essa atuação dos movimentos indígenas se articula à luta por ocupar espaços no interior da SESAI. Esse é um desafio pois,

⁶⁵ Para mais detalhes a respeito do contexto das mobilizações contrárias à municipalização da saúde indígena no ano de 2019, ver <https://cimi.org.br/2019/03/com-mobilizacoes-ministro-saude-garante-a-indigenas-sesai-mantida/>; <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/povos-indigenas-realizam-grande-mobilizacao-nacional-contra-municipalizacao-da-saude>. Acesso em: 09 jul. 2020.

⁶⁶ A apresentação institucional da APIB encontra-se disponível em: <https://apiboficial.org/sobre/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

apesar de o formato da SESAI ter sido elaborado com a participação de representantes indígenas, a sua concretização demanda esforços cotidianos. A luta ocorre, então, tanto para a implementação do que já fora definido como também para o fortalecimento da SESAI por meio de um constante processo de avaliação e reformulação da sua organização e atuação. Para uma compreensão dos significados dessa luta constante dos povos indígenas, ressalto as palavras de Krenak:

Nós não vivemos também uma situação em que os direitos conquistados, os direitos constituídos em processos de mobilização e de luta social, estão sendo respeitados. Então, se nós temos uma situação em que podem ser postas em questão as conquistas da cidadania, nós precisamos ser capazes de discutir em um tom mais crítico e menos apreciativo da história recente (KRENAK, 2020, p. 5).

Essa conjuntura nos permite acompanhar as especificidades em meio à saúde indígena no contexto nacional. Ao comparar distintos períodos históricos, podemos observar como as práticas tutelares e o impacto dos primeiros contatos deixaram marcas que vão gradualmente sendo repensadas. Assim como ocorreu em outros aspectos, a saúde também foi, durante muito tempo, pensada nessa lógica tutelar. Já contemporaneamente, é inquestionável a importância da participação de representantes indígenas em todas as esferas, principalmente para a elaboração e execução de políticas públicas.

O protagonismo indígena caminha lado a lado ao respeito e à garantia de seus direitos constitucionais. Desse modo, uma atuação contemporaneamente viável – na saúde indígena e além – se alinha ao respeito à autonomia de cada povo e de suas práticas de saúde, bem como da forma singular de cada povo articular práticas tradicionais de medicina a outras práticas sanitárias características ao cenário nacional.

3.2.1.1 A saúde indígena a partir do contexto Rikbaktsa

De modo profundamente conectado aos aspectos históricos da saúde indígena no cenário nacional, abordo a saúde a partir do contexto Rikbaktsa. Assim sendo, um primeiro ponto remete ao contexto no qual os primeiros atendimentos em saúde externos ocorreram pela atuação da prática missionária.

Ao longo das aproximações “pacificadoras” realizadas pelo missionário Dornstauder, o próprio prestava apoio em casos de doenças dos “brancos”. Tal apoio é descrito em seus diários e abrangia ações como administração de remédios – antialérgicos, antigripais, antibiótico penicilina – e também a garantia de que os enfermos se alimentassem e hidratassem devidamente. A preocupação do missionário era com a saúde dos Rikbaktsa mas também priorizando que as doenças não viessem a impactar o recente processo de aproximação e os objetivos da “pacificação”. Para uma compreensão desse contexto, apresento, na sequência, alguns trechos do diário do missionário, compreendidos em um período de atuação entre o dia 27 de julho e o dia 31 de agosto de 1958:

Dia 27 [de julho]. [...] Nossa saudação de longe não encontra resposta entusiasmada. Rodeio a casa e entro. A maioria jaz doente. Curioso que gente sã resista no meio dos doentes, principalmente algumas crianças.

Tipo esquisito de gripe este: sem febre, com tosse e grande mal-estar. Aplico logo injeção aos quatro mais necessitados e armamos as redes fora da casa, ao lado.

Dia 28 [de julho]. A roda dos índios mostra-se simpática. Aceita minha medicação. [...]. A gripe, irrompendo em epidemia, nos transforma os planos [dos percursos que fariam naquele dia].

Na aldeia do milho, penúria de alimentação. Não há caça e as mulheres, doentes, não colhem castanha nem fazem mingau de milho. Atendo a Íxo, sua mulher e Nipói. De uma aldeia de cima, chega Uaigma, cantando uma mensagem em tom reto: morreram dois índios. [...] Uaigma, de aparência robusta, pede-me com insistência lhe aplique uma injeção. Pelo modo de agir, deve ser um dos propagadores da epidemia. De noite, deita-se a tossir.

De noite, todos parecem melhorar. Não descubro, com certeza, qual seja o medicamento salvador. Parece que a Onadina ajudou muito.

Penso comigo mesmo e sofro, vendo a falta de medicamento nesse transe. Tenho só o fraco ozonil e temo uma catástrofe capaz de cortar a relação incipiente de paz

Dia 24 [de agosto]. [...] Recebo do Sr. Kunz uma remessa de medicamentos, entre eles 14 injeções de penicilina. Esse senhor, na passagem pela Gleba Arinos, tornou-se afeto ao índio. Por esses dias recebo também da CONOMALI uma ajuda de dois mil e quinhentos cruzeiros mensais, para o serviço de pacificação.

Dia 26 [de agosto]. [...] Comemos também mandioca, batata, castanhas. Convidam-se a sentar no chão. Todos melhoraram. Ninguém faleceu. Reconhecem a minha intervenção de cura. Vê-se, com a mão na experiência, que um tratamento à queima-roupa e mal conduzido não dá garantia de cura. Bem que procurei, mas não encontrei orientação médica, que me viesse a esclarecer. Três Rikbáktsa da margem esquerda do Juruena aqui se encontram. Um deles, Ricóteti, já conhecido, sofre de gripe e conjuntivite. Mais à noite, trato-lhe os olhos e dou um comprimido para a gripe.

Dia 31 [de agosto]. [...] Peso os contratemplos da gripe imprevista, resolvido a dissipar a nuvem da epidemia (DORNSTAUDER, 1975, p. 146-151).

A partir da observação do diário do missionário no contexto de 1958, reflito como esse é um ponto que exemplifica o cenário mais amplo da “pacificação”. De acordo com Pacini (1999), o tratamento e a cura de doentes nos Postos de Assistência Indígena missionários foram, inclusive, um ponto determinante para o “êxito” da “pacificação”.

Desse modo, proponho retomarmos alguns dados anteriormente apontados a respeito de os primeiros contatos de grupos indígenas com não indígenas terem sido marcados pelas epidemias e pelas elevadas taxas de redução demográfica – de “depopulação” conforme Ribeiro (1985). Entre os Rikbaktsa, a partir dos contatos de grupos Rikbaktsa com seringueiros e com missionários, iniciaram-se as primeiras epidemias e doenças com altas taxas de mortalidade. A falta de anticorpos a novos vírus foi uma realidade também entre os Rikbaktsa. Foram catalogadas doenças respiratórias em um amplo leque vinculado à gripe, tais como resfriados, coqueluche e pneumonia, e também doenças como varíola, sarampo, tuberculose e malária. Desde os primeiros contatos até 1969 estima-se que, aproximadamente, 75% da população foi dizimada (ARRUDA, 2019), com informações que apontam para a possível dizimação de aldeias inteiras.

Ao ressaltar as especificidades de como epidemias e doenças foram vivenciadas pelos Rikbaktsa, os pontos analisados por Ribeiro (1985) são uma chave de leitura. Isto porque podemos compreender que a dizimação populacional ocorreu pela alta letalidade das doenças, mas também pela relação das doenças com impactos nas suas formas de organização social. Impactos no momento do enfrentamento à doença pela impossibilidade de produção de alimentos e também pela desestruturação da vida social. Assim como o contexto descrito por Ribeiro entre os Kaingang paulistas, no qual os efeitos foram sentidos por longos períodos na desestabilização entre as subdivisões clânicas que afetaram os casamentos e, inclusive, a geração de filhos, entre os Rikbaktsa o cenário foi semelhante. Em relação aos efeitos das epidemias, Pacini descreve:

Com a grande mortandade dos tempos de pacificação, os sobreviventes em torno dos missionários reforçaram as forças de

coesão entre as pequenas unidades sociais dispersas numa grande área e constituíram lentamente um grupo humano mais coeso dentro da Reserva Rikbáktsa, onde uma maior proximidade num mesmo espaço físico atuou diretamente como fator de relações mútuas e de alianças internas em um espaço vital mais reduzido. (PACINI, 1999, p. 182).

Enquanto uma organização dual exogâmica de parentesco, as festas e os rituais, igualmente, foram afetadas, principalmente os casamentos. A configuração entre as metades Arara Amarela e Arara Cabeçada no seu sistema patrilinear – com os filhos pertencendo ao mesmo clã de seu pai – e com a residência uxorilocal – acompanhando o local de residência dos pais da esposa/mãe – continuou sendo respeitada e seguida. Contudo, os impactos das epidemias foram sentidos e ressoam nas relações até os dias atuais, seja em mudanças concretas seja nas falas rememorando os sofrimentos e mortes de familiares. A especificidade do contexto Rikbaktsa, contudo, de haver uma flexibilidade inerente aos seus sistemas de organização e uma readequação, quando assim compreendido ontologicamente necessário (ATHILA, 2006), fez com que os impactos não fossem ainda maiores.

Nesse cenário, é possível observar como, ao longo dos anos, foi ocorrendo uma tomada de consciência e uma problematização acerca do que fora vivenciado. Nesse sentido, em moldes semelhantes ao que fora apontado desde Ribeiro (1985), a respeito da percepção pelos diversos povos dos desdobramentos devastadores oriundos da pacificação. Anteriormente, abordei a contextualização histórica da saúde indígena no âmbito nacional e suas diversas vinculações ao SPI, à FUNAI, à FUNASA e, então, com a criação da SESAI, bem como acerca da importância de uma atuação autônoma das organizações indígenas para que, de fato, a saúde indígena seja concretizada e fortalecida.

Isso posto, ações efetuadas pelos povos indígenas e suas lideranças ganham relevância para que não sejam políticas externas e desconexas das experiências de cada povo. É preciso que as políticas e as ações sejam desempenhadas em diálogo com os povos e também pelos povos por meio de uma inserção cada vez mais ampla no interior da elaboração e execução das políticas. Esse é, ainda, um caminho pedregoso e que demanda o empenho e lutas para que, de fato, espaços sejam ocupados, mas que pode ser analisado a partir de atuações concretas. Com isso em prioridade e ressaltando um dos fios condutores dessa tese a respeito da trajetória de

Nelson, pondero como sua atuação exemplifica as várias lutas em meio a saúde indígena. Sua trajetória de modo mais amplo será enfocada no próximo capítulo, contudo, apresento, na sequência, algumas de suas atuações pontuais no âmbito da construção e defesa da saúde indígena.

Nelson, enquanto liderança, lutou pela ampliação de espaços e pela garantia de direitos. Priorizo essa compreensão a partir da força de acompanhar experiências vividas. Nesse caminho, o primeiro momento que resalto de sua atuação se refere à ativa participação em reuniões no âmbito regional e no âmbito nacional da saúde indígena. Essa participação vai ao encontro da perspectiva de que é preciso ocupar os espaços já conquistados. No caso da saúde indígena, esses espaços são perceptíveis a partir das próprias instâncias de participação previstas no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. No âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), a participação e o controle social ocorrem por meio dos Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI), dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e do Fórum de Presidentes de CONDISI (FPCONDISI) no âmbito nacional. Já na esfera nacional, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas é discutida em grandes encontros, tais como as Conferências Nacionais de Saúde Indígena (CNSI). Ainda, destacam-se os Encontros Nacionais de trabalhadores da saúde indígena, os quais abrangem aspectos de direitos trabalhistas e também para uma discussão e melhoria na atuação desses profissionais, indígenas e não indígenas.

Nelson participou ativamente desses espaços, tanto os espaços que pensavam a construção da saúde indígena pelos povos indígenas como os espaços que pensavam no desafio da concretização da saúde indígena por meio do exercício profissional de trabalhadores indígenas e não indígenas. Dentre esses espaços, destaco a sua participação enquanto presidente do CONDISI Vilhena, no Fórum de Presidentes de CONDISI, ocorrido no ano de 2013. Em sua rede social pessoal, Nelson compartilhou o seguinte comentário a respeito do Fórum:

As conquistas da saúde indígena se deram a partir da junção de boas ideias. Aí posso falar do Fórum de presidentes dos CONDISIs, a mostra da saúde indígena, a criação da secretaria executiva do CONDISI e seus articuladores, as assessorias e outros, todos se instalaram e estão cumprindo seus objetivos com sucesso. Nesta conferência [2013] surgiu mais uma grande ideia, que é construir uma confederação dos trabalhadores de saúde indígena. Apostando em mais um sucesso é que convocamos todos que abraçarem esta luta

para darmos o pontapé inicial. Criar espaços de debates e fazer mobilização política para dar consistência a esta luta digna dos trabalhadores da saúde indígena (Registro de Nelson Mutzie, 2013⁶⁷).

No ano seguinte, Nelson participou do 1º Encontro Nacional de Trabalhadores da Saúde Indígena ocorrido na cidade de Jericoacoara, no Ceará, nos dias 05, 06 e 07 de setembro de 2014 (Figura 6 e Figura 7). Enquanto primeiro encontro, foi um momento inicial de discussões, o qual propiciou que no ano seguinte fosse criado o Sindicato dos Trabalhadores e Profissionais de Saúde Indígena (Sindicopsi). Com base nessas informações, é possível observar o trabalho de Nelson ao longo da discussão e da criação de instrumentos no interior da saúde indígena.

Figura 6 – 1º Encontro Nacional de Trabalhadores da Saúde Indígena – Setembro de 2014



Fonte: imagem retirada da publicação de Nelson Mutzie, no Facebook⁶⁸.

⁶⁷ Publicação original de Nelson Mutzie realizada em 09 de dezembro de 2013. Disponível em: https://www.facebook.com/nelson.mutzie1?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 12 maio 2022.

⁶⁸ Imagem disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=672936892802764&set=pcb.672937082802745>. Acesso em 12 mai. 2022.

Figura 7 – Fala de Nelson (ao centro) no 1º encontro nacional de trabalhadores da saúde indígena – Setembro de 2014



Fonte: imagem retirada da publicação de Nelson Mutzie, no Facebook⁶⁹

Outro momento que ressaltar corresponde à atuação de Nelson frente à proposta de municipalização da saúde indígena. Ao longo do ano de 2019, quando a proposta estava no ápice da discussão, Nelson participou ativamente na luta contrária à municipalização e defendendo o fortalecimento da SESAI. Sua posição pode ser observada na Figura 8 e na Figura 9 e também no seguinte comentário compartilhado em sua rede social:

Olá amigos e amigas e parentes indígenas do Brasil. Venho aqui através da rede social Facebook registrar a todos os parentes e simpatizantes que a SESAI nesse momento se encontra praticamente extinta, aonde se diz ser criada uma nova secretaria pelo Ministro Mandetta. E nesse momento eu lhe convido. Chama atenção de toda Nação Indígena brasileira. Que precisamos agora nesse momento mais que nunca se unir e falar a mesma língua e partir pelo movimento nacional e internacionalmente pelos nossos objetivos. E mostrar para esse Mandetta, dizendo para ele que estamos vivos e que nós queremos um fortalecimento da SESAI e não extinção. Precisamos dar as mãos agora nesse momento e se unir de norte a sul de Leste a oeste, independente de que estado seja, e lutar pelo único objetivo. Chega da política brasileira, não todos mas a grande maioria, fazer e querer desfazer dos nossos direitos. É um direito que nós conquistamos com muita luta, com muita garra e muita determinação

⁶⁹Imagem

disponível

em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=672937056136081&set=pcb.672937082802745>.

Acesso em: 12 maio 2022.

e até mesmo derramando sangue. E não é o momento de se brincar com a saúde da população indígena brasileira. Precisamos de respeito e respeito temos que ter independente de que partido, seja da Direita ou esquerda. [...] Para assumir no Congresso tem que ter palavras e tem que ser homem para assumir o que se fala. Então seu Ministro Mandetta, nas últimas palavras que teve com o Fórum de Presidentes, falou que qualquer medida que fosse tomar sobre a saúde indígena ele fazia um comunicado à população indígena. [Mas] pegou toda a população indígena Brasileira de surpresa, como sempre [fazem] todos os políticos [...] À população indígena brasileira, é o momento de nós gritar. Queremos paz e queremos a liberdade e o nossos direitos assegurados. Nenhum a menos. Vamos para luta. É o momento de toda Nação Indígena se reunir e fazer uma grande manifestação em busca do nosso objetivo.” (Registro de Nelson Mutzie, 2019⁷⁰).

Figura 8 – Mobilização em defesa do SASISUS: Subsistema de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde – Atividade integrante da semana de mobilização nacional em defesa da saúde indígena. Março de 2019



Fonte: imagem retirada da publicação de Nelson Mutzie, no Facebook⁷¹

⁷⁰ Publicação original de Nelson Mutzie realizada em 22 de março de 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/nelson.mutzie1?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 12 maio 2022.

⁷¹ Imagem disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=672937056136081&set=pcb.672937082802745>. Acesso em: 12 maio 2022.

Figura 9 – Mobilização em defesa do SASISUS: Subsistema de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde – Atividade integrante da semana de mobilização nacional em defesa da saúde indígena. Março de 2019



Fonte: imagem retirada da publicação de Nelson Mutzie, no Facebook⁷²

Seria possível abordar inúmeros momentos de Nelson ao longo de sua atuação na saúde indígena, contudo, os momentos ora apresentados servem de base para a compreensão de que a luta pela saúde indígena ocorre na prática e ao longo dos anos. São conquistas, construções coletivas, retrocessos, novas construções e novas conquistas em um ciclo que demanda atenção e envolvimento constantes. Os trechos elencados, as imagens e a contextualização a um cenário nacional mais amplo demonstram também a vinculação de aspectos regionais a aspectos nacionais e, no caso de Nelson, a constatação de que ele atuava em diferentes “mundos” e aliava distintos objetivos, como no caso da luta pela garantia da implementação da saúde indígena e da luta pelos direitos dos trabalhadores, indígenas e não indígenas. Outro ponto remete à necessidade de estar atento às novas demandas e aos novos cenários conforme estes se apresentam. Nesse quesito, proponho retomarmos o contexto da irrupção da pandemia de covid-19, dessa vez a partir do contexto vivenciado pelos povos indígenas.

⁷²Imagem

disponível

em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=672937056136081&set=pcb.672937082802745>.

Acesso em: 12 maio 2022.

3.2.2 A pandemia a partir do contexto vivenciado pelos povos indígenas

Conforme abordado anteriormente, neste mesmo capítulo, no contexto em meio à pandemia de covid-19, desigualdades já existentes foram afloradas. Com essa conjuntura, a importância de abordagens específicas a partir das distintas realidades e não somente em um âmbito global retorna à discussão, principalmente elencando as potencialidades das pesquisas qualitativas juntamente às pesquisas quantitativas e do especial papel das pesquisas etnográficas. Contudo, no que tange à pandemia, a partir dos contextos vivenciados pelos povos indígenas, o que podemos analisar a partir dessas considerações? Quais as especificidades vivenciadas pelos povos indígenas?

Pondero que o primeiro passo em meio a esses questionamentos remete à noção de que não há caminhos únicos ou verdades absolutas genéricas dos povos indígenas, mesmo em escala nacional. Cada etnia, cada região possui experiências distintas. Entretanto, um ponto pode ser analisado como um enfrentamento comum, o qual remete à articulação conjunta do movimento indígena, para que o contexto vivenciado por cada povo e grupo seja respeitado. Essa articulação se relaciona à defesa e ao fortalecimento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI), abrangendo o cenário inesperado e que demandou respostas rápidas em meio à pandemia de covid-19. Esse cenário pode ser apreendido a partir do ponto de vista descrito por Scalco e Louvison (2020), o qual corrobora com o exposto:

Os mais de 300 povos indígenas que habitam este território têm realidades distintas, como povos em isolamento e outros que residem em contexto urbano. Porém, uma situação é comum a todos eles: a vulnerabilização social diante da ameaça da pandemia (SCALCO; LOUVISON, 2020, p. 3).

Nesse panorama em meio ao desenrolar pandêmico, as singularidades das políticas públicas da saúde da população indígena precisam ser pautadas. Essas singularidades abrangem uma complexa escuta para que, de fato, as políticas públicas sejam efetivas e de acordo com as vivências dos povos. Entretanto, o cenário que observamos em meio à pandemia revelou as limitações das políticas públicas, quadro agravado pelo já exposto descaso por parte do governo federal.

Se os efeitos da omissão e das ações, inclusive negacionistas, do governo federal frente à pandemia afetaram a sociedade brasileira como um todo, as proporções foram ainda maiores para os povos indígenas. Nessa conjuntura, Silva observa como “a pandemia de covid-19 entre os povos indígenas brasileiros não ocorre em um vácuo sociológico, mas agrava a anterior política de precariedades”. (SILVA, 2021, p. 157). Precariedades que podem ser compreendidas no âmbito da saúde indígena, a exemplo de registros em distintas regiões da ausência de leitos, da ausência de medicamentos e da ausência de verbas para deslocamentos. Esse contexto se agrava na pandemia, com a escassez ou, inclusive, inexistência de itens, como equipamentos de proteção individual, máscaras e álcool gel, e mesmo itens indispensáveis em meio ao aumento de casos graves de covid-19, como a disponibilidade de leitos em hospitais, principalmente em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), e respiradores.

Nesse âmbito, para além das precariedades na saúde indígena, a pandemia de covid-19 “enquanto evento político, enseja ameaças múltiplas e reforça os preconceitos e ataques aos direitos indígenas como um todo” (SILVA, 2021, p. 158). Esse cenário dialoga com o descaso para com suas necessidades, a falta de estruturas básicas para o acesso de toda a população (em Terras Indígenas e nas cidades) à saúde. Ainda, é preciso ressaltar o histórico da letalidade de doenças virais e da vinculação com a subnotificação de dados oficiais a respeito da letalidade da covid-19 em meio aos povos indígenas. Nessa conjuntura, a atuação governamental federal “além de ocultar a real situação de contaminação entre os povos indígenas, esconde a entrada agressiva de invasores nas terras indígenas (TIs), facilitada pela própria ação estatal” (ROSA, 2021, p. 63). Pondero como esses fatores se relacionam com a vulnerabilidade estrutural e com a racialização nos moldes apresentados por Biehl (2021).

Ao focar o contexto da pandemia a partir das vivências dos povos indígenas, cabe destacar reflexões acerca do cenário pandêmico e também sobre seus desdobramentos posteriores. Nessa perspectiva, quando ainda em um momento do desenrolar da pandemia, Mbembe (2020) ressaltou o receio de que, mesmo quando findada a pandemia, ocorressem novos períodos de brutalidade e tensão, prevalecendo a lógica da força e do poder no plano geopolítico. Desse modo, principalmente na África e em regiões no sul global, “a extração consumidora de

energia, a expansão agrícola e a predação, razão de ser da venda de terras e da destruição de florestas, continuarão sem entrave” (MBEMBE, 2020). Essas ponderações são pertinentes para uma análise do caso brasileiro, no qual ações de predação de terras – com destaque para garimpagem, expansão agrícola e desmatamento – ocorrem no contexto anterior, concomitante e posterior à pandemia, afetando a sociedade como um todo e os territórios indígenas em grandes proporções. Nesse cenário, indagações a respeito das repercussões a médio e longo prazo ressoam nos diversos desafios enfrentados, seja nos lutos pelas mortes em decorrência da pandemia ou das inúmeras lutas que se sobrepõem, dentre as quais a luta pela terra, pela saúde e pela existência em si são aquelas que de modo objetivo perpassam essa tese.

Convergindo com o já exposto, Ramos (1996) apresenta questões que dialogam diretamente com o conceito de necropolítica de Mbembe (2016), mesmo que não utilizando esta nomenclatura e em um momento de escrita anterior ao de Mbembe. Ramos demonstra, por meio do caso do povo Yanomami, como a omissão do governo significa mais do que apenas indiferença no que chama de “guerra epidemiológica não declarada aos Yanomami” (RAMOS, 1996, p. 17). Essa guerra se refere às ações adotadas, uma vez que não seria politicamente viável, a partir do século 20, dizimar pela força os povos indígenas. Desse modo,

o caminho mais econômico, prático e ‘limpo’ é criar condições para que ataques epidemiológicos desempenhem a tarefa de fazer desaparecer os índios das regiões que estão na mira da conquista” (RAMOS, 1996, p. 15).

Trazendo as considerações de Ramos para a contemporaneidade, é possível ponderar como, de modo indireto e beirando a intencionalidade, essa mesma prática ocorreu nos desdobramentos da pandemia causada pelo coronavírus.

Por outro lado, é possível analisar como as resistências também estão presentes de diversos modos na luta pela defesa da vida e dos direitos dos povos indígenas. A importância dessa abordagem está alinhada à proposta de Biehl de “atentar para resistências e formas de counter-politics, ou contra-política dentro do próprio Estado” (BIEHL, 2021, p. 344). A exemplo, é possível analisar as ações adotadas por meio da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), vinculando as ações no contexto da pandemia ao amplo histórico de lutas pelos direitos dos povos

indígenas. Em relação ao cenário ocasionado em meio à pandemia, a APIB alertou desde seus desdobramentos iniciais para a ocorrência de uma emergência indígena. Dentre as ações da APIB, destacaram-se a contagem, em tempo real, de povos afetados pela covid-19, com o número de casos confirmados e de indígenas mortos, as mobilizações contra o governo federal e em favor da garantia de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), e para o acesso enquanto grupo prioritário para a vacinação.

Esse ativismo indígena manifestou-se nesse contexto de omissão do governo federal brasileiro para o enfrentamento do coronavírus. Uma das formas de compreender essa omissão se dá a partir do que Biehl nomeia como estratégias voltadas a uma micro saúde global, destacando o “‘kit-COVID’ propagandeado por Bolsonaro, incluindo a infame cloroquina (COLLUCCI, 2020), como um exemplo de truque farmacêutico, em vez de uma resposta nacional de saúde pública robusta e coordenada” (BIEHL, 2021, p. 346). Esse argumento é certo, sendo evidente no caso dos povos indígenas. Inclusive, há registros da entrega de kits-COVID em aldeias do estado de Roraima por militares enquanto ação do governo federal⁷³. Essas táticas perpetradas pelo, à época, presidente brasileiro e seu governo encobriram justamente as ações necessárias para o enfrentamento de uma pandemia, aprofundando uma política que, além de se omitir, agravou as consequências causadas pela pandemia.

Nessa conjuntura, o enfrentamento da pandemia de covid-19 pelos povos indígenas demandou uma grande atenção. Embora não se configure enquanto assunto recente no tocante a vírus e epidemias letais, a pandemia é marcada como um novo e grave evento que compactua com esses processos. Dando continuidade ao cenário apresentado anteriormente, visibiliza-se como a contaminação letal por um vírus não ocorre pela primeira vez, muito menos nessa concepção de sua vinda externa. O coronavírus, nesse caso, não é um evento novo, mas, sim, um recente desdobramento de uma história já conhecida. Contudo, é preciso atentar para as características que permearam a pandemia de covid-19, revelando questões políticas,

⁷³ Reportagens sobre a distribuição de Kits-COVID para indígenas. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/28/governo-federal-distribuiu-100-mil-unidades-de-cloroquina-para-indigenas>; <https://www.roraima1.com.br/2020/07/01/militares-distribuem-cloroquina-para-indigenas-de-roraima-em-acao-contra-coronavirus>; <https://www.metropoles.com/brasil/coronavirus-governo-leva-cloroquina-a-indigenas-e-mpf-abre-investigacao>; <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/07/02/mpf-investiga-distribuicao-de-cloroquina-a-indigenas-e-acesso-as-reservas-sem-autorizacao-dos-povos-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2021.

econômicas e sociais envolvidas. Com base nessas questões e, a exemplo da atuação da APIB, pondero a respeito de como, mais uma vez mais, o enfrentamento a contextos adversos foi possível através de uma luta conjunta pelos povos indígenas. De acordo com Scalco e Louvison (2020, p. 3), desde uma organização e de ações práticas, os indígenas “mostram sua potência e resistência, e de forma alternativa ao Executivo articulam com organizações indígenas, indigenistas, de saúde coletiva e até mesmo com o Congresso Federal e o Supremo Tribunal Federal (STF) planos paralelos”, os quais foram fundamentais no combate à pandemia.

Como vimos, o ativismo indígena se manifestou no contexto de omissão do governo federal brasileiro para o enfrentamento do coronavírus. A relevância desse ativismo pode ser compreendida, nessa conjuntura, a partir do seguinte excerto de Scopel, Dias-Scopel, Neves e Segata (2021):

O protagonismo indígena, nas ações epidemiológicas, mas também nas ações políticas e jurídicas mais amplas realizadas pelas organizações indígenas locais e nacionais foram fundamentais para evitar mais mortes do que as que ocorreram ao longo desses quase 18 meses de pandemia. Isso demonstra que não se pode pensar políticas públicas de saúde para as populações indígenas sem a presença indígena; que essa participação não pode ser meramente burocrática; que precisamos ter políticas públicas amplas, mas que sejam articuladas localmente a partir dos povos indígenas para quem as políticas de saúde são dirigidas (SCOPEL; DIAS-SCOPEL; NEVES; SEGATA, 2021, p. 11).

A autonomia dessa atuação permitiu que de fato os direitos dos povos indígenas fossem visibilizados, fortalecendo uma luta que é conjunta dos povos indígenas no cenário brasileiro. A partir do enfoque na APIB, podemos compreender como outras articulações e outras organizações foram fundamentais no enfrentamento à Covid-19, principalmente para que suas consequências não fossem ainda mais devastadoras. Dando continuidade ao exposto, proponho adentrar no contexto específico vivenciado pelo povo Rikbaktsa.

3.2.2.1 A covid-19 chega ao território Rikbaktsa: estratégias de enfrentamento – lutas e lutos

No tocante ao enfrentamento à covid-19 pelo povo Rikbaktsa, é possível observar como as estratégias foram pautadas na mesma linha de articulação e de mobilização adotadas pelos povos indígenas no cenário nacional. Isto é, as ações concretizadas foram, em grande parte, viabilizadas por meio de iniciativas dos próprios Rikbaktsa. A atuação de Nelson, enquanto liderança Rikbaktsa e profissional da SESAI, teve grande destaque, conforme será aprofundado na sequência. Previamente, discorro a respeito do que é evocado a partir do entendimento pelos Rikbaktsa de que uma doença desconhecida e letal poderia se aproximar do seu território.

Como vimos anteriormente, no caso do povo Rikbaktsa, historicamente outras epidemias foram devastadoras, principalmente quando do contato, em um primeiro momento com seringueiros, e da “pacificação” via jesuítas, com muitas mortes causadas pela violência, mas também e principalmente pelos vírus com os quais a etnia entrava em contato pela primeira vez (ARRUDA, 1992; PACINI, 1999; ATHILA, 2006). O coronavírus, nesse caso, não é um evento novo, mas sim um recente desdobramento de uma história já conhecida.

O histórico de epidemias e doenças graves vivenciado pelos Rikbaktsa causa uma apreensão frente ao cenário da possível chegada da covid-19, em um primeiro momento a partir de incertezas sobre o que, de fato, seria a tal doença, mas esse histórico também ativa experiências passadas e potencializa rápidas articulações para o enfrentamento de mais esse contexto. Nessa direção, ao passo em que começam a ser diagnosticados casos de covid-19 entre os Rikbaktsa nas aldeias das três Terras Indígenas, o panorama histórico de dizimação por doenças marca as memórias e as trajetórias do povo, o qual, por sua vez, apreendeu estratégias de sobrevivência para que o cenário de devastação não torne a se repetir.

O receio de que novas doenças sejam devastadoras é potencializado por esse contexto anterior. Contudo, o medo e a luta se retroalimentam para que tal cenário de dizimação não ocorra de novo. As questões de saúde são levadas a sério pelo povo, de modo a articular os conhecimentos oriundos dos “brancos” com seus

conhecimentos de medicina tradicional, os quais serão os recursos utilizados no enfrentamento a mais esse vírus.

Isso posto, descrevo como a atuação de Nelson se deu na linha de frente no combate à covid-19, desde os primeiros sinais que apontavam a chegada do vírus às cidades próximas. Com o início do cenário pandêmico no Brasil, em março de 2020, mantive contato direto com Nelson. Ele me relatava como estava trabalhando de casa na cidade de Juína, mas que tinha toda a relação e atuação com as aldeias. Sua atuação também demandava deslocamentos presenciais, os quais eram feitos com todos os procedimentos de prevenção possíveis.

Em um primeiro momento, as ações efetuadas buscavam barrar a chegada da covid-19. Para tanto, foram organizadas barreiras sanitárias, impedindo que pessoas de fora das TIs adentrassem e, também, encorajando a permanência de toda a comunidade em suas aldeias. Para que isso fosse possível, Nelson organizou duas grandes frentes de ações. A primeira enfocava a conscientização de todos acerca da gravidade dos riscos do contágio e dos protocolos de prevenção que precisavam ser adotados. A segunda grande ação remetia à garantia de que todas as aldeias e famílias tivessem o acesso a recursos básicos necessários. Apresentaremos essas duas grandes frentes de ações conforme elas foram se desenvolvendo.

Entre os dias 14 de abril e 03 de maio de 2020, mantive contato direto com Nelson para entender como estava a situação e também quais as possíveis formas de ajudar, mesmo que à distância e remotamente, uma vez que essa seria a única forma em meio ao aumento gradativo do número de casos. Na sequência, destaco alguns trechos de falas e pontos elencados por Nelson em nossas conversas de modo a possibilitar ao/à leitor/a a compreensão desse cenário enquanto ele transcorria.

Eu estou fazendo a campanha pra ajudar o pessoal na aldeia. E a gente está correndo atras de cesta básica via FUNAI, via outros órgãos. Ainda não saiu. E tem aqueles mais necessitados. [...] Porque está isolado. Eles não estão saindo das aldeias pra cidade. Ainda mais agora prolongando esse período.

A gente está muito preocupado com isso. Mas a gente está conseguindo ainda segurar eles na aldeia né. E as equipes de saúde também têm ido de aldeia por aldeia. As técnicas, a gente estendeu um pouco a mais. Então a gente está com tudo meio que controlado né.

Nós estamos bem. Estamos nos cuidando né. Precavendo. E aí surgiu essa demanda e eu estou entrando em contato com o Estado, com a FUNAI. Pra tudo quanto é lado. E a gente está pra ajudar eles também.

Não só eles como todos os outros povos da região também. Então, eu estou assim meio que articulando pra ver se eu consigo pelo menos levar na outra semana umas cestas [básicas] pra eles. Estou na articulação também governamental. Estamos correndo atrás disso tudo (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de Campo, 14 de abril de 2020).

Nesse primeiro momento, a preocupação central estava em conseguir rapidamente angariar recursos para levar às aldeias cestas básicas, tanto as aldeias Rikbaktsa mas também aldeias dos outros povos da região. Naquele período, mesmo no cenário nacional os protocolos sanitários de prevenção ainda não estavam organizados e estabelecidos, mas iniciava-se, também, a difusão da importância do uso de máscaras e da higienização das mãos. Ao final desse dia 14 de abril, Nelson me enviou uma foto sua de máscara trabalhando (Figura 10).

Figura 10 – Registro de Nelson durante dia de trabalho na SESAI na cidade de Juína em 14 de abril de 2020



Fonte: acervo pessoal da autora.

No dia seguinte, continuamos em contato e Nelson deu mais detalhes da conjuntura na região, conforme elencado abaixo.

Então, a gente orientou num primeiro momento a ficarem todos dentro da aldeia. Aqui em Juína de ontem pra hoje já tem três casos suspeitos e um confirmado. Eles estão todos em aldeia e eu junto com o pessoal da FUNAI fomos através do Estado, inclusive eu estou até em contato com o Estado, pra ver se a gente consegue umas cestas básicas. E me parece que a FUNAI Brasília tem um recurso. Inclusive eu estava até ajudando o cara da FUNAI a fazer uma planilha das famílias. Aí tem aqueles mais vulneráveis e tal. E máscara, por exemplo, eu consegui doação de 50 máscaras. Que eu vou mandar inclusive pra aldeia ou até mesmo pro pessoal da SESAI quando vai em aldeia. A gente está tendo todos esses cuidados. E assim que chegar essa alimentação, inclusive do Estado, a gente precisa de combustível também pra deslocar a alimentação até a aldeia. Então é isso que eu estou fazendo junto com eles.

Hoje aqui em Juína, por exemplo, abriu o comércio. Mas o governador do estado de Mato Grosso decretou que todas as pessoas do estado de Mato Grosso usassem máscara. Essa semana de orientação e a semana que vem estaria multando as pessoas e até mesmo conduzindo até a delegacia. Então, e aí eu já fui pra outro lado pra ver se eu conseguia algumas máscaras. Eu consegui por exemplo 50, mas a menina está com dificuldade de comprar matéria prima. E eu estou atrás também para ajudar. Então assim, eu estou me esforçando pra ver se eu ajudo eles também e até mandar para as aldeias quando forem alguém sair ou alguém ir. E eu estou junto com o pessoal nessa campanha.

Hoje por exemplo eu estava ali esperando junto com eles. As pessoas que não são assalariados né. Que tem família e que precisa de alguma ajuda né. Até pra mim, também ter uma noção. Então hoje eu estava fazendo esse levantamento.

Eu estou só engajando aí esse apoio exatamente porque está demorando demais a ajuda do próprio governo também. Que se disponibilizou e agora estendeu essa situação. Por exemplo, aqui em Juína, o primeiro caso, mas quantos tem contaminado. E é um perigo né. E a gente está orientando isso exatamente para a gente precaver (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de Campo, 15 de abril de 2020).

No dia subsequente, 16 de abril, Nelson me enviou o levantamento das aldeias Rikbaktsa que ele organizou juntamente às Associações do povo – Associação Indígena do Povo Rikbaktsa (ASIRIK), Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa (AIMURIK); Associação Indígena Rikbaktsa TSIRIK da TI Japuira e Associação Indígena ABANATSA da TI Escondido – o qual contemplava a logística necessária e a distância percorrida entre as aldeias e os municípios de atuação da Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso da FUNAI na cidade de Juína. Nessa ocasião, Nelson pontuou: “a gente encaminhou também pra FUNAI, e a FUNAI também já está através disso entrando em contato com a presidência e aí pra outros né. Então fiz tipo um apanhado da logística e como poderia ser” (Registro da fala de Nelson Mutzie,

Diário de Campo, 16 de abril de 2020). Essa articulação pautava pela cobrança da atuação dos órgãos competentes e também para que medidas imediatas pudessem ser adotadas por meio de parcerias.

Em 17 de abril, Nelson me comunicou que havia conseguido uma doação de máscaras e também me atualizou a respeito dos projetos que estava articulando, conforme o seguinte trecho:

Eu estou com dois projetos de financiamento pelo governo federal. Estou na esperança de conseguir. Até já escrevi e já mandei. E me deram aprovação no primeiro momento. Estou aguardando. [...] Mas é para comprar as máquinas [de costura] e junto com as minhas amigas aqui fabricar as máscaras. E capacitá-las também. Um grupo pequeno para estar também confeccionando as máscaras pra comunidade. Eu estou correndo atrás nessa semana. E abriu um edital da Fundação Casa [Socioambiental] também e nós estamos terminando de escrever um projetinho também [...]. Também para auxiliar. Espero que dê certo. Mas assim, a gente está fazendo. Eu consegui algumas doações de máscaras. Umas cento e pouco. Vou mandar pras aldeias. E estou com o pessoal da FUNAI também, com o pessoal da educação fazendo essa divulgação. Então estamos aí correndo (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de Campo, 17 de abril de 2020).

Na sequência, Nelson me enviou o projeto que estava finalizando juntamente à Associação Aimurik e que seria enviado à Fiocruz. Para o projeto, ele fizera em parceria com a Associação uma figura que sintetizava o título e objetivo do projeto, com os dizeres: ações voltadas as práticas alimentares para o bem-estar da saúde do povo Rikbaktsa contra covid-19 (Figura 11). O resumo da ação que seria desenvolvida com a aprovação do projeto é descrito no excerto abaixo:

O objetivo do projeto será desenvolver tecnologias em ações voltadas as práticas alimentares para o bem-estar da saúde do povo Rikbaktsa contra Covid-19. Portanto serão realizadas 4 oficinas durante 6 meses a contar com a aprovação do projeto, como: 1. Oficina de Produção de alimentos saudáveis proveniente da biodiversidade e cultura indígena para distribuição coletiva, todos os sábados na sede da associação AIMURIK durante o projeto; 2. Oficina de Costura para produção de máscaras e outros, na própria aldeia; 3. Oficina de multiplicação de ações de comunicação entre as aldeias com vistas a disseminação de materiais informativos objetivando a diminuição da propagação do coronavírus. 4. Oficina de orientações quanto as observâncias das medidas preconizadas pelas autoridades sanitárias, voltadas para o afastamento social, proteção individual, higiene pessoal e coletiva para prevenção do Covid-19. Pretende-se atender os 1900 indígenas da etnia Rikbaktsa. (Trecho do Projeto “Ações voltadas as práticas

alimentares para o bem-estar da saúde do povo Rikbaktsa contra covid-19 elaborado em abril de 2019, disponibilizado por Nelson Mutzie).

Figura 11 – Imagem do Projeto “Ações voltadas as práticas alimentares para o bem-estar da saúde do povo Rikbaktsa contra Covid-19 elaborado em abril de 2019



Fonte: acervo pessoal.

Com a finalidade de buscar parcerias para a arrecadação de fundos e adoção imediata de medidas no enfrentamento da covid-19, em concomitante à elaboração dos projetos, Nelson e eu combinamos de organizar um panfleto para ampla divulgação a possíveis parceiros, tanto entidades como pessoas civis. Então, entre os dias 20 de abril e 03 de maio de 2020, fizemos um cartaz de divulgação em conjunto (Figura 12). Nelson me passou as informações e fomos ajustando. A partir do dia 03 de maio, quando o finalizamos, começamos a divulgá-lo.

Figura 12 – Cartaz de divulgação da campanha de apoio ao povo Rikbaktsa. Elaborado e divulgado em abril de 2020.

CAMPANHA DE APOIO:

POVO RIKBAK TSA
TERRAS INDÍGENAS ERIKPATSA, JAPUÍRA E ESCONDIDO
 Noroeste do Mato Grosso



Estamos unidos na busca pelo bem-estar e saúde do nosso povo nesse cenário de pandemia causado pelo Coronavírus (Covid-19).

Para minimizar qualquer chance de contágio entre parentes, estamos isolados nas nossas aldeias. Contudo, precisamos garantir o acesso de todos a alimentos e a equipamentos de proteção de saúde.

Por esse motivo, pedimos a sua contribuição para a arrecadação de fundos!
 Sua colaboração com qualquer valor e na divulgação é muito importante para nós!

AIMURIK

Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa

DADOS BANCÁRIOS:

NOME: Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa - AIMURIK

• **Entre em contato com a gente:**
 (Nelson Mutzie)

Fonte: Nelson Mutzie.

A partir dessas iniciativas, as práticas para o enfrentamento à pandemia eram continuadas. Ainda no dia 03 de maio, Nelson me falou que havia conseguido alguns apoios e que a confecção de máscaras caseiras havia se iniciado por um grupo de cinco mulheres, entre elas sua mãe Maria Elisa, na aldeia União – TI Erikpatsa. Nelson me relatou: “eu que consegui os patrocínios pra comprar os panos. Cada um deu 10, 20, 50. Teve também doação de panos, linhas. Bem legal.” (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de Campo, 03 de maio de 2020). As máscaras já estavam sendo produzidas e sendo entregue às famílias, conforme registrado por Nelson (Figura 13 a Figura 16).

Figura 13 – Panos e linhas recebidos para a confecção de máscaras artesanais



Fonte: Nelson Mutzie, em abril de 2020.

Figura 14 – Confecção de máscaras artesanais – aldeia União – TI Erikpatsa



Fonte: Nelson Mutzie, em abril de 2020.

Figura 15 – Confeção de máscaras artesanais – aldeia União – TI Erikpatsa



Fonte: Nelson Mutzie, em abril de 2020.

Figura 16 – Confeção e entrega de máscaras artesanais às famílias – TI Erikpatsa



Fonte: Nelson Mutzie, em abril de 2020.

No que remete às ações para conscientização da gravidade da doença e de protocolos para a prevenção, uma das principais preocupações de Nelson era com os jovens, pois eles não estavam “levando a sério” o contexto da covid-19. Por meio de contatos telefônicos, ele me informava a respeito da batalha que estava travando para que os jovens respeitassem a organização comunitária que previa a não saída das aldeias, mas que não estava sendo fácil. Apesar de esse ponto não ter sido enfocado nas conversas com Nelson, considero observar como o fato de os jovens terem sido

os que, em um primeiro momento, tiveram maior dificuldade para aderir aos protocolos se relaciona ao contexto de ser a primeira vez que um vírus com tamanha letalidade se acercava das suas vivências, diferentemente das experiências e das memórias dos mais velhos.

O Projeto referido por Nelson, em excerto anterior, juntamente à Fundação Casa Socioambiental, teve sua aprovação inicial em junho de 2020. Intitulado “Jardim Sustentável: Saberes e Fazeres para autocuidado das Mulheres Indígenas Rikbaktsa contra COVID-19”, ele indicava sua execução por meio da Associação de Mulheres AIMURIK. Ainda durante o mês de junho, foi comemorada, pelos Rikbaktsa, a aprovação pelo Senado do projeto de lei que estabelecia um plano emergencial no enfrentamento ao avanço da covid-19 entre indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas. Contudo, a Lei n. 14.021 só seria sancionada pelo presidente federal com vetos em 08 de julho de 2020. Eram os primeiros indícios oficiais de uma atuação organizada e que definia as populações indígenas como grupos de risco frente ao contágio pelo Coronavírus.

Ao longo do agravamento da pandemia, com o aumento do número de casos, a articulação de projetos para a arrecadação de cestas básicas objetivando viabilizar o cumprimento por todas as famílias da quarentena e não circulação fora das aldeias, incluindo a realização de barreiras sanitárias, foi essencial. Também foi um modo, assim como pontuado por Nelson e ressaltado nos excertos acima, de rápida resposta enquanto aguardavam a atuação governamental, que então começava a se concretizar.

Nesse ponto, descrevo como os esforços não foram suficientes para barrar os casos de covid-19. Em poucos dias, principalmente a partir de junho e julho, o aumento do número de casos suspeitos e confirmados foi escalonando. Também começou a ser registrado um número alto de casos graves e com a necessidade de internação entre os Rikbaktsa. Esse cenário pode ser analisado, principalmente, pela definição enquanto grupo de risco e pela comorbidade em relação à presença de uma quantidade significativas de casos de tuberculose na comunidade.

Nessa conjuntura, Nelson acabou contraindo covid-19. Os primeiros sintomas envolviam febre e cansaço excessivo. Com a piora dos sintomas, Nelson foi para uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em 09 de julho e, alguns dias depois, para a UTI Covid-19 de Juína. Sem uma melhora, Nelson precisou ser entubado. No dia 17

de julho, em decorrência de complicações renais, Nelson precisou ser transferido via transporte aéreo para o hospital da Santa Casa de Cuiabá. Contudo, em decorrência de complicações do seu quadro, Nelson faleceu ao fim do dia 22 de julho.

Com o seu falecimento, seus familiares reivindicaram seu enterro na aldeia, o qual foi conquistado após momentos de incerteza e de luta. Nessa triste conjuntura, ressaltado como as ações iniciadas por Nelson foram continuadas, num cenário que mesclava o luto com as lutas, reconhecendo os esforços de Nelson e a necessidade de intensificar as práticas até então adotadas. Nesse ponto, a dor do luto se mesclava com a preocupação de seguir com os conselhos de Nelson. Com isso, a conscientização a respeito da gravidade da doença foi se ampliando e houve uma intensificação de ações, com destaque para as barreiras sanitárias.

Os meses que se seguiram foram de muita apreensão e de um grande número de pessoas com covid-19 em estado grave, necessitando de cuidados nas aldeias e também de internações. Dentre as pessoas que necessitaram de internação, destaco o relato de Jair. Ele necessitou ficar alguns dias na CASAI para tratamento, ainda, durante o mês de julho. E quando retornou para casa, intensificou os cuidados de prevenção. Em setembro, passados dois meses, apesar de se sentir melhor ele relatou “quando melhorei, fiquei velho mais rápido” (Diário de campo, 10 de setembro de 2020). Esse quadro se relacionava com a recuperação propriamente dita da covid-19 e seus efeitos prolongados, mas também por todo o caos causado pela pandemia.

Em 29 de agosto, foi registrada outra vítima fatal. Dona Filomena, moradora da Aldeia Pé de Mutum, faleceu após 30 dias de internação. Segundo Jair, ela esteve internada na UTI e melhorou, mas teve uma recaída e não resistiu. O impacto com a perda de vidas pela covid-19 e o número elevado de doentes era aterrador. Duramente o mês de setembro, segundo Jair, havia mais de 120 pessoas doentes⁷⁴.

O contexto de novas variantes do Coronavírus e a incerteza no sentido de que a Covid-19 poderia manifestar sintomas ainda mais graves era uma preocupação na conjuntura nacional e mundial. O número de vítimas fatais disparava e os números de leitos e de equipamentos básicos como respiradores não eram mais suficientes em

⁷⁴ Dentre os Rikbaktsa, os falecimentos de Nelson e de Filomena foram os casos confirmados de que foram em decorrência da covid-19. Outros casos não foram confirmados. O próprio falecimento do pai de Nelson em setembro de 2020, Albano, pode entrar nesse âmbito. A causa registrada não foi covid-19, mas pneumonia.

muitas localidades⁷⁵. Frente a esse cenário, os avanços tecnológicos com as vacinas foi a principal estratégia em desenvolvimento, com o que foi viável a aprovação do uso emergencial e a disponibilização das vacinas contra a covid-19. As populações indígenas habitantes em terras indígenas foram classificadas em sua totalidade enquanto grupo prioritário pelo Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19 (PNO)⁷⁶. Ao longo do primeiro trimestre de 2021, a primeira e a segunda dose das vacinas começaram a ser aplicadas nas populações indígenas por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

No caso do povo Rikbaktsa, descrevo como, a partir de um horizonte no qual a possibilidade da vacinação se acercava, a mobilização de toda a comunidade garantiu que a população praticamente em sua totalidade fosse vacinada assim que possível. De acordo com Jair, ainda no mês de março de 2021, toda a população Rikbaktsa já havia tomado as duas doses da vacina. Com a vacinação, o número de casos caiu significativamente e, quando do contágio confirmado, os casos possuíam apenas sintomas leves. Observo como esse cenário proporcionou um sentimento de alívio, apesar da continuidade de algumas ações preventivas. Com isso, aos poucos, algumas atividades e alguns projetos foram sendo retomados, repercutindo nas ações cotidianas da comunidade.

De modo gradual, ações foram retomadas e os protocolos de proteção frente à pandemia foram sendo flexibilizados. Os Rikbaktsa seguiram o cronograma vacinal, tomando as doses subsequentes da vacina contra a covid-19. Nesse enquadramento, mesmo após o fim da nomeação da covid-19 enquanto pandemia, na medida que, a partir de maio de 2023, a covid-19 deixou de ser considerada emergência global pela OMS, temos um cenário no qual os lutos seguem se mesclando às lutas. Contudo, há contrastes em cada período, pois após a vacinação e a retomada gradual das

⁷⁵ O cenário mais crítico ocorreu no estado do Amazonas, principalmente na capital Manaus, em que a falta de insumos e oxigênio levou a um colapso no sistema de saúde, ampliando o número de mortes durante o mês de janeiro de 2021. Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/14/crise-do-oxigenio-um-mes-apos-colapso-em-hospitais-manaus-ainda-depende-de-doacoes-do-insumo.ghtml>. Acesso em: 03 mar. 2021.

⁷⁶ Informações sobre a vacinação nas populações indígenas habitantes de Terras Indígenas no primeiro semestre de 2021 disponíveis em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/junho/83-dos-indigenas-ja-foram-vacinados-com-a-primeira-dose-da-vacina-contr-a-covid-19>. Acesso em: 12 ago. 2021.

atividades, é possibilitado o retorno do convívio social sem restrições. Entretanto, essa retomada não apaga os momentos de apreensão e da impossibilidade de concretizar ações comunitárias durante um significativo período de tempo. Em suma, o momento pós-pandêmico prioriza a retomada de lutas e do convívio em diferentes esferas, contudo, rememorando os impactos e as perdas frente à covid-19⁷⁷.

⁷⁷ No capítulo 6, retomo aspectos que relacionados às distintas formas de vivenciar o luto, atrelado às lutas, no contexto pandêmico e mesmo pós pandêmico.

4 A TRAJETÓRIA DE NELSON MUTZIE

Esse capítulo não corresponde ao momento em que o/a leitor/a se depara pela primeira vez com Nelson. Afinal, suas atuações acabaram sendo um fio condutor para muito do que já fora exposto, seja no desenvolver metodológico da pesquisa seja na sua atuação na saúde indígena e, principalmente, frente à pandemia de covid-19. Contudo, proponho aqui um mergulho à trajetória de Nelson, buscando interligar diferentes vivências nos diferentes mundos que Nelson habitou. Tal proposta se alinha às potencialidades da pesquisa biográfica. Enfatizo as contribuições de Oliveira, Santos e Barbosa (2022) acerca da importância de narrar as memórias insurgentes, visando uma “compreensão do imenso papel assumido pelo protagonismo indígena na formação nacional” (2022, p. 12).

Nessa direção, as considerações de Lechner são igualmente inspiradoras ao ponderar a “pertinência de dar relevo social, político e cultural a vidas e protagonistas tendencialmente diminuídos ou desprezados pelos estereótipos dominantes e senso comum” (LECHNER, 2015, p. 34). Em contribuição mais recente, Lechner aponta também para a pesquisa com e sobre narrativas como “uma plataforma de produção, expressão e análise das várias dimensões analíticas do biográfico (a macro, meso e micro)” (2023, p. 17).

Nessa orientação contra hegemônica, adentro então à história de Nelson Mutzie. Para possibilitar uma apresentação inicial às/aos leitoras/es, uma primeira informação é de que Nelson fora filho de Maria Elisa Mautsio e de Albano Mutzie. Filho mais velho, nascido em 1973, integra essa família que, ao longo dos anos, possui grande atuação entre o povo Rikbaktsa como um todo. Albano tornou-se uma grande e respeitada liderança, tendo, ao longo de sua vida, desempenhado papéis como cacique, presidente de associações e atuado, enquanto voz ativa, em diferentes momentos marcantes. Maria Elisa foi, desde muito jovem, atuante na saúde indígena. Os filhos de Albano e Maria Elisa também assumiram papéis significativos, como na presidência de Associações e enquanto caciques de suas aldeias. Nesse contexto, Nelson também se constituiu enquanto importante liderança, contudo, com a especificidade de atuar externamente e vincular-se fortemente à saúde indígena.

Como não pretendo e nem considero válido intelectualmente abordar a história de Nelson como uma totalidade – dialogando com Haraway (1995) acerca da

relevância de pensar nos conhecimentos enquanto situados e que a voz sempre vem desde algum lugar, sendo uma visão limitada e parcial –, pondero que apresento sua história a partir da nossa relação, iniciada enquanto atuação profissional e que, com o tempo, se tornou uma relação de amizade, antes mesmo da concretização do tema de pesquisa dessa tese.

Ao conhecer Nelson, enquanto ainda atuava como antropóloga em meio a um processo de licenciamento ambiental, a primeira impressão que tive foi da sua firmeza, fala clara e argumentação afiada ao longo de reuniões. Característica essa nitidamente vinculada ao *ethos* guerreiro Rikbaktsa. Na sequência, conheci a sua doçura, sua inteligência, sua paixão pelo cultivo de plantas, seus famosos dotes culinários e sua amizade, a qual sempre fora permeada por muitas brincadeiras e sorrisos⁷⁸.

Desse modo, a abordagem neste capítulo parte da nossa relação. Para falar sobre Nelson, apresento alguns pontos sobre sua trajetória, conforme esses eram apresentados pelo próprio Nelson, tanto em entrevistas mais formais como nas conversas trocadas, o que ocorrera em diversos momentos e espaços, como em jantares, reuniões, festividades, encontros, na estrada a caminho de alguma aldeia e por aí adiante. As lembranças oriundas de momentos menos formais também integram os diários de campo. Contudo, enfatizo que a abordagem proposta também percorre outros elementos fundamentais, como a observação em campo das relações de Nelson, das histórias contadas por outros/as interlocutores/as e também por meio de pesquisa em documentos diversos, como no caso de entrevistas concedidas por Nelson a distintas mídias audiovisuais.

⁷⁸ A título de exemplo a respeito da relação travada entre Nelson e eu, destaco um momento em sua casa na cidade de Juína no ano de 2019. Nelson estava cozinhando um de seus pratos, um peixe pintado com molho de maracujá, durante uma noite em que estávamos reunidos. Ao distribuir os pratos de comida recém montados, Nelson falou gargalhando e me entregando o prato: “É o primeiro prato vai pra minha amiga Larissa”. Por mais que o gesto fosse carinhoso, também era uma alfinetada nos demais que receberiam sem prioridade o prato. Esse é apenas um dos momentos compartilhados, mas que diz muito sobre vínculos.

4.1 Percursos de Nelson e sua relação com a Saúde Indígena

Nelson Mutzie nasceu na aldeia Barranco Vermelho, TI Erikpatsa, em 05 de agosto de 1973. Enquanto primeiro filho do casal Maria Elisa e Albano, ao longo dos anos subsequentes, teve sua família ampliada com a chegada de irmãos e irmãs. Na sua infância, juntamente à sua família, residiu na TI Erikpatsa, com moradia preponderante nas aldeias Barranco Vermelho e da Primeira Cachoeira. Quando ainda era jovem, sua família se mudou da TI Erikpatsa para a TI Japuira, contudo, devido a algumas dificuldades que tinham na época, resolveram se mudar novamente e retornaram para a TI Erikpatsa, fundando, então, a aldeia União, até hoje moradia de parte da sua família.

Na sua infância e adolescência, Nelson viveu majoritariamente na aldeia, envolto nas atividades cotidianas desempenhadas, vendo a atuação de sua mãe Maria Elisa na saúde em seu trabalho diário com toda a comunidade e, também, acompanhando seu pai, enquanto grande liderança, em distintas viagens e agendas. Nesse sentido, um ponto relevante se refere a como Nelson se tornou uma liderança com grande atuação. Nas suas palavras, Nelson iniciou sua “vida pública” espelhado no seu pai, Albano Mutzie, sobre o qual descreveu:

Foi uma grande liderança, um dos grandes, batalhador. Lutou, na verdade, pra demarcação tanto pra TI Japuira como da TI Escondido. Ele tinha muita influência, muito conhecimento, e as pessoas respeitavam ele. E o nosso próprio povo Rikbaktsa também. **Então era ele que liderava, ia pra Brasília, ia pra Cuiabá** (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019, grifo nosso).

A atuação de Albano é abordada por Nelson nos seus distintos aspectos. Apesar de ser uma grande e respeitada liderança, enquanto filho, Nelson sabia que isso também significava a ausência do seu pai em alguns momentos cotidianos. Esse contexto era analisado e ressignificado por Nelson: “Eu fui vendo aquilo lá. Muitas vezes ele deixava até a gente de lado. Mas eu compreendia que aquilo lá era importante” (Diário de campo, 2019).

Seguindo o exemplo de seu pai, Nelson narra a respeito da primeira vez em que falou em público:

Em 93 houve uma reunião sobre saúde indígena na aldeia Primavera. Foi a primeira vez que eu falei em público. Eu li uma mensagem sobre Rios, Mata. E aí começava uma grande discussão de saúde indígena no país. **Naquele tempo a saúde indígena era de responsabilidade da FUNAI. E começava a se discutir então o modelo de assistência de saúde indígena.** Particpei de mais de duas reuniões fora [da TI]. (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019, grifo nosso).

Iniciada sua “vida pública”, Nelson narra que, em 1999, foi decretada a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) no país, a partir da qual a saúde indígena sai do âmbito da FUNAI e passa, na época, para a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Nesse momento, Nelson expõe:

Quando foi novembro de 99, sai esses decretos. Em dezembro fui convidado pra participar de uma reunião das conveniadas, que aí já tinha convênio circulando pra contratação de enfermeiros, médicos, técnicos em enfermagem, odontólogos e agentes de saúde. Eu participei da seleção, participei da criação dos Conselhos de saúde. Em 2001 fui convidado pra trabalhar já na SESAI. Eu vinha fazendo um trabalho desde 2000 pra criação dos Conselhos Locais, Distritais, e logo em seguida fui convidado pra trabalhar. Estou até hoje. (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019).

A trajetória de Nelson se mistura à própria trajetória da saúde indígena. Em 1993, quando Nelson iniciava sua participação nesse debate, a saúde indígena era escopo da FUNASA. Nelson acompanhou e participou das alterações que ocorreram ao longo dos anos subsequentes, com o retorno à FUNAI, em 1994, e com uma nova alteração para a FUNASA em 1999, desta vez com a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, integrante do Sistema Único de Saúde (SUS). Nelson acompanhou a implantação do Subsistema através dos DSEIs, nesse primeiro momento, sendo vinculados à FUNASA. Conforme abordado no capítulo anterior, o cenário foi marcado por amplas manifestações exigindo alterações no Subsistema, uma vez que existiam dificuldades operacionais para a efetivação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Nelson atuou e lutou em meio a esse cenário e, ainda, acompanhou a conquista da transferência da saúde indígena para o Ministério da Saúde e da criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em 2010.

Em relação ao convite recebido para atuar na saúde indígena em 2001, Nelson conta:

Como eu já tinha trabalhado, já tinha conhecimento de Conselho, como que poderia se organizar politicamente, ou até a participação nossa como povo indígena nesses fóruns, pela discussão, pelo discurso que eu fiz, o pessoal da conveniada e do DISEI, que também conhecia nós, convidou pra fazer parte dos Conselhos. Estruturar os Conselhos, capacitar, organizar os quatro Conselhos Locais (Aripuanã, Juína, Cacoal e Vilhena) e o Conselho Distrital. E aí eu aceitei prontamente. E logo em seguida eu fui disputar o cargo de presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena [CONDISI], que é a cada dois anos, e depois faz nova eleição e renova. Aí tem mais dois anos de mandato, completando quatro. Aí eu ganhei as duas vezes. Era o primeiro indígena que estava assumindo na época. Eu sempre tive essa postura de defender a comunidade indígena, independente da população. Eu não olhava só pros Rikbaktsa. Então naquele momento eu estava assumindo uma responsabilidade de representar os povos indígenas que compunham o DISEI Vilhena, que são 16 povos. Não foi muito fácil, porque eu estava entrando. Porque na verdade é um jogo de interesses profissionais, administrativos. E eu sempre enquanto indígena, e enquanto pessoa também, eu meio que impus isso dentro do DISEI. Fiz com que eles me respeitassem, me admirassem. E aí eu olhava os dois lados. Tanto o lado profissional, dos profissionais que trabalhavam naquele momento, e dos indígenas. [...] E aí eu fui ao longo desse trabalho, fui sendo reconhecido, respeitado pelos profissionais **e eu também fui lutando por eles.** [...] E a chefe do DISEI na época, ela tinha muita confiança em mim. Ela determinava muitas vezes que eu fosse participar das reuniões administrativas nos polos. Resolver a questão de pagamento, de salário. **Eu ajudava, eu fazia alguns pareceres técnicos pra pagamento, baseado na lei e até mesmo com os próprios procuradores do município. E aí eu conseguia resolver todos os problemas, de pagamento, de contrato. E eu fui com isso ganhado respeito de todos os profissionais** (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019, grifo nosso).

Ressalto a afirmação feita por Nelson a respeito de ser o único indígena em tal posição na época. Em seu relato, são evidentes os desafios enfrentados e o respeito adquirido ao longo do tempo, tanto pelos profissionais que atuam na área da saúde indígena como pelos indígenas – de outras etnias e também pelos Rikbaktsa –. De acordo com Nelson, com o passar do tempo, ele começou a se estabilizar:

E todos esses problemas, como falei, já resolvia. E os profissionais começaram a respeitar mais, nos polos base. Então eu saí, eu fui morar em Cacoal, por conta do trabalho mesmo. Fiquei 13 anos lá. E aí eu viajava pelos quatro polos. Resolvia os conflitos. Eles já deixaram eu retido no polo, junto com eles, pra resolver uma demanda. Não teve nenhuma demanda que eu não resolvia. Eu sempre resolvia, às vezes eu ficava três dias lá pra resolver as questões administrativas. Então nisso eu fui ganhando confiança deles, de todos (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019).

Nelson saiu da aldeia União quando tinha 18 anos. Foi, ao longo da sua trajetória, residindo e atuando em diversas cidades no noroeste do Mato Grosso e também no sudeste de Rondônia, pois esta é a abrangência do DSEI Vilhena, além das incontáveis viagens, principalmente a Cuiabá e a Brasília. Nesse contexto, Nelson analisa que, na sua atuação, muitas vezes foi um mediador de conflitos. Enquanto presidente do CONDISI, sabia que não representava somente os Rikbaktsa, mas sim os 16 povos pertencentes ao DSEI Vilhena:

Eu estava representando todos os indígenas. Então eu tentava resolver cada um com os seus problemas. Cada polo tinha seus problemas. E eu lidava com cada comunidade de uma forma diferente. Conheci todas as aldeias de todos os povos. Não deixei de conhecer, de saber a realidade deles, de ouvir eles. Muitas vezes eles me mandavam ficar quieto. Diziam que eu estava sendo comprado pelos brancos, que eu estava sendo cooptado pela saúde indígena. Ouvi muito isso. Mas eu sempre tive minha postura e sempre falava pra eles, que eu tenho minha consciência limpa. Sou assalariado, trabalho pela saúde indígena, luto pra manter isso aqui. Porque isso aqui é fruto de uma luta nossa. Então eu sempre defendia, independente da saúde indígena na FUNASA. Eu ia pra Brasília todos os meses. Eu discutia com a parte técnica da SESAI, na época FUNASA. Então eu participava em reuniões administrativas com o chefe do Distrito nesse período. Então a chefe do DISEI e o coordenador geral da FUNASA tinham muito respeito por mim. Então o que eu dizia, o que eu falava, caminha por aqui, eles me ouviam bastante. Todo tempo trocava profissionais nos polos base. Então, era uma rotatividade muito grande nessa época. E eu ia praticamente fazer a substituição dos profissionais, às vezes causava discórdia de um lado, de outro, mas sempre tive minha postura de representante indígena. Então eu nunca deixei de lado. De olhar pra aquele que mais precisava. De eu chegar no polo base e tentar resolver da melhor maneira possível como chefe de polo, como responsável técnico. Eu fazia chegar aquilo que precisava lá na ponta: “Não, dá um jeito, semana que vem você vai fazer isso e isso”. Então muitas vezes a rotina do polo base era pra resolver uma situação que eu considerava imediata. Então, e era imediato, não precisava esperar um contrato, não precisava esperar um processo. Então eu dava um jeito da gente tentar resolver isso junto. E isso ao longo desses 13 anos na saúde indígena foi assim. Então hoje, eu tenho, continuo tendo, um respeito muito grande tanto pela coordenadora, quanto pelos profissionais, chefes de polo que a gente chama. Quando eu digo alguma coisa é no sentido de resolver, de ajudar, de discutir isso. Eu vejo isso. Um carinho muito grande por mim, por parte deles. (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019).

O respeito adquirido ao longo dos anos na sua atuação profissional é analisado por Nelson a partir das suas ações. Isso não significa a ausência de conflitos, mas sim

uma postura profissional e pessoal adotada por Nelson no seu cotidiano. Nesse sentido, Nelson narrou:

Um dia a chefe do DISEI falou: “senta aqui e vamos conversar”. E eu: “diga”. Ela falou assim: “Nelson, você tem que mudar um pouco da sua postura. Porque você chega numa reunião, você vai pra um polo, as pessoas tem medo de você”. Então assim, uma coisa é você discutir em Brasília, que tem todos os termos técnicos, conhecimento, você tem conhecimento pra isso, você tem bagagem pra isso... Quando você chega no polo, o profissional se retrai, entendeu?. Ele entende que enquanto isso você já tomou a decisão, você já está resolvendo, você tem que pensar que você tem chefe de polo, você tem que pensar que o enfermeiro é responsável técnico, entendeu? Não é você. Então assim (risos), eu tive que na verdade me aprender de novo, né. Eu sempre tive postura muito forte, sempre fui franco, direto. Não rodeio. Assim, se o processo montado eu não concordar, eu devolvo na hora. Eu faço resolver aquilo lá. Eu aprendi isso. Então dentro da SESAI hoje, eles me veem assim. Então eu tive que refazer com os profissionais dos polos base, a minha postura de abordagem, de conversar. Porque eu entendia que quando eu contratava um profissional que vai atuar na saúde indígena, eu já estaria pegando ele pronto, entendeu? Administrativamente, tecnicamente. [...] Então a qualidade que eu sempre prezo e sempre prezei na saúde indígena, muitas vezes ele se recua exatamente por isso. Porque eu entendo essa parte. Essa parte técnica, essa parte de abordar as pessoas. Da forma como eu quero que trate eles. Então eu sempre cobrei isso. Então o profissional já se recolhe por conta disso, já se retrai, já fica inibido. Aí quando a coordenadora do DISEI me chamou pra fazer isso, eu tive que refazer, entendeu? Aí ela até dava risada e falava “Nelson, não dá nem pra conversar com você. Que você leva tudo pro lado da brincadeira”. Porque parece que eu não sei fica brabo. Eu já fiquei brabo, assim, na hora, mas terminou aquilo e pra mim foi... Então foi isso. **Eu sempre mantive minha postura pessoal em defesa da saúde indígena, em defesa dos indígenas, muito firme.** (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019, grifo nosso).

Em 2019, Nelson atuava na assessoria da coordenadora, residindo, desde 2017, em Juína. Seu cargo era de Assessor de gabinete do DISEI. Contudo, continuava respondendo muitas vezes por questões administrativas, dentro do polo base mesmo ou ainda em outros polos. Por fim, ao analisar sua atuação na saúde indígena, Nelson coloca:

Então ao longo do tempo também resolvia os problemas de Juína, tanto é que na saúde indígena muitas coisas param em mim, pra resolver. Eu tento resolver da melhor forma possível. Isso foi bom pra minha experiência pessoal, profissional, eu acredito que eu estabilizei dentro da SESAI. Fiz a minha carreira tanto profissional e

administrativa como liderança indígena dentro. (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019).

Nelson permaneceu na assessoria e, com o início da pandemia em março de 2020, causada pelo novo coronavírus, atuou na linha de frente no combate à covid-19, conforme detalhado em capítulo anterior. Reitero que a sua atuação foi exaustiva e incessante a partir de diferentes abordagens. Ao longo da sua atuação na posição dianteira, Nelson acabou sendo exposto ao vírus e contraindo a covid-19. Após dias de luta, não resistiu e foi mais uma vítima fatal da doença⁷⁹.

A partir das ponderações realizadas por Nelson e ora enfatizadas, é possível analisar duas questões fundamentais. A primeira delas se refere à postura assertiva de Nelson. Por alguns, a sua postura pode ser lida, por vezes, como sinônimo de agressividade ou imposição. Contudo, outra percepção possível da sua postura assertiva se dá no sentido de que ela é fruto de muito conhecimento e de preparo técnico. O conhecimento e a fala potente, vinculada inclusive ao *ethos* guerreiro Rikbaktsa, se mescla à sua ternura e à sua risada fácil. É por meio dessa mescla que desponta a atuação de Nelson.

Uma segunda ponderação se refere às especificidades vivenciadas por Nelson enquanto único profissional indígena no seu meio de atuação direta. Inspirado pela trajetória de seu pai, Nelson trilhou caminhos que já tinham sido percorridos por Albano, ocupando e buscando espaço no mundo dos outros. Por mais que estivesse atuando na saúde indígena, cujo público alvo remete às etnias abrangidas, sua atuação direta, muitas vezes, era somente com não indígenas. Além dos conflitos e diálogos, há uma relevante ocupação de espaços públicos. Dito de outro modo, a autonomia indígena também perpassa essa atuação dentro dos mecanismos governamentais. É um conhecimento adquirido, possibilitando que conhecimentos ocidentais sejam usados para seu próprio usufruto e não como tutela imposta aos povos indígenas.

⁷⁹ A atuação de Nelson na pandemia bem como o enfrentamento a ela por parte do povo Rikbaktsa como um todo foram detalhados no capítulo 3 dessa tese.

4.2 Relação de Nelson com o povo Rikbaktsa

No subcapítulo anterior, foi apresentada a trajetória de Nelson, principalmente a partir de sua atuação na saúde indígena. A partir desse ponto, amplio para analisar sua atuação enquanto liderança indígena do povo Rikbaktsa. Ao sair com 18 anos da aldeia União, Nelson fez uma escolha que incide em alguns desdobramentos. Até essa idade, suas vivências se mesclavam às atividades cotidianas na aldeia. Com sua saída, Nelson se dedicou de maneira integral à saúde indígena. Afinal, essa foi a sua escolha profissional e também perpassava seus afetos e suas motivações pessoais. Em suas palavras: “Naquele momento eu precisava tomar uma decisão, e eu tomei” (Diário de campo, 2019). Sua atuação era pautada, então, na defesa dos direitos dos povos indígenas como um todo. Desse modo, seu cotidiano fora bruscamente alterado, com a mobilidade constante, principalmente, entre as cidades do noroeste do Mato Grosso, do sudeste de Rondônia, Cuiabá e Brasília.

Como já mencionado, por razões vinculadas ao trabalho que vinha desenvolvendo, Nelson morou no município de Cacoal, no estado de Rondônia, durante treze anos. Posteriormente, ainda vinculado à SESAI, por volta de 2017, passou a residir na cidade de Juína. Quando começou a residir em Juína, Nelson tinha outros objetivos em mente, principalmente pensando no seu povo Rikbaktsa:

Então, aí começa outra linha de discussão, quando retorno de Cacoal pra Juína. Aí já com outros projetos, que é de ajudar o meu pessoal a ter, pensar em uma outra linha de trabalho. Vendo todas essas mudanças que estão tendo. Eu me preocupei com isso. Quando retornei, há dois anos atrás, foi pensando nessa perspectiva, de conseguir algum projeto pra eles, para que eles mesmo trabalhem. De deixar de dizer “não, o índio é preguiçoso, o índio não faz”... Então eu voltei em um momento muito importante (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019).

A fala de Nelson pontua sua preocupação, por um lado, com os preconceitos e também com a negação de direitos dos povos indígenas. Por outro lado, pondera sobre a necessária autonomia de seu povo, buscando as bases necessárias para tanto. Sobre sua volta para Juína, Nelson pontua como foi um retorno, de certo modo, para mais próximo do cotidiano da vida Rikbaktsa. De carro, a distância de Juína para algumas aldeias localizadas na TI Erikpatsa é percorrida em menos de duas horas.

Em relação à sua afirmação de que sua volta se deu em um momento importante, Nelson analisa, em relação ao povo Rikbaktsa, que

eles estavam já desacreditando um no outro. Eles estavam já levando uma política totalmente diferente do que aquilo que eu imaginava que era. [...] O meu povo é muito acolhedor, em tudo. Então assim, eu vi que não era o caminho que estava seguindo (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019).

Sua fala marca uma característica central do povo Rikbaktsa: o modo como ele é acolhedor. Contudo, alinhado e, ao mesmo tempo, desalinhado a essa característica, marca também como o caminho que estava sendo traçado algumas vezes se distanciava da sua expectativa, atrelada à criação e à execução de projetos autônomos e “sustentáveis”.

Esse descompasso é pautado por Nelson e explicitado por meio das suas ações, ressaltando, inclusive, alguns diálogos e conflitos internos:

Então quando eu retornei, eu comecei a sentar com eles, se reunir com os caciques. Foi o maior quebra pau com eles, tentando mostrar o caminho. Eles diziam: “Não, você está chegando agora”. Eu falei: “Não, eu nunca saí daqui, muito pelo contrário, eu sempre estive aqui. Eu apenas estava executando um trabalho num órgão público. Eu continuo num órgão público, mas eu sempre tive o olhar pra vocês. Se eu não tivesse olhar pra vocês, vocês não tinham caixa d’água, vocês não tinham poço (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019).

Dessa forma, Nelson dialogava com o seu povo mostrando todas as ações com as quais se envolveu na saúde indígena. O exemplo que deu a respeito do fato da garantia do poço e das caixas d’água nas aldeias se refere a uma decisão que Nelson precisou tomar devido ao contexto exposto pelo próprio povo. Segundo explicitado pelos Rikbaktsa, o rio Juruena, em alguns pontos, estava contaminado, não sendo a água potável para consumo. Desse modo, foram realizadas análises da água. Os resultados dos laudos revelaram que os índices de contaminação eram muito elevados. Desse modo, a decisão de Nelson foi por dar prioridade à construção dos

poços e das caixas d'água em detrimento da construção de outras infraestruturas que já estavam previstas, tais como postos de saúde e lavanderias⁸⁰.

Essas decisões tomadas por Nelson mostram o seu empenho e a sua preocupação com o povo Rikbaktsa, bem como sua proatividade para que, de fato, as ações executadas fossem de acordo com as necessidades prioritárias. Nesse sentido, em diálogo sobre essas questões, Nelson enfatiza algumas de suas falas direcionadas aos Rikbaktsa:

Então eu nunca abandonei vocês, porque se eu abandonasse, não teria posto de saúde em muitas aldeias. Eu estava lá em Cacoal sentando com a equipe técnica, eu estava em Brasília buscando recurso, eu estava em Brasília apresentando projeto, eu estava em Brasília discutindo a meta e a qualidade do serviço que a gente sempre testa. Então é isso (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019).

O trecho destacado acima revela os percursos necessários para que, de fato, a saúde como um direito chegue à sua destinação. Esse é um percurso longo e cansativo, exigindo reuniões, a formulação de projetos, a garantia de recursos, além das viagens constantes e da preocupação com a qualidade de cada serviço. Outro ponto se refere ao fato de Nelson procurar saber e lutar por aquilo que era reivindicação e necessidade de seu povo, bem como dos demais povos com os quais trabalhava. Podemos pensar se ocorreria da mesma maneira se fosse um não indígena no seu lugar ou, pelo menos, acerca de quais seriam as diferenças.

Pode ser problematizado o significado de “estar longe”, porque a distância física do território indígena Rikbaktsa não significava não estar no seu dia a dia pensando e trabalhando por ele. Por consequência, aos poucos, Nelson foi demonstrando ao seu povo todas as suas ações, bem como qual estava sendo, nos últimos anos, o lugar que ocupava. Desse modo, Nelson foi também compreendendo qual o seu lugar junto ao seu povo e percebendo que, apesar de debates acalorados, possuía a confiança dos Rikbaktsa. Nas suas palavras:

⁸⁰ Lavanderia é a palavra que designa a estrutura composta pelo banheiro com vaso sanitário, chuveiro e pia, com a infraestrutura necessária para seu funcionamento, como encanamento, caixa d'água e fossa sanitária. Todos ficam na mesma estrutura, mas cada um com entrada e porta separada.

E nisso tudo o meu povo Rikbaktsa foi aprendendo ao longo desse tempo a me respeitar, me considerar, me ver de uma outra forma diferente. Aí já como liderança, como responsável. Não era mais aquele menino que saiu dali e que não ia resolver (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de Campo, 2019).

A partir da compreensão de como se dava a relação de Nelson com seu povo, é possível fazer uma diferenciação dessa relação antes e a partir de 2017. Se quando morava em Cacoal, a distância física era grande, quando passa a residir em Juína, a distância já não é um entrave. Algumas consequências da saída de Nelson da aldeia e ida para Cacoal estão relacionadas com o afastamento do cotidiano nas aldeias. Um dos desdobramentos se refere ao não domínio da língua Rikbaktsa com fluência bem como o não acompanhamento de alguns eventos, ações, festas ocorridas nesse período. De algum modo, essa distância afetou as relações existentes.

Contudo, desde que Nelson se mudou para Juína, seu cotidiano passou a abranger outras atividades e relações. Sintetizando o que representou sua ida para Juína, Nelson relata:

Com essa minha vinda pra Juína, eu acho que eu tive mais tempo pra retomar uma discussão, uni um pouco mais o meu povo de volta. Eu compreendi muito isso. Do respeito que têm por mim, e que confiam no que eu estou fazendo, de buscar isso pra eles, que eu acho que é isso mesmo, a população está crescendo. Então eu senti isso. Isso é um pouco da minha trajetória política (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019).

Juína, inclusive enquanto espaço onde em outros tempos havia uma aldeia Rikbaktsa, é município de circulação e grande importância para os Rikbaktsa, principalmente para o acesso à saúde, à educação e a demais políticas públicas, conforme já fora aprofundado em capítulo anterior⁸¹. Nesse sentido, quando estava em Juína, Nelson estava sempre envolvido em atividades, reuniões e festas que juntavam parentes, amigos e colegas profissionais. Além disso, a casa de Nelson era um local central para reuniões. Inclusive, uma sobrinha estava morando com ele para poder estudar na cidade.

Nelson morava em Juína, mas, constantemente, se deslocava para as aldeias a trabalho. Quando estava em alguma aldeia do povo Rikbaktsa, se dividia entre a atenção aos profissionais da saúde e conversas com seus parentes. Quando estava

⁸¹ Essas questões foram aprofundadas no capítulo 2. Território/alidade Rikbaktsa.

de férias ou de folga, principalmente nos finais de semana, visitava, com frequência, sua família na aldeia União, bem como participava de atividades, reuniões e festas em outras aldeias de seu povo.

Ainda em Juína, outra relação muito forte era com Jair Rikbaktsa, que, também, reside na cidade. Como já pontuado anteriormente, a relação deles era de amizade e parceria. Havia uma grande complementaridade entre ambos atuando enquanto lideranças, principalmente em questões externas às TIs. Enquanto Nelson tinha grande experiência na relação com a sociedade envolvente, Jair fala fluentemente a língua Rikbaktsa. Desse modo, ambos conviviam cotidianamente e estavam sempre atuando juntos em reuniões e demais eventos. Posto de outro modo, Jair e Nelson são nomeados enquanto lideranças externas no sentido de morar na cidade e também pela articulação realizada por ambos. Outras lideranças Rikbaktsa, em contato constante com os dois, trabalhavam e seguem trabalhando, principalmente em aspectos internos. Contudo, apesar de essas distinções serem visíveis, não devem ser tidas enquanto fixas ou como uma regra geral.

Na relação com demais lideranças, Nelson estava sempre aberto ao diálogo. Uma característica observada em distintos momentos quando estava em campo se refere à busca pelo consenso enquanto povo. Isso não significa a ausência de conflitos, mas sim a ocorrência de longas reuniões e conversas expondo distintas opiniões, em português ou em Rikbaktsa, até que uma decisão conjunta fosse tomada. Era a partir desse modelo que distintas mobilizações eram adotadas. Nesses momentos, Nelson era um importante orador expressando os posicionamentos de seu povo em distintas ocasiões e oportunidades.

Algo sempre marcado na fala de Nelson se refere à sua motivação em defesa dos direitos dos povos indígenas como um todo. A sua atuação ocorria a partir da defesa da saúde indígena, mas não se esgotava nesse quesito. Desse modo, a sua trajetória política, assim por ele denominada, abrange questões mais amplas. De modo geral, Nelson sempre estava alerta e à disposição para atuar nas demandas que fossem surgindo, dos povos indígenas como um todo e, especificamente, do seu povo. Como exposto por Nelson, ao longo de sua trajetória, ele sempre teve clara a sua “postura de representante indígena”:

Eu sempre mantive minha postura pessoal em defesa da saúde indígena, em defesa dos indígenas, muito firme”. Foi desse modo que

as experiências pessoais e profissionais de Nelson foram se solidificando: “Eu estabilizei dentro da SESAI. Fiz a minha carreira tanto profissional e administrativa como liderança indígena dentro [da SESAI] (Registro da fala de Nelson Mutzie, Diário de campo, 2019).

À vista disso, é possível analisar como Nelson Mutzie foi uma grande liderança indígena. Ele mesmo tinha conhecimento disso, bem como as demais pessoas com as quais dialogava. A partir da sua relação intrínseca com a SESAI, novos voos eram constantemente alçados. Nelson atuava concomitantemente em diversas frentes e ações. Além das ações realizadas a partir da SESAI, elenco alguns exemplos de ações elaboradas por Nelson por conta própria, quando necessário buscando novas parcerias e articulações. O primeiro exemplo se refere à elaboração de projetos para geração de renda, de modo autônomo, a partir da comercialização da castanha. Nelson trabalhou, nos últimos tempos, em um projeto que pensasse desde a coleta da castanha, no seu beneficiamento, transporte e sua comercialização. Outro projeto se refere à Biblio-Óca, a primeira biblioteca indígena, a qual fora inaugurada após seu falecimento em Juína. Apesar de não ter visto a Biblio-Óca finalizada e inaugurada, seus esforços foram fundamentais para sua concretização, conforme será aprofundado no próximo capítulo.

Outra atuação de Nelson ocorria em relação aos empreendimentos elaborados e/ou previstos que impactassem o povo Rikbaktsa. A partir da legislação vigente⁸², os povos indígenas potencialmente afetados precisam ser consultados acerca desses empreendimentos, bem como deve ser implementado o processo de licenciamento ambiental respeitando todas suas etapas. Um exemplo se refere ao processo de licenciamento ambiental para o asfaltamento da BR-174/MT, o qual Nelson acompanhou de perto desde o início até seu falecimento, quando o processo estava na fase de análise do Estudo do Componente Indígena. Outros empreendimentos se relacionam com o aproveitamento hidrelétrico na sub-bacia do rio Juruena. De acordo com a Rede Juruena Vivo, ao menos 125 hidrelétricas estão inventariadas para a região. Algumas delas estão no estágio de planejamento, outras no estágio de

⁸² No que concerne aos direitos dos povos indígenas e ao processo de licenciamento ambiental, a legislação vigente abrange: a Constituição Federal de 1988; a Convenção nº 169, a qual foi ratificada pelo Brasil em 2002 na 90ª Reunião em Genebra e passou a ser lei com o Decreto nº 5051 de 2004; a Instrução Normativa nº 2 da FUNAI de 2015; a Portaria Interministerial nº 60 de 2015.

instalação e outras já no estágio de operação. No IV Festival Juruena Vivo, ocorrido em novembro de 2017, na aldeia Primavera, TI Erikpatsa, essa situação foi discutida a partir de articulações para a proteção da região. Nesse encontro, Nelson proferiu a seguinte questão:

Nossos direitos no Congresso Nacional estão ameaçados. Nós estamos levando spray de pimenta, tem fazendeiro no entorno de nossas terras de olho nas nossas riquezas, inclusive as do subsolo. E o que dizer das prefeituras? Onde estão os recursos do ICMS-Ecológico? Cadê as ações de preservação?”, reclamou Nelson Mutzie, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) (FANZERES, 2017)⁸³.

Esses foram alguns dos desdobramentos mais recentes das ações empreendidas por Nelson. É relevante analisar como questões históricas estão relacionadas com aspectos da liderança efetuada por Nelson. O primeiro aspecto dessa relação se refere à luta pela terra, a exemplo da mobilização empreendida pelos Rikbaktsa para a conquista das TIs Japuíra e Escondido, assim como aprofundado em outros capítulos desse trabalho. Essa luta continua sendo efetuada, contudo, nos desdobramentos atuais a partir de outras necessidades, como na luta contra violações e ameaças à terra. Alguns exemplos dessas violações seriam, justamente, o desmatamento, a contaminação de rios, a grilagem, o avanço da fronteira agrícola, entre outras questões.

Em diálogo com Arruda (2019), é possível analisar como a luta pela terra expressa um denominador comum que possibilita uma reaproximação entre distintas gerações.

Onde o saber ler e movimentar-se entre os brancos tem sido tão importante quanto o conhecimento do guerreiro; na reintegração sociocultural da geração Utiariti, dependente da reconstrução de sua autoimagem e de uma identidade pessoal compatível com sua realidade histórica, e para isso a incorporação do saber tradicional é imprescindível (ARRUDA, 2019, p. 218).

⁸³ Informações extraídas da reportagem intitulada “Uma rede mais madura: Mais de 500 pessoas reúnem-se no IV Festival Juruena Vivo para pedir respeito ao direito de consulta e consentimento”. Autoria: Andreia Fanzeres. Publicado em 24 de novembro de 2017. Disponível em <https://www.redejuruenavivo.com/uma-rede-mais-madura/>. Acesso em: 21 set. 2021.

Esse excerto pode ser uma chave de leitura para a compreensão da relevância da liderança indígena desempenhada por Nelson, analisando como ela está intimamente conectada à experiência de liderança de seu pai, Albano, além de ter respaldo também em gerações anteriores. Ou seja, tanto Nelson como Albano atuaram, cada um a seu tempo e geração, na luta pela terra. Contudo, essa atuação mantém relação também com as atividades desempenhadas por outras gerações anteriores. Há, também, uma relação com aqueles contemporâneos à Albano, mas que, nas suas vivências, não foram para Utiriati.

Um segundo aspecto se relaciona ao necessário diálogo com a esfera pública, seja por meio da atuação profissional propriamente dita de Nelson na SESAI ou então na mobilização para a garantia de direitos, reivindicando que a atuação dos entes públicos ocorra cumprindo suas obrigações e, também, pela implementação de políticas públicas. Essa esfera demanda tanto o conhecimento dos mecanismos de funcionamento do governo e seus compartimentos como também a reflexão acerca de seus limites. A partir dessa compreensão, é possível uma atuação, uma liderança, que, de fato, defenda os distintos direitos dos povos indígenas, no caso específico, os direitos dos Rikbaktsa.

4.3 Nelson e sua visibilidade enquanto liderança pertencente à etnia Rikbaktsa

Abordar a trajetória de Nelson significa pensar em questões que linearmente podem parecer desconectadas ou difusas, contudo, ao serem olhadas com maior profundidade e atenção, revelam conexões fortes e potentes. A partir dessa prerrogativa, proponho, nesse momento do texto, após percorrer questões referentes à trajetória de Nelson na SESAI e sua relação com o povo Rikbaktsa enquanto proeminente liderança, voltar a atenção para outras vivências de Nelson, partindo de elementos arraigados ao seu pertencimento étnico e como eles serão visibilizados em distintos momentos.

Ao viver durante sua infância e juventude nas aldeias do povo Rikbaktsa, Nelson participava de modo ativo das atividades ordinárias e, também, dos eventos que marcam a sazonalidade temporal vivenciada pelos Rikbaktsa. Colocando lado a lado a pertinência da temporalidade a partir dos ciclos da natureza bem como o uso

de artefatos e das pinturas vinculadas aos ritos de passagem e às festas, destaco como essas foram, em parte, experienciadas por Nelson.

Nesse sentido, destaco por ora a descrição feita por Nelson em relação ao momento no qual ele furou o septo nasal. Sua fala ocorreu em um episódio no qual Nelson estava colocando um artefato plumário no seu nariz: “eu furei o nariz numa festa grande que teve na aldeia. Vários meninos furaram na mesma festa” (Diário de campo, 2019). Enquanto falava, fazia pequenas pausas para espirrar, dizendo que colocar o artefato, devido às suas penas, causava coceira. A festa mencionada se refere à festa da chuva. Essa festa, como já descrito em capítulo anterior, é o momento no qual diversos ritos de passagem ocorrem, inclusive a furação do septo nasal. No dia a dia, Nelson não usa o ornamento plumário, mas o furo, mesmo que imperceptível, está presente⁸⁴. Assim como Nelson, os demais Rikbaktsa também não utilizam o artefato no cotidiano⁸⁵.

Apesar de não utilizado no cotidiano, possuir o furo e utilizar o ornamento plumário em determinados eventos é um fator pertinente. A partir desse preâmbulo, descrevo um dos momentos nos quais presenciei Nelson utilizar o ornamento no septo. Conforme ficará elucidado a seguir, trata-se esse de um momento significativo por distintos aspectos.

⁸⁴ O relato de Nelson a respeito do momento em que realizou o furo no septo nasal ganha camadas de profundidade ao ressaltar a sua escolha por concretizar esse ato contraposto ao relato de seu pai, Albano, em uma documentação jesuíta datada de 1987. De acordo com o relato do jesuíta Francisco Taborda S. J. em documento intitulado “Reflexões Teológicas sobre a Missão entre os povos indígenas”, Albano havia relatado que “não quis furar as orelhas dos filhos: ‘há coisas para as quais não há volta atrás’” (1987, p. 9). Tal excerto explicita o contexto histórico no qual ele foi feito, ou seja, poucos anos pós findado o processo de “pacificação” entre os Rikbaktsa. Essa justaposição de relatos e momentos aponta para uma visão processual necessária sobre o uso de adereços culturais e seus contextos históricos. Conforme será aprofundado no item subsequente “A construção do retrato fotográfico de Nelson”, a escolha por fazer o furo ou mesmo a respeito da importância da utilização de adereços em momentos de destaque, como o de seu retrato fotográfico, apontam para o seu processo de retomada enquanto fundamental ao longo de sua trajetória como liderança.

⁸⁵ O caso dos botoques é distinto do caso do artefato usado no septo nasal. Aqueles que possuem, na sua maioria os anciãos, utilizam usualmente os botoques.

4.3.1 A construção do retrato fotográfico de Nelson

Esse momento referido – de utilização do artefato no septo nasal – diz respeito a uma fotografia capturada por mim durante um período de campo na TI Japuira no ano de 2019. Nelson falou que queria aproveitar que estávamos em uma aldeia com a presença de um ancião respeitado para o qual ele pediria alguns ornamentos correspondentes ao seu clã – Arara Amarela – e, para fazer a pintura corporal, também correspondente ao seu clã. Eu confidenciei a Nelson que tentaria fazer o registro que ele desejava, mas que não possuía tanta experiência em fotografar.

Foi nesse contexto que, em um final de tarde, ao chegar de uma outra aldeia próxima, Nelson me pediu para correr em direção ao rio Juruena para que tirasse a fotografia antes do pôr do sol. Acompanhei todo o processo de produção de Nelson para a fotografia, desde a escolha dos ornamentos que seriam utilizados até o processo da pintura, que foi realizado nas cores adequadas. Contudo, por não ter, no momento, o acesso a urucum e jenipapo, foram utilizadas canetas hidrocor para a pintura.

Figura 17 – Preparação de Nelson I – Terra Indígena Japuira – Agosto de 2019



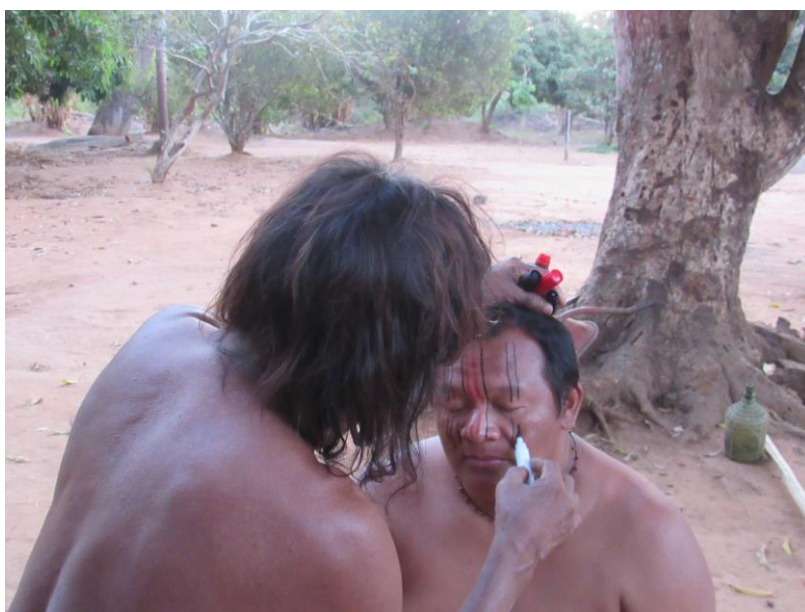
Fonte: acervo pessoal.

Figura 18 – Preparação de Nelson II – Terra Indígena Japuira – Agosto de 2019



Fonte: acervo pessoal.

Figura 19 – Preparação de Nelson III – Terra Indígena Japuira – Agosto de 2019



Fonte: acervo pessoal.

Para a captura da fotografia, Nelson me instruiu para que eu pudesse fazer exatamente do modo como queria, mostrando o rio ao fundo e seu corpo somente no ângulo superior. As primeiras tentativas não foram das melhores, mas, após alguns acertos e erros, foi escolhida uma representante como aceitável:

Figura 20 - Nelson Mutzie – Terra Indígena Japuira – Agosto de 2019



Fonte: acervo pessoal.

Uma vez apresentada a fotografia, saliento como ela pode ser analisada a partir de distintos enfoques, pontuando que a forma como fora construída busca visibilizar certos aspectos, que podem (ou não) ser vistos como representativos de questões mais abrangentes. Nessa direção, apesar de ser um retrato, ele não opera a partir da lógica de retratos desconexos das relações ampliadas e das ações daqueles retratados, como, algumas vezes, ocorrera quando de fotografias projetadas somente pelos pesquisadores/as buscando a representação estática e ideal tanto da pessoa

bem como, no caso de populações indígenas, da sua etnia com um todo⁸⁶. Nesse caso, o retrato é elaborado e também será amplamente utilizado pelo próprio retratado. Desse modo, proponho que a fotografia em questão seja analisada enquanto um retrato etnográfico.

Nesse sentido, por mais que consista em um retrato posado, isso não quer dizer que ele seja “menos” etnográfico⁸⁷. O fato de Nelson estar olhando para a câmera não diminui sua importância, ao contrário, evidencia a relevância de a fotografia ter seu caráter enquanto “pose” e o que isso significa para Nelson e também em outros contextos nos quais a fotografia é utilizada. Ou seja, analisar a fotografia, desde a sua inserção etnográfica, significa pensá-la a partir das relações existentes em campo, principalmente entre Nelson e eu, bem como essas relações se vinculam a outras questões fundamentais do ponto de vista etnográfico ensejado, tais como as colaborações – almejando o desenvolvimento de uma pesquisa colaborativa – e agências envolvidas.

Para problematizar o exposto, destaco como Edwards (2016) pontua os usos da fotografia a um nível cotidiano, ponderando a “multivalência da fotografia e as histórias inscritas dentro delas” (EDWARDS, 2016, p. 174). Edwards enfatiza, a partir da análise de distintas pesquisas contemporâneas justapostas, a

possibilidade de escavar os espaços dialógicos da fotografia e, assim, complexificar a visão das relações transculturais, da agência indígena e da própria densidade da inscrição fotográfica (EDWARDS, 2016, p. 175).

⁸⁶ Sobre essa questão, Gama aborda como historicamente, no caso de fotografias documentais, as representações imagetivamente apresentadas foram construídas: “A maneira como as pessoas eram enquadradas, o que era deixado dentro e o que era deixado de fora do quadro, o que aparece em foco etc. sempre foi construído pelas pessoas que fotografavam. [...] Tais representações não apenas apresentavam uma ideia do que eram essas pessoas, mas também seu grupo social e sua região. Essas fotografias muitas vezes serviram para guiar outras representações construídas a *posteriori* e direcionar a elaboração de políticas voltadas para tais grupos, seja por meio do reconhecimento e da preservação de suas práticas culturais, seja na demarcação de seus territórios (COSTA, 2016b). Assim, analisar tais empreendimentos imagéticos, permite que compreendamos não apenas a estética empregada, mas também o contexto político de tais produções e, certamente, nos informam também sobre a própria antropologia (acadêmica e prática)” (GAMA, 2020, p. 110).

⁸⁷ Sobre a relação entre antropologia e fotografia e as distintas concepções teóricas e metodológicas sobre a “pose” na fotografia ver Edwards (2016).

Voltando ao retrato em questão, sua densidade, enquanto inscrição fotográfica, permeia distintos trajetos e possibilidades, bem como distintas camadas de histórias e relações. Uma leitura possível, e ora proposta, expõe as ações – ou agências – para que o retrato fosse concretizado, o que é pensado a partir do foco nas experiências de Nelson, atentando para sua corporeidade em uma linha que dialoga com as contribuições de uma abordagem sensorial. À vista disso, a fotografia é problematizada abrangendo a performance, tanto estética como política, perpetuada por Nelson, mas também enquanto performativa⁸⁸, pois produz distintos efeitos. Assim sendo, podemos pensar como múltiplos elementos estão presentes no retrato, ou ainda, quais elementos são visibilizados e quais ficam em segundo plano ou não são sequer visibilizados. Nessa direção, elenco como o retrato de Nelson toma grande significância por ser justamente um retrato de uma grande liderança indígena. Esse aspecto vincula-se à identificação de Nelson enquanto indígena Rikbaktsa, a qual permeia suas práticas agentivas. É essa ação e performatividade – ao mesmo tempo e de modos distintos de Nelson e do próprio retrato – que serão visibilizadas, ao menos em partes, nos seus caminhos percorridos.

Nesse cenário, uma inspiração para analisar aspectos da performatividade de Nelson, a partir do seu retrato e da sua corporalidade, remete à noção de “corpo colonial”, proposta por Fanon e ponderada por López (2015), a respeito da importância de uma antropologia política do corpo. Nesse sentido, analiso como o retrato de Nelson tem um viés político tanto na sua captura como nos seus caminhos. Ou seja, a partir de uma ação proveniente de Nelson para a concretização do retrato, pautam-se elementos que são eleitos como aqueles que serão visibilizados, contrapondo uma exotização, via de regra imposta externamente, principalmente ao se tratar de um retrato fotográfico de uma liderança indígena.

Assim sendo, uma questão sobre a relevância da fotografia se refere ao modo como ela fora construída. Embora estejamos falando de uma imagem, estamos falando de um modo de narrar a si próprio. Em outras palavras, a sua autobiografia em ato. Como descrevi, sua origem provém da ação de Nelson para que ela se concretizasse nesse formato. Desse modo, mais relevante do que assumir a parcela

⁸⁸ Para uma compreensão aprofundada acerca de performance e performatividade, ver Turner (1987) e Schechner (2006).

de autoria da sua captura, privilégio narrar sua história e seus usos. Afinal, eu somente operei uma máquina para concretizar aquilo pensado e elaborado desde o início por Nelson. Ou seja, foi a partir do nosso encontro em campo e da nossa colaboração que a fotografia se concretizou.

Diante do exposto, trago a autoria do retrato de Nelson enquanto uma autoria colaborativa, pois se concretizou no nosso encontro em campo. Ou seja, eu enquanto pesquisadora não efetuaría a fotografia, assim como Nelson esperou que eu chegasse ao seu encontro na aldeia para, dessa forma, iniciar os preparativos e fazer o registro. Portanto, esse ponto é pertinente justamente ao tentar compor uma pesquisa colaborativa e compartilhada.

Iniciando o percurso da fotografia depois de capturada, a rota inicial ocorreu logo após o meu retorno de campo, em 2019, quando baixei a fotografia para o computador e enviei para Nelson, juntamente a outras fotografias diversas. A partir desse ponto inicial, essa fotografia percorrerá distintos trajetos, os quais, juntamente a outros elementos significativos, serão detalhados no próximo capítulo

4.3.2 Elementos performados no retrato de Nelson a partir de imagens distintas

Alguns elementos que aparecem no retrato de Nelson podem ser explorados e ampliados. Apesar de conectados e visibilizados pela fotografia por meio da performance efetuada por Nelson, esses elementos podem ser pensados a nível de significância para o povo Rikbaktsa. Um desses elementos se refere ao local da foto, ou seja, às margens do rio Juruena em uma aldeia na TI Japuira. Anteriormente, nos capítulos vinculados à Primeira Parte: Luta pela Terra, foi abordado acerca da relevância do Juruena e de sua bacia hidrográfica, território tradicional e imemorial do povo Rikbaktsa. Essa relevância reaparece no momento da escolha por Nelson do local do retrato. A fotografia às margens do rio traz grandes questões sobre pertencimento e sobre o que se opta por visibilizar. Também não é qualquer margem do rio escolhida, mas sim a que dá acesso à aldeia Pé-de-Mutum.

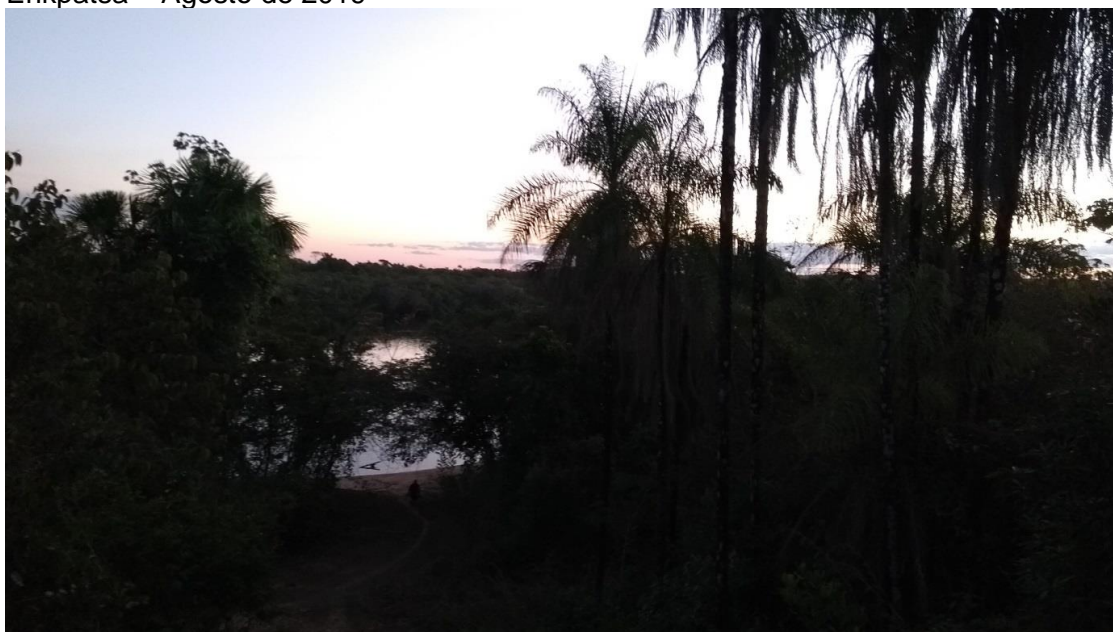
Outro elemento, vinculado ao anterior, diz respeito à aldeia escolhida para a realização da fotografia ser o local de residência de um respeitado ancião, o qual possuía uma grande quantidade de artefatos e ajudou na escolha dos que seriam utilizados bem como realizou a pintura facial em Nelson. Essa particularidade remete

à valorização dos conhecimentos por parte dos mais velhos, além do fato de distintos aspectos, inclusive cosmológicos e ontológicos, presentes no ato de pintar o rosto. Apresento uma forma de refletir acerca da importância desse ato ao elencar as fotografias que me foram mostradas, dispostas em porta-retratos, quando em campo em 2019. Os registros fotográficos correspondiam a um retrato (não posado) e ao ato de um ancião pintar o rosto de outra pessoa. Apesar de não saber a autoria das fotografias, ressalto como elas são guardadas e a ação de mostrá-las e contar sobre elas, rememorando tanto a importância de quem está nos registros como do que eles representam.

O último elemento destacado se refere aos artefatos. Como já mencionado em outros momentos dessa tese, os artefatos são extremamente pertinentes, marcando aspectos de pertencimento clânico e das metades bem como visibilizando características *sui generis* Rikbaktsa. A produção e o uso dos artefatos englobam questões próprias da organização político, econômica e social Rikbaktsa, sendo um ponto de partida para observar relações complexas nessas esferas.

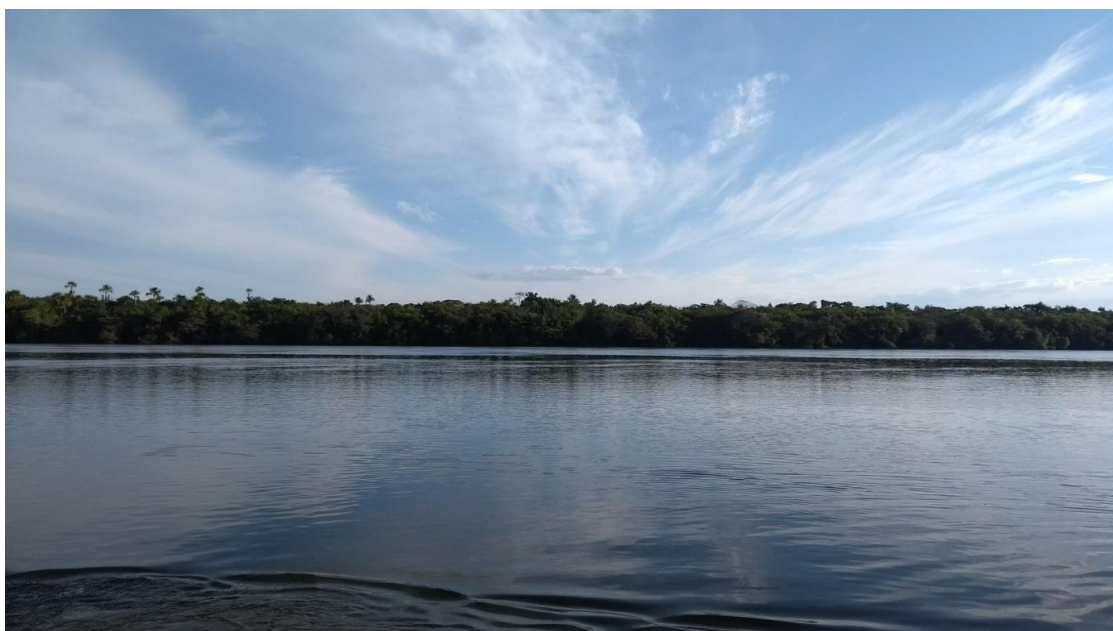
A soma desses elementos não significa pensar em uma totalidade de modo inteiramente decifrável, mas, sim, conseguir ampliar questões que estão presentes no retrato de Nelson, propondo olhá-las por outras perspectivas. Com essa intenção, na sequência serão apresentadas algumas fotografias relacionadas com as questões pontuadas, sendo possível pensar em paralelos. Destaco como o objetivo de colocá-las aqui se afasta de uma lógica em que as fotografias somente ilustram considerações apresentadas textualmente, sendo necessário o uso de legendas explicativas. Desse modo, a proposta se aproxima com a ideia de que as fotos podem contar uma história não verbal. Nessa perspectiva, a partir das contribuições de Gama (2016), a mescla de textos e imagens pode tornar possível ultrapassar os limites das palavras. Posto de outro modo, a proposta que instigo se refere a observar as fotografias buscando lê-las, tal qual foi realizado com o presente texto introdutório a elas:

Figura 21 – Chegada ao rio Juruena pela Aldeia Barranco Vermelho – Terra Indígena Erikpatsa – Agosto de 2019



Fonte: acervo pessoal.

Figura 22 – Rio Juruena – 2019



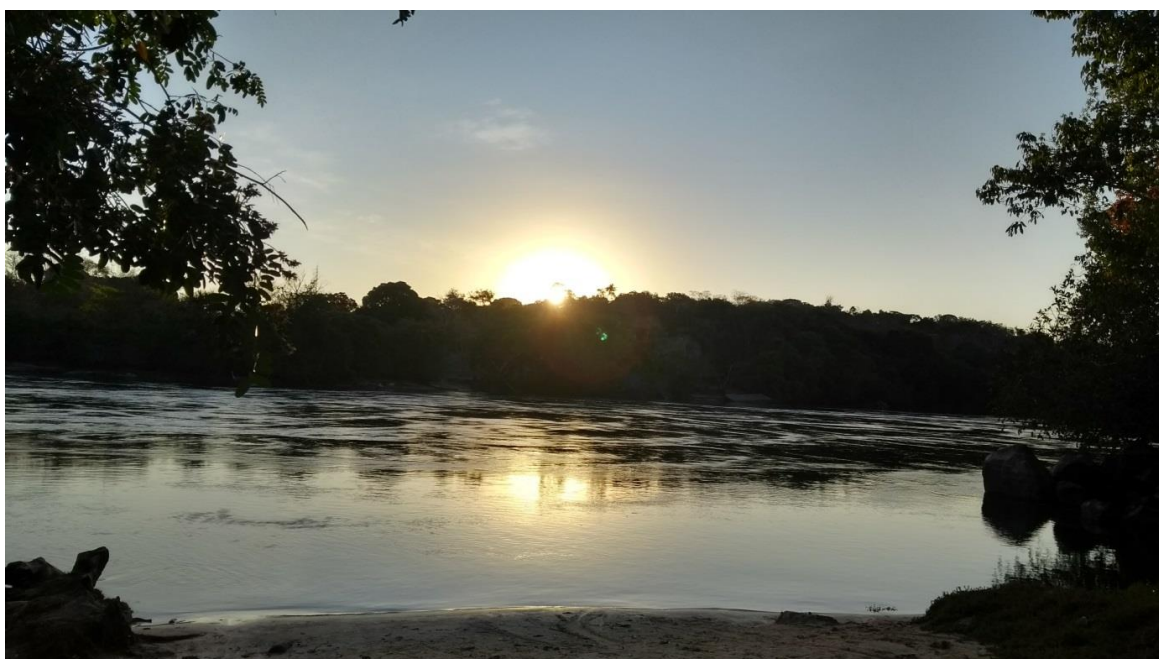
Fonte: acervo pessoal.

Figura 23 – Rio Juruena – 2019



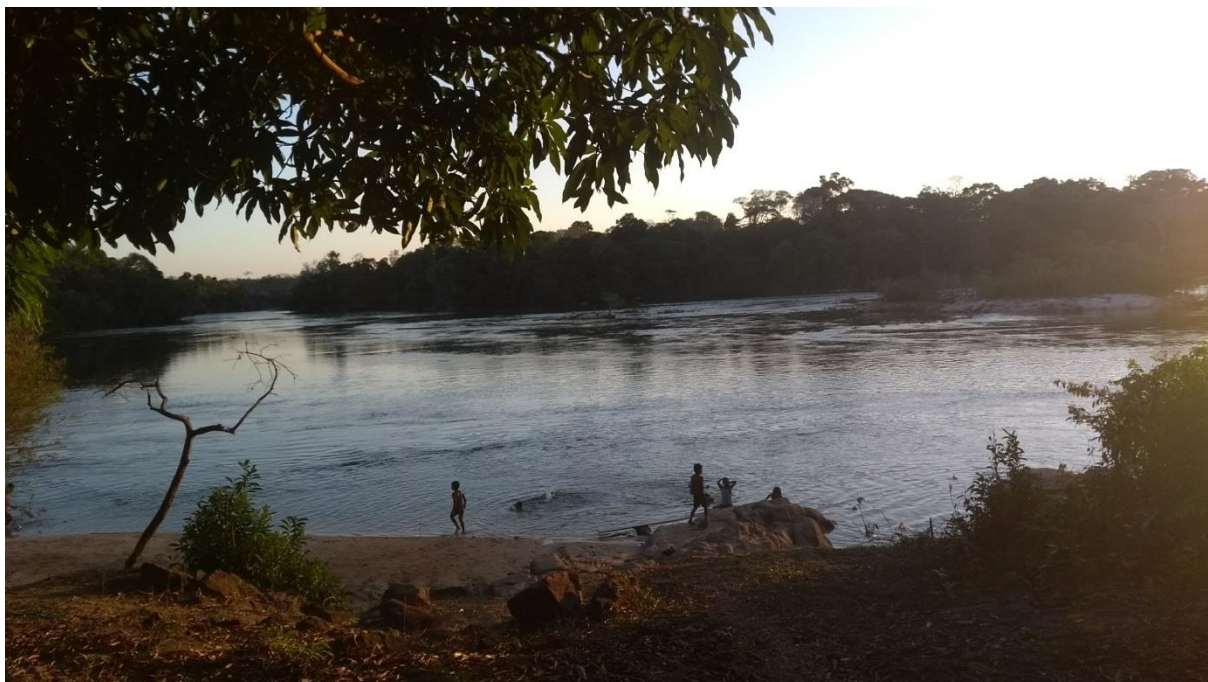
Fonte: acervo pessoal.

Figura 24 – Rio Juruena – 2019



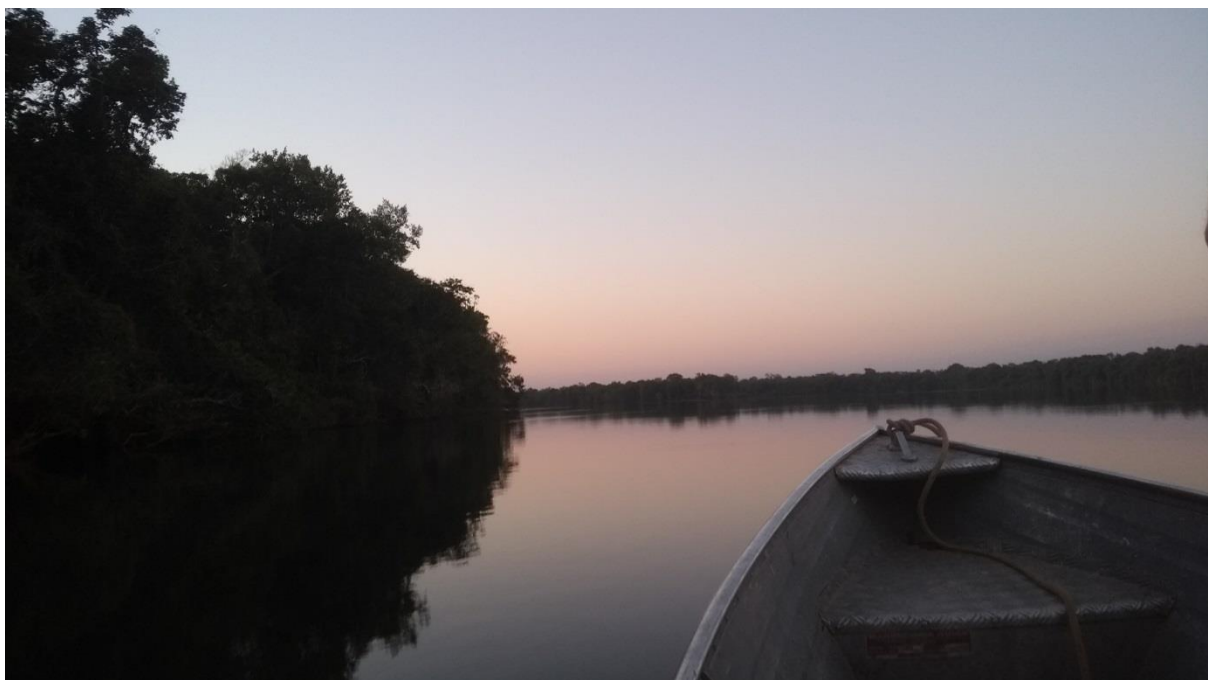
Fonte: acervo pessoal.

Figura 25 – Rio Juruena – 2019



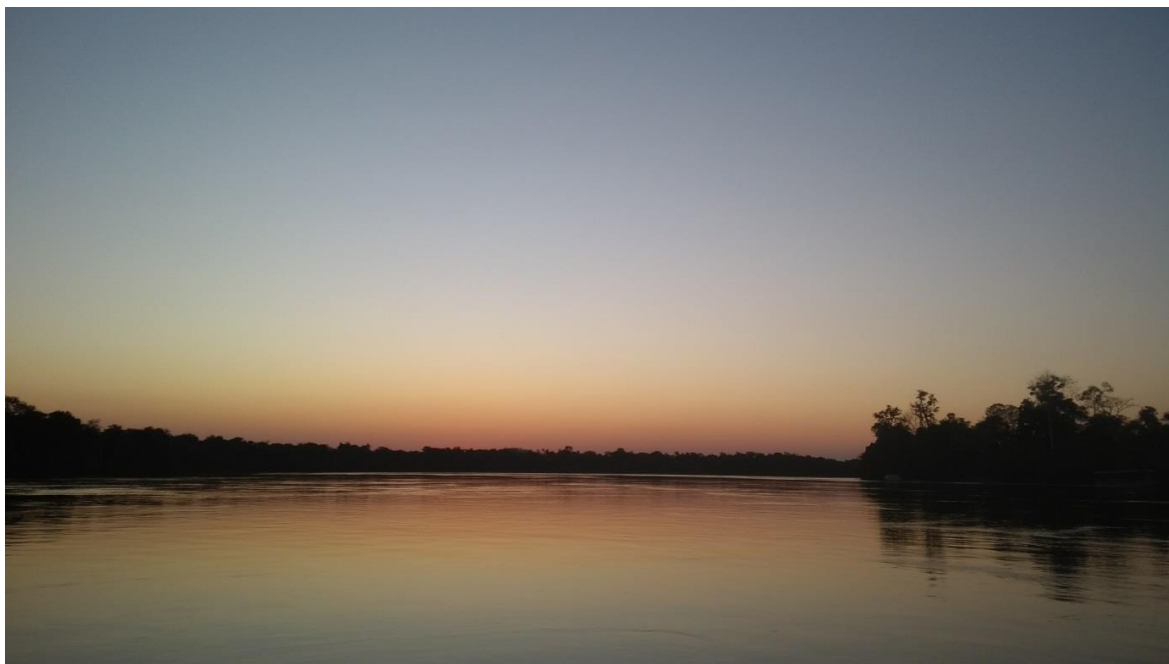
Fonte: acervo pessoal.

Figura 26 – Rio Juruena – 2019



Fonte: acervo pessoal.

Figura 27 – Rio Juruena – 2019



Fonte: acervo pessoal.

Figura 28 – Aldeia Pé-de-Mutum – TI Japuira – 2019



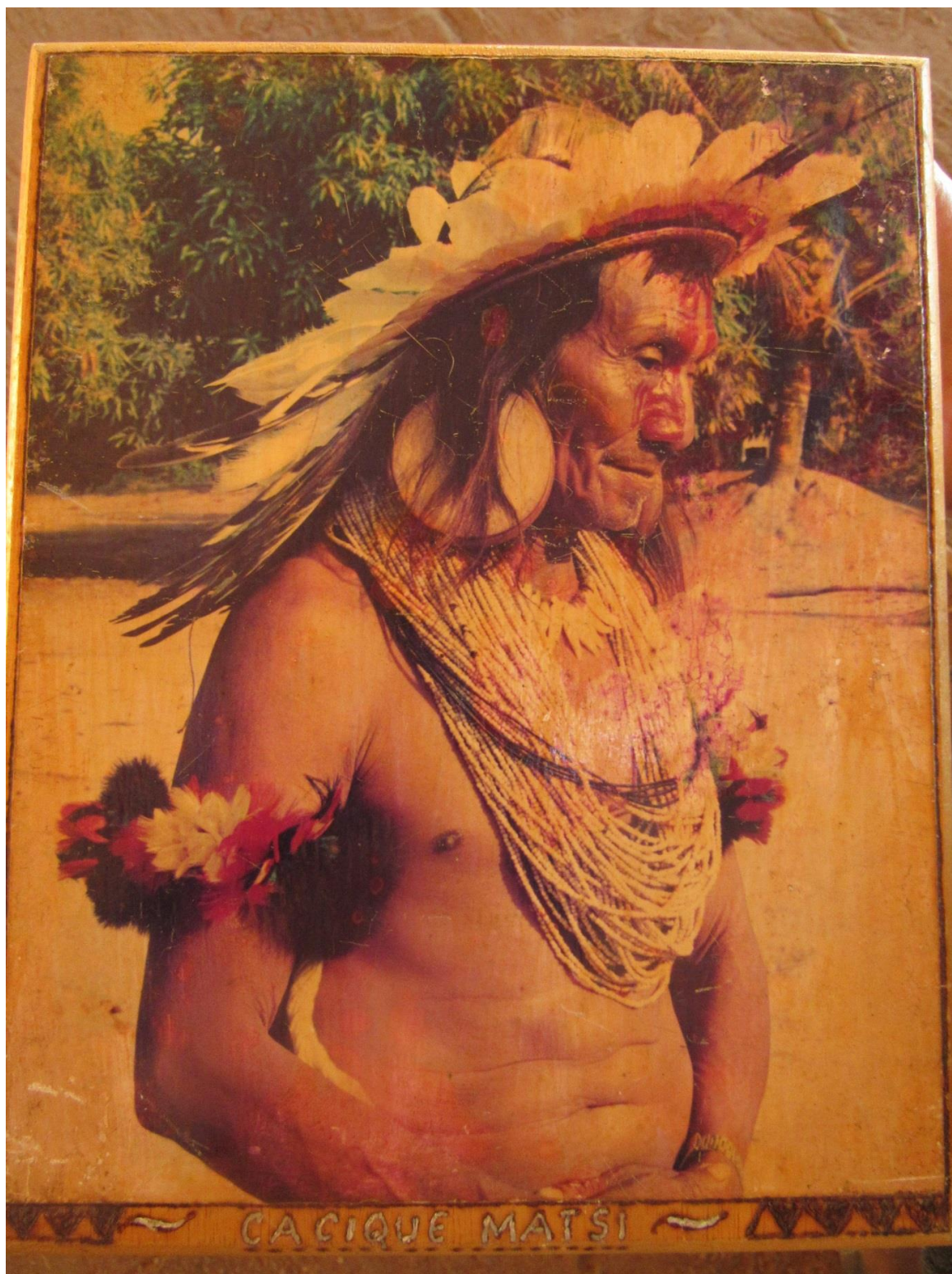
Fonte: acervo pessoal.

Figura 29 – Aldeia Pé-de-Mutum – TI Japuira – 2019



Fonte: acervo pessoal.

Figura 30 – Fotografia do porta-retrato: Cacique Matsi – 2019



Fonte: acervo pessoal ⁸⁹

⁸⁹ As fotografias dos porta-retratos foram realizadas em campo no ano de 2019, em momento no qual eles foram trazidos do interior de uma das casas na aldeia Pé-de-Mutum para serem mostrados enquanto registros antigos importantes de lideranças Rikbaktsa.

Figura 31 – Fotografia do porta-retrato – 2019



Fonte: acervo pessoal.

Figura 32 – Artefatos plumários – 2019



Fonte: acervo pessoal.

Figura 33 – Voltas de colares – 2019



Fonte: acervo pessoal.

Figura 34 – Voltas de colares – 2019



Fonte: acervo pessoal.

Figura 35 – Colar produzido a partir de dentes animais– 2019



Fonte: acervo pessoal.

Figura 36 – Colares reunidos – 2019



Fonte: acervo pessoal.

Figura 37 – Colares reunidos – 2019



Fonte: acervo pessoal.

Ao longo deste capítulo, aspectos biográficos de Nelson foram elencados a partir de três grandes temáticas: sua relação com a saúde indígena, seu pertencimento étnico na sua relação com o seu povo Rikbaktsa e, ainda, da sua visibilidade enquanto liderança indígena. A partir destas ênfases, o/a leitor/a pôde acompanhar sua trajetória, compreendendo como suas ações se desenvolveram de modo abrangente. O protagonismo de Nelson é pensado, então, em seus aspectos performativos, políticos, criativos e também estéticos. Essa justaposição, fundamental ao ressaltar sua biografia, permite que adentremos, no capítulo subsequente, aos lutos e às lutas quando do seu falecimento.

5 LUTOS E LUTAS: RESISTÊNCIAS, EXISTÊNCIAS E AGÊNCIAS

Nesse capítulo busco compreender os lutos vivenciados com o falecimento de Nelson, considerando que é um luto diferente do usual ao ocorrer em consequência da covid-19 e, sobretudo, em um momento da pandemia que não permitiu a realização de cerimônias de lamentação, características do luto entre os Rikbaktsa. Nesse cenário, considero que o luto passa a ser encarado juntamente à luta empreendida em distintas frentes, mas, em um primeiro momento, principalmente no tocante ao enfrentamento à pandemia.

As formas de vivenciar o luto, nesse caso, acabaram ocorrendo conforme os limites impostos, o que se balizou a partir das atividades e etapas vivenciadas frente à pandemia, conforme previamente descrito. Ainda, se no capítulo anterior foi apresentado o retrato fotográfico de Nelson, nesse capítulo, por sua vez, abordo seus distintos caminhos percorridos. Partindo dessas informações a respeito do retrato, abordo como distintos lutos foram experienciados, os quais variam conforme as pessoas envolvidas, sejam Rikbaktsa, indígenas de outras etnias, amigos/as, pesquisadores/as ou colegas de trabalho. Abranjo como, em um primeiro momento, algumas ações ocorreram de modo virtual, como no caso de notas de pesar veiculadas em mídias digitais. Entre os Rikbaktsa, principalmente a partir de familiares mais próximos a Nelson, ressalto como a vivência do luto somou-se à luta para que o enterro de Nelson ocorresse na aldeia União (TI Erikpatsa), resistindo e confrontando o regulamento geral que indicava que o corpo fosse enterrado em Cuiabá. Análiso, ainda no interior das discussões desse capítulo, como a justaposição entre lutos e lutas remete à vinculação entre resistências, existências e agências, em um ir e vir que acaba sendo a base que possibilita a compreensão desses processos.

5.1 O retrato de Nelson e seus caminhos percorridos

No capítulo anterior, apresentei o contexto no qual a fotografia do retrato de Nelson foi capturada, bem como elenquei elementos que analiso estarem presentes na fotografia, dialogando com outras fotografias em um formato que buscou privilegiar o que estas imagens, quando justapostas, têm a dizer, também por meio do espaço aberto para as análises pelas/os leitoras/es. Isto feito, proponho analisar acerca da

importância do retrato de Nelson a partir dos seus caminhos percorridos, ou que, porventura, possam vir a percorrer.

Para tanto, um primeiro ponto que enfatizo se relaciona ao que significa abordar tal retrato e seus percursos nessa pesquisa. Ao apresentar a fotografia, em capítulo anterior, atentei para a questão de que ela só foi concretizada a partir do encontro entre Nelson e eu. Essa afirmação abrange diversos sentidos e ações entrecruzadas. Proponho pensar na concretização do retrato bem como a presente análise deste a partir da escrita com base no conceito de momento etnográfico discutido por Strathern (2014). Segundo Strathern, existem dois “campos”, sendo o primeiro relativo ao trabalho de campo e o segundo relativo ao campo criado pela escrita etnográfica, ou seja, a análise. O momento etnográfico se refere ao “efeito de envolver juntamente os dois campos” (STRATHERN, 2014, p. 350). Desse modo, é descrito como um momento de imersão, sendo “ao mesmo tempo total e parcial, uma atividade totalizante que não é a única em que a pessoa está envolvida” (STRATHERN, 2014, p. 345). Strathern aborda a importância da relação entre campos, analisando a complexidade dessa relação a partir dos limites e das conexões entre eles, pois “cada um deles cria o outro, mas tem também sua própria dinâmica ou trajetória” (STRATHERN, 2014, p. 346).

Se, por um lado, a escrita inicia ainda quando em campo, por outro lado, “os anfitriões do(a) etnógrafo(a) continuam a exercer, muito depois, uma tração sobre a direção de suas energias” (STRATHERN, 2014, p. 350). Enquanto relação, o momento etnográfico “junta o que é entendido (que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento da análise)” (STRATHERN, 2014, p. 350). Indo além, Strathern pontua como o momento etnográfico, enquanto momento de discernimento ou ainda de conhecimento, expressa uma relação entre movimento e imersão. Ou seja, ambos estão presentes e possuem certa flexibilidade na relação entre campos.

Strathern (2014, p. 353) analisa como não é possível, quando em campo, prever o que se revelará com significância, pois ela “é adquirida na escrita posterior, na composição da etnografia como uma descrição feita depois do evento”. Desse modo, o trabalho de campo é realizado com a noção de que seus desdobramentos não são ainda totalmente conhecidos. O material oriundo do campo, então, pode parecer sem conexões evidentes, contudo, é elaborado de modo a poder ser

futuramente revisitado intelectualmente. Strathern (2014, p. 354) propõe, como forma de assegurar determinados alcances do material coletado, que o/a pesquisador/a se comprometa “com as relações sociais que as pessoas desejam estabelecer com ele(ela) - pois, se assim desejarem, o(a) pesquisador(a) de campo se torna parte dessas relações”. Por meio dessa postura, as relações são valorizadas por si mesmas, sendo a informação, conseqüentemente acessada, apenas um “produto residual”. Essa é, aliás, a definição de imersão para Strathern. Por conseguinte,

Espera-se que o(a) etnógrafo(a) reúna bastante informação tendo em mente intenções específicas. Ao mesmo tempo, contudo, saber que não é possível saber de modo completo o que será pertinente às reorganizações posteriores do material exigidas no processo de escrita pode ter um efeito próprio, como o de criar uma expectativa de surpresa; busca-se o que é mais refratário, as pequenas revelações. A expectativa de surpresa reaparece no texto etnográfico como um tipo diferente de revelação (STRATHERN, 2014, p. 354).

Isto posto, retorno à minha própria experiência de campo e à proposta de pensar no retrato de Nelson enquanto oriundo de um momento etnográfico, tanto na sua concepção como na presente análise. Problematizo como a captura do retrato se deu a partir das relações sociais estabelecidas entre Nelson e eu. Não imaginando – ou, dialogando com os termos de Strathern, não antecedendo – a pertinência do retrato. Não foi algo proposto por mim, e sim algo pensado por Nelson. Contudo, só se concretizou devido à minha presença em campo, mais precisamente, juntamente ao Nelson na aldeia Pé-de-Mutum. Desse modo, pontuo como o retrato ocorreu destacando nossa relação em si, e não pensando em desdobramentos futuros. Ou seja, esses desdobramentos podem ser pensados enquanto produtos residuais. Isso se aplica de tal modo que a fotografia foi realizada antes mesmo deste ser o tema de pesquisa privilegiado por si próprio.

Se a captura do retrato ocorreu a partir das relações sociais estabelecidas ao longo do campo, analisar textualmente os caminhos percorridos pela fotografia se faz essencial nesse momento posterior de análise. Para esse exercício, parto das considerações de Strathern (2014, p. 354) de que os desenvolvimentos posteriores, pensados nesse retorno ao material de campo, podem ocorrer “na compreensão do antropólogo, sendo gerados pelo processo da escrita, ou podem ser mudanças sociais e históricas na vida social que está sendo estudada”. Isto posto, problematizo como

ambas as questões são fundamentais no contexto específico. Ao retornar à fotografia, enquanto material de campo, ao longo do momento de análise, pude ressignificar a importância do momento em campo que originou a fotografia. Ou seja, compreender a dimensão do que estava ocorrendo, tanto ao recordar os diálogos trocados e o que cada pessoa envolvida fizera, como também compreender a importância – para Nelson, em um primeiro momento, e para demais pessoas em um segundo momento – que concretizar o retrato abrangia.

Consoante à segunda questão suscitada por Strathern, os caminhos percorridos pela fotografia de Nelson estão profundamente conectados com as mudanças sociais e históricas enfrentadas pelos Rikbaktsa, e por todas/os nós, em meio à pandemia causada pelo coronavírus. Quando a foto foi capturada, em 2019, o contexto era outro, sendo inimaginável anteceder a ocorrência da pandemia a partir de 2020 ou, ainda, que o retrato seria um dos últimos capturados de Nelson.

Nesse contexto, temos dois principais momentos do percurso da fotografia⁹⁰. O primeiro se refere ao próprio uso dela por parte de Nelson. A foto foi compartilhada por Nelson em suas redes sociais pessoais. Fortemente vinculado a esse primeiro uso, como Nelson estava atuando no DSEI Vilhena, a homenagem do Distrito Sanitário, em 19 de abril de 2020, em referência ao “dia do índio”⁹¹ via rede social, possuía diversas fotografias e diversos textos, sendo uma das fotografias compartilhadas na homenagem o retrato em questão de Nelson. Além dessa, havia outras fotografias de Nelson e também fotografias de indígenas de outras etnias.

Um segundo percurso realizado pela fotografia se refere aos seus distintos usos por outras pessoas desde que Nelson contraíra Covid-19. Contudo, antes de adentrar esse percurso, destaco que o retrato de Nelson, ao longo dos caminhos percorridos, foi utilizado sem alusão à autoria da fotografia. Na maior parte dos seus

⁹⁰ Outra utilização da fotografia ocorreu no relatório Estudo do Componente Indígena referente à Pavimentação da BR-174, resultado do trabalho de campo do qual integrei a equipe. Nas suas três revisões (novembro de 2019, janeiro de 2020, março de 2020) consta a fotografia retrato. A utilização da fotografia, juntamente a outras fotografias que destacam artefatos característicos da etnia Rikbaktsa sendo utilizados por distintas pessoas, tem por objetivo ilustrar estes artefatos descritos no relatório.

⁹¹ Foi mantida a nomeação de dia do índio por se tratar da nomeação que estava em vigência no ano de 2020. Contudo, a partir de 08 de julho de 2022, o nome foi alterado e foi instituído o Dia dos Povos Indígenas através da lei nº 14.402. A alteração visa respeitar a diversidade dos povos indígenas no âmbito federal.

usos não há nenhuma menção à autoria e em casos pontuais ela foi mencionada como autoria desconhecida. Ressalto como essa questão não altera o exposto a respeito de pensar sua autoria como compartilhada entre Nelson e eu, uma vez que se originou em um momento de pesquisa colaborativa⁹². Contudo, faço essa ressalva justamente para o/a leitor/a ter conhecimento de como a circulação da fotografia tomou grandes proporções, o que também acaba por desarticula-la de seu momento inicial de captura.

Isso posto, a partir do momento em que o quadro de Nelson se agravou e ele precisou de cuidados médicos no hospital, primeiro em Juína e depois sendo transferido para Cuiabá, suas redes sociais foram tomadas por mensagens em apoio e desejando melhoras. Muitas dessas mensagens eram elaboradas utilizando fotografias de Nelson e, em alguns casos, com edições e adicionando dizeres às imagens. A título de exemplo, ressalto a figura que foi elaborada mesclando o retrato à frase “Fiquem em casa” e com o nome de Nelson, em um sentido de divulgar o seu apoio e pedido para que os protocolos de enfrentamento à covid-19 fossem respeitados (Figura 38).

Quando Nelson veio a óbito, em julho de 2020, as mensagens de esperança deram lugar às mensagens de pesar, lamentando a tragédia ocorrida e em sua homenagem. O retrato em questão, então, circulou em redes sociais de domínio privado de seus parentes Rikbaktsa e de outras etnias e em redes sociais de domínio público, como da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da liderança indígena Sonia Guajajara. Nessa esfera, ressalto a inserção do retrato de Nelson na Nota de pesar elaborada pela FEPOIMT e compartilhada também pela APIB (Figura 39).

⁹² Nesse sentido, a construção da fotografia, para além das contribuições desde uma pesquisa colaborativa, pode ser analisada no sentido mesmo de uma antropologia compartilhada, sendo o retrato fotográfico um elemento central nessa proposta.

O retrato ainda apareceu em reportagens jornalísticas⁹³ e no mural de fotografias das vítimas fatais da covid-19 divulgado ao longo do Jornal Nacional⁹⁴ da emissora Rede Globo em mais de uma ocasião. Essa reverberação também foi notificada por distintas pessoas na rede social pessoal de Nelson (Figura 40).

Figura 38 – Imagem divulgada em redes sociais diversas com a marcação do perfil pessoal de Nelson⁹⁵



Fonte: imagem retirada da publicação de Nelson Mutzie, no Facebook.

⁹³ Reportagem intitulada “Indígena liderança do povo Rikbaktsa morre internado com Covid-19 em Cuiabá” publicada em 23 jul. 2020. disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/07/23/indigena-lideranca-do-povo-rikbaktsa-morre-internado-com-covid-19-em-cuiaba.ghtml>. Acesso em: 02 ago. 2020.

⁹⁴ O painel com os rostos das vítimas fatais em decorrência da Covid-19 foi realizado pelo Jornal Nacional sob a justificativa de ser uma homenagem a essas pessoas e também às suas famílias. Tal ação jornalística não será abordada nessa pesquisa, contudo, para uma compreensão dessa ação enquanto uma das técnicas e ferramentas na cobertura da pandemia de Covid-19 e da sua vinculação a uma “dramaticidade”, recomendo acessar as contribuições de Siqueira, Freire e Souza (2021).

⁹⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/nelson.mutzie1>. Acesso em: 08 set. 2021.

Figura 39 – Imagem divulgada em redes sociais diversas com a marcação do perfil pessoal de Nelson⁹⁶.



Fonte: imagem retirada da publicação de Nelson Mutzie, no Facebook.

Figura 40 – Frame capturado de edição do Jornal Nacional e divulgado em redes sociais diversas com a marcação do perfil pessoal de Nelson⁹⁷.



Fonte: imagem retirada da publicação de Nelson Mutzie, no Facebook.

⁹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/nelson.mutzie1>. Acesso em: 08 set. 2021.

⁹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/nelson.mutzie1>. Acesso em: 08 set. 2021.

Passados os primeiros momentos, em que as homenagens se limitavam aos meios virtuais, outras ações foram sendo pensadas e foram tomando forma. Por ora, portanto, destaco algumas das ações, as quais utilizaram de modos distintos o retrato de Nelson. A primeira ação se refere à inauguração da Biblioteca Biblio-Óca, no distrito de Fontanillas, pertencente à Juína. Ressalto que a Biblio-Óca e sua relevância para os Rikbaktsa serão abordadas em subcapítulo posterior. Contudo, no que concerne aos caminhos percorridos pela fotografia, saliento que, na sua estrutura, há um painel contendo o retrato de Nelson e um texto em sua homenagem. O painel encontra-se em posição estratégica e possui um tamanho que possibilita ser avistado de longe, conforme Figura 41.

Figura 41 – Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa.



Fonte: Jornal Redação Juína Mais, 2020⁹⁸

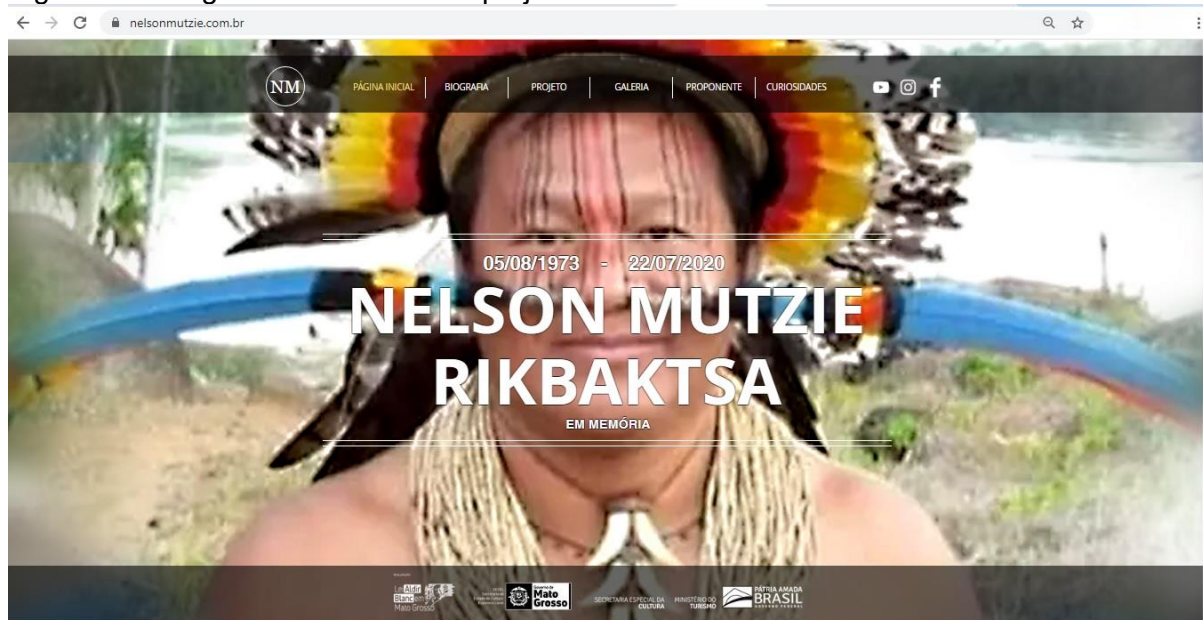
Outra ação se refere ao projeto intitulado “O Guerreiro Sem Arma: Nelson Rikbaktsa”, o qual foi contemplado pelo edital nº 04/2020/SECEL/MT: Conexão

⁹⁸ Foto: Davison Rafael. Reportagem intitulada: “Primeira biblioteca indígena ‘BibliOca’ de MT é inaugurada em Juína. Redação Juína Mais, 23 dez. 2020. Disponível em: <http://www.juinamais.com.br/primeira-biblioteca-indigena-biblioca-de-mt-e-inaugurada-em-juina/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Mestres da Cultura, por meio da lei de Incentivo à Cultura Aldir Blanc e tendo como proponente o músico Raniel Nogueira Carvalho. O projeto abrangeu distintas ações, tais como a manutenção de um site em domínio público com o nome de Nelson, a composição de uma música em homenagem a Nelson, pelo próprio compositor Raniel Nogueira e a concretização de um documentário intitulado “Documentário Nelson Mutzie Rikbaktsa” (postado no site *YouTube* em 27 de maio de 2021).

No interior do projeto destacado, é possível elencar alguns momentos e espaços nos quais o retrato de Nelson fora utilizado. O primeiro deles se refere ao retrato ser a imagem de fundo no site criado para visibilização do projeto. Outro momento em que aparece o retrato é ao longo do documentário produzido, tanto como frame na sua abertura como em distintos momentos ao longo de sua execução. Por fim, outro momento integrando esse projeto em que a fotografia é empregada diz respeito à live show musical intitulada “Live O Guerreiro Sem Arma - Nelson Mutzie - Raniel Nogueira”, durante a qual havia no palco dois painéis, um de cada lado, com o retrato de Nelson.

Figura 42 – Página inicial do site do projeto ‘O Guerreiro Sem Arma: Nelson Rikbaktsa’⁹⁹



Fonte: imagem retirada da publicação de Nelson Mutzie, no Facebook.

⁹⁹ Disponível em: <https://www.nelsonmutzie.com.br/>. Acesso em: 08 set. 2021.

Figura 43 – Frame de abertura do documentário Nelson Mutzie Rikbaktsa¹⁰⁰



Fonte: Youtube.

Figura 44 – Live O Guerreiro Sem Arma - Nelson Mutzie - Raniel Nogueira¹⁰¹.



Fonte: Youtube.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Aq6-5T9yia4>. Acesso em: 08 set. 2021.

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=auw1JQjyc3A&t=3702s>. Acesso em: 08 set. 2021.

Todas essas ações descritas podem ser analisadas enquanto distintas formas de vivenciar o luto frente ao falecimento de Nelson. Contudo, um luto diferente do usual, uma vez que os protocolos, diante da pandemia que se seguia, alteraram muitas ações planejadas e/ou realizadas. Por ora, analiso a maneira como o retrato de Nelson percorreu esses distintos caminhos. Abordar esse movimento é interessante justamente ao buscar compreender os efeitos decorrentes do campo etnográfico. Nesse sentido, retorno à noção de momento etnográfico, ressaltando o seu ponto de que a “a escrita só funciona se ela for uma recriação imaginativa de alguns dos efeitos da própria pesquisa de campo” (STRATHERN, 2014, p. 346). Com isso, analiso como a concretização do retrato de Nelson teve grande pertinência ao longo das suas vivências, sustentando-se, inclusive, para além do seu corpo físico.

Nesse sentido, elenco as contribuições de Gell, principalmente pela maneira como é ressaltada a noção de que as imagens, bem como ícones, obras de artes dentro outros, “devem ser tratados, no contexto de uma teoria antropológica, como relativos à pessoa; ou seja, fontes de e alvos para a agência social” (GELL, 2018, p. 155). A partir desse enfoque, Gell discorre acerca da ideia de pessoa distribuída, ou seja, de como a pessoa possui um caráter partível, justamente pelo modo como as pessoas, ou suas partes, circulam. No caso da imagem e da fotografia, essa distribuição pode ocorrer em grandes proporções. No que tange ao conceito de pessoa, esse engloba, para além de organismos biológicos, “todos os objetos ou acontecimentos de um dado meio a partir do qual a agência ou a personitude podem ser inferidas por abdução” (GELL, 2018, p. 323). Nessa direção, Gell pondera:

A pessoa e sua mente não se limitam a coordenadas espaçotemporais, mas consistem em uma série de acontecimentos biográficos e lembranças de acontecimentos, bem como um conjunto disperso de objetos, vestígios e restos materiais que podem ser atribuídos a um indivíduo. Estes, quando reunidos, dão testemunho do que é ser agente e paciente ao longo de uma extensão biográfica que, de fato, pode ir muito além da morte biológica. Assim, a pessoa é entendida como a soma dos índices que dão testemunho, durante sua vida e após sua morte, de sua existência biográfica. Por ser uma intervenção no meio causal, a agência pessoal gera um desses “objetos distribuídos”, isto é, um conjunto de diferenças materiais no modo “como as coisas são”, a partir do qual uma determinada agência pode ser inferida por abdução (GELL, 2018, p. 323).

Essa distribuição do que Gell nomeia como personitude ocorre tanto no tempo como no espaço. Relacionando com o retrato de Nelson, a sua imagem é tida como índice da sua agência. Enquanto objeto distribuído, podemos pensar como seus caminhos percorridos são diversos. Desse modo, analiso como ocorreu sua visibilização em grande proporção, inclusive com um grande alcance da fotografia de Nelson. Dialogando com os termos de Gell, a partir da grande distribuição da imagem de Nelson, problematizo como sua pessoa sobrevive ao seu corpo físico. Dito de outro modo, mesmo após o falecimento de Nelson, a sua pessoa continua reverberando, o que ocorre a partir da compreensão da sua agência, a qual é apreendida a partir do seu tom relacional. Contudo, essa afirmação não induz à ideia de que o contexto posterior à morte biológica seja igual ao contexto anterior. A sobrevivência da pessoa de Nelson não significa dizer que as relações são as mesmas ou semelhantes às efetuadas por Nelson propriamente, mas sim que é possível pensar em desdobramentos e outros modos de agências e mesmo efeitos.

Nesse sentido, a agência fotográfica pode ser analisada, dialogando com Gell e sua concepção da fotografia funcionando como pessoa, a partir das contribuições de Villela e Grunvald (2016). As autoras, com base em suas etnografias, colocam como essa agência se relaciona com a noção de mediação, onde “a capacidade mágico-mimética da fotografia é, talvez, o aspecto mais importante de sua consideração como pessoa” (VILLELA; GRUNVALD, 2016, p. 226).

Amplio essas questões ora apresentadas a partir noção de que a agência, tanto das pessoas como dos objetos, no caso elencado, se vincula com a compreensão de quem foi Nelson enquanto importante liderança indígena Rikbaktsa. Nesse sentido, retornando às questões discutidas no capítulo anterior quando apresentado o retrato de Nelson em questão, além da nítida performance engendrada por Nelson para a captura do retrato, é relevante pontuar como a fotografia, e, inclusive, as ações de Nelson em outras escalas e contextos, produziu e ainda produz efeitos. Ou seja, tanto a atuação de Nelson como o seu retrato são performativos. E, para compreender como se dá essa performatividade, é necessário aludir a como os efeitos produzidos ocorrem a partir das relações existentes e que possam vir a ocorrer.

Por fim, ao observarmos os caminhos percorridos pela fotografia retrato de Nelson, reflito como o luto e a luta foram elementos indiretamente explorados. Ao evidenciar a trajetória de Nelson, a partir de materiais etnográficos, tornara-se

indissociável visibilizar os aspectos da perda dessa grande liderança. Se esse esforço nesse tópico ocorreu a partir dos caminhos do seu retrato, proponho, no próximo item, abordar como o luto se deu por meio de distintas homenagens, as quais, em alguns pontos, aproximam-se das fotografias apresentadas e, em outros pontos, distanciam-se.

5.2 O Luto através de homenagens e obituários

Em meio aos desdobramentos advindos do cenário pandêmico, visibilizar os efeitos devastadores da pandemia e o impacto da perda de vidas para a doença é uma forma de luto e luta diante dos contextos vivenciados pelos povos indígenas. Em consoante a isso, acerca de estratégias de visibilidade em meio ao desenrolar da pandemia, uma das formas de pensá-la ocorreu a partir dos obituários que, segundo Wagner (2020, p. 977), “antes de elogiarem, se colocam como forma de luta ou como estratégia de resistência constante”. Para tanto, o significado do obituário é estendido “a agentes sociais anônimos, desconhecidos ou conhecidos apenas localmente” (WAGNER, 2020, p. 971). A importância dos obituários pensados nesses moldes ocorre, principalmente, enquanto um contraponto às estatísticas que remetem apenas a números, além das subnotificações.

No caso do povo Rikbaktsa, a importância dos obituários aparece nos distintos obituários em relação ao falecimento de Nelson Mutzie. Vinculando a ideia de obituário com a de homenagens e cerimônias realizadas enquanto formas de vivenciar o luto, ressalto que uma primeira luta empreendida pelo povo Rikbaktsa foi para que o sepultamento de Nelson ocorresse na aldeia de sua família na Terra Indígena Erikpatsa. Pelos protocolos gerais no contexto pandêmico, a primeira indicação foi de que o corpo não saísse de Cuiabá. Foi pela ampla mobilização da família e de amigos de Nelson que foi possível ter a autorização e o traslado do corpo até a aldeia União.

Apesar de terem concretizado essa ação, o luto foi diferente do usual, uma vez que não fora possível fazer nenhuma cerimônia de lamentação. O luto Rikbaktsa, nos seus moldes tradicionais, se constitui enquanto importante ritual. Para sua concretização, a organização social baseada nas metades Arara amarela e Arara Cabeçuda institui diferentes papéis e atuações ao longo das lamentações e do

enterro. Silva e Lobato (2021) sintetizam os eventos fúnebres Rikbaktsa no seguinte excerto:

O funeral Rikbaktsa é um ritual composto por mitos, ritos e cerimônias elaborado com base na organização social do povo, o qual a partir de quem morre a celebração funerária assume características distintas que se estruturam desde o comunicado do falecimento, ao preparo do ritual que abarca o rito da lamentação (choro), permeia o sepultamento e determina o comportamento dos parentes após a morte do ente querido (SILVA; LOBATO, 2021, p. 4).

Nesse sentido, o luto se mistura à luta que, embora não seja uma novidade se pensarmos em diferentes eventos históricos já vivenciados, assume novos desdobramentos com os efeitos cruéis em decorrência da pandemia. A sequência do enterro de Nelson teve, ainda, uma triste particularidade. Seu pai, Albano Mutzie, faleceu em decorrência de complicações de uma pneumonia – a princípio sem a confirmação de ter contraído covid-19 – dois meses após o falecimento de Nelson. Desse modo, o luto da família compreendeu esse difícil momento de vivenciar duas perdas em curto espaço de tempo. Como uma forma de amenizar a impossibilidade da realização das cerimônias de luto, foi garantido o enterro dos dois, lado a lado, na aldeia da família¹⁰².

Dando continuidade à importância dos obituários nessa conjuntura, aludindo à prerrogativa de Wagner (2020), distintas ações empreendidas podem ser interpretadas enquanto obituários. Destacarei, na sequência, algumas dessas ações a partir de notas divulgadas em meios digitais, de modo a compreender o teor dessas notas e reconhecendo o potencial do/a leitor/a se deparar com estas em sua escrita original. A primeira que ressaltar se refere à nota da Fundação Nacional dos Povos

¹⁰² Nos primeiros meses após o falecimento de Nelson e de seu pai Albano, havia uma intenção de organizar uma cerimônia de homenagem para ser realizada em data futura na aldeia União. Quando a pandemia estivesse controlada e os protocolos de enfrentamento à covid-19 não fossem mais necessários. Tal organização juntaria familiares e amigos. Contudo, uma vez que a pandemia durou ainda longos meses, houve um questionamento de diferentes Rikbaktsa de que já havia se passado muito tempo. Segundo Jair, “nunca aconteceu de fazer a lamentação cultural depois de muitos dias, de muitos anos. Aí disseram que não iam fazer mais” (Registro da fala de Jair, diário de campo, agosto de 2023). Nesse cenário, o local onde pai e filho foram enterrados foi planejado e arrumado, mas a cerimônia não mais ocorreria. Esse é mais um impacto da pandemia, o qual alterou a organização e as temporalidades, e, conseqüentemente, as ações que foram – ou não – concretizadas.

Indígenas (FUNAI), publicada em 23 de julho de 2020 e atualizada em 31 de outubro de 2022:

A Fundação Nacional do Índio (Funai) vem a público comunicar, com imenso pesar, que uma das principais lideranças indígenas do estado de Mato Grosso, Nelson Mutzie Rikbaktsa, veio a óbito na noite de quarta-feira (22), em Cuiabá, aos 48 anos. Atual Assessor Indígena do Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI) de Vilhena, Nelson ajudou a construir o sistema de saúde da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) da região noroeste do estado. Atuou também no apoio aos povos de Rondônia e do Mato Grosso, inclusive na linha de frente das ações sociais e de combate à pandemia. Além da relação com a saúde indígena, representando a comunidade mais de uma vez como Presidente do Conselho DSEI, o líder esteve na vanguarda de uma série de ações de promoção dos direitos indígenas, como a primeira biblioteca comunitária indígena de Juína. A Funai lamenta profundamente a perda e se solidariza com os familiares e amigos da liderança. Nelson nos deixa um legado de luta e trabalho em benefício dos povos indígenas. Assessoria de Comunicação/Funai em informações da CR Noroeste do Mato Grosso (FUNAI, 2022)¹⁰³.

Outra relevante Nota de Pesar foi elaborada pela Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT, a qual também foi compartilhada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB. Além da imagem divulgada e referenciada no item anterior (Figura 39), a Nota teve o seguinte comunicado:

É com tristeza que comunicamos o falecimento da grande liderança indígena Nelson Mutzie, veio a óbito na noite desta quarta-feira (22) em Cuiabá/MT.

A Covid-19, vem levando lideranças indígenas do nosso estado, lamentamos choramos a morte desse grande líder que esteve a frente de muitas lutas em prol dos direitos dos Povos Indígenas.

Aos familiares, amigos, ao povo Rikbaktsa, e todo movimento Indígena, recebam nossos sentimentos, admiração e respeito a todas as vidas perdidas em decorrência da COVID 19.

Para sempre será lembrado uma das vozes mais influentes entre as lideranças indígenas de Mato Grosso, Nelson Mutzie Rikbaktsa, grande liderança da Regional Noroeste (FEPOIMT, 2020)¹⁰⁴.

¹⁰³ Nota de pesar disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2020/nota-de- pesar-nelson-mutzie-rikbaktsa>. Acesso em 12 nov. 2022.

¹⁰⁴ Nota de pesar veiculada em 24 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2639919379611548&set=a.1851616878441806>. Acesso em 30 jul. 2020.

A Associação Indígena de Mulheres Rikbaktsa (AIMURIK), a qual tinha em Nelson um parceiro cotidiano fundamental, divulgou a seguinte nota em sua rede social:

A Associação Indígena de Mulheres Rikbaktsa vem por meio desta nota lamentar o falecimento de Nelson Mutzie, uma das lideranças mais atuantes do Noroeste de Mato Grosso, principal colaborador e conselheiro de nossa associação. Nos últimos meses, Nelson trabalhou incansavelmente no combate ao novo corona vírus e infelizmente contraiu a doença, vindo a óbito neste 22 de julho de 2020. Em sua última ligação antes de ser intubado, Nelson pediu ao enfermeiro Joás Soares que avisasse ao seu povo que ficasse na aldeia, pois a doença é silenciosa e muito agressiva. Nesta mesma ligação ele disse que confiava em Deus e por isso não tinha medo do que estava por vir. Embora feridas e enfraquecidas, nós, mulheres Rikbaktsa não perdemos apenas um irmão, perdemos uma voz que militava pelas causas indígenas, mas iremos nos recompor e continuar a luta em nome de Nelson e demais indígenas que lutaram por um mundo mais justo. O COVID não irá silenciar sua voz, sua luta e sua história (AIMURIK, 2020)¹⁰⁵.

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Vilhena, espaço no qual Nelson trabalhou em distintos cargos por décadas, emitiu uma Nota de Falecimento, a qual foi divulgada juntamente a uma ilustração composta por um retrato de Nelson e alguns dizeres (Figura 45). Ambas são apresentadas na sequência:

É com grande pesar que comunico o falecimento do amigo e líder indígena Nelson Mutzie.
A Covid-19 calou para sempre uma das vozes mais influentes entre as lideranças indígenas de Mato Grosso, Nelson Mutzie Rikbaktsa. Sempre defensor e preocupado com a preservação e valorização da memória dos povos indígenas, Nelson se tornou conhecido, querido e respeitado por todos.
A sua principal marca, que hoje deixa saudades na memória de quem o conheceu, era o empenho e dedicação a saúde dos povos indígenas. Nesta pandemia, se tornou defensor e incentivador dos protocolos de proteção contra a Covid-19, como o uso de máscara e álcool gel, por parte das comunidades indígenas.
Nelson ajudou a construir todo o sistema de saúde da SESAI, deu apoio aos povos indígenas de Rondônia e do Mato Grosso, sempre estava a frente das ações sociais e do combate a pandemia.
Nelson veio a óbito na noite desta quarta-feira (22) em Cuiabá/MT. (DSEI VILHENA, 2020).

¹⁰⁵ Nota compartilhada no dia 23 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/aimurik.rikbaktsa.1/posts/pfbid0Xvghb6isNnARBbB88Zb3oknsVrGbPy7cMW2tCgred7XoANSDMUnQf6mCipZ6uicRI>. Acesso em: 30 jul. 2020.

Figura 45 – Imagem divulgada em redes sociais do DSEI Vilhena¹⁰⁶

Fonte: imagem retirada do Facebook da página DSEI Vilhena.

O Sindicato dos Profissionais e Trabalhadores da Saúde Indígena (SINDCOPSI), cuja idealização e criação contou com a participação ativa de Nelson, compartilhou uma imagem, em suas redes sociais, a qual estava vinculada ao seguinte texto: “Querido colega, parente indígena! Sua luta pelos profissionais da Saúde Indígena jamais será esquecida. Que você possa continuar apoiando lá ao lado dos nossos ancestrais!”.

¹⁰⁶ Nota e imagem compartilhados em 23 de julho de 2023. Disponíveis em: <https://www.facebook.com/dsei.vilhena.142/posts/pfbid0gdMPvdE8eLGKXkc2TcTVkztk9hCSZvz2pLc55stUwCEUVARwuRhLDp9NQEXY3rNUI>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Figura 46 – Imagem divulgada em redes sociais do Sindicato dos Profissionais e Trabalhadores da Saúde Indígena ¹⁰⁷



Fonte: imagem retirada do Facebook.

Outra interessante nota de ser acessada se refere à Nota de solidariedade redigida por Tupy Mÿky em nome do seu povo Myky e dirigida ao povo Rikbaktsa. A jovem liderança atuante na saúde indígena e na educação escreve:

O povo Myky vem por meio desta se solidarizar ao povo Rikbaktsa pela perda irreparável da grande liderança jovem da região do noroeste de Mato Grosso, Nelson Mutzie Rikbaktsa, e desejar, principalmente aos familiares do senhor Albano, pai de Nelson, nossos sinceros pêsames. Nelson foi umas das lideranças mais respeitadas e articulador dos povos indígenas da região noroeste, onde nós Myky nos juntamos a esses povos, quando estávamos passando por um grande problema na questão da saúde indígena e Funai. Nos juntamos à coordenação da Funai em Juína através dele e de outras lideranças da região. Conheci Nelson nessas manifestações, aprendi com ele e o admirava pela forma como ele pensava e lutava pelo seu povo e os povos do Noroeste.

Me aproximei mais dele quando fomos para o Rio+20 nos juntar aos parentes de todo o Brasil e demais países na defesa do clima, meio

¹⁰⁷ Imagem e texto compartilhados em 23 de julho de 2023. Disponíveis em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=748081345760914&set=a.112132092689179>. Acesso em: 02 ago. 2021.

ambiente e direitos dos povos indígenas e minorias, e também recentemente no Sindcopsi – Sindicato dos Trabalhadores da Saúde Indígena, onde ele fazia parte representando Dsei Vilhena e eu representando conselho local Manoki/Myky e o Dsei Cuiabá. Nelson participou de toda discussão e criação da Sesai, sempre defendeu a saúde indígena na sua especificidade e diferenciada. Assim como ele, sou jovem com esse pensamento e atualmente estou como presidente do conselho local de saúde do povo Manoki/Myky e vice-presidente do Condisi Cuiabá (MỸKY, 2020)¹⁰⁸.

Outra ação relacionada com a ideia de obituário se refere ao Memorial Vagalumes. Com enfoque nas vítimas indígenas fatais da covid-19, o Memorial apresenta um resumo de quem fora Nelson e a respeito do povo Rikbaktsa. O documento reúne notícias e materiais que divulgaram o falecimento da liderança¹⁰⁹. Para a compreensão do objetivo do Memorial e sua relevância, destaco o seguinte trecho de sua apresentação:

Vagalumes é uma singela tentativa de guardar aqui entre nós, vivos, parte da memória das pessoas indígenas que se foram por causa da Covid-19 no Brasil e em países vizinhos e, assim, manter-nos conectados aos seus espíritos, hoje habitando algum lugar da floresta, do céu ou de uma estrela. Esse Memorial é uma maneira de manter presente a força e a potência do pensamento indígena, na expectativa de que ele nos ajude a suspender o fim do mundo e a disseminar entre nós todos e todas o bem viver! (VAGALUMES, 2020).

Vinculado ao projeto apresentado no item anterior, intitulado “O Guerreiro Sem Arma: Nelson Rikbaktsa”, temos o “Documentário Nelson Mutzie Rikbaktsa”¹¹⁰. Ao longo do documentário, o músico, compositor e produtor Raniel Nogueira Carvalho apresenta e canta a música elaborada em homenagem a Nelson. A música é intercalada a entrevistas, homenagens e outros materiais audiovisuais que abrangem distintas atuações de Nelson. Como forma de conceber o teor do documentário, além da indicação da sua visualização, apresento abaixo a letra da música, a qual pode ser

¹⁰⁸ Nota de solidariedade disponível divulgada em 24 de julho de 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/07/nota-de-solidariedade-myky-ao-povo-rikbaktsa/>. Acesso em: 02 ago. 2020.

¹⁰⁹ Informações a respeito de Nelson no Memorial Vagalumes encontram-se disponíveis em: <https://www.memorialvagalumes.com.br/nelson-mutzie-rikbaktsa/>. Acesso em 12 set. 2020.

¹¹⁰ Documentário postado no site YouTube em 27 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=auw1JQjyc3A&t=3702s>. Acesso em: 08 set. 2021.

compreendida enquanto uma síntese das temáticas abordadas ao longo do documentário:

Hoje vou contar a história de um grande guerreiro
 Desde pequeno coração valente
 A vida inteira sempre a lutar
 Lutou frente ao preconceito
 Respeitou seu povo
 Lutou sem armas sempre corajoso
 Nesta canção vou te homenagear
 Nelson Rikbaktsa
 Nascido em cinco de agosto de setenta e três
 Na aldeia Barranco Vermelho, rio Juruena, um herói se fez
 Nunca abandonou a luta em suas atitudes
 E a seu povo trouxe mais saúde
 Essa homenagem vai a você
 Nelson Rikbaktsa
 Pois em sua vida Deus teve um plano
 Índia Maria, Índio Albano
 Ao mundo conceberam um grande herói
 Deixou o seu legado e uma grande história
 Está guardado em nossa memória
 O noroeste entristeceu
 Nelson Rikbaktsa
 Vinte e dois de julho de 2020
 Foi mais uma vítima do Covid
 Ele está agora nos braços de Deus (CARVALHO, 2021)¹¹¹.

Já a Operação Amazônia Nativa – OPAN, por meio de seu diretor-presidente Arruda, antropólogo cujos trabalhos juntamente aos Rikbaktsa já foram mencionados (2019, 2003), publicou em seu site um relato intitulado “A tristeza da morte precoce de uma importante liderança Rikbaktsa.” Destaco o seguinte excerto do escrito:

Nelson sempre se destacou por onde passou e atuou, deixando uma marca inesquecível no povo Rikbaktsa e na região noroeste do estado de Mato Grosso.
 É com enorme pesar que enfrentamos sua partida precoce, jovem e combativo como sempre foi. Nelson, você ficará sempre conosco, com sua energia e alegria de viver. Juntou-se agora aos guerreiros que já se foram e com eles está agora na aldeia ancestral (OPAN; ARRUDA, 2020)¹¹²

¹¹¹ Letra da música acessada a partir do “Documentário Nelson Mutzie Rikbaktsa”, link disponível na nota de rodapé anterior.

¹¹² Relato de autoria de Rinaldo Arruda representando a Operação Amazônia Nativa (OPAN) publicado em 23 de julho de 2020. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/nelson-mutzie-rikbaktsa>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Diversas manifestações ocorreram igualmente em redes sociais de domínio privado e público de seus parentes Rikbaktsa e de outras etnias. Poderia seguir elencando as mensagens e homenagens realizadas para Nelson, contudo, o objetivo não é esse, mas sim possibilitar para o/a leitor/a a compreensão de que essas homenagens vieram de distintas pessoas, espaços e lutas. Como já mencionei anteriormente, Nelson habitou distintos mundos e fez conexões entre eles, desde pessoas próximas, familiares e amigos/as, até pessoas que só o conheceram rapidamente, mas que, ao cruzar com o seu caminho, perceberam a força da sua existência por meio das suas ações e realizações.

A partir de diferentes escritas, podemos observar significativos processos de visibilidade, memória, resistências, luto e luta. Pondero que o eixo comum nessas distintas homenagens se relaciona à constatação de que Nelson deixou um amplo legado, o qual foi construído a partir dos afetos e das lutas, vinculadas ao *ethos* guerreiro Rikbaktsa. Na sequência, apresento como essa conjuntura pode ser acessada a partir de um projeto em específico, a Biblio-Óca.

5.3 A idealização e concretização da Biblio-Óca

Nesse tópico, proponho analisarmos como os lutos e as lutas podem ser articulados a partir da idealização e da concretização de um projeto voltado para todo o povo Rikbaktsa: a Biblioteca Biblio-Óca. A Biblioteca encontra-se localizada no município de Juína, especificamente no distrito de Fontanillas, o qual fica localizado na margem do rio Juruena oposta à TI Erikpatsa, bastando atravessar o rio Juruena para acessá-la desde a TI.

A idealização da Biblio-Óca se origina em um desejo dos mais velhos de ter um espaço físico voltado para a memória do povo, o qual pudesse ser um local para o convívio do povo, mas também objetivando expor para os não indígenas a sua história e a sua cultura. Albano Mutzie, pai de Nelson, foi uma das pessoas que expunha tal desejo, principalmente no sentido de se preocupar com que o legado e a memória dos mais velhos não se perdesse e pudesse ser acessada pelos jovens e pelas próximas gerações Rikbaktsa. A sua concepção inicial era no sentido da criação de um museu Rikbaktsa.

Conforme relatado por Soares e Teixeira (2022), a partir do compartilhamento dessa ideia com o secretário adjunto de cultura do município de Juína, foi concebido o projeto da Biblio-Óca. As primeiras tratativas, no campo das ideias, aconteceram no ano de 2017.

Nesse momento inicial, a articulação do secretário adjunto de cultura, juntamente a Nelson, foi fundamental para que o projeto começasse a ser organizado e discutido juntamente ao povo Rikbaktsa. Inclusive, a parceria e a atuação conjunta de lideranças com servidores municipais de Juína e estaduais do Mato Grosso se manteriam ao longo de todo o projeto.

O primeiro passo que possibilitou a concretização do projeto foi a inscrição realizada pelo Departamento de Cultura de Juína no “edital de iniciativas culturais da Rede Pontos de Cultura do Estado de Mato Grosso (Edital de seleção Nº 01/2019, de 27 de maio de 2019) para a captação de recursos para a construção da BiblioÓca” (SOARES; TEIXEIRA, 2022, p. 4). A inscrição foi organizada por lideranças Rikbaktsa e realizada por meio da Associação das Mulheres Rikbaktsa (AIMURIK). Nesse momento, a atuação de Nelson tanto na concepção do projeto como seus esforços para a concretização fora central.

Uma vez aprovado o projeto, ele foi discutido em fevereiro de 2020 na TI Erikpatsa, contando com a participação de lideranças Rikbaktsa, de servidores da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL) do estado do MT e também servidores da prefeitura de Juína. Na ocasião, uma reportagem jornalística divulgou a fala do secretário da SECEL:

Estamos muito felizes com esse projeto, pois será uma biblioteca pensada pelo povo indígena, com acervo sobre a cultura tradicional indígena e ribeirinha, e que terá ênfase nas histórias, na literatura e no conhecimento oral e escrito desses povos (COMUNIDADE..., 2020)¹¹³.

Nessa mesma reportagem, foi enfatizado o papel de Nelson enquanto liderança à frente da iniciativa, compartilhando suas palavras:

¹¹³ Reportagem intitulada “Comunidade de Juína ganhará primeira biblioteca comunitária indígena de Mato Grosso” veiculada pelo Jornal Online Expressão Notícias disponível em: <https://www.expressaonoticias.com.br/comunidade-de-juina-ganhara-primeira-biblioteca-comunitaria-indigena-de-mato-grosso/>. Acesso em: 12 set. 2020.

Vamos mostrar para sociedade que o povo indígena também é cultura, também é vida. Nós preservamos, cuidamos da terra, e tudo isso que fazemos com o maior cuidado e carinho é para a sociedade. Esperamos que as pessoas tenham essa compreensão ao divulgar nossa cultura e mostrar nosso espaço (COMUNIDADE..., 2020)¹¹⁴.

Nessas circunstâncias, a organização do projeto envolvia a participação de todo o povo Rikbaktsa, o qual, em consenso, aprovou a proposta da biblioteca. O planejamento da Biblio-Óca abrangia a participação do povo Rikbaktsa desde o seu início, com a construção do espaço pela comunidade nos moldes de sua arquitetura tradicional utilizada nas aldeias. Contudo, uma vez que a implementação do projeto estava ocorrendo ao longo do mês de fevereiro e do mês de março de 2020, a sua construção foi paralisada diante da irrupção da pandemia. Desse modo, para que a finalização da obra respeitasse os prazos previstos pelo projeto, ela foi concluída pela prefeitura de Juína.

Nesse cenário de conclusão de obras, a bibliotecária do município de Juína inscreveu a Associação AIMURIK em um outro projeto. Tal ação, descrita por Soares e Teixeira (2022), previu:

aquisição de acervo indígena para a biblioteca, mobiliário e impressão de todas as dissertações e teses que houvesse nas bases de dados a respeito dos Rikbaktsa. A associação Aimurik foi contemplada no Edital Nascente da Lei Aldir Blanc Estadual e com o recurso de R\$ 50.000,00 foram adquiridos ventiladores para o espaço, bebedouro e pouco mais de cem títulos para o acervo, sendo que de cada título foram adquiridos quatro exemplares para compor o acervo, além de impressas e encadernadas mais de cinquenta teses e dissertações sobre a etnia (SOARES; TEIXEIRA, 2022, p. 5).

Enquanto primeira Biblioteca indígena no estado do Mato Grosso, ela possui vinculação ao sistema de bibliotecas estadual. A estrutura da Biblio-Óca abrange um amplo pátio e a casa construída em madeira (Figura 47), no interior da qual fica o acervo de livros, inclusas as produções acadêmicas que abordam a etnia, conforme citado no excerto acima. A coleção de livros da biblioteca abrange também outras obras, com ênfase em “temas dos povos indígenas do Brasil, política indigenista e

¹¹⁴ Reportagem intitulada “Comunidade de Juína ganhará primeira biblioteca comunitária indígena de Mato Grosso” veiculada pelo Jornal Online Expressão Notícias disponível em: <https://www.expressaonoticias.com.br/comunidade-de-juina-ganhara-primeira-biblioteca-comunitaria-indigena-de-mato-grosso/>. Acesso em: 12 set. 2020.

questão ambiental em terras indígenas, bem como exemplares da literatura brasileira e mato-grossense” (SOARES; TEIXEIRA, 2022, p. 8). Alguns materiais na língua Rikbaktsa também estão disponíveis.

Figura 47 – Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa



Fonte: Rede Social Prefeitura de Juína, 2020¹¹⁵

No interior da casa, há também computadores com acesso à internet, os quais foram viabilizados por meio de doações oriundas de projetos e parcerias. Desse modo, a proposta da Biblio-Óca abrange essa interação dos livros físicos com os recursos digitais, os quais combinados amplificam os recursos para a pesquisa e para a educação (

Figura 48). A prática da leitura torna-se central, a qual é incentivada no âmbito escolar e também no âmbito familiar, com ênfase na leitura oral enquanto uma forma de alfabetização das crianças.

¹¹⁵ Imagem divulgada pela rede social Facebook da Prefeitura do município de Juína em 21 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/municipiodejuinamt/videos/887434192070607>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Figura 48 – Interior da Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa



Fonte: Rede Social Prefeitura de Juína, 2020¹¹⁶

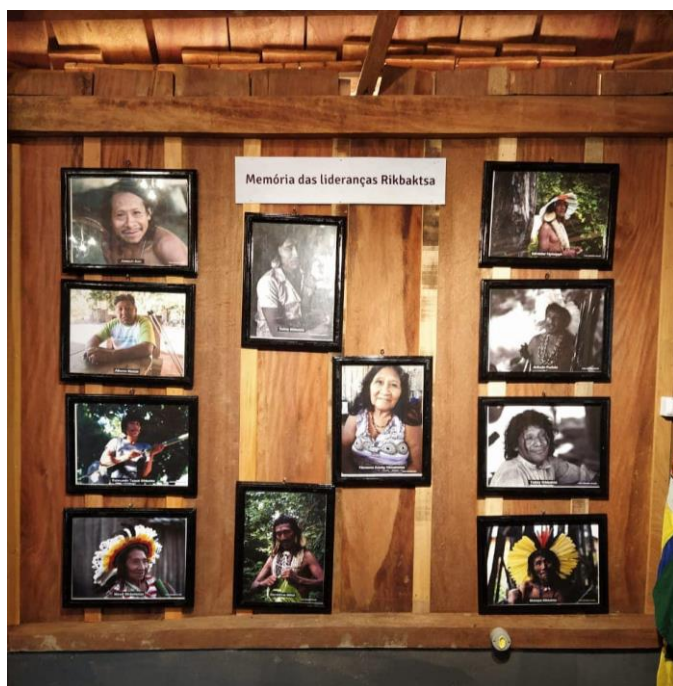
O espaço interno da Biblio-Óca também é dedicado à exposição de artesanatos Rikbaktsa, os quais são comercializados para turistas e demais possíveis interessados que venham a frequentar o local. Essa atividade é uma forma de privilegiar a importância do artesanato, o qual fica exposto aos visitantes e também por meio da renda gerada com a sua comercialização. A renda auxilia na própria manutenção do Biblio-Óca e também como forma de ampliar a autonomia financeira dos produtores, dentre os quais há um significativo número de mulheres.

Ainda no interior do espaço, há um mural intitulado “Memória das lideranças Rikbaktsa” (Figura 49), o qual é composto por retratos de lideranças já falecidas, dentre as quais destaco o retrato de Albano, pai de Nelson, e de Domingas, que faleceu em decorrência da covid-19. Além desse mural, há, na área externa, o painel com o retrato de Nelson e um texto em sua homenagem, conforme já apontado em

¹¹⁶ Imagem divulgada pela rede social Facebook da Prefeitura do município de Juína em 21 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/municipiodejuinamt/videos/887434192070607>. Acesso em: 30 mar. 2021.

tópico anterior. Também na área externa foi construído um redário literário, com redes dispersas, numa ação que privilegia a utilização do espaço por meio das permanências e das trocas.

Figura 49 – Memorial das lideranças Rikbaktsa no interior da Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa



Fonte: Instituto Kurâdomôdo¹¹⁷

¹¹⁷ Imagem divulgada pelo site do Instituto Kurâdomôdo em 29 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://kuradomodo.org/inaugurada-a-primeira-bibliocca-do-estado-do-mato-grosso/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Figura 50 – Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa



Fonte: Lopes (2020)¹¹⁸.

Devido ao contexto da pandemia, a inauguração da Biblio-Óca ocorreu somente em 19 de dezembro de 2020, em um evento que contou com a participação dos idealizadores e de parte do povo Rikbaktsa. Na inauguração, realizada cinco meses após o falecimento de Nelson, o espaço foi inaugurado como Biblio-Óca Nelson Mutzie, em sua homenagem. Tal homenagem se justificou pela importância de Nelson enquanto liderança Rikbaktsa, mas, principalmente, pelo reconhecimento da sua atuação frente a todo o processo que possibilitou a concretização da Biblio-Óca. Na placa que vincula ao Sistema Municipal de Bibliotecas de Juína, o nome é referenciado como “Biblioteca Comunitária Indígena – Biblio-Óca Nelson Mutzie”, enfatizando que a realização foi concretizada pela Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa (AIMURIK) e pela Associação do Povo Indígena Rikbaktsa (ASIRIK). Já na placa localizada na entrada do espaço, é ressaltado que a Biblio-Óca é um ponto de cultura da cidade, nomeando o espaço como Biblio-Óca Nelson Mutzie, ainda especificando: Leitura, Cultura, Artesanato, História e Memória do Povo Indígena Rikbaktsa.

¹¹⁸ Foto: Davison Rafael. Reportagem intitulada: “Primeira biblioteca indígena de MT é inaugurada com livros históricos e artesanatos”. Jornal G1 MT, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/12/22/primeira-biblioteca-indigena-de-mt-e-inaugurada-com-livros-historicos-e-artesanatos.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Para a gestão da Biblio-Óca, foi criada a Associação Cultural e Educativa Biblio-Oca do Povo Rikbaktsa (ACEBRIK). Por meio dessa organização jurídica, as ações para a manutenção do espaço são desenvolvidas, ressaltando também a movimentação contínua em busca de novos projetos e em ampliar as atividades desenvolvidas no seu interior. Ao apresentar o nome da ACEBRIK, saliento como o nome do espaço possui algumas variações, contudo, em todas as versões mantém o eixo central a partir no nome Biblio-Óca.

Uma das atividades desempenhadas pela Biblio-Óca que merece destaque se refere ao “I Seminário Virtual: Biblio-Óca Biblioteca do Povo Indígena Rikbaktsa: Tecendo fios, fazendo redes”. O seminário foi realizado ao longo de três dias em março de 2022 e teve como público-alvo as turmas locais de Ensino Médio, a juventude Rikbaktsa, pesquisadores da temática indígena e demais povos indígenas da região noroeste do MT. Organizado pela ACEBRIK, em parceria com a Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), o seu foco foi contemplar os trabalhos de pesquisadores acadêmicos, indígenas e não indígenas, que já desenvolveram pesquisas abrangendo os Rikbaktsa e também privilegiar os conhecimentos de anciãos Rikbaktsa. Nesse formato, foram realizadas trocas de saberes em um espaço que valorizou os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos Rikbaktsa, inclusive no sentido de esse modelo permitir aos Rikbaktsa escutar dos pesquisadores sobre suas pesquisas e analisar como se reconhecem ou não nessas perspectivas externas.

Figura 51 – Cartaz de divulgação do I Seminário Virtual da Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa

I SEMINÁRIO VIRTUAL:
BIBLIO-ÓCA
BIBLIOTECA DO POVO
INDÍGENA RIKBAKTSA:
Tecendo fios, fazendo redes.

17 de Março (1º dia quinta-feira)	18 de Março (2º dia sexta-feira)
13H ABERTURA DO EVENTO	13H ABERTURA DO EVENTO
13H30 CIRCUITO DE PALESTRAS	13H30 CIRCUITO DE PALESTRAS
16H30 MOMENTO PERGUNTAS E RESPOSTAS	16H30 MOMENTO PERGUNTAS E RESPOSTAS
17H ENCERRAMENTO DO DIA E AVISOS	17H ENCERRAMENTO DO DIA E AVISOS

19 de Março (3º dia sábado)
8H ABERTURA DO 1º PERÍODO DO EVENTO
8H30 CIRCUITO DE PALESTRAS
11H MOMENTO PERGUNTAS E RESPOSTAS
11H30 HORARIO DE ALMOÇO
13H ABERTURA DO 2º PERÍODO DO EVENTO
13H30 LANÇAMENTO DO LIVRO DIGITAL: A ETNOMATEMÁTICA COMO ELO ENTRE A PEDAGOGIA RIKBAKTSA E O ESPAÇO ESCOLAR
14H FALA DOS ANCIÃOS E ANCIÃS
17H ENCERRAMENTO DO DIA E AVISOS

APOIO CULTURAL:
 Biblio-Óca ACEBRİK UNEMAT

APOIO FINANCEIRO:
 INDIENAS DO MATO GROSSO MT Mato Grosso

Fonte: Rede social Biblio-Óca¹¹⁹

É esta uma das estratégias adotadas para ocupar a academia, em um formato que não permite mais se falar sobre sem a presença. A Biblio-Óca passa a significar, também, esse espaço de trocas e que possibilita a devolução física das obras produzidas com ou sobre a etnia. A construção dos conhecimentos perpassa a possibilidade da leitura crítica do que já fora produzido, em um papel agente e não somente como expectador.

Outra atividade relacionada com a Biblio-Óca remete à atuação do grupo de pesquisa intitulado “Grupo de Estudos da cultura Rikbaktsa”. O grupo foi criado em 2021 e conta com a participação de pesquisadores/as e professores/as de distintas instituições de ensino, tais como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) Campus Juína, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), bem como da rede municipal e da rede estadual de ensino do município de Juína. Professores/as e alunos/as indígenas Rikbaktsa e membros da Associação ACEBRİK também participam do grupo. Ainda, destaco que integro o grupo enquanto pesquisadora, tendo este sido um espaço profícuo de trocas no tocante à pesquisa que origina esta tese.

¹¹⁹ Cartaz divulgado pelas redes sociais da Biblio-Óca durante o mês de março de 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/Bibliocarikbaktsamt>. Acesso em: 29 mar. 2022.

O grupo de pesquisa realiza reuniões virtuais com periodicidade mensal e, ao longo do ano de 2023, organizou um livro que foi publicado em formato impresso e digital no mês de novembro do referido ano. A obra intitulada “Rikbaktsa: preservando a herança de um povo guerreiro” (Oliveira, 2023) abrange uma coletânea de artigos científicos, relatos de experiências e crônicas dos integrantes do grupo. Um dos compromissos assumidos se refere à entrega de versões impressas à Biblio-Óca, possibilitando o acesso pela comunidade, reiterando a importância do espaço e o compromisso dos/as pesquisadores/as com o povo Rikbaktsa.

Além da Biblio-Óca ser um espaço pensado para o usufruto de todo o povo Rikbaktsa, enquanto local de convívio e celebração de atividades, a biblioteca é aberta para o público em geral. Um dos objetivos dessa abertura é em razão da compreensão de que, muitas vezes, o preconceito da sociedade envolvente vem da falta de conhecimento no tocante à diversidade dos povos indígenas no cenário brasileiro. Nesse âmbito, a Biblio-Óca preza por ser um espaço de inspiração para a difusão de pesquisas e para a ampliação de espaços como esse pela Amazônia, e Brasil, afora¹²⁰.

Cabe ressaltar que, se em um primeiro momento, a Biblio-Óca se configurou enquanto um espaço utilizado com restrições, devido aos protocolos de enfrentamento à covid-19, com o passar do tempo e a melhora do cenário pandêmico, a Biblioteca se tornou um espaço vivido e de trocas, seja entre os Rikbaktsa ou, então, com a sociedade envolvente. A conquista e a manutenção do espaço são vistas como algo muito positivo e inspirador. O encontro com a história, com a memória, seja através dos livros ou através do encontro visual com os retratos das lideranças, cumpre com sua proposta de rememorar o legado dos que já se foram. O formato da Biblio-Óca

¹²⁰ No que concerne à Biblio-Óca ser uma inspiração e um exemplo a ser difundido, ressalto a relevância de o projeto ser noticiado nas mídias. Nessa direção, apresento algumas das reportagens jornalísticas divulgadas em formato digital. Disponíveis em: <https://metrofmjuina.com.br/noticia/2640/bibliooca-e-inaugurada-no-distrito-de-fontanilhas>; <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/12/22/primeira-biblioteca-indigena-de-mt-e-inaugurada-com-livros-historicos-e-artesanatos.ghtml>; <https://www.expressaonoticias.com.br/comunidade-de-juina-ganhara-primeira-biblioteca-comunitaria-indigena-de-mato-grosso/>; <https://www.leiagora.com.br/entrete/966/primeira-biblioteca-indigena-de-mt-preserva-memoria-do-povo-rikbaktsa>; <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/02/08/bibliooca-deve-ser-construida-com-objetivo-de-preservar-os-valores-indigenas-em-mt.ghtml>; <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/12/28/primeira-biblioteca-indigena-de-mt-possibilita-difusao-de-conhecimento-e-vivencias.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2021.

possibilita, inclusive, dar um passo adiante. O convívio entre distintas gerações e as trocas de saberes do povo com pesquisadores/as originam novas perspectivas, as quais traçam caminhos para o cotidiano vivenciado e também para as gerações vindouras.

5.4 As resistências a partir dos lutos e das lutas

A concretização dessas ações e homenagens a Nelson significa dar visibilidade a sua trajetória, ressignificando suas vivências e seus legados após sua morte. A noção de memória é central, pensando na memória da pessoa Nelson por meio de suas ações bem como no seu papel enquanto liderança proeminente do povo Rikbaktsa. Desse modo, a organização das homenagens e as falas rememorando sua trajetória se tornaram ações cruciais dentre as estratégias para o enfrentamento da pandemia pelo povo Rikbaktsa. E, a partir do momento no qual a pandemia estava “controlada”, novas possibilidades surgiram, na continuidade das lutas e na ressignificação e respeito ao que fora construído pelos que vieram antes. Nelson, apesar de ter partido jovem, se transforma nessa referência. Sua biografia segue iluminando caminhos e possibilidades. A Biblio-Óca é exemplar nessa construção, uma vez que seu espaço permite acessar o que já fora escrito, com a importância tanto dos materiais na língua portuguesa como na língua Rikbaktsa, além das trocas entre as pessoas tanto no redário literário como com a utilização dos computadores e da internet. Soma-se, ainda, a importância que o espaço dedica à memória das lideranças por intermédio de registros fotográficos e artefatos culturais. São distintos elementos que postos lado a lado fortalecem as lutas e a própria existência do povo Rikbaktsa.

De modo geral, as ações empreendidas pelo povo Rikbaktsa e parceiros convergem com o posicionamento de Krenak (2020, p. 85), ao afirmar que tenta “compartilhar a mensagem de um outro mundo possível. Para combater esse vírus, temos de ter primeiro cuidado e depois coragem”. Podemos pensar como essa estratégia se fortalece desde a trajetória de Nelson, na qual fica evidente que as suas palavras são amplificadas, em um primeiro momento, na luta contra a covid-19, ou seja, com atenção ao “cuidado”. Em um segundo momento, a partir da “coragem”,

novas lutas são empreendidas, mesmo que sendo necessário lidar com o luto e com a perda irreparável de vidas.

Esse capítulo possibilitou analisarmos as resistências empreendidas pelos Rikbaktsa em um diálogo com questões discutidas nos capítulos anteriores bem como a partir de uma análise de como essas resistências podem ser pensadas a partir de uma visibilidade imagética. Desse modo, a partir dos encontros etnográficos e seus desdobramentos, retomo como as imagens compreendem ênfases dessas distintas resistências que permeiam o cotidiano Rikbaktsa. As imagens, tanto no caso dos percursos do retrato fotográfico de Nelson como no caso de outras imagens, nos proporcionam compreender a potencialidade e a criatividade desse formato, o qual também é político. Nesse ponto, pondero suas relações com as lutas pelo direito de existir. Como contribuição para esse contexto, a ideia de “reexistência”, a qual amalgama resistência e existência em uma só palavra devido ao modo como a resistência é também uma luta pela existência, partindo das considerações de Grunvald (2019) bem como a noção de “re-existencia”, a partir da proposição de Achinte (2012) e das colaborações de Walsh (2009), são uma especial inspiração nessa discussão.

Ao longo desse trabalho, a reexistência – ou re-existência –, no sentido amalgamado de existir e resistir, irradia desde a importância de vivenciar o luto e de preservar um espaço para a memória. Ao mesmo tempo, entretanto, é necessário seguir em frente e se reinventar, se reconstruir. Esse movimento duplo se fortalece e, ainda, nos permite compreender os distintos contornos das lutas engendradas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa tese, objetivei analisar quais são as lutas empreendidas pelos Rikbaktsa e das suas especificidades e subjetividades. Um primeiro aspecto apresentado enquanto resultado se refere ao modo como as lutas ocorrem entrelaçadas. Apesar de múltiplas, foi possível acessar algumas dessas lutas a partir de uma pesquisa etnográfica cujo rigor metodológico é pautado na centralidade das relações estabelecidas. Com essa prioridade, privilegiei abordar aspectos das lutas pela terra, pela saúde e pela existência. Considero essas como as três grandes lutas empreendidas pelos Rikbaktsa no cenário contemporâneo, contudo, em uma linearidade implicada no contexto histórico e, igualmente, voltada para os devires. Analiso, então, como as lutas descritas são construídas nos encontros, a partir dos quais são possibilitadas as colaborações e também elaborações.

Outro resultado central da pesquisa corresponde à constatação de que contar a história de Nelson Mutzie Rikbaktsa foi o ponto de partida, mas também o percurso desse trabalho. Com essa noção em prioridade, considero que a trajetória de Nelson traz consigo a trajetória coletiva do povo Rikbaktsa e, em alguns contextos, extrapola para a trajetória dos povos indígenas no cenário nacional. Evidenciar a biografia de Nelson enquanto liderança indígena possibilitou adentrar as esferas das lutas de um modo profundo e ao mesmo tempo particular. Esse esforço viabilizou compreender a indissociabilidade das lutas entrelaçadas à biografia de Nelson, convergindo enquanto as linhas mestras para recontar a própria história dos Rikbaktsa e revelar as intensidades do período pandêmico em sua história recente.

A tese só não leva no título o nome de Nelson por uma compreensão de que, para ele, o que estava em questão era o destino de seu povo. Para um/a leitor/a não indígena, seria dar uma “falsa pista” de que ele teria uma centralidade que, a meu ver, corresponde a uma luta que definiu sua trajetória e o conectou inteiramente ao devir dos Rikbaktsa. Sem dúvida, por meio de Nelson, tudo faz sentido e é importante indagar sobre essa e outras trajetórias de lideranças que fazem história no Brasil.

Considero que abranger a biografia de Nelson enquanto elemento central ao longo desse trabalho permitiu lidar com o desafio e com o impacto de delinear um campo de pesquisa enquanto irrompia e transcorria a pandemia de covid-19, a qual tomou proporções que não puderam ser negligenciadas. Nessa direção, a observação

dos lutos somou-se ao objetivo inicial de analisar as lutas empreendidas. À vista disso, os lutos vivenciados e as formas próprias como estes se vinculam às lutas revelam estratégias agentivas de resistência e, também, de existência. Portanto, é impossível pensar nesta biografia sem evidenciar o quanto ela repercute na vida dos indígenas e nos desenhos de políticas sociais que o mundo não indígena reserva aos povos originários no Brasil.

A apresentação destes resultados nesse formato só é possível ao elencar como estes foram sendo aprofundados ao longo dos capítulos dessa tese. Ou seja, a organização dos capítulos priorizou abordar as lutas empreendidas e a biografia de Nelson de modo transversal. Isso posto, apesar de algumas lutas terem maior descrição em alguns capítulos e outras lutas em capítulos outros, a percepção de que estas são profundamente interconectadas e que, ao conhecer detalhes de uma luta, estamos compreendendo aspectos que reverberarão nas demais lutas é central.

Com essa compreensão em primazia, enfatizei como tal pesquisa se originou dos encontros juntamente aos Rikbaktsa, principalmente através da interlocução com Nelson. Tal percepção se fez fundamental para a compreensão do delineamento da pesquisa etnográfica, alicerçada em contribuições de uma antropologia colaborativa e de uma antropologia compartilhada bem como dos atravessamentos impostos pelo contexto pandêmico. Nesse âmbito, o discurso de povo guerreiro, oriundo de um cenário de confrontos com outros povos e com não indígenas quando dos primeiros contatos, igualmente, fundamenta as ações contemporâneas adotadas em defesa dos seus direitos e dos seus modos de vida, o que ocorre cotidianamente.

No que tange aos processos demarcatórios das três TIs do povo – Erikpatsa, Japuira e Escondido – vinculados à sua territorialidade, foi possível perceber como, apesar das marcas causadas pela prática missionária tutelar, a retomada da autonomia foi sendo paulatinamente reforçada. Enfatizei acerca do direito do povo Rikbaktsa enquanto povo originário à terra. Nesse cenário, analisei como as três Terras Indígenas do povo Rikbaktsa podem ser classificadas enquanto ilhas, o que se torna visualmente perceptível a partir da análise de imagens cartográficas da região.

Acerca das formas de vivenciar a territorialidade e o território, as quais são plurais, pontuei como elas se vinculam às tradições, às festas e aos rituais Rikbaktsa, enfatizando como as grandes festas caracterizam a socialidade Rikbaktsa e se vinculam à organização social a partir das metades clânicas. Destaquei como a

mobilidade pelo território é o próprio modo organizacional e social Rikbaktsa. A isso, soma-se o fato de o conhecimento contemporâneo e histórico da terra ser a base a partir da qual é possível defendê-la e experienciá-la.

Nessa direção, abordei como a luta pela saúde igualmente se vincula à luta pela terra. Para tal compreensão, iniciei pela análise do papel antropológico no contexto pandêmico, ressaltando os desafios, mas também as possibilidades e contribuições a partir da antropologia médica e da saúde e dos estudos críticos à saúde global. Enfatizei como, ao vivenciar uma pandemia de dimensões catastróficas, é preciso analisar aspectos de uma ordem global e também aspectos locais, sendo fundamental a produção de conhecimentos localizados. Ressaltei a necessária primazia das ciências no enfrentamento à pandemia. Com isso em prioridade, o papel da antropologia no campo da saúde se vincula ao compromisso etnográfico juntamente aos povos e grupos pesquisados. Na sequência, dialogando com Biehl (2021), propus ser possível concretizar uma leitura do momento pandêmico bem como de intervenção nele, compreendendo que o coronavírus suscitou visibilidade às desigualdades sociais, apesar destas não necessariamente serem observadas de modo homogêneo.

No tocante à saúde, outro eixo igualmente central concerne às lutas pela saúde e pela existência no âmbito da saúde indígena no cenário brasileiro. À vista disso, descrevi como a saúde indígena começou timidamente a ser pautada na esfera pública, até a criação e atuação da Secretaria da Saúde Indígena no ano de 2010. Concomitante a isso, elenquei como a constituição de organizações sociais indígenas ocorreu a partir da década de 1990, sendo fortalecida desde então, com ênfase na constante mobilização e articulação a nível nacional dos povos indígenas. Como resultado, contemporaneamente, é inquestionável a importância do protagonismo indígena em todas as esferas, principalmente para a elaboração e execução de políticas públicas. No tocante à saúde indígena a partir do contexto Rikbaktsa, descrevi atuações pontuais de Nelson no âmbito da construção e defesa da saúde indígena, ponderando como tais atuações exemplificavam as várias lutas em meio a saúde indígena.

Adentrando ao contexto vivenciado pelos povos indígenas com a irrupção da pandemia de covid-19, sublinhei como a pandemia revelou as limitações das políticas públicas. Contudo, por outro lado, as resistências estiveram presentes de diversos

modos na luta pela defesa da vida e dos direitos dos povos indígenas, enfatizando como o ativismo indígena foi fundamental para que as consequências da covid-19 não fossem ainda mais devastadoras. Entre os Rikbaktsa, descrevi a respeito das estratégias viabilizadas por meio de suas próprias iniciativas. Abrangi a atuação de Nelson na linha de frente no combate à covid-19, tanto na conscientização acerca da gravidade dos riscos do contágio como na articulação para que todas as aldeias e famílias tivessem garantido o acesso a recursos básicos necessários. Especifiquei como perante a triste conjuntura frente ao falecimento de Nelson, as ações que haviam sido iniciadas por ele foram continuadas, em um cenário que mesclou o luto às lutas.

No tocante à biografia de Nelson, propus um mergulho a elementos da sua trajetória, buscando interligar diferentes vivências nos diferentes mundos que Nelson habitou. Ou seja, se ao longo de toda a tese as atuações de Nelson foram um pano de fundo conector, em determinado momento, o que ocorreu ao longo do capítulo quatro, priorizei contar a sua história biográfica. Desse modo, apresentei elementos da sua história conforme eles me foram apresentados pelo próprio Nelson, sublinhando que se tratava de conhecimentos situados (HARAWAY, 1995) acessados a partir da nossa relação. Por conseguinte, abordei os percursos de Nelson no tocante à sua relação com a Saúde Indígena, salientando como a sua trajetória se misturara à própria trajetória da saúde indígena. Descrevi como sua postura assertiva, fruto de muito conhecimento e de preparo técnico, e sua fala potente, vinculada ao *ethos* guerreiro Rikbaktsa, se mesclava à sua ternura e à sua risada fácil. Com essas características, despontava a sua atuação, a partir da qual frisei a relevante ocupação de espaços públicos concretizada enquanto uma forma de a autonomia indígena perpassar a atuação no interior dos mecanismos governamentais. Descrevi como seu pertencimento étnico pautava suas ações, mesmo quando era necessário fisicamente estar distante do território Rikbaktsa. Desse modo, sua “trajetória política” e sua “postura de representante indígena”, assim por ele denominadas, abrangiam as demandas dos povos indígenas como um todo e especificamente do seu povo. Frisei, ainda, como a luta pela terra assumia novos formatos por meio da sua atuação, a exemplo da luta contra violações e ameaças às Terras Indígenas.

A respeito da visibilidade de Nelson enquanto liderança Rikbaktsa, propus, a partir da contextualização de um retrato etnográfico concretizado em campo no ano

de 2019, analisar elementos arraigados ao seu pertencimento étnico. A fotografia foi, então, problematizada abrangendo a performance, tanto estética como política, perpetuada por Nelson, mas também enquanto performativa. Nessa direção, apesar de ser uma imagem, considere que esse é um modo de narrar a si próprio. Em outras palavras, de sua autobiografia em ato.

No que tange aos lutos vivenciados em decorrência do falecimento de Nelson, problematizei como a justaposição entre lutos e lutas remete à vinculação entre resistências, existências e agências, em um ir e vir que possibilitou a compreensão desses processos. Ainda, a partir dos distintos caminhos percorridos pelo retrato fotográfico de Nelson e da vinculação às diversas homenagens concretizadas em sua memória, observei como estas podem ser analisadas enquanto distintas formas de experienciar o luto. Nessa direção, a partir da noção de pessoa distribuída (GELL, 2018), ponderei a respeito de como sua pessoa sobreviveu ao seu corpo físico. Ou seja, mesmo após o falecimento de Nelson, sua pessoa continuou reverberando, o que ocorreu a partir da compreensão da sua agência. Nessa direção, elenquei um significativo exemplo dessa reverberação a partir da concepção e concretização do projeto referente à Biblio-Óca, a biblioteca do povo Rikbaktsa. A partir de uma idealização com a articulação chave de Nelson, sua inauguração após seu falecimento vislumbrou esse espaço de trocas e de construção coletiva de conhecimentos, almejando ser também uma inspiração para a ampliação de espaços como esse pelo Brasil. A Biblio-Óca é, ainda, uma possibilidade de compreender os princípios da antropologia compartilhada, uma vez que sua atuação se baseia nessa premissa de construção conjunta do conhecimento.

A partir dessas considerações, assinalo como o modo de viver Rikbaktsa só existe se a vida na sua totalidade for respeitada, o que inclui animais, plantas, seres outros numa visão onde humanidade e natureza não são opostas. Uma vez compreendidas as nuances envolvidas nessa afirmação, é possível também compreender como as lutas empreendidas pelos Rikbaktsa impõe uma postura de defesa constante a esses elementos. Contudo, saliento como as lutas são múltiplas e podem ter enfoques distintos ou mesmo divergentes. Por esse motivo, essa pesquisa não almejou desvendar essas lutas na sua totalidade, mas sim descrever algumas dessas lutas empreendidas a partir de encontros efetivos, expondo suas especificidades e singularidades.

Rememorar as linhas gerais dos capítulos dessa tese tal qual a sequência apresentada me permite fazer uma consideração até então não elencada. Quando as temáticas são justapostas, tornam-se perceptíveis as formas como vivências passadas são lembradas e ressignificadas contemporaneamente. Analiso tal contexto a partir do vislumbre do *ethos* guerreiro Rikbaktsa. Em um contexto histórico, essa característica era externamente pensada enquanto uma condição de “índios bravos”, dialogando com Pacini (1999). Contudo, internamente entre os Rikbaktsa, tal característica sempre foi compreendida enquanto uma força. Desse modo, considero que essa força, inerente à organização política e social Rikbaktsa, se refere ao reconhecimento da autonomia do povo e das suas lutas empreendidas.

É a partir dessa compreensão que ressalto o protagonismo perpetuado. São muitos os protagonistas que permanecem nesse campo, mesmo em suas ausências físicas. Um protagonismo que se constrói respeitando a memória e ressignificando as vivências dos que vieram antes. O luto e a luta se retroalimentam, atentando para as nuances postas lado a lado da força guerreira Rikbaktsa e do afeto nas relações, um afeto, muitas vezes, externalizado em ações jocosas. Quando é preciso lutar, falar forte e se impor, isso é feito com a seriedade necessária. Contudo, esses momentos se unem à importância das relações sociais, ponderando acerca da necessidade de seguir em frente e honrar os caminhos de seus parentes, nas relações contemporâneas e daqueles que já se foram para a aldeia ancestral.

No caso da história de Nelson, isso é concebido a partir da importância de vivenciar o luto, contudo, seguindo em frente e se reinventando e se reconstruindo. Inclusive, o ir e voltar na trajetória de Nelson, ou no modo como sua história é contada, permite evidenciar os seus circuitos agentivos, seja por meio das ações, das lembranças ou das fotografias. Percorri o campo por meio de imagens que ora eu captava, ora tomavam seus próprios caminhos. Dialogando com Gell (2018), temos uma objetificação das relações sociais. Reitero o modo como as ações de Nelson, em diferentes escalas e contextos, produziu e ainda produz efeitos, ou seja, são performativas.

Ao longo da concretização dessa pesquisa etnográfica, foi fundamental compreender os distintos afetos, afetações, memórias, materialidades, emoções, histórias, lutos e lutas entrecruzadas. No que se refere à minha posição de pesquisadora quando do falecimento de Nelson em meio à pandemia, reitero que

somente após um primeiro momento sem proferir palavras e com a assimilação do sentimento de incredulidade sobre o ocorrido, consegui mensurar tudo o que estava em jogo.

Nessas linhas finais, convido o/a leitor/a a compreender minha posição enquanto pesquisadora de um modo um tanto singular: a partir de uma inspiração transposta imagetivamente. Quando estava em campo no ano de 2019, na aldeia União, ganhei dois colares de presente de Maria Elisa, mãe de Nelson. Um desses colares é feito de uma semente vermelha, o qual é usualmente utilizado juntamente a outros colares. O segundo colar é feito de uma semente preta. Quando Maria Elisa me entregou, explicou que esse já não é tão rotineiramente utilizado, e que o preto acaba dando uma ideia de luto. Ao lembrar esse episódio e olhar para ambos os colares, percebo a simbologia do colar vermelho entrelaçado ao colar preto. É o entrelaçamento entre o luto, a luta e a vida, existência. Tal inspiração só é possível ao descrever a força que é acompanhar experiências vividas.

Figura 52 – Colares entrelaçados – 2023



Fonte: acervo pessoal.

Por fim, saliento a necessidade de pensar nos caminhos vindouros. Pondero como futuras pesquisas, por pesquisadores/as indígenas e não indígenas, poderão ampliar os espaços que dialoguem com o protagonismo indígena. Atrelado a isso, se dá a importância de as pesquisas serem difundidas, priorizando as contribuições das distintas áreas do saber em parceria. As articulações caminham para uma ciência imbricada aos interesses e agências indígenas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Carolina. GRUNVALD, Vi. Montagem, teatro antropológico e imagem dialética. In: BARBOSA, Andréa. CUNHA, Edgar Teodoro da. HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. NOVAES, Sylvia Caiuby (org.) **A experiência da imagem na etnografia**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2016.

ACHINTE, Adolfo Albán. Epistemes “otras”: ¿ epistemes disruptivas? **Revista Kula**, [s. l.], v. 6, p. 22, 2012. Disponível em: https://www.revistakula.com.ar/wp-content/uploads/2014/03/KULA_6_INTERIOR.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Os Rikbaktsa**: mudança e tradição. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2019.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Rikbaktsa, os canoeiros do Rio Juruena. **Margem**, São Paulo, n. 17, p. 99-102, 2003.

ATHILA, Adriana Romano. “Dentro da Casa dos Homens”: sobre topologias rituais e os dilemas de uma etnóloga em campo. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, [s. l.], v. 20, n. 2, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/1020/1747>. Acesso em: 09 maio 2019.

ATHILA, Adriana Romano. A “Caixa de Pandora”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 710-743, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/issue/download/11349/1731>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ATHILA, Adriana Romano. **Arriscando corpos**: permeabilidade, alteridade e as formas de socialidade entre os Rikbaktsa (Macro-Jê) do Sudoeste Amazônico. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BARRETO, João Paulo Lima; MENDES, Gilton. De peixes e homens: por uma outra antropologia. **Les Temps Modernes**, [s. l.], v. 5, p. 158-163, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/download/132068/128285/252530>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BIEHL, João. Antropologia no campo da saúde global. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 257-296, jan./jun., 2011. <https://www.scielo.br/j/ha/a/twDHCzCdqq6dXRhV5BLxkSy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2020.

BIEHL, João. Descolonizando a saúde planetária. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 337-359, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/mYh65g7LyMWLJhfP9XvcTnn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28 abr. 2021.

BIEHL, João. Patient-Citizen-Consumers: Judicialization of health and metamorphosis of biopolitics. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 98, p. 77-105, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/M7PqJKCvpMch8YCqgRZpXwM/?lang=en#>. Acesso em: 09 set. 2020.

BIEHL, João. **Will to live: AIDS therapies and the politics of survival**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

BIEHL, João; PETRYNA, Adriana. **When people come first**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto de 8 de setembro de 1998**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Escondido, localizada no Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1998/dnn7299.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Anexo LXXII: Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm#anexo72. Acesso em 24 mai. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 386, de 24 de dezembro de 1991**. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Japuira, no Estado do Mato Grosso. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-386-24-dezembro-1991-449582-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 398, de 24 de dezembro de 1991**. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Erikpatsa, no Estado de Mato Grosso. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-398-24-dezembro-1991-449615-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 63.368, de 8 de outubro de 1968**. Cria as Reservas Indígenas que discrimina, no estado do mato grosso. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63368-8-outubro-1968-404774-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 92.011, de 28 de novembro de 1985.** Declara de ocupação dos indígenas, área de terras que menciona no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D92011.html. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Instrução Normativa No - 2, de 27 de março de 2015.** Brasília, DF: Fundação Nacional do Índio, 2015. Disponível em: <http://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/IN-02-15-Licenciamento-Ambiental.pdf>. Acesso em 06 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020.** Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.021-de-7-de-julho-de-2020-265632745>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022.** Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14402.htm. Acesso em: 7 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 668, de 01 de novembro de 1996.** Declara de posse permanente dos índios a Terra Indígena Escondido. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 1996. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/RKD00003.pdf>. Acesso em 25 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Justiça; Ministério da Cultura; Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Justiça; Ministério da Cultura; Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_Interministerial_60_de_24_de_marco_de_2015.pdf. Acesso em 12 jun. 2019.

BRITO, Carolina Arouca Gomes de. LIMA, Nísia Trindade. Antropologia e medicina: assistência à saúde no Serviço de Proteção aos Índios (1942-1956). *In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 8, n. 1, p. 95-112, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/XMSpkjMkMTYQ4QTnC5RdMqC/>. Acesso em 04 maio 2021.

CAMPOS, Marden Barbosa de. ESTANISLAU, Bárbara Roberto. Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista. **R. bras. Est. Pop.**,

Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 441-449, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/3zLJYh77RX3KQWgRxMfBjJF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Mal-Estar da Ética na Antropologia Prática. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (Org.). **Antropologia e Ética: O debate Atual no Brasil**. Rio de Janeiro: ABA/EdUFF, 2004. p. 21-32.

CARRARA, Sérgio. As Ciências Sociais e a Saúde Coletiva frente à atual epidemia de ignorância, irresponsabilidade e má-fé. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 66-68.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CASTRO, Rosana. Necropolítica e a corrida tecnológica: notas sobre ensaios clínicos com vacinas contra o coronavírus no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, p. 71-90, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/zSJgZQVLxxF5cwZGYtLKZyS/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.

CENSO demográfico 2010. IBGE, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 8 maio 2023.

CENSO demográfico 2022: Indígenas: Primeiros resultados do universo. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>. Acesso em: 12 ago. 2023.

COMUNIDADE de Juína ganhará primeira biblioteca comunitária indígena de Mato Grosso. **Jornal Online Expressão**, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www.expressaonoticias.com.br/comunidade-de-juina-ganhara-primeira-biblioteca-comunitaria-indigena-de-mato-grosso/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CUXI, Joel; HERBETTA, Alexandre. A Imagética Mehi: reflexões iniciais sobre imagens Cupe e imagens Krahô. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/42993/21538>. Acesso em: 28 ago. 2021.

DAS, Veena. Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-26>. Acesso em: 13 ago. 2020.

DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 23-45, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/yFVLXtKkcyTLBYhYc8Hd8XN/#>. Acesso em: 17 maio 2020.

DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva. **A cosmopolítica da gestação, do parto, e do pós-parto**: práticas de autoatenção e processo de medicalização entre os índios Munduruku. Brasília: Paralelo, 2015.

DORNSTAUDER, João Evangelista. **Como pacifiquei os Rikbaktsa**. São Leopoldo: Insituto Anchieta de Pesquisas, 1975.

ECOPLAN ENGENHARIA LTDA. **Estudo do Componente Indígena (ECI)**: Povo Rikbaktsa (Versão 20 de março de 2020). Elaboração de Estudos Ambientais, Supervisão e Gerenciamento Ambiental para Implementação e Pavimentação da Rodovia BR-174, no Segmento de Castanheira – Colniza – MT. Contrato 113/2014/00/00. Porto Alegre, 2020.

EDWARDS, Elizabeth. Rastreado a fotografia. In: BARBOSA, A. *et al.* (Org.). **A experiência da imagem na etnografia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

FABIAN, Johannes. The other revisited: Critical afterthoughts. **Anthropological Theory**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 139-152, 2006.

FARMER, Paul. **Haiti After the Earthquake**. New York: PublicAffairs, 2012.

FASSIN, Didier. **When Bodies Remember**: experiences and politics of AIDS in South Africa. Berkeley: University of California Press, 2007.

FAUSTO, Carlos. **Inimigos fiéis**: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo, Edusp, 2001.

FERNANDES, Adriana. Coronel vírus Chegou: Notas etnográficas sobre a Covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana**. Rio de Janeiro, n. 35, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sex/n35/1984-6487-sex-35-7.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

FERREIRA, Luciana Benevides. PORTILLO, Jorge Alberto Cordón. NASCIMENTO, Wanderson Flor do. A Criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 7, n. 4, 2013. <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1419>. Acesso em: 06 mar. 2021.

GAMA, Fabiene de Moraes Vasconcelos. Antropologia e fotografia no Brasil: O início de uma história (1840-1970). **GIS: gesto, imagem e som**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 82-113, 2020.

GAMA, Fabiene de Moraes Vasconcelos. Sobre emoções, imagens e os sentidos: estratégias para experimentar, documentar e expressar dados etnográficos. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, [s. l.], v. 15, n. 45, p.116-130, 2016.

GARNELO, Luiza; LANGDON, Jean. A antropologia e a reformulação das práticas sanitárias na atenção básica à saúde. *In: Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 133-156.

GELL, Alfred. **Arte e Agência: uma teoria antropológica**. São Paulo: Ubu Editora, Coleção Argonautas, 2018.

GRANADA, Daniel. A gestão da pandemia do Coronavírus (Covid 19) no Brasil e a necropolítica: Um ensaio sobre uma tragédia anunciada. **Boletim n.15 - Ciências sociais e coronavírus**, [s. l.], n. 15, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/redecovid19humanidades/index.php/br/a-gestao-da-pandemia-do-coronavirus-covid-19-no-brasil-e-a-necropolitica-um-ensaio-sobre-uma-tragedia-anunciada>. Acesso em: 9 mar. 2021.

GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo; LOZANO, Marie-Anne Leal. Finalizando a primeira série do Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus: um balanço inicial. *In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). Cientistas sociais e o Coronavírus*. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

GRUNVALD, Vi. Lâmpadas, corpos e cidades: reflexões acadêmico-ativistas sobre arte, dissidência e a ocupação do espaço público. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 25, n. 55, p. 263-290, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/T4F7sC3FS8ZcjFVLGBJsMNH/?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2021.

GUHA, Ranajit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Barcelona, Crítica, 2002.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte**, [s. l.], ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4374761/mod_resource/content/0/HARAWAY_Antropoceno_capitaloceno_plantationoceno_chthuluceno_Fazendo_parentes.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5. p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 08 abr. 2019.

JARDIM, Denise Fagundes. **Imigrantes ou refugiados: tecnologias de controle e as fronteiras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

JIMENO, Myriam; VARELA, Daniel; CASTILLO, Ángela. Experiencias de violencia: etnografía y recomposición social en Colombia. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 275-285, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/17604>. Acesso em: 09 maio 2019.

KEIJZER, Benno de. Los discursos de la educación y participación en salud. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. (Org.). **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 441-460.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Cia. das Letras. 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das letras, 2020b.

KRENAK, Ailton. Reflexão sobre a saúde indígena e os desafios atuais em diálogo com a tese “Tem que ser do nosso jeito”: participação e protagonismo do movimento indígena na construção da política de saúde no Brasil. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 3, e200711, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nwWYqyLcDq34mgyfBzqLwCm/?lang=pt#>. Acesso em: 28 ago. 2021.

LAGROU, Els. Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas. **Revista Proa**, Campinas, SP, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/proa/article/view/2385/1787>. Acesso em: 9 dez. 2020.

LANGDON, Esther Jean. O Abuso de Álcool entre os Povos Indígenas no Brasil: uma avaliação comparativa. *In*: SOUZA, M. L. P., **Processos de alcoolização Indígena no Brasil: perspectivas plurais**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 27-46. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sgdgv/pdf/souza-9788575415818-03.pdf>. Acesso em: 3 maio 2021.

LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza. **Saúde e povos indígenas: Reflexões sobre Antropologia participativa**. Rio de Janeiro: Contracapa/ABA, 2004.

LECHNER, Elsa. Pesquisa colaborativa: contributo a partir de um trabalho com imigrantes na cidade de Coimbra. **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 44, p. 223-231, 2015. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v24n44/0104-7043-faeeba-24-44-00223.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2022.

LECHNER, Elsa. Dimensões coletivas do trabalho biográfico como pesquisa-formação: oficinas biográficas em foco. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 29, p. e47346, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/47346>. Acesso em 22 out. 2023.

LECHNER, Elsa (ed.). **Rostos, Vozes e Silêncios**: Uma pesquisa biográfica colaborativa com imigrantes em Portugal. Coimbra: Ed. Almedina, 2015.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Revisitando a Tutela: questões para se pensar as políticas públicas para povos indígenas. *In*: TEIXEIRA, C. C., GARNELO, L., comps. **Saúde Indígena em perspectiva**: explorando suas matrizes históricas e ideológicas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4q4z4/pdf/teixeira-9788575415825-03.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *In*: **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 251-290, 2004.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, p. 301-330, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/fGCwKrcNRRcxNCVShNQZvzJ/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2022.

LOPES, Kessillen. Primeira biblioteca indígena de MT é inaugurada com livros históricos e artesanatos". **Jornal G1 MT**, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/12/22/primeira-biblioteca-indigena-de-mt-e-inaugurada-com-livros-historicos-e-artesanatos.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, Cosac e Naify, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. O direito universal à respiração. **Buala**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/mukanda/o-direito-universal-a-respiracao>. Acesso em: 1 mar. 2021.

MENÉNDEZ, Eduardo Luis. El modelo médico y la salud de los trabajadores. **Salud colectiva**, Buenos Aires, v. 1, p. 9-32, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/731/73110102.pdf>. Acesso em: 03 maio 2022.

MENÉNDEZ, Eduardo Luis. Entrevista: Eduardo Luis Menéndez Spina. **Trab Educ Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 335-345, jul./out. 2012. <https://www.scielo.br/j/tes/a/MCNBnVkmVnQFNcFHRHrCmrF/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 03 maio 2022.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 97-107, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Xgv8wzTBjFt5JYhVwf4mCKx/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção da identidade da antropologia na área de saúde: o caso brasileiro. *In*: ALVES, P. C.; RABELO, M. C. (Org.). **Antropologia da saúde**: traçando identidade e explorando fronteiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. p. 29-46.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Enfoque Ecosistêmico de Saúde e Qualidade de Vida. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; MIRANDA, Ary carvalho de (orgs). **Saúde e ambiente sustentável**: estreitando nós. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GÓMEZ, Carlos Minayo. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. *In*: GOLDENBERG, P., MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O Clássico e o Novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

MIRANDA, Pedro Henrique Marques Villardi. **Da saúde internacional à saúde global**: trajetórias históricas e geográficas do conceito de medicamentos essenciais. 2018. Tese (Doutorado) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

NUNES, Everardo Duarte. Ciências Sociais em Saúde: Uma reflexão sobre sua história. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. **Críticas e atuantes**: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 133-156.

NUNES, João Arriscado. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sng9pd8tLNdY3cQrDChhqPr/#>. Acesso em: 15 maio 2021.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A luta pelo território como chave analítica para a reorganização da cultura. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A reconquista do território**: Etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2022. Disponível em: <https://jpoantropologia.com.br/wp-content/uploads/2023/10/A-reconquista-do-territo%CC%81rio-2022-JPO-A-luta-pelo->

territo%CC%81rio-como-chave-anali%CC%81tica-para-a-reorganizac%CC%A7a%CC%83o-da-cultura.pdf. Acesso em: 6 maio. 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Desafios contemporâneos para a antropologia no Brasil: Sinais de uma nova tradição etnográfica e de uma relação distinta com os seus “outros”. **Revista Mundaú**, [s. l.], n. 4, p. 140-159, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/5022>. Acesso em 07 mar. 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. SANTOS, Rita de Cássia Melo. BARBOSA, Pablo Antunha. **Memórias Insurgentes: revisitando com os indígenas a formação nacional - Vol. 1, n. 1, jun. 2022**. Disponível em: <http://memoriasinsurgentes.org/index.php/pt/edicoes/edicao-antiga>. Acesso em 09 abr. 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, [s. l.], n. 4, v. 1, p. 47-78. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/LXbFMZgsrbyVpZfdbdjy6zm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 maio 2020.

OLIVEIRA, Mileide Terres. **Rikbaktsa: preservando a herança de um povo guerreiro**. Juína-MT: Editora NPE, 1. ed., v. 1, 424 p., dez/2023. Disponível em: https://jna.ifmt.edu.br/media/filer_public/76/30/7630216b-f3bc-4a1c-9210-baca81166210/livro-iza-mileide-vdigital.pdf. Acesso em: 02 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 08 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**. Washington, D.C.: OPAS, 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16. Acesso em: 16 mar. 2021.

PACINI, Aloir. **Pacificar: relações interétnicas e territorialização dos Rikbaktsa**. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://comin.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relacoes-interetnicas-1282915485.pdf>. Acesso em: 03 maio 2019.

PIRES, Paula Wolthers de Lorena. **Rikbaktsa: um estudo de parentesco e organização social**. 2012. 170f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012 [2009]. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/RKL00003.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

POVO RIKBAKTSA. **Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena do Escondido**: Rikbaktsa Katsa Mahudihudiwa. Mato Grosso: Projeto Cotriguaçu Sempre Verde, 2014. Disponível em: <https://www.icv.org.br/website/wp-content/uploads/2023/04/terra-indigena-do-escondido-rikbaktsa-katsa-mahudihudiwa.pdf>. Acesso em 12 mar. 2021.

POVO RIKBAKTSA. **Plano de gestão territorial e ambiental do povo Rikbaktsa**. Mato Grosso: Berço das Águas; OPAN, 2020. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/2022/04/11/plano-de-gestao-territorial-rikbaktsa/>. Acesso em 09 abr. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, Alcida. O papel político das epidemias. O caso Yanomami. In: BORTOLOMÉ, Miguel; BARABAS, Alicia (orgs.). **Ya No Hay Lugar Para Cazadores**. Proceso de extinción y transfiguración cultural en América Latina. Quito: Biblioteca Abya-Yala, 1996. p. 55-89.

REIS, Vanilda dos. FRANÇA, Cecília de Campos. Rikbaktsa: uma história sob duas perspectivas. **Revista Moinhos**, Tangará da Serra, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/moinhos/article/view/2407/1976>. Acesso em: 18 jun. 2019.

RIAL, Carmen Silvia de Moraes. Roubar a alma: ou as dificuldades da restituição. **Tessituras**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 201-212, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/4879>. Acesso em: 22 jun. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. 2. ed., São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Medo global. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica das pesquisas no ciberespaço. In: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* (Org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul e Natal: Editora UNIDAVI; Editora da UFRN, 2012. p. 286-319.

ROSA, Marlise. “Isso é uma emergência!”: panorama da mobilização da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) para o enfrentamento da Covid-19. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 60-97, maio/ago. 2021. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/issue/view/4421>. Acesso em: 12 jul. 2022.

RUI, Taniele *et al.* Antropologia e pandemia: escalas e conceitos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 27-47, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Rhtp4H9Vp9fMDf8Jy39z38C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. *In*: DIAS, Leila Christina. FERRARI, Maristela (org.) **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, Ricardo Ventura; PONTES, Ana Lucia; COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. Um “fato social total”: COVID-19 e povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 10, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/qxqxzwVDGCwT8pTtvCRf5fx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SCALCO, Nayara; LOUVISON, Marília. Saúde indígena: lutas e resistências na construção de saberes. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Lv9b8tcFhSy9qPLxjgFhrhj/#>. Acesso em: 9 jun. 2021.

SCALCO, Nayara; NUNES, João Arriscado; LOUVISON, Marília. Controle social no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena: uma estrutura silenciada *In*: **Saúde Soc.** São Paulo, v.29, n.3, e200400, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Jg3KFFySnKWnCXsqknXJwkD/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SCHULTZ, Harald. Informações etnográficas sobre os Erigpagtsá (Canoeiros) do Alto Juruena. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 15, p. 213-314, 1964. <http://etnolinguistica.wikidot.com/biblio:schultz-1964-informacoes>. Acesso em: 09 ago. 2019.

SCOPEL, Raquel Dias; SCOPEL, Daniel; NEVES, Rita de Cássia; SEGATA, Jean (org.). Dossiê: Os Povos Indígenas e a Covid-19. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/117814>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SEGATA, Jean; SCHUCH, Patrice; DAMO, Arlei Sander; VÍCTORA, Ceres (org.). Covid-19. Antropologias de uma pandemia. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 17, n. 35, jan./jun., 2021. <https://journals.openedition.org/horizontes/4893>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SILVA, Adailton Alves da; LOBATO, Elani dos Anjos. O funeral como espaço socioeducativo do povo Rikbaktsa. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, v. 28, p. 1-20, e015, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/60501/31384>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SILVA, Anaxsuell Fernando. Antropologia e saúde pública no contexto de emergência sanitária global: uma perspectiva crítica latino-americana. **Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde**, [s. l.], v. 3, n. 4, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/ripsunisc/article/view/16085>. Acesso em: 07 mar. 2021.

SILVA, Cristina Dias da. Interculturalidade e atenção diferenciada: apontamentos para um debate sobre a política de saúde indígena brasileira em tempos de crise sanitária. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 146-163. maio/ago. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/issue/view/4421>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SIQUEIRA, Fabiana; FREIRE, Débora; SOUZA, Vagner Cesarino de. O lugar da dramaticidade no Jornal Nacional: um estudo sobre técnicas e ferramentas utilizadas na cobertura da pandemia de Covid-19. **PPGCOM - UFJF**, Juiz de Fora, v. 15, n. 3, p. 94-111, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/35529/23836>. Acesso em 12 mar. 2022.

SOARES, Alessandra Assis de Oliveira; TEIXEIRA, Lilian Aguilar. Relato do Processo de Criação da Biblioóca, a primeira Biblioteca Indígena do Mato Grosso. *In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 29., 2022, [s. l.]. Anais [...]. [S. l.]: FEBAB, 2022.* Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022>. Acesso em 06 mar. 2023.

SOBRE a Rede Covid-19 Humanidades MCTI. **Sobre a Rede Covid-19 Humanidades MCTI**, [s. l.], c2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/redecovid19humanidades/index.php/br/sobre-a-rede-covid-19-humanidades-mcti>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SOBRE. **Vagalumes: Memorial das vítimas indígenas fatais da covid-19**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.memorialvagalumes.com.br/sobre-o-memorial-vagalumes/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. *In: STRATHERN, Marilyn. O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

TABORDA S. J., Francisco. **Reflexões Teológicas sobre a Missão entre os Povos Indígenas** (Excertos do diário de minha estadia entre os Rikbaktsa). Acervo Conselho Indigenista Missionário -CIMI, MT, 1987.

TOLA, Florencia *et al.* Entre el futuro que ya llegó y el pasado que nunca pasó: diplomacias chaqueñas en el antropoceno. **Mana**, Rio de Janeiro, n. 25, v. 3, p. 809-836, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/85p3qrJ7PBfVHgg4kGRh4mB/?lang=es>. Acesso em: 12 fev. 2020.

TURNER, Victor. **The Anthropology of Performance**. New York: PAJ Publications, 1987.

UCHÔA, Elizabeth; VIDAL, Jean Michel. Antropologia médica: elementos conceituais e metodológicos para uma abordagem da saúde e da doença. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 497-504, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/vCMjGFqtdTFfmNCbyZkK3mQ/?lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima *et al.* Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sWTDsf6c6nhPcxwq3pwCpcS/?lang=pt#>. Acesso em: 03 mar. 2021.

VENTURA, Deisy. NUNES, João. Apresentação. *In*: VENTURA, Deisy. NUNES, João. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s. l.], n. 98, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/g7dvM9RF7QyXdP7HqHJm4jg/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2021.

VICTORA, Ceres. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 3-13, dez. 2011. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/764/1406>. Acesso em: 09 set. 2020.

VILAÇA, Aparecida. O que significa tornar-se outro? Xamanismo e contato interétnico na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 15, n. 44, p. 56-72, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XpNGWq8xKbQ9wnPbd4rHJfn/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2019.

VILLELA, Alice; GRUNVALD, Vi. Alguns apontamentos sobre fotografia, magia e fetiche. *In*: BARBOSA, A. *et al.* (Org.). **A experiência da imagem na etnografia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

WAGNER, Alfredo. Obituário: Vida no Território da Morte. *In*: WAGNER, Alfredo; ACEVEDO, Rosa; ALEIXO, Eriki (org.). **Pandemia e Território**. São Luis: UEMA Edições, 2020. p. 967-982.

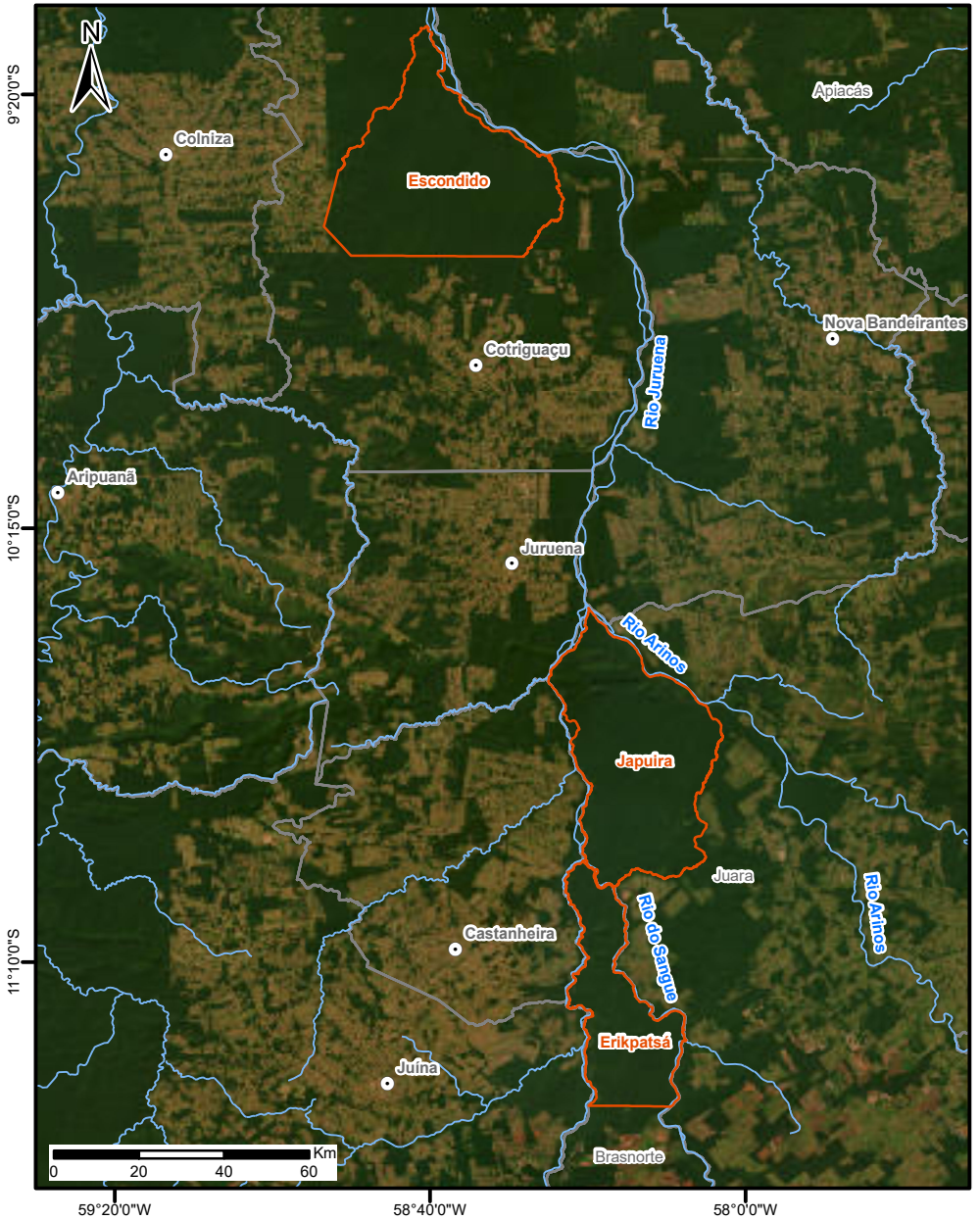
WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 12-43, 2009.

ANEXO – Lista de mapas das Terras Indígenas Rikbaktsa





Na sequência, disponibilizo os mapas elaborados em coautoria juntamente à gestora ambiental e doutoranda em geografia Gabriela Tirello Acquolini. Organizados a partir dos dados de campo da pesquisa que origina essa tese e concebidos por meio de nossa parceria enquanto pesquisadoras. Nesse sentido, a sua disponibilização em formato com alta definição objetiva propiciar os usos pelos Rikbaktsa, nos seus próprios termos.

Lista dos mapas apresentados na sequência:

- Mapa de localização das Terras Indígenas Rikbaktsa;
- Mapa de Uso da Cobertura da Terra;
- Mapa de localização das aldeias Rikbaktsa – TIs contíguas;
- Mapa de localização das aldeias Rikbaktsa – TIs justapostas.



Legenda

-  Sedes Municipais
-  Hidrografia
-  Terras Indígenas
-  Municípios

Localização



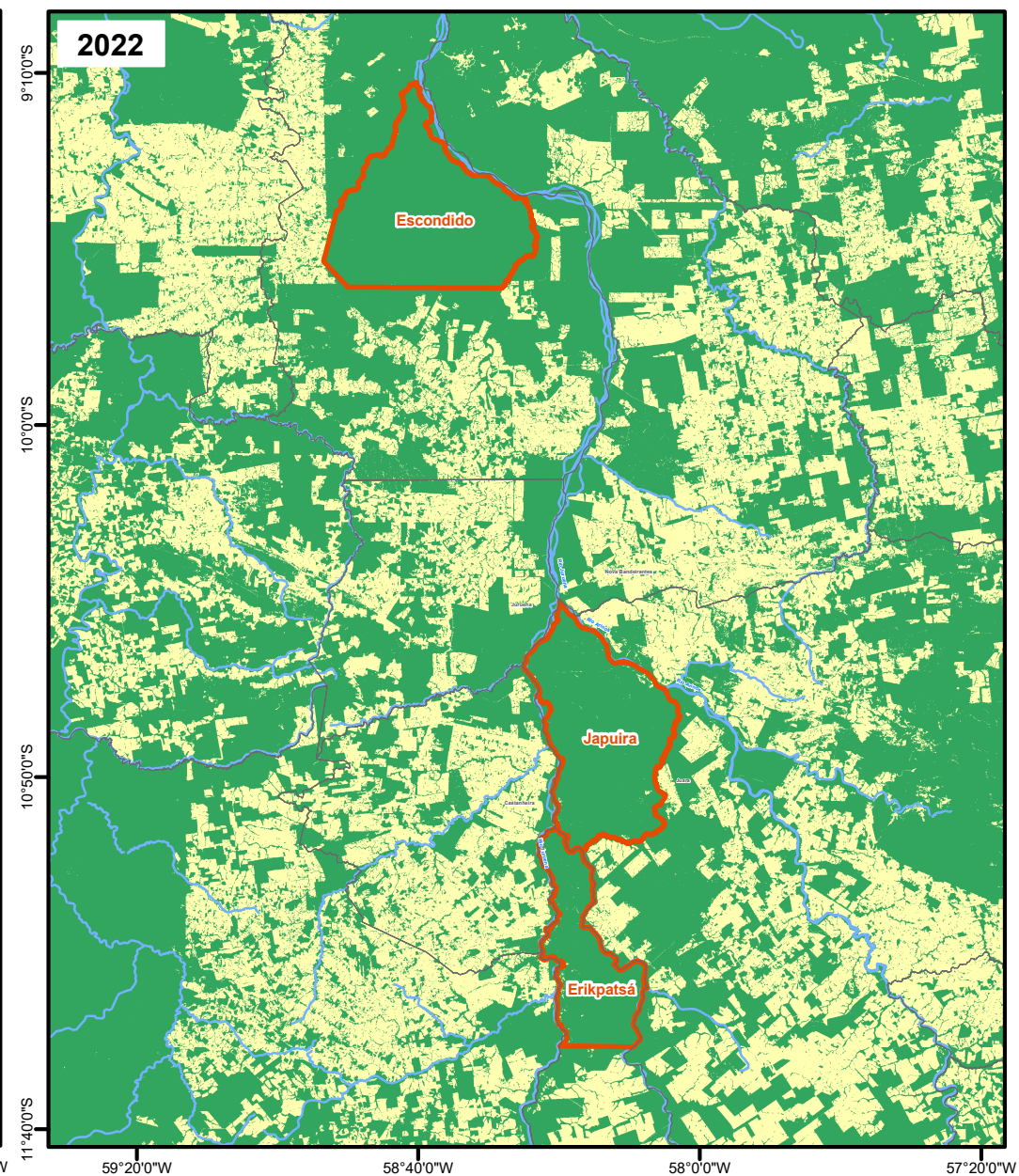
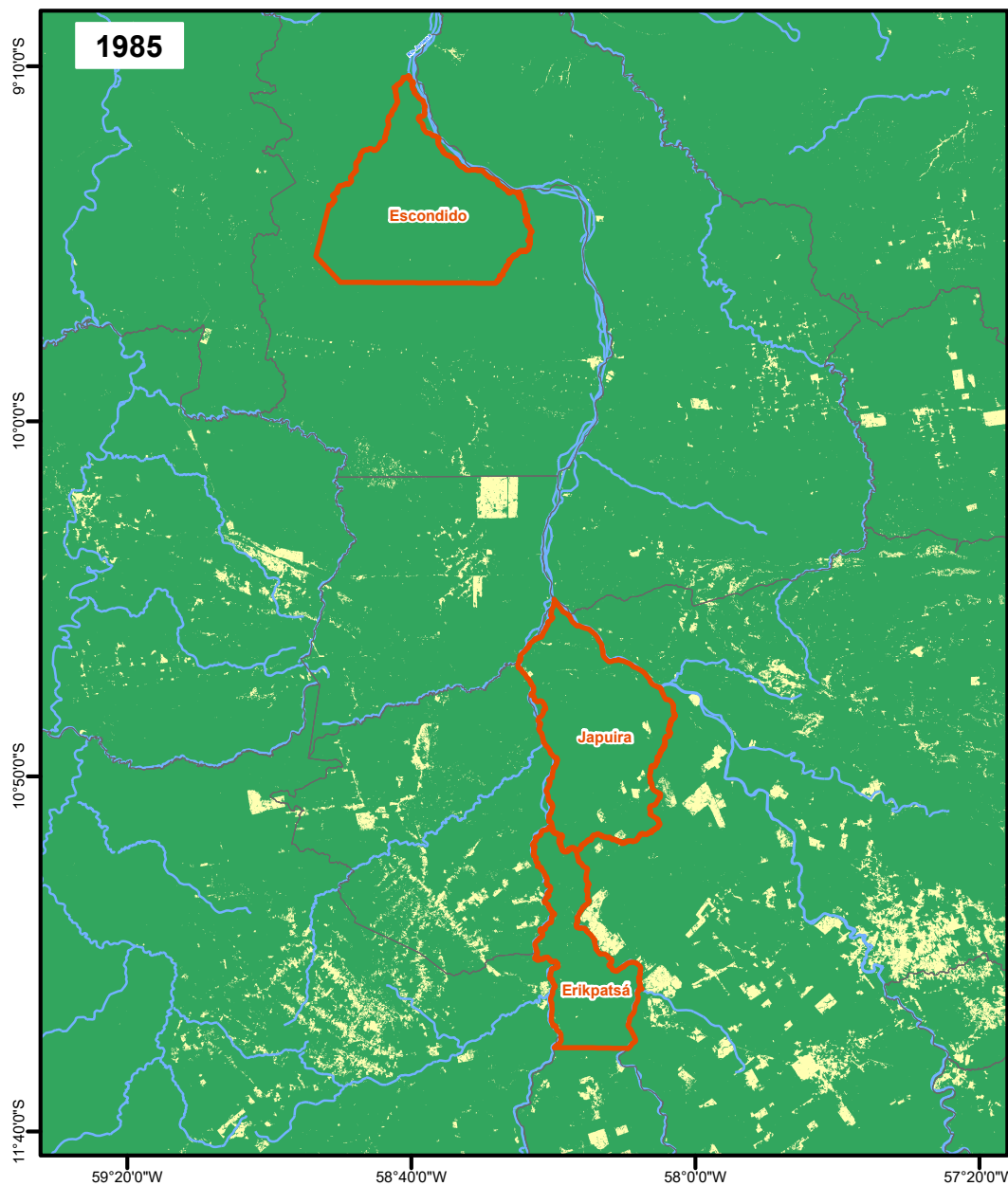
Mapa de Localização das Terras Indígenas Rikbaktsa

Informações Cartográficas

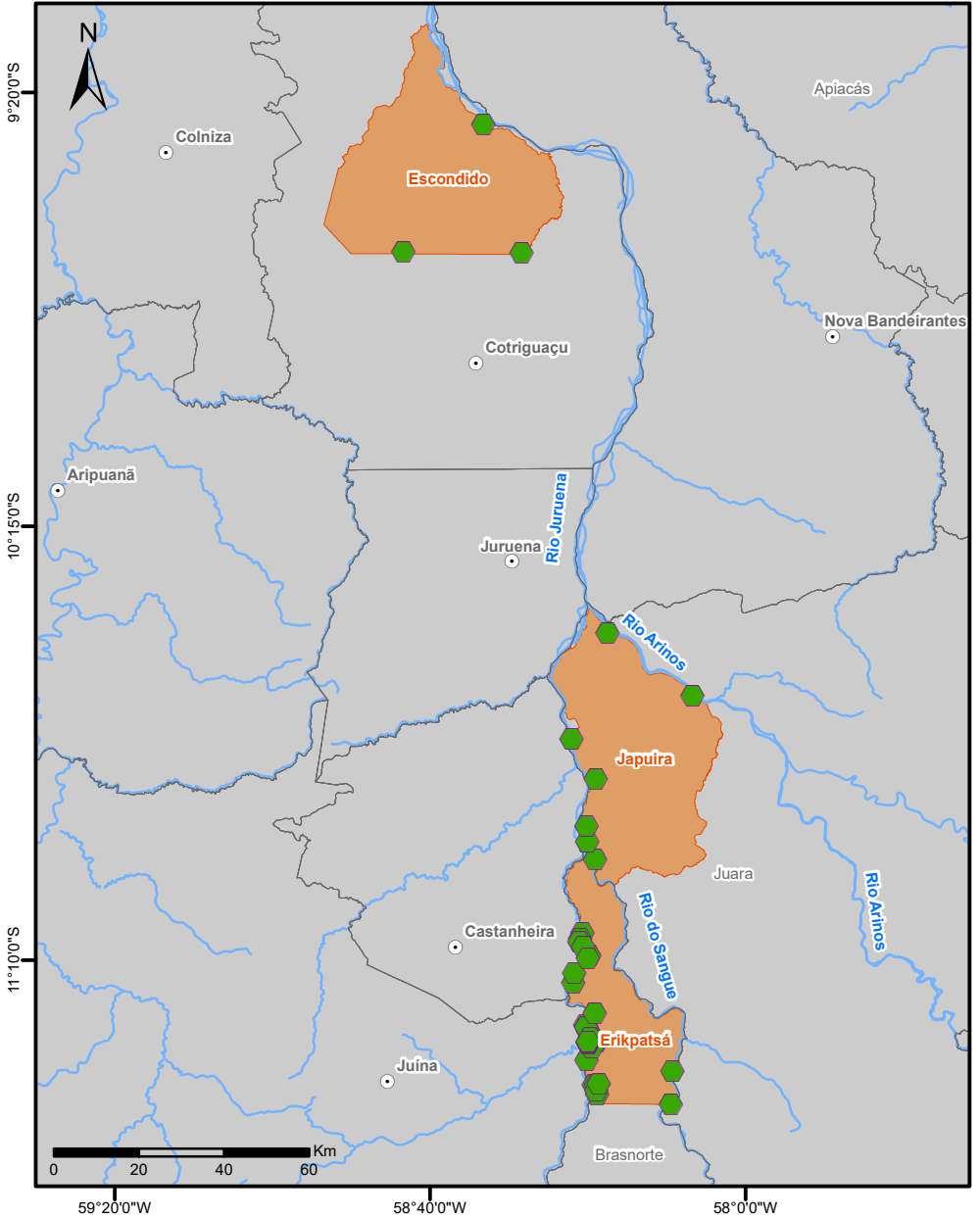
Escala 1:1.740.610 DATUM SIRGAS 2000
 Coordenadas Geográficas Lat/Long

Fontes






Hidrografia: IBGE, 2021.
 Imagem de Satélite: Google Earth, 2022.
 Municípios: IBGE, 2023.
 Sedes Municipais: IBGE, 2022.
 Terras Indígenas: FUNAI, 2023.



Legenda	Localização Geral	Localização TI	Informações Cartográficas	Mapa de Uso da Cobertura da Terra
<p>Uso e Cobertura da Terra</p> <ul style="list-style-type: none"> Formação Natural Uso da Terra Terras Indígenas Rikbaktsá Municípios Hidrografia 			<p>Escala 1:1.871.000 DATUM SIRGAS 2000 Coordenadas Geográficas Lat/Long</p>	<p>Fontes</p> <p>Aldeias: FUNAI, 2023. Cobertura da Terra: MapBiomas, Coleção 8, 2023. Hidrografia: IBGE, 2021. Municípios: IBGE, 2023. Sedes Municipais: IBGE, 2022. Terras Indígenas: FUNAI, 2023.</p>



Legenda

-  Aldeias Rikbaktsa
-  Sedes Municipais
-  Hidrografia
-  Terras Indígenas
-  Municípios

Localização



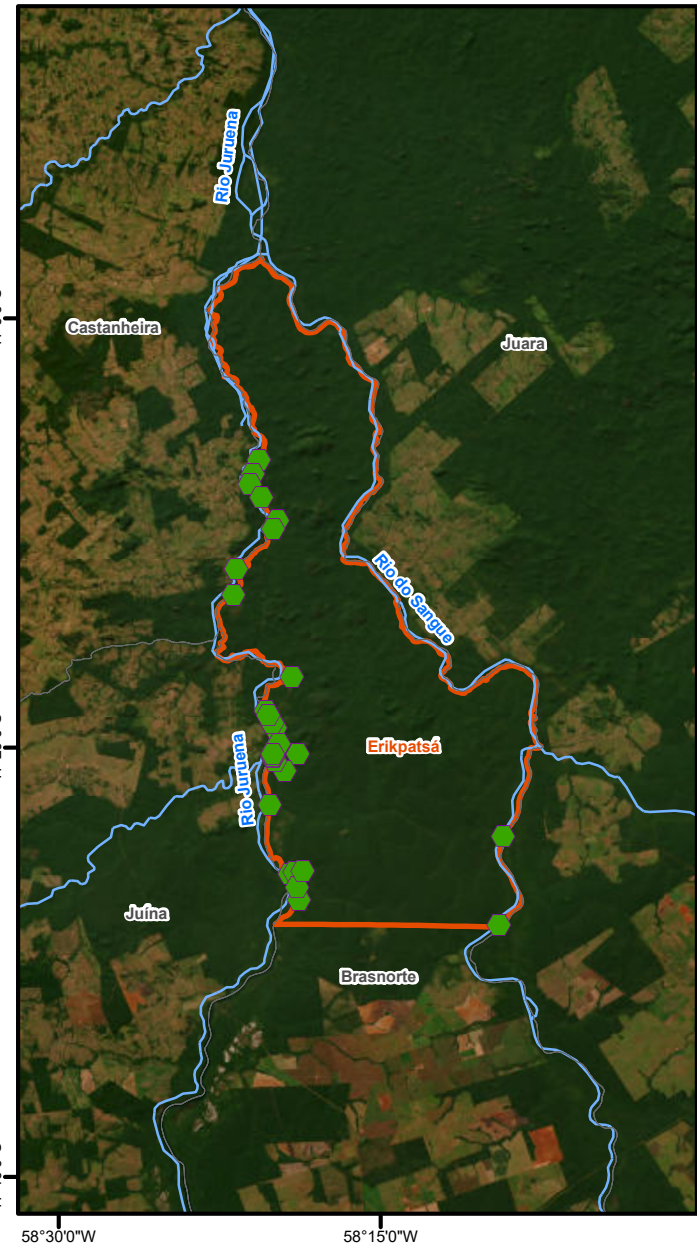
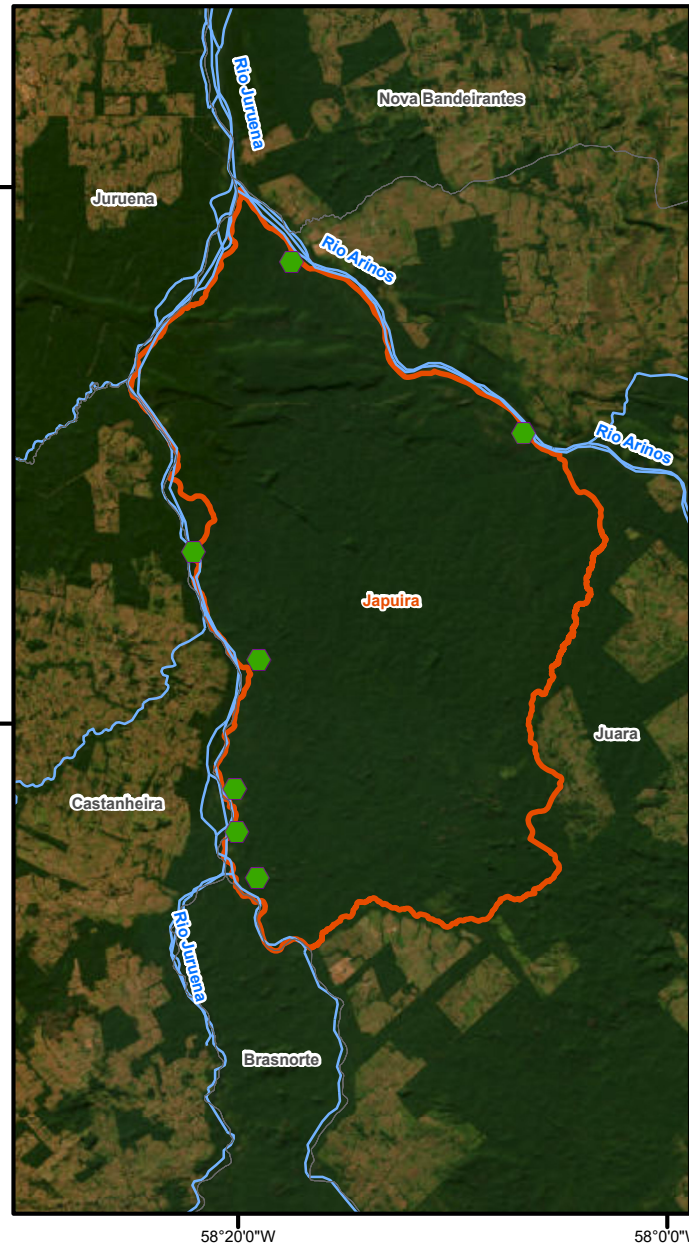
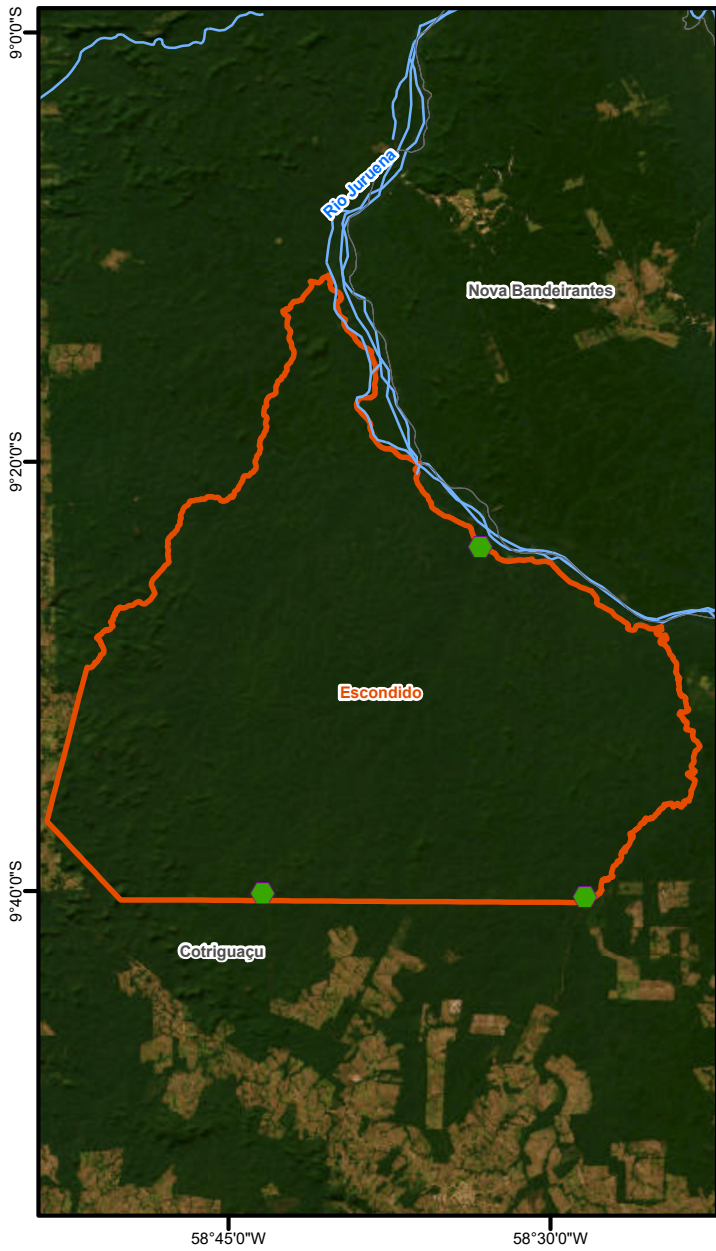
Mapa de Localização das Aldeias Rikbaktsa

Informações Cartográficas





Escala 1:1.740.610 DATUM SIRGAS 2000
 Coordenadas Geográficas Lat/Long

Fontes

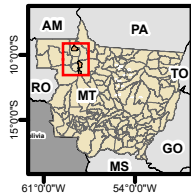
Hidrografia: IBGE, 2021.
 Municípios: IBGE, 2023.
 Sedes Municipais: IBGE, 2022.
 Terras Indígenas: FUNAI, 2023.



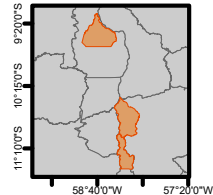
Legenda

-  Aldeias Rikbaktsa
-  Terras Indígenas
-  Hidrografia
-  Municípios

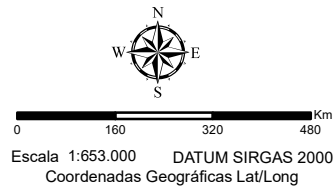
Localização Geral



Localização TI



Informações Cartográficas



Mapa de Localização das Aldeias Rikbaktsa

Fontes
 Aldeias: FUNAI, 2023.
 Hidrografia: IBGE, 2021.
 Municípios: IBGE, 2023.
 Sedes Municipais: IBGE, 2022.
 Terras Indígenas: FUNAI, 2023.